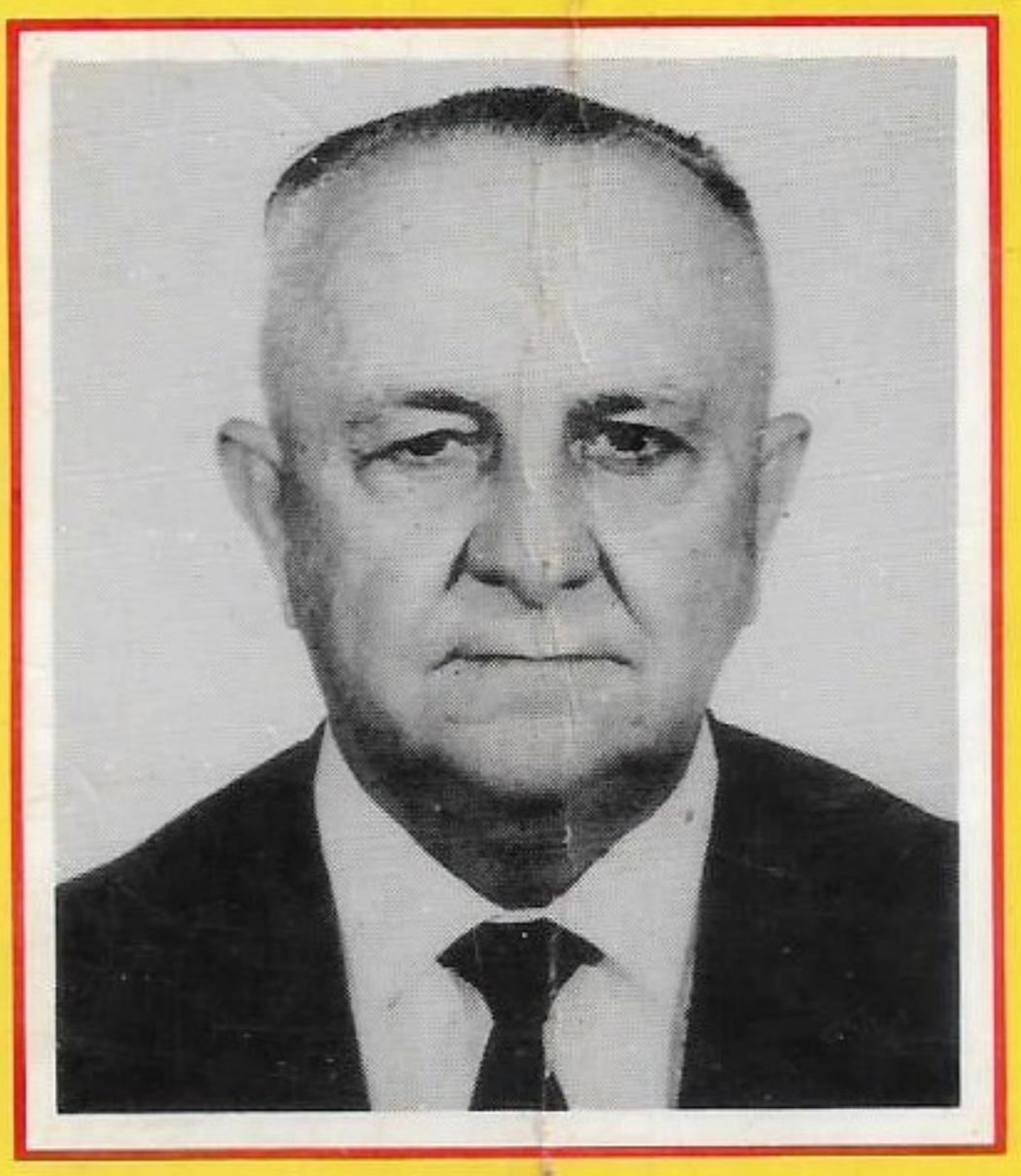
Raimundo Girão

HISTÓRIA ECONÔMICA do CEARÁ

UFC

CASA DE JOSÉ DE ALENCAR
PROGRAMA EDITORIAL



Edição comemorativa do
1º Centenário de Nascimento do
HISTORIADOR RAIMUNDO GIRÃO.
Homenagem do Programa Editorial da
Casa de José de Alencar, autorizada pelo
Instituto do Ceará - Histórico,
Geográfico e Antropológico.

3 / outubro / 2000

UFC

CASA DE JOSÉ DE ALENCAR
PROGRAMA EDITORIAL

AIMUNDO GIRÃO, nos idos de
rviu de tema para uma nota de mi-
ria inserida no seu livro *Fortaleza*
nica Histórica, no seguinte teor:

O escritor Raimundo Girão é in-
elmente um dos intelectuais mais
em nosso meio cultural, daí re-
o alto conceito em que é tido
o País.
acharel e Doutor em Direito, mui-
destacou-se como jurista, tanto
cício da advocacia quanto no
divulgação de temas de palpi-
ualidade, entre os quais merece
menção a sua tese sobre "Dire-
ovas do Conhecimento Financei-

xerceu o cargo de Ministro do
de Contas do Estado, mas an-
avia exercido as funções de Pre-
Fortaleza. Possuía todas as qua-
credenciais para fazer brilhan-
ra política, como administrador
parlamentar.
elizmente, as aparências enga-
sucesso político-partidário não
aram, preferindo servir ao Cea-
os setores que mais sintonizas-
as predileções do seu espírito e
rmeza do seu caráter.
embro ilustre do Instituto do Ce-
Academia Cearense de Letras,
tornou-se mestre na área dos
históricos, que passaram a ser
ente divulgados em crônicas,
palestras, conferências,

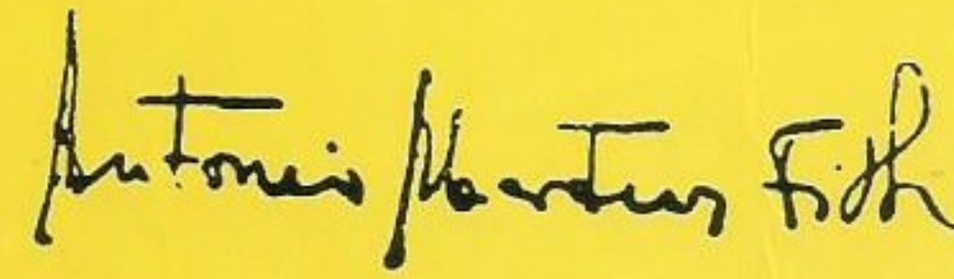
monografias e livros, todos
numa linguagem escorreita e
literário que lhe asseguram
do homem que "escreve be
pode". Essa aliás, a conclus
chegou a Comissão de Estud
quisas da Universidade Feder
ará, quando teve o ensejo de
seu alentado estudo sobre o
"Geografia Estética de Fortal
iniciou a nova fase da Bibliotec
tura da referida Universidade

É de notar, no entanto, q
toriador Raimundo Girão já
teriormente nos oferecido, em
apresentação gráfica, "A Prin
tida de Baile" e também, nos
1945, a "Cidade da Fortaleza
forma de "Filmagem Histórica

.....

Hoje, quando comemora
Centenário de nascimento de R
Girão - o maior historiador do Ce
dos os tempos -, o Programa Ed
Casa de José de Alencar, à cuja
sempre pertenceu, presta-lhe sig
homenagem, reeditando uma das s
mais importantes, HISTÓRIA E
MICA DO CEARÁ, com a perm
Instituto do Ceará - Histórico, Ge
e Antropológico, ao qual pertence
pectivos direitos autorais.

3 / outubro / 2000



HISTÓRIA ECONÔMICA DO CEARÁ

COLEÇÃO ALAGADIÇO NOVO

COORDENADOR

Antônio Martins Filho

CONSELHO EDITORIAL

Francisco Carvalho
Joaquim Haroldo Ponte
Geraldo Jesuino da Costa

CAPA

Assis Martins

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Carlos Alberto Dantas

RAIMUNDO GIRÃO

HISTÓRIA ECONÔMICA DO CEARÁ

2ª EDIÇÃO

UFC

Casa de José de Alencar
Programa Editorial
2000

Ao Instituto do Ceará
Homenagem.

À memória dos meus pais
Veneração.

APRESENTAÇÃO

Nem pau-brasil, nem açúcar, nem tabaco.

Nenhum desses produtos concorreu de modo substantivo para configurar os passos iniciais da economia cearense, conquanto caracterizem os rudimentos da economia do país em seus começos.

Vemo-los em obra clássica dedicada à trajetória histórica da economia nacional, a *História da Economia do Brasil*, de Caio Prado Júnior, em que a área de interesse, dos estudos que animam o livro. Prioriza-se em território geográfico representado de forma particular pelo que o autor convencionou chamar de Extremo Nordeste, desse modo situado na "planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco e do contorno da baía de Todos os Santos." (O.c., 1961, p. 32).

O fato aí referido, representativo da atividade econômica do ecúmeno cearense, vai-se cumprir a exercício da pecuária, em dias em que o crescimento do criatório de gado bovino alcança vitorioso assentamento, o que se dá pela meia centúria do século XVIII, depois de o colono enfrentar, e continuar enfrentando, os mais variados percalços, os tantos quais o vexame causado pelas grandes estiagens, a difícil convivência com o índio, e se mais não bastasse, as também longas distâncias a vencer na movimentação dos rebanhos, e mais o desafio da natureza, tudo agravado pela deficiência das comunicações e cúpida cobrança de tributos.

Até aqui vale anotar: o discurso histórico da economia brasileira em seus primórdios, como está no livro de Caio Prado Júnior, contempla em menor porção o Nordeste, o "nosso", o "outro" imaginado pelo sociólogo Djacir Menezes.

O Ceará portanto, no percurso da explanação do escritor paulista é apenas lembrado, o que sucede quase sempre para enfatizar circunstanciais indicativos do autor sobre a região, como sucede a exemplo no capítulo "Síntese da Evolução Econômica do Império" (idem, p. 206), em que a necessidade de nomeá-lo, parece ter sentido só para sublinhar a situação de ruptura climática provocada pela grande seca de 1877-80, causadora de "conseqüente despovoamento" do "interior do Ceará até a Bahia".

Esse comentário, que demora, vem ao caso não apenas para servir de prefação à reedição de "História Econômica do Ceará", da autoria de Raimundo Girão, mas com o irrecusável sentimento de estranheza à averiguação de que, mesmo contemplada pela ótica de aplicado estudioso do porte de Caio Prado Júnior, o Nordeste da "civilização do couro", que nos diz respeito, não passa de irrelevante episódio, indigente de fatos imerecentes de maior atenção.

Vezo esse não exclusivo do autor de que nos ocupamos. O Sr. Robert C. Simonsen, em sua robusta *História Econômica do Brasil*, só vai mencionar o Ceará à página 157, na oportunidade em que discorre sobre a "Época do couro no Norte", para então referir as "descobertas de salinas...", fato de pouca relevância a nosso ver, tornando a lembrar o "Norte", por diante, à página 179.

Desse modo, a contragosto, acabamos reconhecendo: raros os pesquisadores que se exercitam, apercebidos da importância das diferenças regionais, como propõe e explica José Honório Rodrigues:

> "As diferenças regionais são inerentes a qualquer nação, desde a forma de povoamento, as etnias e seu estabelecimento, até as variedades climáticas, as estruturas geológicas e geográficas. As diferenças essenciais de povoamento histórico, de estrutura

econômica e social e de superestrutura do poder dão caráter à história estadual".

Se levantamentos históricos da economia dos Estados da federação existissem à época, como o excelente trabalho de Raimundo Girão, referente ao Ceará, o Sr. Caio Prado Júnior a elaborar o seu estudo, a toda certeza teria desenvolvido com mais intensidade, e profundidade, principalmente, os acontecimentos a que se amimou analisar sob o título: "A Ocupação Efetiva – 1530-1640".

Tudo desse modo aludimos com a intenção de sublinhar para os pesquisadores a importância da historiografia estadual, mesmo quando escrita em suas versões mais simples, "paroquiais", como anotou, lúcido, José Honório Rodrigues.

Visto sob a desejável perspectiva de estudo zoneado, ou como se queira, regionalizado, a *História Econômica do Ceará*, que torna às mãos do leitor em segunda edição (a empenhos desta editora e sob a providencial inspiração do eminente Professor Antônio Martins Filho), a nosso ver livro indispensável à visão que, por diante, se pretenda argüir, de modo mais positivo, sobre a história do país, como um todo.

Valiosa rememoração do que foi o Ceará em seus primórdios, inserida em bem fundamentado texto sobre "as populações pré-coelhinas e o seu estágio econômico", assinala convincente, a nosso ver, um dos momentos mais significativos da obra.

O capítulo centrado na cultura do "ouro branco", que se inaugura como atividade agrária em 1777, é outro instante de lúcida apreciação do alvorecer da nossa vocação agronômica. E não menor a análise do que o autor considerou em importante espaço dedicado ao "corte econômico de 1850".

Tem percurso nesse texto o tom direto e simples, de envolvente discurso animado pelo interesse social que reedifica para o entendimento dos pósteros a sociedade daqueles idos, a que freqüentava o Teatro Taliense, ou os

Capítulo I

bailes palacianos, grei constituída de comerciantes afeiçoados a grandes negócios efetuados em Recife, aonde iam às compras; gente de não perder "as missas domingueiras da igreja do Rosário", em que se viam os mais endinheirados, locatários de casas assobradadas, o lar inserto na parte alta, enquanto, na inferior, a mercância, aí estabelecida, fazia prosperarem os lucros.

Acorde razão a Nelson Werneck Sodré (veja-se dele *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, 1945, p. 163), quando observou: "Os estudos econômicos são, no Brasil, muito recentes e não assumiram, ainda, como é natural, nem uma amplitude nem uma significação bastante apreciáveis".

Para explicar a economia da nação o historiador não pode prescindir dos passados das outras gentes, de atividades ainda que mais modestas, e nem da dimensão de suas vidas em seu ecúmeno. Em verdade são as várias diferenças regionais, ou mais explicitamente estaduais, os também, no caso brasileiro, os "vários Brasil", segundo o pensamento do próprio José Honório Rodrigues, em *História Combatente* (p. 287), "desde Melo Matos em 1870, que concorrem para conceituar mais adequadamente o nosso retrato histórico".

Por todas essas razões, e sobretudo pela seriedade com que Raimundo Girão concebeu e escreveu o seu vigoroso livro, *História Econômica do Ceará*, sem nenhum favor, pode figurar entre as dez maiores obras, do gênero, escritas não apenas no Ceará mas no país.

Tome-o, com respeito e carinho, o leitor, lembrando do verso exemplar e inspirado de Walt Whitman, mas com a diferença: quem tocar a *História Econômica do Ceará*, de Raimundo Girão, não tocará apenas a criatura viva, mas a própria natureza das coisas do Nordeste também Brasil.

EDUARDO CAMPOS

AS POPULAÇÕES PRÉ-COELHINAS E O SEU ESTÁGIO ECONÔMICO

Passado o alvoroço do descobrimento, mais de trinta anos iriam decorrer sem que, dada a pequenez da população do reino e dos recursos financeiros, pudesse a metrópole cuidar da colonização da Terra de Santa Cruz.

Foi necessário que informes alarmantes sobre a ação crescente de piratas estrangeiros nas costas do Brasil forçassem el-rei a pensar na posse e defesa do até ali não suspeitando imenso patrimônio, que lhe proporcionara o feito de Álvares Cabral, naquele venturoso dia de abril de 1500. Só então, considerou "quanto serviço de Deus e meu e proveito dos meus remos e senhorios, e dos naturais súbditos deles é ser minha terra e costa do Brasil mais povoada do que até agora foi".

Apertada entre as imposições do dilema – "colonizar a terra ou perdê-la", resolveu a corte portuguesa, como solução heróica, adotar o sistema afeudalizado das doações, com as mais largas e amplas prerrogativas governamentais aos donatários, embora isso representasse "golpe ousado nas leis e no próprio interesse do absolutismo real, a tanto custo conseguido contra os privilégios dos senhores e fidalgos". (1)

A João III, em célebre carta datada de 1532, aconselhara o Mestre Diogo de Gouveia a criação de algumas

---

(1) João Ribeiro, *História do Brasil*. 11. ed. 1928, p. 65.

povoações no litoral brasileiro, não mais de sete ou oito, como "bastantes para defenderem aos de terra que não vendam brasil a ninguém, e não o vendendo não hão de querer lá ir as naus para virem de vazio", porém o monarca, mais prático e hábil, alargou a sugestão, para dividi-lo em capitamas ou lotes e doá-las a pessoas de sua nobreza, "capazes de ás povoar às expensas próprias, de as defender e as lavrar com proveito, tanto para si como para a fazenda real". (2)

Eram tratos de terra calculados em léguas de sesmarias ao longo da orla marítima, sertão adentro, separados por linhas paralelas ao equador, e os seus titulares os teriam e possuiriam perpetuamente, administrando-os como governadores ou capitães, com direitos algo majestáticos, e tantos que Varnhagen, ao discriminá-los com paciente minúcia, afirma que "quase podemos dizer que Portugal reconhecia a independência do Brasil, antes dele se colonizar". (3)

Em semelhante sistema, com favoráveis resultados dantes aplicado nas ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, residiam as esperanças do povoamento e exploração da vasta colônia e, conseqüentemente, da extinção daquela pirataria, em que se avantajavam os franceses, sempre animados do intuito de se estabelecerem nestas plagas, a ponto de conceberem aquilo que veio a denominar-se enfaticamente a "França Antártica".

Porém a geografia, a inópia da atuação dos donatários e a resistência tenaz dos aborígines haviam de cavar o fracasso das intenções da coroa, permitindo a cada vez maior infiltração gaulesa.

Afora a de São Vicente, confiada a Martim Afonso de Sousa, e a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, foram definhando as capitanias e algumas nem sequer chega-

---

(2) Rocha Pombo, *História do Brasil*, vol. 3, p. 123.
(3) *História Geral do Brasil*, 3. ed. integral, Cia. Melhoramentos, de São Paulo, vol. 1, p. 181.

ram a ser pisadas pelos senhorios, principalmente as localizadas ao norte da de Itamaracá, pertencente a Pero Lopes de Sonsa.

No meio destas últimas estavam três em cujas áreas se compreendia o território atual do Ceará, ou fossem: *a)* a de cerca de 100 léguas de frente, costa, acima, dada a João de Barros em parceria com Aires da Cunha, e limitada entre a baía da Traição e a enseada dos Negros, que segundo uns é a do rio Jaguaribe, para outros é a enseada do Iguape e, de acordo com a opinião do dr. Tomaz Pompeu Sobrinho, é a enseada do Curumicoara, atualmente foz do rio S. Gonçalo; *b)* a de 40 léguas, contadas do último ponto ao rio da Cruz, hoje sem discussão identificado como o Camocim, concedida ao cavaleiro fidalgo da Casa Real Antônio Cardoso de Barros, pela carta-régia de 19 de novembro de 1535 e foral do dia seguinte, figurantes no Livro n. 21 das "Doações de D. João III", fls. 181v., e Livro n. 22, fls. 108; e, finalmente, *c)* a com que se favoreceu Fernão Álvares de Andrade, medindo 75 léguas, a contar do rio da Cruz à ponta dos Mangues Secos, no Maranhão.

Como é sabido, João de Barros, o afamado historiador, não podendo ou não querendo meter-se pessoalmente na grande aventura, associou-se, com o seu parceiro, a Fernão Álvares e tentaram, "persuadidos das mais alegres esperanças e importantes fortunas", a conquista das suas doações, mandando para cá aparatosa frota de dez ou doze navios, sob o comando individual de Aires da Cunha, sem contudo lograrem êxito porque, morto o comandante em desastroso naufrágio, já nas costas maranhenses, a empresa aos poucos se desfez, vencida pelos índios, com quem, aliás, haviam feito amizade, até com eles cruzando. (4)

Quanto à de Antônio Cardoso de Barros, a chamada capitania do Ceará, sabe-se que ele "não assinalou por si

---

(4) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil,* 3. ed. revista por C. Abreu e Rod. Garcia, p. 129.

ou por prepostos a posse dela com algum estabelecimento", sendo contestável o parecer de Varnhagen de que sejam vestígios dessa assinalação "certos indícios de pedra e cal encontrados depois em Tutóia", ou, mais acertadamente, em Camocim. (5)

O mais exato é que ele nunca chegou a vir, nem mandou pessoa sua ao lote ou tracto que lhe fora doado e cujos direitos, na opinião do Barão de Studart, teria alienado em favor da Coroa, em 1549, ou trocado pelo cargo que passou a ocupar no Brasil, isto é, o de provedor-mor da Fazenda da Baía, ao tempo de Tomé de Sousa.

Falhando o regime feudal das donatarias, quase de modo absoluto no norte, e mais suavemente no sul, se bem que nas linhas gerais tenha, a rigor, concorrido para salvar a nova terra das garras doutros povos corsários, (6) não perderam tempo os franceses em nela se instalarem, construindo feitorias e centros de comércio com os naturais, de cuja amizade souberam inteligentemente aproveitar-se.

Como observa Capistrano de Abreu, os franceses, "de espírito mais aberto, inteligência mais ágil, gênio mais alegre, trato mais agradável, não viciados pelo contato diuturno das raças inferiores, aprenderam a língua, aceitaram, alguns até adotaram, os costumes, captaram as simpatias dos indígenas, isto é, dos produtores, e pouco a pouco foram preponderando".(7)

A tal ponto, que passaram a constituir o objetivo da ação defensiva da administração dos capitães ou dos governadores gerais, extremada nas lutas pela sua expulsão da baía do Rio de Janeiro, onde Nicolas Willeganon, e depois o seu sobrinho Bois-le-Comte, contando com firme

---

(5) Barão de Studart, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 37, p. 162; Carlos Studart Filho, *Revista citada*, vol. 52, p. 49, nota 7.
(6) Rocha Pombo, *obr. cit.*, p. 124.
(7) *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, 1930, Livraria Briguet, p. 37.

adesão dos tamoios, haviam organizado ativo porto de traficância dos produtos da terra.

Derrotados por Mem de Sá nas refregas de 1567, resolveram-se os da "França do sul" a freqüentar, mais de miúdo, as plagas do norte, onde posteriormente, dominando o Maranhão, iriam fundar a "França Equinocial". Pode-se dizer, com João Ribeiro, que por mais de meio século o domínio francês oscilou nas terras do Brasil, entre 1555 e 1614, ou, como escreve o mesmo Capistrano, "durante muitos anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Perós (portugueses) ou aos Mairs (franceses). (8)

Essa refluência normanda para o setentrião, onde se aliou também aos silvícolas, perturbando e impedindo a conveniente exploração das capitamas do norte, explica por que se fez tão lentamente a conquista desta parte do território brasileiro.

Capistrano lembra ainda, como causa do retardamento, a posição insular do núcleo de Itamaracá, "afastada e segregada de qualquer limite natural naquele rumo", e as correntes aéreas e marinhas da costa nordeste, dificultando a navegação da época para barlavento, na mor parte do ano (9), resultando de tudo isso que somente depois de mais de cem anos do descobrimento cabralino haja começado a penetração do Ceará. (10)

---

(8) *Capítulos de História Colonial*, 1907, p. 30.

(9) *Caminhos Antigos, p.* 241. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 18, p. 64.

(10) A tomada da Paraíba aos potiguaras, iniciada por Fernão da Silva, custara grandes sacrifícios e somente se definira após, a ação valente de Martim Leitão (1585), com o recu dos franceses e seus aliados aborígines para o Potengi e redondezas.

Daí, com bastante demora e a troco de muitas canseiras, viriam expulsá-los Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho e Jerônimo de Albuquerque, pacificados os gentios por este último, que sábia e prudentemente consolidou a vitória. "Feitas as pazes com os potiguaras, como ficou dito – escreve Frei Vicente do Salvador – se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande, uma légua do forte, a que chamam de cidade dos Reis, a qual governa também o

Com efeito, só em 1603 veio aos climas cearenses o açoriano Pero Coelho de Sousa, homem nobre e rico, residente na Paraíba, à frente de uma expedição aventurosa, que organizara de sociedade com outros, depois de obtida a permissão do Governador Geral Diogo Botelho.

Graças à habilidade dos intérpretes que conduzia, e dos índios potiguaras que a acompanhavam, logrou a expedição vencer o litoral até a Serra da Ibiapaba, onde, no entanto, encontrou a resistência dos tabajaras, de mistura com alguns franceses, capitaneados por Mombille e

---

capitão do forte, que el-rei costuma mandar cada três anos. Cria-se na terra muito gado *vacum* e de todas as sortes, por serem para isto as terras melhores que para engenhos de açúcar e assim não se hão feito mais que donos, nem se poderia fazer, porque canas de açúcar requerem terras massapés e de barros e estas são de areia solta e assim podemos dizer ser a pior do Brasil, e contudo, se os homens têm indústria e querem trabalhar nela, se fazem ricos" (Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, p. 372).

Protegida pelo "fortaleza dos Reis", a colonização se operou primeiramente na direção sul, só' bem mais tarde expandindo-se para o norte á procura das salinas de Macau. "E sobre todos estes incômodos foi muita importância povoar-se e fortificar-se no Rio Grande, para tirar dali aquela ladroeira dos franceses" (Idem, p. *373).*

A marcha desbravadora não teria de estancar aí, porque para além afastavam-se teimosos os mesmos franceses e os seus amigos potiguaras, assenhoreando-se do litoral do Jaguaribe, de onde foram sendo empurrados para o sertão os tapuias, donos primitivos da região.

A ordem e o objetivo era "impedir-se o comércio de estrangeiros que contra pazes capituladas e fora de obediência a seu rei, vêm a portos deste estado e, como por experiência, se tem visto depois do Rio Grande fortificado irem a Jaguaribe, donde se sabe haverem levado 'amostras de ouro a suas terras".

Veja-se o "Regimento para a jornada de Pero Coelho ao Ceará", na *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 34, p. 231. No regimento passado por D. Luís de Sousa, em 9 de Setembro de 1617, a favor de Domingos Lopes Lopo, nomeado capitão do Ceará, está isso muito bem explicado: "He por que o intento principal com que o dito presídio do Siará se levantou foi para defender as aguadas he comércio que os franceses he outras nações estrangeiras fazião e tinhão naquelas parages, sereis muito vigilante", etc. *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 34, p. 238.

desembarcados ao que se pensa em 1594, ou possivelmente em 1590, segundo afirma João Brígido. (11)

A colonização lusa veio, assim, encontrar o ameríndio do Ceará já em contato e comércio com homens brancos, ao mesmo passo que tribos nativas se deslocavam dos seus *habitats* costumeiros para o centro, cedendo à pressão dos tupis recuados do Rio Grande.

Capistrano, a largos traços, oferece-nos a geografia dessas tribos, por então: "O Ceará estava ocupado por *tupinambás* ou *potiguaras*, chegados recentemente do Rio Grande do Norte, e por *tupiniquins* ou *tabajaras*, espalhados pela Ibiapaba, e residentes aí desde muitos anos, senão séculos, pois constituíam 70 aldeias. Eram numerosos os tapuias, geralmente *cariris*, primeiros habitadores do litoral, já então recalcados para o interior, exceto no norte, onde os *tremembés*, também do tronco Cariri, dominavam as praias que vão do Camocim até além do Parnaíba". (12)

Mas este retrato é incompleto, quiçá defeituoso, e não tem sido boa tarefa retocá-lo, para definir, com aproximado acerto, o discrimine etnológico dos diversos grupos, e bem assim fixar-lhes o grau de cultura mental e de adiantamento material.

Muitos fatores hão concorrido para a incerteza dos estudos da nossa proto-história, carecida inteiramente de informes escritos, pois que era unicamente oral a linguagem indígena, e só através das notícias confusas e contraditórias dos cronistas, e dos processos lógicos de dedução, é possível extrair a verdade acerca da vida dos nossos homens primitivos.

Efetivamente, se por um lado parece hoje fora de dúvida que os tupis encontrados pela bandeira de Pero Coe-

---

(11) *Ceará, Homens e Factos*, 1919, p. 345.
(12) *Caminhos*, cit., púg. 244.

lho, ao longo das praias cearenses, até muito ao norte do rio Ceará, eram potiguaras afugentados pelas explorações dos europeus na Paraíba e no Rio Grande, por outro ainda não se explica bem o enquistamento dos tabajaras, também tupis, nas eminências da Serra Grande, desde muitos anos, "senão séculos" na expressão de Capistrano, quando se sabe que pertenciam à raça tapuia os demais agrupamentos ocupantes dos sertões e da parte extrema da costa, do rio Mundaú, ou talvez do Aracatiaçu, ao Maranhão.

Também está por apurar de que espécie eram os tapuias, diferentes, numerosos e tantos, que em setenta léguas de circuito Martim Soares Moreno contou vinte e duas nações.

Da grei POTIGUARA tem-se por certo que pertencia ao galho tupinambá, do grande tronco étnico tupi, derramado pela orla oceânica do Brasil, falando a língua *abanheenga*, ou tupi antigo, e realizando, conforme a melhor versão, demorado deslocamento migratório, começado por ventura no médio Paraná-Paraguai em busca do Amazonas, e possivelmente perturbado, impôs o descobrimento, pela ação invasora dos brancos, que os obrigaram ora a desviar-se para os sertões, ora a apressar a marcha para o setentrião.

No início da colonização do Brasil, aglomeravam-se os potiguaras entre os rios Paraíba do Norte e Jaguaribe, conquanto no mapa de Jacques de Vandeslaye, datado de 1579, figure a sua existência a contar daquele primeiro rio, então chamado S. Domingos, até ao da Cruz (Camocim).

Deles diz Carlos Studart que "batidos continuamente nas capitamas da Paraíba e do Rio Grande do Norte pelas. forças congregadas dos lusitanos e tabajaras, muitos fugiram para o interior a procura de novas terras, enquanto outros menos altivos depunham temporariamente as armas", tornando-se mais tarde bons auxiliares dos reinós, na conquista do Ceará, ao passo que os da mesma raça, que aqui viviam, "permaneceram fiéis aos seus anti-

gos aliados franceses, com quem continuavam comerciando largamente", até posteriormente se juntarem aos portugueses, e durante muitos anos, devido à intervenção de Soares Moreno, (13) como noutro capítulo se verá.

Das margens do Jaguaribe foram gradativamente excursionando para o norte, afastando os tapuias ou com alguns deles se misturando, como por exemplo os guanacés e jaguararunas, até defrontarem os tremembés, localizados na região litorânea do norte.

Os tremembés, realmente, dominavam o litoral, do rio Mundaú, ou talvez melhor; do rio Aracatiaçu (e não do rio Camocim como pensam alguns autores e muito menos do rio Jaguaribe ou do Mossoró", como escreveu o padre Claude Abbeville) ao rio Parnaíba ou mesmo ao Itapicuru, no Maranhão. (14)

---

(13) Notas Históricas sobre os Indígenas Cearenses, in: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 45, p. 91.

(14) Entendem muitos desses autores que eles eram de linhagem cariri. Capistrano os supôs "vedetas avançados" desse povo.

Entretanto, Carlos Frederico von Martius e P. Rivet os incluíram no meio dos tupis, sendo também certo que Alfred Metreaux, mais modernamente, modificando a classificação geralmente conhecida do mesmo Martius, de Stein e de Ehrenreich, julga constituírem os tremembés uma raça independente, com idioma e caracteres próprios.

Em relação a eles, diz Tomaz Pompeu Sobrinho, grande autoridade nos assuntos indígenas e por sem dúvida o mais abalizado de quantos atualmente estudam a etnologia dos ameríndios do Nordeste brasileiro: "Sobre que eram tapuias já se não discute. Estavam os tremembés admiravelmente adaptados á vida do mar e dos estuários navegáveis, gozavam da justa fama de exímios pescadores e bons canoeiros, o que certamente afasta a hipótese de uma filiação Gê, povo por excelência continental. Não é de supor se trata de uma tribo Aruak perdida entre gentes estranhas, com hábitos particulares, não comuns ao grupo étnico-padrão (*Revista de Filologia e de História*, Rio, 1934, tomo II, p. 300)

Concorda em que fossem tapuias Carlos Studart Filho, outro etnólogo do mais extreme conceito, firmando-se nos cronistas antigos que se referem ao Ceará; os quais "são unanimes em nomeá-los tapuias e essa denominação é plenamente confirmada pelo exame

Os TABAJARAS, qual se disse, do grupo túpico, agitavam-se em grande área ao norte da Serra da Ibiapaba, a Buapava dos antigos, onde Pero Coelho os encontrou distribuídos em 70 aldeias. Eram. segundo o Padre Antônio Vieira, dê índole rebelde, até antropófagos, embora na opinião de outros fossem "muito dóceis e trabalhadores", amantes da agricultação.

Joakim Catunda reconhece que eram "bravos e se achavam mais adiantados do que os outros índios dos sertões circunvizinhos". (15) Pedro Théberge acrescenta que "eram valorosos guerreiros e praticavam a antropofagia, não obstante se aplicarem à cultura do milho e da mandioca". (16)

Os demais gentios do Ceará, à parte algumas tribos ainda não classificadas, formavam duas famílias tapuias distintas e, pelos estudos mais modernos, consideradas grupos étnicos independentes: os cariris e os tarairiús.

Os CARIRIS figuram na síntese dos principais grupos "apurados" de Capistrano, aceita por João Ribeiro, como "os primeiros habitadores de grande extensão do litoral, onde ainda os portugueses os encontraram em partes do Maranhão e do Ceará e à esquerda do baixo S. Francisco, alhures já repelidos para o sertão antes da chegada dos europeus. Começavam pelo menos do

---

de seus usos e costumes, que são bastante conhecidos graças aos escritos de Ivo d' Evreux, do Padre Bettendorf e de Berredo" *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 45. p. 75-76).

Tidos por muitos como ferozes e indomáveis, a ponto de Baptista Caetano interpretar-lhes o nome como significando *tumultuário, amotinado;* e, por outros, como pacíficos, inofensivos e excelentes nadadores e pescadores, sendo pelos tabajaras alcunhados de *vagabundos,* constituíram para os portugueses motivo de graves embaraços (Paulino Nogueira, *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 1, p. 423).

(15) *Estudo; de História do Ceará,* ed.. de 1919, p. 161

(16) *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará,* 1870, vol. 1, p. 4.

(17) Frei Vicente do Salvador, *obr. cit.*, p. 10.

Paraguaçu e chegaram talvez ao Itapicuru no Maranhão e parecem de todo extintos e não ter representante fora do Brasil". (17)

São os *cariris-sabujas* da classificação de Ehrenreich.

Para von Martius, integravam o ajuntamento *Guck*, estendidos do rio S. Francisco até o rio Curu ou o Acaraú, no Ceará, e foi o padre Fernão Cardim quem primeiramente a eles aludiu, existindo na Baía (1584).

Entretanto, – sustenta Pompeu Sobrinho – "com os progressos dos conhecimentos etnográficos, verificou-se que os *"kariris"* formavam uma família independente dos outros gucks de Martius e sem afinidades definidas com qualquer outro grupo étnico. Dos *tupis*, com que se avizinhavam a leste, e dos *karaibas*, separava-os a incompatibilidade de línguas; dos *gês*, que os circundavam ao sul e a oeste, além da língua, muitos e importantes elementos de cultura os diferenciavam". (18)

Subdivididos em várias nações, tinham a denominação de *dzubukuas*, às margens do S. Francisco; *kipéas*, na ribeira do Itapicuru baiano; *cariris velhos*, na Serra da Borborema, e *cariris novos*, no sul do Ceará e sertão de Pernambuco, sendo duvidoso que estes últimos hajam habitado o litoral cearense, pois o mais provável é que tenham vindo da Baía, circunstância que põe em xeque a qualidade cariri dos tremembés.

Até bem pouco tempo, como que havia passado em julgado serem cariris os demais grupos íncolas, salvante os potiguaras e tabajaras, moradores no território cearense. No entanto, as últimas investigações e estudos mais bem orientados esclarecem que o *habitat* dos ditos cariris se restringia à região compreendida entre as quebradas da Serra do Araripe, as margens do rio Salgado, afluente do Jaguaribe, até o rio do Peixe, na Paraíba, e as ribeiras do

---

(18) *Revista de Filologia e História*, cit. págs. 289-305.

alto Bastiões e do alto Cariús, também tributários dó Jaguaribe. (19)

O restante do território do Ceará, com exclusão de alguns grupos de menor importância, talvez gês, constituía o campo de atividades da outra numerosa grei de tapuias – os TARAIRIÚS, de situação cultural e racial agora bem determinada, devido notadamente às lucubrações do dr. Pompeu Sobrinho.

"A singularidade da cultura e da língua destes indígenas nordestinos – esclarece ele – justifica plenamente a constituição de uma família étnico-lingüística que compreenda todas as tribos que se expressavam na mesma linguagem dos jandoins ou num dialeto afim. Os

---

(19) Na serra do Araripe habitavam os *caririaçus*, cariris propriamente ditos *carirés* ou *kiriris*, em 1700 pacificados pelo Padre João (1e Matos Serra e missionados por padres carmelitas, que os aldearam nos lugares Missão-Velha (hoje cidade deste nome), Salamanca (hoje Barbalha) e Miranda, hoje Crato (P. Théberge, *Esboço cit.*, vol. 1, p. 6).

Do rio Salgado ao rio do Peixe espalhavam-se os *icós* ou *ikós*, irrequietos, saqueadores e indomáveis, fato que muito custosa tornou a sua pacificação. Aliados ora aos paiacus, ora aos caririaçus, inúmeras vezes investiram contra os brancos, até 'serem expulsos para o Piauí, por volta de 1726. Desdobramento dos *icós*, parece são os *icósinhos* tribo tapuia que ocupava o sitio onde se acha hoje a cidade do Icó (Théberge). Na mesma ribeira do Salgado, *á* margem esquerda, estavam os *calabaças*.

Os *cariús*, possivelmente os *careryjouws* de que fala o holandês Elias Herckman, circunscreviam-se ás ribeiras dos Bastiões e do Cariús, este, na imaginação do visionário padre Francisco Teles de Meneses, tão rico de ouro, que os índios o apanhavam em lascas para preacas de suas flechas, o que justificaria o étimo *corijuba* – "alforje ou saco de ouro", quando em verdade a palavra *cariús* quer dizer "água saída do mato" *(caa-ry-hú)* alusão ás cabeceiras do rio, localizadas numa serra das mais cobertas de matas. (Paulino Nogueira, *Revista do Instituto do Ceará*, 1, p. 257).

Tais ameríndios se aldearam mais tarde na Missão do Miranda, sob a direção de frei Carlos Maria de Ferrara, que os missionou talvez de 1743 até. 1750; de frei Francisco de Palermo, que substituiu o anterior, até 1762; e frei Joaquim de Veneza, até 1764. (Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará*, 1918, p. 180).

Tarairiús eram índios genuinamente do Nordeste do Brasil, dentro do qual ocupavam uma área territorial enorme. A denominação Tarairiú, dada à família, pareceu-nos a mais consentânea, por isso que, segundo os autores neerlandeses, ela compreendia as duas subnações dos *jandoins* e dos *canindés*, ambas muito grandes. A expressão é grafada pelos holandeses: *Tarairyou* (Herckman). *Tararyuck* (Laet); os portugueses escreviam Tararijus". (20)

Na classificação tradicional estão incluídos no ramo gê ou *crã*, com o nome de tarairiús ou *ats-chu-caianas*. (21) Eram às vezes confundidos com os *cariris* e por muito tempo se chamaram *jandoins*, do nome de um dos seus maiores, ou *jenipapos*. A uma parte deles denominavam, outrossim, *canindés ou jenipapoaçus*, como se diferentes fossem.

Indiscutivelmente não eram um povo túpico, visto como falavam língua travada. Igualmente se distanciavam dos cariris pelos caracteres e por outros elementos culturais, como por exemplo o costume de comer assados os parentes mortos, para que tivessem estes sepultura condigna, guardados dentro do próprio organismo dos que os estimavam: "tem tábem pr. costume quãdo os seus morrem, se são homens, as molheres lhes comerem a carne, os ossos moydos lhos beberem pa. qu. não tenhão saudades daquelles q. mettem nas entranhas, tendo-se pr. mais pios nesta impiedade q os q. enterrão os seus mortos apartando-se de sy tudo o que he causa das saudades". (22)

Esse costume, raciocina Pompeu Sobrinho, comum aos ameríncolas de Jandoin e aos que viviam perto da extremidade norte da Serra da Ibiapaba, prova que uns e outros pertenciam ao mesmo grupo, e eram de todo estra-

---

(20) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 53, p. 226.
(21) *Estêvão Pinto, obr. cit.*, vol. 1, p. 134.
(22) Padre Luís Figueira, *Relação do Maranhão*, na *Revista do Instituto do Ceará cit.*, vol. 17, p. 111.

nhos aos cariris, pois a tal respeito é completo o silêncio dos cronistas, nem da linguagem cariri algo se deduz que o lembre. Identicamente, quanto aos gês, caraíbas, tupis e fulniôs; que inumavam os seus mortos.

E adiciona: "O fato de dormirem em redes e serem hábeis nadadores os distancia dos gês, com que, aliás, são freqüentemente confundidos. Mas ainda um outro elemento cultural abre entre os dois povos largo hiato. Tinham os *Tarairiús* abundante cerâmica, cousa que os *Gês* desconheciam". (23)

Pompeu Sobrinho reputa, afinal, tarairiús: os *jandoins*, os *canindés*, *paiacus*, *jenipapos*, *jenipapoaçus*, *javós*, *camaçus*, *tucurijus*, *irariús* ou *irariús* e os *xucurus* ou *xocós*. (24)

---

(23) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 53, p. 233.

(24) Os *jandoins* ou *jendoins* se estendiam do ocidente do Rio Grande do Norte ao Jaguaribe, e nada mais são do que os índios chamados especificamente *tarairiús*, nome que passou a ser de todo o grupo, definido pelo mesmo etnólogo.

Na região limitada pelo rio Açu, Serra do Apodi e baixo Jaguaribe trabalhavam os *paiacus* ou *piacus*. "No inicio da colonização do Ceará eles receberam bem os primeiros aventureiros portugueses a quem se aliaram contra os índios do litoral. Foram, no entanto, muitos deles traiçoeiramente escravizados pelos brancos e remetidos para Pernambuco com os prisioneiros de guerra colhidos na Ibiapaba e outros tapuias que os reinícolas haviam resgatado durante a travessia". "Tornaram-se um obstáculo sério ao fácil comércio entre o Ceará e as capitamas vizinhas e, o que é mais grave, um estorvo constante ao povoamento da ribeira do Jaguaribe".

Canindé é o nominativo da cabilda belicosa que vagueava. pelas nascentes do rio Curu e pelos flancos do Banabuiú e seu afluente Quixeramobim, prolongando-se através das ilhargas do Jaguaribe até ao Rio Grande do Norte.

Jenipapo, o de outra que, falando a mesma língua, perambulava pelas cabeceiras do rio Choró, e tomara parte saliente nas lutas cruéis em que por muitos anos se empenharam os Montes e Silva e os Alves Feitosa.

Dispersos na Serra Grande (Ibiapaba) ou circundando a parte norte desta ocupada pelos tabajaras, estavam os *tocarijus*, que o Padre Luís Figueira denomina *cararijus*, e de cuja sanha foi vítima, em Janeiro de 1608, o seu companheiro de jornada, o Padre Francisco Pinto, depois de inutilmente tentar pacificá-los; estavam os *camaçus*

Parecendo tarairiús, são também dignos de nota os *carateús*, donos do sertão deste nome, bacia do Poti, e "tribo cuja história é das mais lacunosas"; os *anacés*, *guanacés* ou *wanacés* (a mesma coisa que jaguararunas, segundo Tristão Araripe e Paulino Nogueira) (25), deles havendo guanaceaçus e guanacemirins, referido por Matias Beck no célebre *Diário* de sua expedição ao Ceará, em 1649, e vindas por ventura do Piauí ou do Maranhão, pois há notícia deles habitando o riacho das Tabocas e o Inuçu, sobre a Ibiapaba, nos atuais limites do Ceará com o Piauí"; os *jaguaribaras*, colocá-los entre estes últimos e os potiguaras, desde a margem esquerda do Jaguaribe, onde defrontavam os paiacus, até o rio Mundaú, ao norte, e a Serra de Baturité, a oeste; os *jucás*, muito conhecidos pela denominação de *inhamuns*, posteriormente aldeados, parte no lugar que veio a ser a atual cidade de Arneiroz, e parte na missão da Telha, hoje cidade de Iguatu. (26)

◆ ◆ ◆

Como se vê, o mapa étnico-ameríndio do Ceará, quando iniciada a colonização, deixa de apresentar contornos seguros dadas as deficiências informativas, porém mesmo assim poderá fornecer material para um esboço da economia dos nossos silvícolas, àquela época.

Desse modo, é possível afirmar que então habitavam o Ceará gentios de cultura bastante adiantada, a despeito do grau de atraso que alguns mostravam.

---

ou *acamaçus*, vivendo em estreita faixa de terra entre o norte da cordilheira e a praia pisada pelos tremembés; estavam enfim os *acariús*, os *irariús* etc. "Também damos parte a V. Excia. que o tapuya chamado areriú que habita na Ribeira do Acaracu..." *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, p. 171).

(25) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, p. 314.

(26) Carlos Studart Filho, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 55, p. 90; Estêvão Pinto, *obra cit.*, vol. 1. p. 136.

Não eram, como acremente as retratou Joakim Catunda "tribos famélicas, delas errantes, sem taba, nem oca, abrigando-se à sombra das árvores ou no côncavo dos rochedos". (27) Nem tampouco abrange a todos a pintura que o jesuíta Luís Figueira traçou na carta em que expunha as dificuldades da Missão do Maranhão: "Do rio grande, que a última povoação dos Portugueses ao Maranhão são passantes de tresentas legoas, todas povoadas de tapuyos selvagens que são tantos que não tem conta. E andão em magotes de 50, 80 e 100 casais correndo sempre os campos buscando cassa de que se sustentam, sem outra casa mais que o lugar aonde lhes anoutece, e nada lhes pode escapar". (28)

Carlos Studart Filho, com muito exagero, os supõe hordas de existência inteiramente nômade, só em minoria ínfima tendo vida semi-sedentária. (29)

Os adminículos da nossa etnografia e da nossa paleontologia não autorizam mais essas afirmações sobre o nomadismo e a incultura das tribos do Ceará, filhas do imperfeito e quase sempre parcial testemunho dos cronistas e colonos, e muito especialmente da incompreensão por parte deles em relação às idéias e costumes da indiada, tão afastados da civilização do velho mundo.

Não é conseqüentemente fácil precisar a etologia dos nossos conterrâneos pré-coloniais. Todavia, para guiar os estudos atinentes à sua economia, objeto do presente capítulo, surge, de logo, uma verdade de capital relevância: é que eles, naquele momento do primeiro contato civilizador, viviam a fase neolítica da sua evolução, (30) desconhecendo

---

(27) *Estudos de História do Ceará*, cit. p. 32.
(28) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17. p. 139.
(29) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 45, p. 34.
(30) Os íncolas brasileiros nenhum vestígio apresentam de ter vivido a época da pedra lascada, ou paleolítica, e a maior prova é que não se encontraram até hoje objetos ou monumentos dessa natureza. Couto

os metais, mas já ingressos numa singular indústria e nos trabalhos da agricultura, mais ou menos semelhantemente à de toda a gentilidade brasileira, dentro daquela grande correspondência de modo de vida, usos e horizonte intelectual, que von Martius observou entre os povos da raça vermelha. (31).

Não tira o caráter dessa fase lítica o fato de ter Pero Coelho encontrado, mesclados aos tabajaras, alguns franceses armados de trabuco e, por certo, fornecendo-lhes alguns instrumentos de ferro e outros efeitos da indústria européia. A influência desse contato com o invasor branco – aliás somente com as tribos litorâneas, porquanto até o início da conquista holandesa, em 1637, o sertão não havia sido penetrado – deveria ter sido bastante fraca, levemente tegumentar, para imprimir qualquer mudança sensível nos hábitos e processos da gente índia, secularmente estratificados.

Portanto, não se errará asseverando que os agrupamentos aborígines do Ceará apresentavam esquema econômico-social mais ou menos uniformizado como os demais do Brasil, apenas com as alterações nascidas do determinismo geofísico peculiar à região.

Longe de viverem "sem taba nem oca", correndo atoamente os campos em "magotes", as tribos cearenses eram na sua quase totalidade acentuadamente sedentárias, fixadas em zonas territoriais de delimitação estabelecida, onde exerciam as suas atividades, a caça, a pesca, a colheita, a agricultura e a pequena indústria a elas indis-

---

de Magalhães é de parecer que "a única explicação que há para este fato é que o Brasil só possuiu os seus selvagens por via de emigração e que esta deve ter-se efetuado depois que esses homens transpuseram em outra região o primeiro período da civilização ou barbaria humana" (*O Selvagem*, 3. ed., Brasiliana, p. 71).

(31) *O Direito Entre os Indígenas do Brasil*, tradução de Amaral Gurgel, São Paulo, p. 30.

pensáveis, tudo obediente a certas normas de vida familiar e de ordem coletiva, e inspirado, como é natural, em concepções *sui generis*, radicalmente diversas das que alicerçavam a civilização da Europa, e origem do traumatismo moral e ideológico em que se encontraram, inconscientes, as duas raças antagônicas, tão cheio de conseqüências trágicas, a sujar de sangue e de ódio as mãos e a alma dos colonizadores.

A noção de propriedade, por exemplo, no índio, divergia fundamente do conceito clássico.

Não poucos escritores, enganados pelas aparências, negam tivesse ele tal sentimento, que prende, em inter-relações que se completam, o homem à terra e às coisas.

Alguns vêem, neste tocante, entre os silvícolas apenas meras relações de *posse*, na acepção jurídica atual, ou seja simples detenção dos objetos, que não encerra ou não tem dentro de si esse instinto egoísta a ligar o indivíduo intimamente à coisa, com exclusão dos outros indivíduos, a *plena in re potesta*, só limitado pelas necessidades da convivência social.

É preciso, entretanto, considerar que essa distinção, entre posse e propriedade, não pode ser levada em conta na vida de relações sociais do homem das selvas, sobremaneira rudimentar, insuficiente para favorecer o desdobramento de uma idéia que somente se apurou no direito dos povos cultos.

Outros, ainda, entendem que a propriedade móvel, e não a imóvel, existia entre os ameríndios. O domínio sobre os objetos de uso de cada qual era tudo o que havia: simples propriedade individual, sem maiores efeitos para a formação de um estado de coisas capaz de gerar uma ordem social mais positiva e firme.

O certo, porém, é que eles concebiam a direito de propriedade sob o aspecto coletivo, e não sob o particular, em se tratando da terra. A área territorial destinada à vida da

tribo pertencia a todos na sua *integralidade*, numa espécie de condomínio *pro indiviso*, sem qualquer sentido de parte alíquota, todavia. *Propriedade tribal*, poder-se-ia qualificar.

Ao lado dessa grande comunhão, existia o condomínio ou *propriedade familial*, sobre a casa, a grande oca, teto de várias famílias, que aí residiam conjuntamente, sem que nenhum tivesse a noção de tocar-lhe determinada porção do *imóvel*.

"Em toda a extensão em que as famílias de uma horda ocupam certa região explica von Martius – é esse território considerado propriedade da comunidade. Esta idéia está clara e viva na alma do índio e ele compreende a propriedade comum como cousa inteiriça da qual porção alguma pode pertencer a um indivíduo só". (32)

Acrescenta o famoso naturalista e indianólogo: ".... o silvícola considera como propriedade da tribo o terreno que ela cultiva, mas em sentido estrito torna-se imóvel privado tal como acontece com a cabana, sendo estes dois imóveis considerados mais como propriedade de toda a família ou famílias que moram nela, do que propriedade individual exclusiva. Nisso reconhece-se uma certa semelhança dos costumes com os de direito dos antigos gregos e dos antepassados germânicos. Tais bens de raiz são adquiridos somente em comum e por isso, com mais direito ainda, considerados propriedade de todos". (33)

O mesmo se dava com as culturas agrícolas, pois que, nada obstante a negação de diversos escritores e cronistas, os ameríndios, via de regra, eram agricultores.

"O engano corrente de que não possuem propriedade imóvel – é outra informação de von Martius – certamente provém da opinião errada de que os selvagens sul-americanos não tinham lavoura e nem a exercem ainda, – o con-

---

(32) Von Martius, *idem*, p. 66-67
(33) *Obra cit.*, p. 65;

trário é que é exato, pois só conhecemos povos que possuíam lavoura, por pequena que fosse, exceto os vagabundos Murás, que não tinham domicílio". (34)

Definindo com justeza o conteúdo da propriedade coletiva índia, escreve Clóvis Beviláqua:

"O território das tribos não era perpétuo, mas nem por isso era menos ciosamente guardado e defendido. Certos acidentes naturais do terreno, como os rios e as montanhas, serviam de marcos às respectivas fronteiras, além das quais os vizinhos não tinham o direito de levar suas excursões venatórias, nem sequer transitar vagabundeando, sem arriscarem-se a chamar sobre os seus uma guerra de extermino". (35).

A fixação territorial era, pois, evidente, e se por injunções de ordem guerreira, climática ou doutra sorte, os agrupamentos aborígines se deslocavam em mudança mais radical, tais deslocamentos se davam para outros pontos mais vantajosos, *dentro da área coletiva*, não tendo portanto o caráter de nomadismo que tanto impressionou a alguns dos narradores das épocas coloniais.

"Não moram mais em uma aldeia que em quanto lhes não apodrece a palma dos tectos das casas, que é espaço de três ou quatro anos, e então a mudam para outra parte escolhendo primeiro o principal, com o parecer dos mais antigos, o sítio que seja alto, desabafado, com água perto e terra a propósito para suas roças e sementeiras", e informe que nos transmite Frei Vicente do Salvador. (36)

---

(34) *Obra cit.*, p. 65. Também era de propriedade familial aquilo que se destinava ao trabalho comum. Redes, vasilhames, aparelhos para fabricar farinha, etc. constituem propriedade da família – *bona vita*. Quando varias famílias moram na mesma cabana, é raro que tais utensílios sirvam a todos, porque cada família tem os seus e não precisa dos outros" (Von Martius, idem, p. 76). Os moradores de uma mesma cabana não se acham mais aproximados do que se fossem vizinhos (p. 82).
(35) *Criminologia e Direito*, 1896, p. 234-35.
(36) *Obra cit.*, p. 57.

A explicação de todos esses fatos não é difícil, se atentarmos para que aqueles povos viviam em relativo estado de natureza, com necessidades sociais e econômicas muito primárias e, por conseguinte, com uma organização de trabalho muito simples, sendo fáceis tais migrações.

Quanto à propriedade privada, é fora de dúvida que eles a sentiam talvez com a mesma intensidade 'que o homem civilizado; sob este aspecto dos direitos reais a sua organização jurídica estava bem delineada.

Cada qual era senhor dos seus objetos, armas, utensílios, ornatos, instrumentos de trabalho, por ele construídos ou por ele achados ou conquistados, e os demais aceitavam essa apropriação. O respeito ao que é de outrem, dentro da tribo, e mais estreitamente dentro da taba, é muito forte, quase absoluto: "Raras vezes, acentua von Martius, ouvi falar entre os índios brasileiros do furto de produtos agrícolas, como de roubo e de furto em geral; tão pouco encontrei cercas ou outros sinais de divisa entre roças" (37)

> ... e sem terem caixas nem fechaduras, e os ranchos sem portas, todos abertos, são tão fiéis uns aos outros que não há quem tome ou bula em coisa alguma sem licença do seu dono", noticia o mesmo Frei Vicente. (38)

"O furto a inimigos e a estranhos que não fossem hospedes, refere Beviláqua, era um ato lícito. Dentro da taba, entre consócios, era quase desconhecido. São rigorosos em respeitar o alheio – diz Abbeville. Como nada têm fechado, não há furto, diz-nos Cardim. Se lhes falta alguma coisa, narra outro escritor, os caraíbas dizem logo: "algum cristão andou aqui?" (39)

---

(37) *Obra cit.*, p. 69.
(38) *História da Brasil cit.*, p. 57.
(39) Obra cit., p. 236.

Esses princípios consuetudinários referentes ao direito das coisas e mais alguns atinentes ao direito da família, especialmente ao casamento, adjetos a algumas restrições de ordem religiosa, (40) estruturaram a bem dizer a vida diuturna das nossas cabildas nativas. As normas, tão desenvolvidas entre os povos adiantados, concernentes às obrigações jurídicas, entre elas eram quase nenhumas, dada a singeleza das relações pessoais e das suas condições materiais de existência, pelo desconhecimento de tudo quanto a civilização imaginou e concretizou, visando ao conforto e bem-estar do homem e foi indispensável regular juridicamente.

Transmite-nos von Martius: "Tão pouco vimos vestígios de condições contratuais, comparáveis com as nossas em qualquer das suas formas (direito de retenção, penhora, preferência ou revenda, usufruto, servidão, etc). As relações dessa gente são tão restritas e a sua mentalidade tão simples, que não chegam para criar tais condições e ainda menos desenvolvê-las, dando-lhes a forma de um direito. Possuindo cada indivíduo o pouco que constitui a sua restrita necessidade, o próprio empréstimo de objetos é uma raridade". "De penhores e fianças, nenhum vestígio há entre os índios", acrescenta. (41)

Pelas mesmas razões, era nulo o direito sucessório.

É convincente aquele diálogo de Jean Lery com o velho tupinambá, que acabou por dizer: "agora vejo que vós outros *mairs* sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos e. trabalhais tanto para amon-

---

(40) "O selvagem brasileiro achava-se no primeiro grau do estudo teológico, com propensões para a astrologia, conforme se infere das personificações dos astros que se lhe atribuem, como sejam a do Sol, *guaraci*, mãe dos animais, a da Lua, *jaci*, mãe das plantas , Rudá ou Perudá, sorte de divindade atônica, que presidiria ao mistério da reprodução" (Cruz Filho, in: *O Ceará*, de Raimundo Girão e de Martins Filho, 2. ed. 1945, p. 33.

(41) *Obra cit.*, p. 82 e 76.

toar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados". (42)

E bem assim o direito contribuitivo, porquanto neste assunto o conceito de Estado mal despontava na pessoa do chefe ou principal (murubixaba) e do conselho dos velhos ou mais antigos. "Toda a espécie de contribuição – observou Martius – é desconhecida entre os índios brasileiros; não há entre eles domínios nem fiscais. Se não necessárias maiores quantidades de mantimentos, cada uma das famílias contribui em relação ao número de seus membros guerreiros, ou mesmo conforme a sua boa vontade". (43)

O esforço ou contingente individual para a produção não tinha a feição de imposto ou dízimo, ainda que em espécie, senão o de partícula para a composição dum todo, como que o trabalho do sócio para o acervo da sociedade: "porém nem a estes (o capitão da aldeia e o principal de cada casa), nem ao maioral pagam os outros algum tributo ou vassalagem mais que chamá-los, quando têm vinhos, pera os ajudarem a beber", comenta Frei Vicente do Salvador. (44)

Tal se verificava não só entre os tupis, como entre os cariris e tarairiús as duas grandes nações tapuias que enchiam o território interior do Ceara.

---

(42) *Viagem à Terra do Brasil*, Biblioteca Histórica Brasileira, VII, p. 155.

(43) *Obra* cit., p. 51-52. Havia entre os índios muito espirito de solidariedade.

(44) *Obra. cit.*, p. 54. "É muito grande a liberalidade entre eles – escreve Ives d' Évreux – e desconhecida a avareza. Se algum deles tiver desejo de possuir uma coisa, que pertença a outro, ele o diz francamente e é preciso que o objeto seja muito estimado para *não* ser dado logo, embora o que o pediu fique na obrigação de dar ao outro também o que desejar". "Vivem pacificamente com os outros, dividem com eles o resultado de sua pescaria, caçada e lavoura", afirma o citado capuchinho.

No que tange à habitação, os escritores aceitam unanimemente que os tupis as possuíam bem distribuídas em "verdadeiras acrópoles erigidas em sítios eminentes e arejados nas vizinhanças dos rios, rodeadas de matas e terras férteis", (45) e não assim entre os tapuias, sobre quem alguns escrevem que não tinham "aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas".

Neste, como em muitos outros pontos referentes aos tapuias nordestinos, os estudos mais recentes, baseados em material pacientemente colhido, valem contra as informações dos velhos narradores, como Fernão Cardim, Gabriel de Sonsa Soares, Ives d'Evreux, etc. apanhados dos tupis, que as transmitiam suspeitamente, por se tratar de índios por eles julgados inferiores, inimigos ou sujos, de *idioma travado*, como alegavam.

Por essas novas pesquisas, como se frisou, tem-se evidenciado que os nossos tapuias andavam em estágio de fixação e. de cultura muito mais – avançado que de primeiro se supunha, chegando sob alguns aspectos a ser superior a das gentes túpicas habitantes da mesma região. (46)

Há fortes razões para concluir que as habitações dos cariris, e talvez as dos tarairiús, como as dos tupis potiguaras do litoral e tabajaras da Serra da Ibiapaba, apresentavam modelo e construção nas linhas gerais parecidas.

É verdade que Elias Herckman, holandês que conviveu com os tarairiús, dá a entender serem estes muito nômades, não conhecendo nem praticando a agricultura; mas na realidade conhece-se hoje, deixados por esses mesmos índios abundante cerâmica e vasos de pedra, de confecção demorada e muito pesados, o que segundo Pompeu Sobrinho contraria a suposição dos autores holandeses quanto ao seu nomadismo, explicando-se tal suposição certamen-

---

(45) Veja-se, Estêvão Pinto, *Obra* cit. vol. 2, p. 161.
(46) Pompeu Sobrinho, *Revista do Instituto do Ceará*, vil. 53, p. 225.

te pelo fato de haverem os mesmos autores conhecido a nação *jandoins* em período de guerra, de lutas e viagens penosas e longas, deslocados das suas aldeias primitivas.

E discute Pompeu Sobrinho, mui logicamente "Conquanto Herckman assevere que estes ameríncolas não tinham lugares certos ou aldeias onde morassem e que vagueavam pelos campos, demorando-se ora num, ora noutro sítio, é fora de dúvida que eles construíam moradas, pois o próprio Herckman refere-se às *suas* moradas. Ora, se esta gente tinha casas onde morava, grandes vasilhas de barro cozido, pilões de pedra polida e utensílios e armas do mesmo material, cuja confecção exige tempo e paciência, pouso e sossego, não podia ser tão instável, nem tão vagabunda como parecera aos holandeses desprevenidos". (47)

Com relação aos cariris, Estêvão Pinto sugere que a esse respeito quase nada se sabe, e cita Yves d'Evreux para quem os tremembés eram mais vagabundos que estáveis em suas moradias, não gostando de fazer hortas nem casas, dormindo no chão e conduzindo consigo pouca bagagem. (48) Porém como é certo que ditos cariris eram agricultores e oleiros, indiscutível é que viviam estáveis, aliás numa zona rica e feraz do território cearense.

As habitações, reunidas em aldeias, eram dos tipos usualmente descritos pelos etnógrafos e historiadores, mais perfeitas umas, de pior acabamento outras.

Depois de aludir aos aimorés, "os quais não fazem casa onde morem", diz Frei Vicente do Salvador que "as demais castas de índios vivem em aldeias que fazem cobertas de palma e de tal maneira arrumadas que lhes fique no meio um terreiro, onde façam seus bailes e festas e se ajuntem de noite em conselho. As casas são tão compridas que moram em cada uma setenta ou oitenta casais, e não há nelas

---

(47) *Revista do Instituto do Ceará, cit.*, vol. cit., p. 233. *Revista de Filologia e de História, cit., p.* 291-292.
(48) *Obra cit., p.* 174.

algum repartimento mais que os tirantes, e entre um e outro é um rancho, onde se agasalha um casal com sua família, e o do principal da casa é o primeiro no copiar". (49)

Quando várias famílias habitam o mesmo edifício, confirma von Martius, pertence a cada um o lugar onde tem armada a rede e onde acende a fogueira. Neste lugar, geralmente demarcado por postes na parede, cada família trata de seus negócios particulares, sem que as outras tomem parte neles. Sobre o girau ao pé da parede, logo por baixo do tecto, cada família guarda o que é seu e, como o lugar da fogueira é essencial para cada família, o índio brasileiro regula o tamanho da cabana pelo número de fogos que deverá conter tal como é costume entre os índios norte-americanos". (50)

Jean de Lery observou que "em algumas aldeias moram na mesma casa, de quinhentas a seiscentas pessoas e não raro mais; em verdade cada família, composta de marido, mulher e filhos, ocupa lugar especial, embora as casas, que têm em geral mais de sessenta passos de comprimento, não possuam tabiques de separação que impeçam verem-se uns aos outros". (51)

"Suas povoações – assegura Théberge – compunham-se de cabanas feitas de ramagens ou de folhas de certas palmeiras, reunidas em aldeia, umas vezes cercadas de espécies de muralhas de terra ou madeira em estacada, outras vezes com fossos, a fim de tal forma deter os inimigos da tribo". (52)

A mobiliação dessas cabanas era a mais simples: redes de dormir, objetos para alimentação (cuias, cabaças, colheres, potes, baixela de cerâmica) e de cozinha (alguidares, panelas, pilões, etc.), armas (arcos, flechas), utensíli-

(49) *Obra cit., p. 55.*
(50) *Obra dt.*, p. 73.
(51) Obra cit., p. 209.
(52) *Obra cit., p.* 10.

os de depósito (cestos, urus etc.), e instrumentos de trabalho (machados, fusos, teares, etc.).

Quanto à caça e à pesca, parece incontestável que os índios do Nordeste não faziam exceção entre os demais do Brasil. Os processos de caçar e pescar lhes são comuns, salvante as peculiaridades ditadas pelas condições regionais.

Von Martius fala-nos de um direito venatório: "De ordinário, cada caçador vai só e a caça morta por ele não e considerada sua propriedade exclusiva, mas de toda a família. Por isso, o caçador não se julga obrigado, senão por excepção, de carregar a caça para a casa; esconde-a no mato e deixa que a mulher, os velhos e as crianças vão buscá-la. Se vários caçadores se encontram, quando uma caça foi morta, é só quem realmente a matou que tem direito a ela, porém muitas vezes um dos outros recebe uma parte com a obrigação de conduzir o resto para a casa . "Caçadas em comum são feitas contra animais perigosos, como a onça, ou no intuito de fazer provisões". (53)

E Clóvis Beviláqua pensa que as lendas de *Anhangá*, *Caapora* e *Curupira* são proteções às caças e árvores úteis.

Oferece Estêvão Pinto minúcias de técnica das caçadas e pescarias, e é de opinião que os cariris conheceram a alta caça e, pelo fato de habitarem o interior, onde os rios nem sempre são perenes, eles tinham menos oportunidade que os tupis para as ocupações de natureza piscatórias, exceto os tremembés que, persistindo no litoral, eram afamados nadadores e pescadores (54). Os tupis eram caçadores apaixonados e ictiófagos.

Nem podia deixar de ser assim, numa terra que tem "muita abundância de ostras, muitos mariscos, tem muita caça, como é veados, que são tantos, como cabras e qualquer soldado com o seu arcabuz os mata facilmente, também ha muita quantidade de porcos, muito numero de

(53) *Obra cit., p.* 92 e 93.
(54) *Obra cit.*, pags. 35, 45 e 52-53.

antas, de outras cousas do Brasil, e muitos e bons Papagaios e bogios e saguins" conforme a interessante *Relação do Siará* de Martim Soares Moreno. (55)

Se a técnica venatória e piscatória se assinalava por uma relativa uniformidade entre os tupis e os tapuias, o mesmo se dava com agricultura, em que os primeiros, entretanto, se mostravam um pouco superiores aos segundos, principalmente os tarairiús, de sedentarismo menos comprovado.

Von Martius reputava os cariris adiantados agricultores. Pompeu Sobrinho reconhece que a sua agricultura era mais ou menos desenvolvida, razão mesma por que este povo disputava nos sertões áridos os pedaços de terra mais férteis e mais frescos.

Dos tatairiús sabe-se tradicionalmente que eram classificados como *gês* e, como *gês*, teriam desconhecido a agricultura. (56) Mas tendo sido enquadrados modernamente num grupo independente, distinto dos *gês* e dos cariris, ainda está por ser bem aclarado se de fato não se entregavam aos misteres lavourais.

Herckman verificou, pelo menos na aparência, que eles não plantavam e eram imprevidentes; no entanto não é aceitável que ignorassem o labor da roça. Lembre-se que por muito tempo os tarairiús foram tidos como cariris e, referindo-se os historiadores e etnógrafos às qualidades lavratórias dos cariris, *ipso facto* a eles se referiram por igual. Também a nossa paleontologia, conquanto incipiente, documenta, a não deixar dúvida, a vida agrícola dos íncolas cearenses, com um sem-número de instrumentos, artefatos de pedra e de cerâmica.

Como quer que seja, o regime de agricultura dos índios nordestinos consistia no cultivo da mandioca e do milho,

---

(55) Revista do Instituto do Ceará, vol. 19, p. 67.
(56) Veja-se Estêvão Pinto, *obra cit.*, vol. 1, p. 134 e vol. 2. p. 61.

além de outras culturas em menor escala, tais como as abóboras, o cará, batata doce, feijão, amendoim, fumo, etc.

Os plantios fundamentais dessa agricultura eram o da mandioca (maniot e aypi) e do milho (avati), dos quais se extraíam a afamada farinha de pau e a farinha de milho e muitos outros produtos, no meio deles os vinhos das libações festivas.

É muito conhecido o processo de preparo do campo, por meio da *derrubada* do mato e da *queima*, que foi e tem sido, até hoje, o sistema useiro em todo o Brasil.

Àquele tempo, o trabalho era muito penoso, porque muito rudimentares os meios usados, próprios da civilização lítica. Na *derrubada* se empregavam com especial perícia machados de pedra, de formas e pesos diversos, nela só tomando parte os homens, que entregavam às mulheres o terreno queimado em condições de semeadura. As árvores de grande porte, eles as abatiam por meio de fogo, ao pé. "Os maridos na roça derrubam o mato, queimam-no e dão a terra limpa às mulheres, e elas plantam, mondam a terra, colhem o fruto e o carregam e levam para sua casa em uns cofos".

Como é fácil de compreender, condicionada às incertezas climáticas do meio físico, à rarefação das próprias necessidades, pois que a densidade demográfica era diminuta, não maior de meio habitante por km^2. (57), e ainda à circunstância de existirem para satisfação dessas necessidades os recursos mais à mão da caça, da pesca, dos frutos nativos, do mel, etc. – os afazeres agrícolas não podiam ter entre os selvagens se não uma extensão mais reduzida, quiçá de caráter supletivo: "os campos, os bosques e os rios lhe dão de graça o comer, e o beber", diz o padre Simão de Vasconcelos, na sua *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil.* (58)

---

(57) Pompeu Sobrinho, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, p. 111.
(58) 1867. Lisboa, 2. ed., p. LXXVII.

Mas o que oferece o característico do progresso material de um povo é o adiantamento de sua indústria e esta leva-nos a crer que os antigos povoadores do Nordeste viviam, como os demais, um estágio industrial algo avançado do ciclo evolutivo da pedra, certo como é que ainda não conheciam o uso dos metais: por que eles não têm coisa que de ferro seja", como já mencionava Pero Vaz de Caminha.

Causa, mesmo, admiração o aperfeiçoamento, a delicadeza de acabamento de alguns dos seus trabalhos manuais, demonstração eloqüente de que não podiam ser considerados, como foram pelos primeiros colonizadores, criaturas brutas, satânicas, alarves e ímpias, "tapuyas selvagens que a ninguém perdoa a vida por cousa alguma, nem admitem pases cõ ninguém e nada se lhes pode escapar", na amargosa expressão de Pe. Luís Figueira.

Têm maior relevo nessa indústria as armas, os instrumentos de trabalho, os objetos de louça de barro e as redes de dormir, em cuja construção entravam a madeira, o osso, a pedra, o barro, as fibras e penas de pássaros. Era-lhes estranho, por igual, o emprego do couro.

Os arcos, as flechas, as davas, os tacapes, eram feitos, às vezes, com primorosa técnica e emplumação artística.

"Suas armas mais usuais – descreve Théberge – eram arcos de madeira duríssima, com cordas de diversas substâncias fibrosas, como algodão, crauá (caroá) e ticum (espécie de fibra que sabiam extrair da folha da carnaúba).

As frechas de que se serviam eram feitas de cana silvestre, armadas duma ponta mais aguçada de zagaia feita de madeira rija e guarnecidas de dentes entalhados, ora só de um lado, ora de ambos, sucedendo que às vezes guarneciam-na de osso ou espinhas de certos peixes que adaptavam na extremidade da frecha por meio de embiras, de um modo muito asseado e seguro, e na outra extremidade amarravam penas para guiar a frecha na sua trajetória. Estas penas têm uma disposição bem digna de reparo: elas

são dispostas em forma de hélice na haste da frecha, de maneira a lhe imprimir na sua trajetória um movimento de rotação sabre seu próprio eixo. Esta disposição teria induzido o inventor das carabinas *Miniés* a raiar-lhe o cano em forma de hélice, a fim de dar ao projétil um movimento de rotação, diminuindo a resistência do ar e dando-lhe maior velocidade.

Os arcos eram tão fortes que alguns, para armá-los, deitavam-se de costas, retinham o arco com os pés e a corda com as mãos, e assim lançavam a frecha para o ar, onde ela descrevia uma curva e ia cair quase sempre no ponto de mira".

Usavam também da dava – acrescenta o mesmo Théberge – mais ou menos comprida e feita de madeira durissima com dois gumes, da qual se serviam com destreza tal, que quase todos os seus golpes eram mortais". (59)

Os instrumentos de trabalho, alguns eram de madeira ou de osso, (quicés, raspadeiras) e os restantes de pedra. Destes os mais importantes eram os machados, os pilões e almofarizes, as bolas de caça e de guerra, e as mós e discos de trituração de cereais e frutos, todos de uso durante muito tempo obscuro, porém hoje mais ou menos esclarecido, notadamente após os estudos de Carlos Studart Filho, publicados nesse preciosíssimo documentário da nossa história, que é a *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 41 p. 167-221 e 46, p. 105-118.

Machados há-os de diversos feitios, tamanhos e peso, desde o maior, de 316 x 110 x 70 mm., pesando 5450 gramas, encontrado no município de Itapipoca, até os de 35 mm. de comprimento e 20 gramas de peso. "A forma dos machados varia ainda mais do que seus pesos e volumes. Uns são ovóides, poligonais, cilíndricos ou triangulares; outros são chatos, de bordas laterais, ora cortantes, ora arredondadas, ora talhados a prumo. Machados há que

---

(59) *Obra cit. p. 9;* Jean de Lery, *obra cit.* p. 169-170.

são mal feitos, sem gume apreciável, parecendo verdadeiros malhos, ao passo que outros são caprichosamente talhados. Algumas achas se mostram irregulares e assimétricas, outras apresentam perfeita simetria".

Tais instrumentos se construíam de lascas de pedra apropriadas, de diabase, fenonito, diorito, gnaisse, quartzo, etc., em trabalho paciente de friccionamento noutras pedras, com auxílio de água e areia. Uma vez preparados, eram adaptados ou encastoados, ora embutidos na parte mais grossa de um cabo de madeira rija, em forma de maça, o que tornava o instrumento mais pesado e mais resistente; ora abraçados pela sua parte superior, por uma haste de madeira que, dobrada, tinha juntas as pontas, e bem unidas com forte enrolamento de fibras vegetais, formando o cabo; ora, ainda, metidos pela mesma parte superior na fenda feita na extremidade do cabo e aí amarrados solidamente com fibras da mesma espécie.

Os machados indígenas destinavam-se, afora outros efeitos, como o guerreiro, (60) o ornamental e o simbólico, (61) aos lavores da carpintaria primária dos índios e aos serviços do desmatamento.

Para cortar árvores e aproveitá-las – deixou escrito Théberge – usavam de machados de uma pedra duríssima, de natureza silicosa, composta de granulações de um verde escuro, unidas por um cimento também silicoso. Fiz aquisição de dois destes machados, sendo as pedras deles da natureza dessas que o vulgo chama de *corisco*. Um tem a forma de unha, com um chanfro coliforme na sua extremidade grossa; e para com ela formarem o machado, rachavam um pedaço de pau, e na rachadura adaptavam o colo

---

(60) "Usam ainda de pequenos machados de mão com uns cabos compridos, como arma contra os seus inimigos" (E. Herckman, in *Re vista do Instituto do Ceará*, vol. 48, p. 20).

(61) Os chefes dos índios Gês empunham um machado de pede cabo curto, como distintivo de sua posição" (Von Martius, *cit.*, p. 43).

dela, apertando em seguida com cipós as duas partes dessa rachadura, adiante e atrás da pedra, de maneira que ficava ela muito segura neste cabo. Esta pedra cuneiforme tem perto de um palmo de cumprimento. A outra, como a primeira, é uma espécie de jade, mas tem uma configuração muito diversa: e um crescente cuja convexidade forma o gume e a concavidade as costas grossas do machado. Da parte central da concavidade parte um toco talhudo também em forma de garganta, o qual serve para a colocação de um cabo, como no precedente. Além destes machados, adquiri outras pedras da mesma qualidade, mas de formas variadas, as quais, sendo em geral pequenas, me parecem mais próprias para enfeites ou distintivos do que para quaisquer outros usos". (62)

Estes machados menores, como ficou dito, tinham aplicação na marcenaria dos íncolas, sendo naturalmente múltiplos os seus empregos – "... Não tendo ferramenta alguma para trabalhar, quer nos bosques, quer nas roças, servem-se unicamente de machados de pedra para cortar árvores, fazer suas casas e canoas, aguçar paus, cultivar, terra, semear, plantar raízes" – confirma o catequista Ives d' Evreux. (63)

No Ceará é grande a quantidade de machados de pedra encontrados, existindo-os espalhados por toda a parte e nas coleções do Museu Dias da Rocha, do magistrado Dr. Arnaud Baltar, do dr. Pompeu Sobrinho e do Instituto do Ceará, (64) o que desmente, à saciedade, a alegação de

---

(62) *Obra cit.*, p. 12-13.
(63) *Viagem ao Norte do Brasil*, tradução do dr. César Augusto Marques. Maranhão, 1874, p. 43.
(64) Neste se vê uma coleção numerosa de machados grosseiros e outras peças imperfeitas, não acabados, encontrados nas margens do riacho Candeia, ao pé da Serra de Baturité, município de Aracoiaba, indicando que ali havia uma *fábrica* desses objetos. O material encontrado são produtos imprestáveis, defeituosos, refugos, pode-se dizer, daquela oficina.

alguns autores de que os florestanos cearenses não praticavam a agricultura e não tinham estabilidade residencial.

A favor desta estabilidade – entendida nos justos termos da sua periodicidade e localização dentro da área de dominam da tribo depõe a existência de pilões e grais de pedra ou cavados nos rochedos, inclusive enormes mãos de pilão de gnaisse, perfeitamente simétricas e polidas, em forma de um grande charuto medindo alguns até 72 cm. por 25 cm. de circunferência.

Outro depoimento em prestígio da assertiva do inomadismo dos tapuias do Ceará é a natureza e a quantidade da sua cerâmica, a respeito da qual esclarece Pompeu Sobrinho: "De quase todos os recantos do território cearense, outrora habitado pelos tapuias, temos examinado ou possuímos amostras de cerâmica indígena. Certamente não se deve atribuir aos *tupis* essa cerâmica, oriunda de regiões que estes povos nunca habitaram e por onde, problematicamente e em sítios restritos, teriam passado, em marcha relativamente apressada, nas migrações post-colombianas, em rumo do norte. Demais ela não oferece o aspecto característico da cerâmica dos *tupis*". E, linhas adiante: "O caráter da cerâmica indígena encontrada no interior está mostrando que as tribos a que pertencia deviam estacionar longo tempo em certos sítios. Pode concluir-se mesmo que os *tapuias* cearenses eram grandes oleiros e, como tais, relativamente sedentários". (65)

Em estudo posterior, reafirma o citado etnólogo, acerca dos tarairiús, para diferençá-los dos gês: "Tinham os *tarairiús* abundante cerâmica, coisa que os gês desconheciam. Verifica-se que os *tarairiús* eram oleiros, pois de todos os distritos por eles senhoreados, possuímos exemplares de louça de barro, mais ou menos grosseira. Também, colhidos no território outrora habitado pelos

---

(65) *Revista de Filologia e de História*, cit., pp. 291 e 292.

paiacus, canindés, jenipapos, jandoins, irariús, temos excelentes vasos de pedra polida. Evidentemente estes objetos líticos de confecção tão demorada e relativamente pesados contrariam a suposição dos autores holandeses quanto à vagabundagem desta gente". (66).

O Dr. Théberge, que realizou as suas observações faz cerca de cem anos, deixando o seu *Esboço da Província do Ceará,* editado pelo filho em 1869, testemunha: "na Serra da Ibiapaba ou, num ermo, em cima da chapada, vi uma grande reunião destas vasilhas (de barro) que evidentemente foram dos índios, porque achavam-se num lugar onde os colonos não haviam ainda penetrado, e com o qual hoje mesmo não há muita comunicação, por causa da falta absoluta dágua naquela localidade. Notava-se ali amontoado grande número delas, de forma diversa e de maior ou menor capacidade, em geral mui grosseiramente fabricadas e de um grande peso, mas muito bem cozidas. Ainda hoje existem no mesmo lugar muitas, que *não se podem extrair por causa do grande peso,* e da descida da serra, que não permite transportá-las, os moradores do Cococi, porém, têm trazido para as suas casas as mais maneiras, e vi muitas que *servem de banheiro.* Em outras muitas partes têm-se encontrado, em lugares novamente explorados, coleções destas vasilhas". (67)

Fica assim suficientemente comprovada a inconsistência da afirmação corrente de que a cerâmica era desconhecida entre os tapuias do Nordeste.

Ligadas diretamente a esse vasilhame, estavam a indústria da farinha de mandioca e do milho, a dos vinhos e das tintas, confiadas às cunhãs da maloca.

A farinha de mandioca constituía alimento básico dos ameríndios, inclusive os do Ceará, e a sua manipulação é sobejamente conhecida, fazendo-se àquelas épocas pelo

(66) *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 53 cit., p. 233.
(67) *Obra cit.,* pâg 11.

mesmo processo que rotineiramente chegou aos nossos dias, modificada apenas, para melhor, a *mecânica* da farinhada, com a introdução, v. g., da roda, da bolandeira e do caititu ou rodete.

A farinha do milho era, identicamente, de suma importância na alimentação, servindo para o preparo de pamonhas e caldos.

Os vinhos eram extraídos, por meio de preparação bastante aperfeiçoada, da macaxeira, ou mandioca inofensiva, do milho, do jenipapo e outros frutos, bem como do famoso caju: "e no tempo desta fruta sustenta todos aqueles índios e recolhem muita castanha para o inverno. E fazem cada casal mais de 3 pipas de vinho do próprio caju e passão muitas que guardão para o inverno". (68)

"Só em fazer várias castas de vinho são engenhosos, alude o jesuíta Simão de Vasconcelos. Parece certo que algum dos Bachos passou a estas partes, a ensinar-lhes tantas espécies delle, que alguns contão trinta e duas. Huns fazem da fruta que chamão acayá; outros do aipy, e são de duas castas, a huma chamão cauycaraçu, a outra cauymachaxera; outros de pacoba, a que chamão pacony; outros de milho, a que chamão abatiuy; outros de ananás, qúe chamão nanarcy, e este he mais efficaz, e de logo emebebeda; outros de batata, que chamão jetuy; outros de jenipapo; outros que chamão bacutinguy; outros de beiju, ou mandioca, que chamão tepio-cuy; outros de mel silvestre, ou de açucar, a que chamão garapa; outros de acaju, e deste em tão grande quantidade, que podem encher-se muitas pipas, de côr, a modo de palhete. D'este vi eu huma frasqueira e se não fora certificado do que era, affirmara que era vinho de Portugal". (69)

---

(68) Martim Soares Moreno, na *Relação do Siará*, transcrita na *Revista do Instituto do Ceará* n. 19 cit., p. 3.
(69) *Obr. cit.*, p. LXXXV.

Do jenipapo, do urucu, da tatagiba ou tatajuba e do barro *tauá* fabricavam-se os corantes para as finalidades da pintura de objetos e da *tatuagem*.

Digna ainda de menção é a indústria dos adornos, em osso, madeira, sementes, conchas, plumagem, fibras e pedra, não se devendo esquecer a fiação das redes de dormir, comum aos tupis e aos tapuias, como é unanimemente reconhecido mesmo por aqueles que os supunham errantistas inveterados e vagabundos.

Todas essas atividades que entrosavam a vida cotidiana dos agrupamentos índios se desenvolviam no pequeno círculo das tabas, sem que se mantivessem, de tribo a tribo, relações de mercância ou doutra natureza (70), e obedeciam a uma já bem articulada divisão do trabalho, de modo a caberem determinadas tarefas produtivas e determinadas pessoas, conforme o sexo ou a idade.

Numa distribuição típica de colmeia, tocava aos homens a construção das casas, a caça, a pesca, o fabrico das armas, dos instrumentos de trabalho, a preparação do roçado, e às mulheres incumbia o cultivo das plantações, a colheita, a fabricação das farinhas, dos vinhos e das tintas, a cerâmica, os serviços culinários, a tecelagem da rede. (71)

Isso nos tempos de paz, porque nas guerras tinham estas caráter total, e o esforço produtivo era intensivo, sujeitando indistintamente a todos.

◆ ◆ ◆

Desenhado assim sucintamente o que poderíamos chamar a *concepção jurídica e a organização do trabalho dos íncolas*, embora só apareçam aí as linhas mais nítidas ou as cores mais frescas, visto como não é possível observar

---

(70) "Estas diferentes tribos viviam isoladas umas das outras, algumas vezes, porém, aliavam-se com as vizinhas". (P. Théberge, *obra cit.*, p. 7).
(71) Capistrano de Abreu, *Capitulas de História- Colonial*, cit. p. 10.

homens primitivos na sua absoluta realidade, notadamente aqueles que, como os nossos, não tinham um processo gráfico com que registar os seus fatos e acontecimentos, sendo por isso temerário reconstituir-lhes os sentimentos, os costumes e a maneira de viver ao talante de um critério teórico, numa *construção artificial*, devemos tentar agora definir qual tenha sido o índice de *cultura econômica* das clãs cearenses, no momento histórico a que temos aludido.

Como não se ignora, a economia de um povo é função das suas necessidades: tanto mais complexas estas necessidades, tanto mais intensos os fatos econômicos – a produção, a repartição, a circulação, o consumo, as trocas enfim. De modo inverso, menores tais necessidades, menor a entrosagem da riqueza geral.

Sendo muito primárias as necessidades do homem das selvas nordestinas, como se viu em estágio acentuadamente neolítico de sua evolução, sobremodo simples deveria ter sido o *processo* de elaboração dos seus meios de produzir.

Relativamente às trocas de grupo a grupo, ou entre indivíduos de tribos diferentes, é duvidoso que tivessem uma extensão mais ampla. Verdade é que alguns escritores se referem a transações desse jaez, mas tudo faz supor que isso se dava entre nações superiormente evolvidas, talvez já em virtude da convivência com o homem da raça branca.

Von Martius nos diz que "quando os selvagens do Brasil querem negociar entre si, depositam primeiro as suas armas num mesmo lugar. Sendo concluído o negócio, o que se patenteia por certas palavras repetidas por ambos os negociadores, retiram imediatamente e ao mesmo tempo as armas do lugar. Constitui isso claramente um símbolo de direito e talvez uma promessa de amizade e paz enquanto negociam". (72)

---

(72) *Obra cit.*, p. 82.

Rocha Pombo também adianta que "mesmo antes da chegada dos europeus, se ia estabelecendo entre algumas tribos uma certa ordem de relações. A *permuta* de muitos artigos fazia-se entre povos do litoral interior e povos do planalto e entre estes e do litoral marítimo. Índios pescadores das vizinhanças do Paraná e de outros grandes rios, já trocavam o peixe das grandes piracemas por artigos de lavoura". (73)

Entre a indiada cearense não cremos tenham existido essas barganhas, a não ser em pequena escala, sem força para animar algum *comércio externo*, característico de uma economia mais adiantada. Com referência aos grupos localizados no litoral, é fora de dúvida que àquela época faziam esse comércio, mas sim com os civilizados, piratas *e* corsários, que aqui desembarcavam, permutando artefatos e bugigangas por âmbar (pirapoam repoti), pau violeta, gurapinima, aves e outros artigos da terra. (74)

O que mais apropriadamente se poderá sustentar é que a economia dos índios do Nordeste era de todo fechada, tendo como limites os limites da tribo, ou ainda mais restritamente os da aldeia ou taba, e representava uma mescla de rudimentar economia de colheita, de economia agrícola e de economia industrial, correspondendo aproximadamente àquilo que Tristão de Ataíde batiza de economia *apropriativa, expropriativa e transformativa, ou* seja: apropriação dos produtos da natureza sem modificá-la (caça, pesca, apanha de frutos), trabalho na natureza (agricultura) e trabalho manufaturista (fabrico de vinho, da farinha, etc.).

Economia doméstica fechada dir-se-á mais rigorosamente, na conformidade da classificação de Karl Bücher,

---

(73) *Obra cit.*, vol. cit., p. 82.

(74) "Os índios do litoral traficavam muito com os estrangeiros e particularmente com *os* franceses, cujos navios vinham carregar âmbar, que abundava nas costas, pau brasil *e* violeta muito comum naquele tempo em todo o litoral do Ceará" (P. Théberge, *obra cit.*, p. 13).

isto é, aquela que se expressa pela identidade do produtor e do consumidor: os bens produzidos são consumidos dentro do círculo estreito da família, grupo ou tribo, sendo a produção determinada e limitada pelas necessidades familiais ou grupais.

Diferente, pois, da *economia urbana,* em que o consumidor já não é o produtor, passando, ao contrário, os bens produzidos deste para aquele, por meio da troca, diretamente, sem intermediário, e da *economia nacional,* caracterizada pelas trocas, diretas ou não, repetida e complexamente realizadas por intermediários, produto de longa elaboração histórica, no decurso da qual surgiram a moeda e o crédito.

Esse quadro distributivo dos estágios sucessivos dos fenômenos econômicos explica, melhor do que qualquer outro, o progresso de tais fenômenos no tempo, porque põe de lado as chamadas *leis naturais* da economia, tão do sabor dos velhos historiadores desta ciência, como, p. e., Frederico List e Bruno Hildebrand, para somente nele enxergar simples resultante de *leis sociais,* submetidas à lei superior e eterna da evolução. (75)

List, tomando unilateralmente para base de sua teoria a *produção,* dividia aquele progresso evolutivo dos fenômenos econômicos em cinco períodos: 1 – o da caça; 2 – o do pastoreio; (76), 3 – o da agricultura; 4 – o da agricultura e indústria simultaneamente, e 5 – o da agricultura, indústria e comércio. Hildebrand, atendo-se a *circulação,* supunha apenas três ciclos o das trocas em espécie, o das trocas em dinheiro, e o das trocas por meio de crédito.

---

(75) Veja-se Karl Bucher *"Études d'istoire et d'Economie Politique,* tradução francesa de Alfred Hansey, 1901, Capítulo I e II.
(76) Desmentindo essa classificação ai está o fato de nunca terem sido pastores os íncolas do Brasil. Leia-se Couto de Magalhães, *obr. cit.,* p. 73 e segs.

Bücher, diversamente, olhou para os dois fatores *sine qua non* da economia – a produção e o *consumo*, e na observação do modo como uma e outra se articulam fundamentou a sua classificação, acima resumida, e em cujo primeiro ciclo ou período de evolução parece ajustar-se a economia dos nossos primeiros habitadores.

De fato, mesmo entre os elementos dum só núcleo ou taba não havia trocas na acepção econômica de mútuo com equivalência ou comparação de valores. Desconheciam eles a moeda, e "nem jamais usam de pesos e medidas, nem têm número por onde contem mais que cinco", refere Frei Vicente do Salvador. (77)

E é muito expressiva e prosaica essa assertiva do mesmo original historiador: "Pois que hei tratado neste capítulo do contracto matrimonial deste gentio, tratarei também dos mais contractos, porque os livros que hão escrito os doutores de: "Contractibus" sem os poderem de todo resolver, pelos muitos que de novo inventa cada dia a cobiça humana, não tocam a este gentio; o qual só usa de uma simples comutação de uma cousa por outra, sem tratarem do excesso ou defeito do valor e assim com um pintainho se hão por pagos de uma galinha". (78)

Entretanto, é do maior interesse conhecer esta nota que nos forneceu Pompeu Sobrinho.

"Os índios que viviam no território de Aracoiaba, ao pé da serra de Baturité, tinham na margem do riacho Candeia uma verdadeira oficina para a fabricação de objetos de pedra dura, machados, raspadeiras, punções, etc. Oficinas desta espécie não são muito comuns no Brasil, mas em outras regiões se acham com relativa freqüência. Ali os aborígines trabalharam intensamente e por muitos anos, antes da colonização, ou melhor antes de conhecerem os utensílios de ferro e aço dos conquistadores. E isto se

(77) *Obra* cit., p. 60; Rocha Pombo, *obra cit.*, p. 210.
(78) *Obra cit.*, p. 60.

depreende da quantidade enorme de peças rejeitadas por defeitos verificados no material, depois de iniciada a confecção, ou por falta na técnica da fabricação, ou ainda por acidência no curso do trabalho. Em alguns casos, o material permite que se indique a causa da rejeição da peça.

A quantidade de machados, raspadeiras (algumas de enormes dimensões), mós, etc. é considerável, e evidentemente devia exceder às necessidades da tribo.

Karl von der Steinen observou no alto Xingu, entre indígenas que ainda não haviam tido o menor contato com gentes de outras raças, que as tribos *Bakairi* (caraíba), *Nahuquá* (caraíba), *Mehinaku* (aruaque) e *Kamayuró* (tupi) não tinham machados de pedras de fabricação própria; todos eles obtinham este instrumento, por troca, com os *Trumaís* em cujo território existiam jazidas de pedra para a confecção, senão, algumas vezes, também dos *Suyas*.

Possuo contas de amazonita, de primoroso preparo, encontradas na praia do município do Acaraú, sob as areias de antigas dunas que o vento agora desfez por ter sido destruída a vegetação que a protegia. Estas contas certamente pertenciam aos índios que habitavam a região antes da vinda dos estrangeiros: Tremembés ou Tupis. Ora, como no litoral não há aquele mineral, cumpre admitir que os índios que perderam aqueles enfeites os adquiriram de outros em cujas terras havia a matéria prima. A amazonita é relativamente rara mesmo no sertão; temos alguns cristais do sul do estado, de lugar indeterminado. Contas absolutamente análogas também possuímos, porém oriundas dos municípios de Assaré e Campos Sales. É provável que, por ali, estas contas tivessem artistas que produzissem; e isto só podia ser em pequena quantidade, em vista do enorme trabalho que exigiam.

De Paracuru, perto do mar, tenho um formidável machado de diabase preta, duríssima, mas do qual falta a ponta ou a parte que terminava com o gume: devia medir

cerca de 30 centímetros de comprimento e pesar 4,5 kg. Ora, no Ceará e Estados vizinhos são bem conhecidas as jazidas de diabase; todas elas distantes relativamente da praia sobretudo na zona onde a peça foi achada. Plausivelmente o índio que possuía este enorme machado o houve por troca.

Poderia multiplicar exemplos mais ou menos típicos por onde se compreenderia que os ameríncolas cearenses já iam transpondo o círculo de economia tribal fechada.

O índio de Aracoiaba, provavelmente Tarairiú, devia trocar os seus machados e outros utensílios de pedra, fabricados em grande quantidades nas sombreadas margens do riacho Candeia, por outras utilidades mais ou menos equivalentes, de acordo com o juízo que tinham quanto a valor. Não é, porém, possível saber se eles tinham negociantes que iam de tribo a tribo barganhando os seus objetos líticos por qualquer cousa de que a tribo precisava e o seu território não lhes permitia colher ou fabricar, ou se, de outras tribos, vinham os interessados em possuir tais utensílios de pedra. Certamente, porém, o encargo da troca; dado a importância da oficina, julgada pela quantidade de produtos rejeitados, não cabia ao artífice ou aos artífices, mas a outros que podemos assimilar a rudimentares negociantes (com interesse individual ou tribal?). O que vimos de dizer a respeito do material de Aracoiaba também se aplica, com as restrições que a natureza do produto requer, às lindas contas de amazonita, a objetos de cerâmica e até á madeira para o preparo de arcos, e canas para o de flechas.

Os *cariris* tinham a palavra *ambé* para exprimir paga, pagamento, retribuição; não é possível, todavia, saber se ela já existia na língua antes do contato com os brancos. Usavam ainda o vocábulo *nhae hi* para significar resgate, troca".

De tudo quanto se disse, poder-se-ia concluir:

a) que ao tempo das primeiras excursões do colono europeu habitavam o Ceará tribos do gênero túpico – potiguaras e tabajaras – ocupando parte do litoral e o norte da Serra da Ibiapaba, e tribos tapuias ou do idioma travado;
b) que estas últimas, assim denominadas genericamente pelos historiógrafos e cronistas antigos, estavam divididas em duas famílias étnico-lingüísticas bem diferençadas: os *cariris*, provavelmente vindos do rio S. Francisco e fixados no sul do território, e os *tarairiús*, erroneamente considerados ora gês, ora cariris, mas já delineados em agrupamentos à parte e habitadores do restante do mesmo território, menos o litoral norte, onde permaneciam os *tremembés*, grupo até agora tido como cariri, porém ainda não definitivamente classificado;
c) que tanto as greis tupis, como as dos cariris, tarairiús e tremembés, mostravam caracteres culturais muito aproximados, quer em relação às idéias morais quer em relação aos costumes e meios de vida material – caça, pesca, agricultura e indústria;
d) que, sintetizados todos esses meios existenciais, deles resulta terem aludidas greis exercitado uma já completa economia do tipo *doméstica fechada* da classificação de Karl Bücher, de produção para consumo próprio, sem trocas, portanto; mas de cunho essencialmente comunhal, visando a satisfazer as necessidades coletivas do grupo ou, mais corretamente, da aldeia ou taba, tudo moldurado por uma *concepção sui generis* da propriedade;
e) que, em face de recursos fornecidos pelas novas pesquisas e pelo adiantamento da paleontologia, lícito será sustentar que mencionadas greis, longe de se deslocarem num vagabundismo famélico e estúpido, mantinham-se ligadas ao solo, dentro nas lindes da

sua *territorialidade*, sujeitas apenas a mudanças eventuais ditadas por imperativos geofísicos ou conveniências outras, realizando um trabalho já bem repartido com especialização de funções, a ponto de poder imprimir nos processos de vida do colono conquistador a *facies* de uma rotina muito forte, imodificada até os dias modernos;

f) que, finalmente, está a exigir uma cuidada revisão de conceitos e orientação, o estudo honesto da etologia da nossa gente precolonial, para que se reponha no devido lugar, quanto a ela, a verdade histórica, seriamente desviada do seu fulcro.

Capítulo II

A ECONOMIA DO CEARÁ NO PRIMEIRO SÉCULO

Se a linha convencional do tratado de Tordesilhas, produto de porfiados vaivéns diplomáticos, de nada serviu para evitar que as entradas, bandeiras e expedições empurrassem as fronteiras do Brasil até muito além da separação hemisférica, e as dilatassem, ao setentrião e ao sul, até o rio Amazonas e ao Prata, a mesma coisa havia de acontecer com aqueloutras, a ela perpendiculares que, a fim de aquinhoar os seus nobres e cavaleiros fidalgos, traçara D. João III, dividindo a terra descoberta em Capitanias, embriões das unidades administrativas da futura Colônia e, por ventura, da idéia federativa em que veio modelar-se a República.

Teriam sorte igual as que, para agraciar Antônio Cardoso de Barros, ele gisara no desígnio de extremar a chamada Capitania do Ceará, das vizinhas do Maranhão e do Rio Grande, concedida, respectivamente, a Fernão Álvares de Andrade e, em parceria, a João de Barros e Aires da Cunha.

A penetração, aqui como ali, necessariamente haveria de ultrapassar as paralelas de Angra dos Negros e rio da Cruz, e só iria enfrear-se diante da moldura geográfica dó alongado cordão de serranias dispostas em grande arco elipsoidal, cujas pontas se amarram, ao norte, nos primeiros contra-fortes da Serra da Ibiapaba e, a leste, nos últimos espigões da Serra do Apodi.

Começa a enorme semi-elipse a menos de cinqüenta quilômetros da costa superior do Atlântico cearense à al-

tura de 3º 15' de lat. sul, na faixa mesopotâmica entre o Parnaíba, antigo Punaré, e o Camocim, outrora rio da Cruz.. com a histórica e a afamada Serra da Ibiapaba ou Serra Grande (Guapaba, Buapaba, primitivamente), que se estende para o sul, em larga e fertilíssima chapada. (79)

Daí avante, com a denominação de Serra Geral, segue até 7º, ponto em que, bipartindo-se, arremessa um dos lanços para o oriente, com o nome de Serra do Araripe, outro chapadão amplo, mas arenoso, a descer lento para o ocaso (Pernambuco), até deprimir-se, de 200 metros; em alcantis inexpressivos, e baqueando para o lado cearense mais violentamente, de 700 a 800 metros, em virentes encostas, donde saem as águas que regam o afamado vale do Cariri.

Inflecte-se, então, para o levante, numa seqüência de elevações mais baixas que definem as vertentes do rio Salgado, afluente do Jaguaribe, e do Piranhas, limitando dessa forma o Ceará e a Paraíba, e vão unir-se às serras do Cachorro-Morto, do Padre, S. Miguel e, por fim, à do Apodi que, extremando o Ceará e o Rio Grande do Norte, deixa os seus derradeiros vestígios, perto do mar, entre as barras dos rios Jaguaribe e Mossoró (antigo Upanema).

A arena de tão vasto anfiteatro, cujas majestosas arquibancadas, pelos anos afora, viriam contemplar, nervosas e emocionadas, cruentas pelejas e heróicas, é uma região tipicamente nordestina, na planura média de cujo conjunto se alteiam, sem sistema, montanhas verdes e serrotes áridos, debrunhada pelas desassossegadas dunas do oceano, o *verde mar bravio*, de vagas impetuosas que só as *alvas praias ensombradas de coqueiros* sabem serenar em carícias de espumosos beijos.

---

(79) ... "grão Serra de Guapaba, da qual a fertilidade e grandezas he notavel" – ia' dizia d. Diogo de Meneses a el-rei, em carta de 11 de Março de 1612 *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 23, p. 66).

Coberta por um clima relativamente estável, sujeita-se, no entanto, a forte perturbação telúrica – as *secas* intermitentes, longas estiagens causa de sérios e às vezes catastróficos sacrifícios para as suas populações.

Três zonas mais ou menos distintas integram essa região, sem todavia nenhuma delas apresentar dissimetrias ou diferenciações notáveis.

O *litoral*, dominado por uma costa uniforme, sem modificações capazes de quebrar a monotonia, mal é cissurado por algumas pequenas enseadas, fracamente amparadas em tímidas pontas ou cabos, como as de Mucuripe e Jericoacoara, e pelas estreitas fozes de alguns rios.

O *sertão*, igualmente indiferençado no seu aspecto geral, é a zona mais quente, mais ferida pelas carências de chuva, mais ensolarada e ventilada e, por isso mesmo, mais sadia, com uma flora pouco densa e baixa – a *caatinga*, que anualmente se desfolha, tornando tristonhos e ardentes os campos, a que não banham correntes fluviais perenes, senão rios de alimentação pluviosa e regime torrentoso, reduzidos no verão a poços a jeito de gânglios, salvação para a vida animal. Verdadeiros rios estróinas, perdulários, que imprevidentemente se despojam da riqueza das suas águas, jogando-as, em desatino, na imensidão atlântica.

Dão exemplo nessa prodigalidade os dois maiores, o Jaguaribe e o Acaraú (antigo Acaracu), situado o primeiro na parte sul-nordeste, e o segundo a noroeste-norte, sendo ambos aí postos, como fios de Ariadne, para servir de condutores à invasão colonizadora que, entrando pelo grande pórtico das suas embocaduras, começou e, por assim dizer, se completou dentro do último quartel do século 17 e o inicial do século 18.

O *Jaguaribe*, com o desenvolvimento de 550 quilômetros, carreia as águas de uma bojuda bacia hidrográfica

de 72.000 km², quase metade da área total do Estado. (80) Nasce na Serra da Joaninha, derivação da Serra Grande, corta na seção superior o *planalto dos Inhamuns*, magnífico para a bovinocultura, e deságua no oceano, abaixo do local onde está a cidade do Aracati. A parte inferior, do mar ao Boqueirão do Cunha, cerca de trinta léguas, chama-se *baixo Jaguaribe*, aberta num vale de 80 mil hectares de terrenos aluvionais, aptos às mais exigentes culturas se devidamente irrigados, e cheios de belos carnaubais, a sua principal riqueza, pela cera que produzem. Na parte média, acima do Boqueirão do Cunha, infla-se noutro vale semelhante, de 12.000 hectares, as chamadas *várzeas do Icó* ou ribeira do Icó e, mais acima, ainda outro, as *várzeas de Iguatu*, de 10.000 hectares. Recebe dois afluentes importantes: à margem esquerda, o Banabuiú (o Rinaré dos indígenas), coletando, com o subafluente – o Quixeramobim (antigo Ibu), as águas dos sertões centrais, e, à margem direita, o *Salgado* (antigamente Jaguaribe-mirim), que recebe as águas do vale do Cariri e, por intermédio do Riacho dos Porcos (antigo Quimami), as do extremo sul.

O *Acaraú*, com o curso de 320 quilômetros e uma bacia hidrográfica de 14.000 km², deságua cerca duma légua do ponto em que se encontra a cidade do mesmo nome e, como o Jaguaribe, a sua parte baixa possuí admiráveis várzeas de aluvião, onde viceja a carnaubeira tão útil e amiga.

Outros rios de menor relevo (81) completam a potamografia propriamente oceânica, genuinamente

---

(80) A superfície do Ceará é de 150 mil quilômetros quadrados, aproximadamente. O Barão Homem de Meio calculou-a em 160.987 km² e o dr. Tomaz Pompeu Sobrinho, avaliando-a baseado no mapa que elaborou, diz nao ter encontrado mais do que 52.925 km². O cômputo oficialmente aceito é de 148.591 km².

(81) Podem ser citados, de sul para norte: O *Pirangi;* o *Choró*, o *Pacoti* (120 km.), o *Ceará* primitivamente *Siará*, o S. *Gonçalo*, o *Curu*, o *Mundaú*, o *Aracatiaçu*, o *Aracatimirim*, o *Camocim* ou *Coreaú* (320 km), e o *Timônia*, em cuja foz desemboca o pequeno rio S. João da Barra, limite entre o Ceará e o Piauí, até a Serra da Ibiapaba.

cearense, exceto o *Poti* (o Potingh dos velhos documentos), cuja bacia hidrográfica compreende o *sertão de Crateús*, e é tributário do Parnaíba (Piauí), ao qual se junta perto da cidade de Teresina.

Ao contrário da zona litorânea, onde as condições de clima e natureza dos terrenos favorecem mais a agricultura, presta-se o sertão admiravelmente ao pastoreio, pela excelência das forragens nativas que nos anos normais o revestem. Esta diversidade geofísica, gerou, como era óbvio, uma diversidade econômico-social muito acentuada, engendrando como que uma duplicidade de ciclos evolucionais: o das atividades pastoris e o da lavoura.

A terceira zona a destacar é constituída pelas *serras frescas*, entre as quais avultam, além daquelas já referidas, Ibiapaba e Araripe, as de Baturité, Maranguape, Aratanha, Uruburetama, Meruoca, Machado e Pereiro, fonte de produção mais estável, porque não atingidas diretamente pelas crises climatéricas, e onde há regatos perenes, segurança e base de certas culturas agrícolas, como a do café, cana-de-açúcar, fumo e frutas.

Nos sopés serranos estão, comumente, vales úmidos, férteis, propiciando as culturas em qualquer tempo. Destaca-se entre todos o *vale do Cariri* ou Cariris Novos, encaixado ao sul, no recôncavo do arco de cordilheiras contornador, refrescado pelos ribeiros que deslizam das escarpas araripenses, e cuja estrutura geológica se faz de. matérias areno-calcáreas, algo argilosas, emprestando-lhe, pela umidade constante que recebem, especial feracidade, motivo da formosura da região.

Traçadas, deste modo, muito generalizadamente, a configuração e a fisionomia geográficas do Ceará, comparada aquela a um arco enorme de que a corda seria a orla marítima, melhor talvez se poderia ajustar o seu contorno ao de um barrete frígio em posição invertida, com o topo para o sul e a base sobre o mar.

O arco simbolizaria a intrepidez dos filhos da selva, antigos habitantes da terra virgem, e o barrete o gênio de liberdade e independência do cearense, afeito às lutas contra o despotismo do meio físico em que o destino o colocou, instigando-o ao destemor, à audácia, à resignação no sofrimento, à resistência física e moral.

◆ ◆ ◆

Aquela monotonia costeira, aumentada pela pequenez ou ausência de vegetação, em contraste com a agitação do mar, batido de fortes ventos, conjurando-se tudo para emprestar aspecto de aridez e inutilidade a paragens tão distanciadas dos ainda raros núcleos de população do "Estado do Brasil", ajudava o descaso da metrópole portuguesa em relação ao Norte, e foi preciso que a pirataria estrangeira entrasse em amiudada traficância com os naturais, para que ela, arrastada mais pela intrepidez dos colonos do que pela iniciativa própria, olhasse melhor a situação periclitante dos seus direitos nesta parte dos seus domínios no Novo Continente.

Embora a *terra do Siará* fosse considerada "sem proveito algum", agora já era inadiável tirar o Maranhão aos franceses, cuja ousadia não tinha medida, estabelecendo-se, ao longo da marinha difícil, pontos de defesa e de escala e suprimento às frotas que o demandassem, no serviço da conquista.

Teria, assim, a exploração do Ceará inspiração mais estratégica ou militar do que econômica e política. Quando muito, nas viagens se diligenciaria na procura de minas e na catequese dos íncolas para a fé católica, ou talvez mais apropriadamente com o fim de chamá-los aos interesses de Sua Majestade.

"Porquanto à obrigação de meu cargo compete ordenar as coisas deste Estado na forma que se consiga o efeito que em semelhantes conquistas Sua Magestade pretende, que é por meios lícitos dilatar-se a nossa santa fé católica e impedir-

se o comércio de estrangeiros, que, contra pazes capituladas e fora da obediência do seu rei, vêm a portos deste Estado e como experiência se tem visto, depois do Rio Grande fortificado, irem a Jaguaribe donde se sabe haverem levado amostras de ouro a suas terras, ordenei com deliberado conselho das pessoas que no estado há, de experiência e letras, que se descobrisse por terra o porto de Jaguaribe e *se tolhesse o comércio de estrangeiros, além de descobrirem-se as minas que na terra há, oferecendo-se pazes e a lei evangélica de sua Majestade a todo o gentio*" – diz o Regimento expedido por Diogo Botelho, datado de 21 de janeiro de 1603, com que se firma o modo de agir e proceder de Pero Coelho de Sousa. (82)

Este açorita, homem da nobreza e de bens, intentou de reaver os prejuízos que sofrera ao ajudar o cunhado Frutuoso Barbosa na conquista da Paraíba, fiado nas notícias em voga da opulência da Ibiapaba e, obtida a licença do governador, rumou ao Ceará em julho daquele ano, com o fim de, palmilhando a costa, alcançar de logo o Jaguaribe e prosseguindo atingir a citada serra.

Depois de viagem penosa, como eram as do tempo, chegou a Camocim e, sem maior demora, bem dispostos os seus soldados no combate, venceu os índios locais, misturados com eles muitos franceses, armados de mosquetes, sujeitando à paz os tuxauas Juripariaçu (Diabo-Grande) e Irapuã (Mel-Redondo).

A vitória animou-o a seguir até o Maranhão, porém teve que voltar das margens do Parnaíba, por imposição

---

(82) *Documentos para a História do Brasil, especialmente a do Ceará*, publicados pelo Barão de Studart, vol. 4, p. 5. Daqui em diante designaremos estes volumes com a referência – *Documentos*.

Na carta que, a 9 de setembro de 1617, D. Luís de Sousa dirigiu a Domingos Lopes Lobo, recomendava: "He que o intento principal com que o presidio do Siará se levantou *foi para defender* as *aguadas he comercio que os franceses he outras nações estrangeiras faziao e tinhilo naquela para je, sereis mui vigilante para que ninhua das tais coizas suseda*"... (*Revista do Instituto do Ceará*, vol. 34, p. 238).

dos seus comandados, indo fortificar-se na foz do rio Ceará, na idéia de criar aí uma povoação, que chamou *Nova-Lisboa* e seria a capital da terra descoberta, por ele crismada pomposamente de *Nova-Lusitânia.* Trouxe posteriormente a mulher e os filhos (1606) e quis impulsionar o progresso da sua acalentada capitania, o que infelizmente não soube fazer, porque, desentendendo-se com os nativos, passou a maltratá-los e escravizá-los, mandando-os para Pernambuco, contra expressa disposição do Regimento.

Custou-lhe a revolta da indiada e, logo, o seu recuo para o Jaguaribe, onde identicamente, não pôde manter-se, retirando-se, afinal, numa jornada cruciante, para o Rio Grande, salvo em caminho pelo vigário Manuel Correia Soares, que lhe viera em socorro.

A "entrada" do corajoso mas desventurado capitão, conquanto assim vitoriosa do ponto de vista militar, pois conseguiu expulsar os franceses já enquistados no seio dos tabajaras, nenhum resultado de ordem econômica logrou. E na ordem política só foi contraproducente, visto como, inimistados os aborígines com os portugueses, de futuro viria ser mais difícil o trabalho da civilização.

Ainda Pero Coelho caminhava, ralado de sofrimentos físicos e morais, nas praias salinosas do Rio Grande, e com eles cruzavam, sem o perceberem, os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, mandados pelo provincial Fernão Cardim e incentivados pelos entusiasmos e os deveres da Fé, visando ao Maranhão, "cõ intenção de pregar o evangelho aaquella desesperada gentilidade e fazermos có q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os francezes corsairos q' lá residem, pera indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem" (83)

---

(83) Padre Luís Figueira, *Relação do Maranhão*, escrita na Baía, a 26 de março de 1608, transcrita na *Revista de Instituto do Ceará*, vol. 17, p. 97-138.

Martim Soares Moreno, na sua preciosa e tão citada *Relação do Siará*, deixou escrito que os dois padres da Companhia de Jesus foram aquelas partes para com as suas práticas domarem aqueles índios", sem contudo ocultar que essa viagem envolvia um objetivo utilitarista, indo eles "em demanda de umas minas que dizem os franceses que estão na serra do Punaré". (84)

Para não despertarem qualquer suspeita aos gentios, fizeram-se acompanhar unicamente de índios mansos, alguns deles dos aprisionados por Pero Coelho e, a 20 de janeiro de 1607, viajaram de Pernambuco, por mar, até o Jaguaribe, e daí até a Ibiapaba, que encontraram meio despovoada, em virtude das razias da expedição coelhina. (85)

Hospedados por Diabo-Grande e já atraído grande número de silvícolas ao regaço da Igreja, reiniciavam os jesuítas a sua excursão, quando, na manhã de 11 de janeiro de 1608, foram atacados pelos tapuias tocarijus, ocasião em que é morto a pancadas o Padre Pinto, conseguindo Figueira salvar-se, para, às pressas, dar sepultura ao companheiro e retornar ao litoral, de onde tomou um barco que o levou a Olinda.

Esta segunda expedição nada veio igualmente construir em beneficio da colonização e, como a primeira, teve efeitos contrários: o seu fracasso e a morte do padre aumentaram a descrença, amolecendo os ânimos em relação a novas tentativas de povoamento da terra.

Ficou esta, por isso, no esquecimento oficial, entregue à pirataria estrangeira, franceses, flamengos e ingle-

---

(84) *Relação do Siará* cit. *Documentos*, vol. 1, p. 139.

(85) "Nesta grãde serra avia ha dons ou tres annos mais de setenta aldeas de gentio q' úos contarão por seus nomes, e depois de os brácos la irem e os receberem no principio com guerras se forão todos para o Maranhão destruyndo todos os moradores do Jagoaribe sendo recebidos deiles com paz, muito melhor os destruyrião a elles q' no principio os receberão com guerra" *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17 cit., p. 60).

ses, até que, consultado pelo rei, D. Diogo de Meneses se manifesta favorável ao reinício da conquista do Maranhão, no que aliás, acrescenta, não se descuidara, mandando vez por outra vigiar o gentio do Jaguaribe, relacionando-se com eles, por meio dum moço experimentado, conhecedor dos seus costumes e língua – Martim Soares Moreno, a quem estava reservado papel da mais destacada importância na história do Ceará.

Convivendo com os naturais, captando-lhes a confiança, (86) resolveu D. Diogo enviá-lo para ali outra vez, agora – narra o próprio Soares Moreno – "negoceado de todas cousas necessárias e um Padre para fazer. Christãos e particularmente me encarregou que me commerseasse por terra com os naturais do Maranhão, para se fazer aquela conquista..., e sendo no ano de 1611 (na realidade chegou a 20 de Janeiro de 1612) cheguei a Siará com 6 homens em minha. companhia e um Clérigo (87) onde fui muito bem recebido, logo a poucos dias fiz Igreja e com retábulos que levei se disse missa". (88)

Se bem que pouco duradoira, foi útil e proveitosa esta permanência de Martim Soares, porque, sobre neutralizar mais ainda a prevenção dos selvagens, e afastar quase radicalmente os flibusteiros, dos quais matou mais de duzentos, tomando-lhes os navios, valeu-lhe poder dar informações diretas da boa qualidade e conveniência das terras e da existência de minas (89), e principiar a criação

---

(86) "E estando eu por tenente do Capitão-mor Lourenço Peixoto, servindo na fortaleza do Rio Grande, fui fazer novas amizades com os moradores daquela costa até Seará, o que fiz pela amizade que me tinhão" ... – informa ele na *Relação do Siará.*

(87) Padre Baltasar João Correia.

(88) *Relação do Siará,* citada.

(89) Firmado nessas informações, respondia d. Diogo a el-rei: "Quanto a qualidade das terras e utilidade que dellas se pode tirar é infinita, por que passado Jaguaribe até onde são as terras areno sas, e fracas, e boas só para pastos e gados, as mais dahi por diante té chegar ao Maranhão, todas são de madeiras, de mattos verdadeiros e

dogado cavalar, sumo, caprino e aves domésticas: ...o rio (Ceará) em si tem muitos bons pedaços de terra para engenhos; e muitas madeiras boas para tudo o que for necessário, para casas e navios, pelas serras e suas fraldas á muito boas terras para canas que ficão do mar 4 e 5 léguas; tem esta nova Colônia 4 aldeias de índios de que é senhor um índio chamado Jacaúna, muito bom índio e que me quer muito; para pastos de todo o gado são estas as melhores terras que hei visto porque as porcas parem 3 vezes cada ano e muitos leitões de cada vez e com as frutas e marisco dos Rios se fazem que donde se deitão se não podem levantar, ali tive cabras que parirão duas vezes cada anno e a 2 e 3 cabritinhos, as cavalgaduras se dão grandemente, as terras criam muitos mantimentos em grande maneira convem a saber de mandioca, milho Zaburo, aboboras de muitas castas, feijões, favas, batatas, inhames, dá toda hortaliça de cá (a *Relação* é escrita em Portugal), melões, pepino, couves, muita quantidade de galinhas, as serras tem muito cristal em grande mr[a] e dá mostras de prata e que até agora se não buscou nem se entrou mais de 20 legoas a dentro". (90)

Construiu um forte de madeira, "com suas guaritas e casas de soldados dentro e sua Ermida", para a proteção dos seus homens, os quais logo se casaram, produzindo filhos, primeiros cruzamentos legítimos, no Ceará, do branco europeu e do ameríndio.

Retirando-se em junho de 1613 para, incorporado à armada de Jerónimo de Albuquerque, ir bater-se, no Maranhão, contra Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, passou a obra, que tão carinhosamente alicerçara, a su-

---

varzeas de mui boas terras, de que se podem fazer engenhos e canaveaes assi de agoas como de trapiche e algodoens, e os mais mantimentos, e assim fica bem claro a utilidade que a fazenda de Vossa Magestade receberá em se cultivarem as terras, e impedir aos cossarios que as busquem; nem se comerceem com ellas, dos quais tenho noticia certa, aver huma casa de feitoria no maranhão" *(Documentos*, vol. 2, p. 67).

(90) *Relação* citada.

portar de novo a negligência régia, enfraquecidas as defesas contra aventureiros renitentes em comerciar com os índios os produtos da região. (91)

Tal comércio revestia a forma típica e única da época – o *escambo* ou troca, em espécie, de utilidades manufaturadas, como artigos de ferro (machados, foices, facas, canivetes, tesouras, anzóis, etc.), panos e quinquilharias (espelhos, pentes, corais, contas, etc.), por matérias primas, animais e pássaros: .... – aportarão muitos Piratas que com aquelles índios commerceavão e carregava-o muitos navios de algodoens e pimenta malagueta, muitos bichos, como Papagaios, Bogios (macacos), Saguins e muito pao a que os índios chama-o Uburaquatiara, que é o melhor que até agora se ha descuberto em todo o Brasil, por ser como damasco, e tambem carregava-o pão de tinta chamado tatagiba com algum ambar". (92)

A terra – resume Carlos Studart Filho, baseado em Gomes de Carvalho, *D. João e os Franceses*, Lisboa, 1894 – "produzia, para a exportação, bastante tabaco, cujo uso já então se difundira no Antigo Continente, óleos balsâmicos, âmbar e aves, particularmente papagaios, muito apreciados dos brancos pelo vivo colorido de suas penas e pela natural habilidade em imitar as vozes humanas. Carregavam-se por centenas essas aves palradoras, nos portos do Brasil e vendiam-se a seis ducados a peça, quando começavam a falar o francês, segundo a estimativa do Barão de Saint-Blancard em protesto feito perante o tribunal das presas de Baiona. Quando à loquacidade aliavam o vistoso da plumagem, elas atingiam então preços

---

(91) ... "e pela parte do mar muitos corsarios franceses, ingleses e olandeses tem muitos portos donde fazem seus tratos e aguadas com os moradores daquella Costa" – diz a *Relação do Siará.*

(92) *Relação.* Leia-se sobre o escambo o livro de Alexander Marchant, *Do escambo à escravidão*, Brasiliana, vol. 225.

verdadeiramente fabulosos, como aquele papagaio que foi dado de presente ao duque de Joyence, por ocasião de tomar posse do almirantado de Normandia. Adquiriram-no os amigos e admiradores do almirante por cento e doze libras tornesas, ou sejam em moeda legal de hoje, aproximadamente, 500 francos, ouro". (93)

Claes Adriassen Cluyt e Hendryck Hendryckesen, holandeses que em 1610 aportaram no Mucuripe, referem que a terra fornecia batatas, pau amarelo, âmbar, galinha e faisões. (94)

O algodão nativo, o manim, amanyú, amandiyú ou manyú dos indígenas, era conhecido com a denominação de crioulo ou inteiro, de espécie arbórea. (95) De excepcional interesse nos mercados da Europa, o aumento do seu plantio já era recomendado a Martim Soares, na resolução real de 8 de junho de 1621. (96)

O âmbar tinha grande procura. Apesar de não se conter na *Relação do Siará*, de Soares Moreno, mais que uma ligeira referência a este produto .... "alli se apanha às vezes quantidade de âmbar"), e de ter alegado certa vez o Conselho da Fazenda Real que o âmbar no Ceará "he de pouco consideração e incerto" (97), incontáveis são as alusões dos cronistas e dos documentos acerca da sua mercância.

Da obra intitulada Diálogos das Grandezas do Brasil" (1618), que hoje se sabe da autoria de Ambrósio Fernandes Brandão, pode-se extrair esta passagem: "a sua costa (Jaguaribe) é fertilíssima de âmbar-gris, muito esmerado, que costuma sair dela em certos tempos do ano em grandes

---

(93) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, p. 310.
(94) Barão de Studart, *Geografia do Ceará*, 1924, p. 85.
(95) Consulte-se Luís Amaral; *História Geral da Agricultura Brasileira*, vol 2, p. 183.
(96) *Documentos*, vol. 1, p. 270.
(97) *Idem*, vol. 1, p. 266.

pedaços donde se colhe e se vende a mercadores e outras pessoas, que levam e mandam para o reino; o qual é lá muito estimado por ser ele de si perfeito e alvíssimo". (98)

Frei José de Santa Rita Durão, no seu notável poema *Caramuru*, e Rocha Pitta na *História Portuguesa*, 2º livro, falam de modo eloqüente sobre a qualidade e abundância do âmbar do Ceará.

O último adianta que esta província do Brasil "é a mais áspera e inútil, só abundante de muitas salinas cópia grande do melhor pau violeta que produz esta região, para desempenho da esterilidade dos outros gêneros, de que a não fecundara a natureza, lhe lançou o mar quantidade de âmbar gris por toda aquela grandíssima costa do mais fino que sai pela outra da nossa América e em maior abundância: acontecendo trazerem-no em muito número de arrobas os gentios a trocar por qualquer droga com os portugueses, e colhendo-o também eles na mesma quantidade e perfeição". (99)

Todavia, a âmbar não teve o mérito de interessr mais vivamente os holandeses, ao invadirem o Ceará. Em carta de 13 de janeiro de 1638, aos diretores da célebre Companhia das Índias Ocidentais, o Conselho Supremo no Brasil insinuava: "É certo que ali se acha âmbar, mas por isso não vale a pena manter uma guarnição no Ceará, se abaixo dele não se encontrassem salinas". (100) E meses depois, a 19 de abril, escrevia o tenente Hendrick van Ham: "Quanto ao âmbar gris, os índios foram muito exagerados nas declarações que fizeram a V. Excia. e aos altos conselheiros (101), não tendo visto até agora mais do que quatro pedacinhos com o peso de cerca de três onças, que trouxe o

---

(98) *Apud* Barão de Studart, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17, p. 270.
(99) Coleção Clássicos Contemporâneos, dirigida por J. Cortesão, 2. ed. na Academia de Letras, corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia, Dois Mundos Editora Ltda.
(100) *Documentos*, vol. 3, p. 58.

principal da aldeia pequena, chamado Koiaba". (102) Porém explicava: "Tenho por certo que eles (os índios) acham muito âmbar gris; mas levam-no para o Rio Grande e outros lugares, pois andam todos os dias a correr acima e abaixo sem ciência minha. Não são poucos os índios que aqui chegam da Paraíba e do Rio Grande e fazem esta viagem para levarem o âmbar gris". (103)

O âmbar, cujo nome índio é *pirapoam repoti* (excremento de baleia), e etimologicamente deriva da palavra árabe *anber*, de modo geral é unia substância resinosa e aromática, de textura vítrea.

Uma das espécies é o *âmbar amarelo* ou alambre, matéria fóssil, dura, frágil, meio transparente, insolúvel nágua, encontradiça, sob a forma de pérolas, nas sepulturas neolíticas e da idade do bronze, na Dinamarca, Inglaterra e outros países, podendo, outrossim, achar-se em depósitos naturais, como na Sicília e ás margens do Báltico.

A outra espécie e o *âmbar gris* ou cinzento, oriundo das concreções intestinais das baleias e cachalotes, (104) constituído pela matéria negra de que se alimentam. Tais concreções têm o peso variável de 500 gramas a 10 quilogramas, e valiosa aplicação nos produtos de perfumaria.

Na composição do âmbar gris entra a ambarina, matéria gorda que se extrai pela fervura ao álcool, e convertendo-se, sob a ação do ácido azótico, em ácido ambárico; quando fresco, de cheiro muito ativo, apresenta-se em massas ora mais claras, ora mais escuras, irregularmente esféricas, lançadas às praias pelo mar.

---

(101) Os dois índios que haviam ido a Pernambuco propor aos holandeses a tomada do forte de Ceará declararam que havia "naquelas cercanias belas salinas que podiam dar muito sal, como encontrariam também âmbar e algodão" *(Revista do Instituto do Ceará,* vol. 10, p. 72).
(102). *idem,* p. 78.
(103) *Idem,* p. 79.
(104) Veja-se *Dicionário dos Animais do Brasil,* São Paulo, 1940, Rodolfo von Ihering, p. 184.

A variedade cearense era o âmbar gris mais claro, que se computava a preço de quatro mil réis e mais cada onça, ao passo que o negro, encontrado desde Pernambuco até à Baía, tinha o valor de três a quatro cruzados. (105)

Os paus de cores comuns às matas do Ceará mais próximas do mar; e objeto do mercado clandestino, eram, notadamente, a tatajuba e o pau-violeta. Não havia o pau-brasil.

A tatajuba, ou pau de tinta, é madeira de cor amarela, da família dos urticáceas *(Morus tinctoria, Broussonetia tinctoria)*, conhecida em Sergipe por moreira e em Pernambuco por espinheiro bravo. O nome tem outras variantes: tataíba, tatajiba, tataí-y, tatarema, jataíba, etc.. Fornece boa matéria corante amarela, apropriada para tinturaria, sendo também utilizada em construções. (106) Encontrava-se facilmente nas vizinhanças do rio Ceará e de Mucuripe (107), sendo de menor valor que o pau-violeta.

Este, como o nome indica, tem o lenho de coloração roxa e, entre os indígenas, era conhecido pela denominação de uburaquatiara (madeira pintada) ou iburá-quatiara, ugniraquatiara, ibria-coatria, etc. Na França chamavam-no bois de mandril ou bois violeta.

É uma papilonácea cuja espécie não está determinada, sugerindo o Prof. Dias da Rocha a classificação *Dalbergia*

---

(105) Barão de Studart, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17, p. 210.

(106) Ainda em 1810 o inglês Joze Hughes afirmava ao Governador Barba Alardo de Meneses que a tatajuba era muito estimada na Inglaterra para as tinturarias *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 29, p. 288).

(107) "E dally (de Jericoacoara) se pode tirar infinito pao a que chamão Ibria-Coatria preto de fermozas agoas. E para obras primas he de muito preço"... (Carta de Muniz Barreto, em *Documwntos*, vol. 1, p. 301). O Barão de Studart, em *Notas Para* a *História do Ceará*, p. 405, nota 2, alude a um memorial sobre a tatajuba, publicado no vol. 12 do "Auxiliar da Indústria Nacional" e da autoria de José Pereira Tatajuba, natural do Cabo Frio.

violeta, adotando-se o nome *violeta* pelo qual é vulgarmente conhecida.

Muito disputada, por se prestar admiravelmente à fabricação de móveis de luxo, procuravam-na os navios piratas ao norte do Ceará, "ponto mais danado dos corsários", na expressão de Diogo de Campos. Soares Moreno reputava a qualidade cearense "a melhor que até agora se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco".

Tal foi a intensidade desse comércio, e por tanto tempo continuou, que a metrópole acabou resolvendo, nos meados do século, mandar construir um fortim no rio da Cruz (Camocim), a fim de coibi-lo e garantir a recolta da mercadoria pelos portugueses.

Oito anos depois das suas primeiras incursões, nomeado Capitão-mor, aportou novamente Soares Moreno ao Ceará (23 de setembro de 1621), mas sentiu a dor de ver desfeito e abandonado tudo o que dantes preparara: os índios em guerra, "a terra falta de mantimentos causado da falta de ferramentas", o forte reduzido a "uma estacada de varas que estão caindo com as suas cabanas de palha", e na mais extrema miséria os soldados.

Meteu ombros à reconstrução, com os parcos meios que trazia, esperançoso e convicto da produtividade da Capitania: "E pois – manifestava – a terra é tanta e tão boa para tudo quanto lhe semeão bem é que os Vassaílos de V. Magd. se aproveitem della. Algumas sementes de Portugal que semeei nacerão, as canas de assucar se dão espantosamente. As madeiras são muitas e boas, ha muitos algodoens, umas vacas que trouxe se dão notavelmente, cavalgaduras e gado miúdo pela mesma maneira. A caça e o peixe é tanto que não tem meio,... a terra promete ter muito metal a respeito as muitas serras e grandes que nella ha".

E acrescentava: ..... se V. Magd. for servido mandarme gente e ordem de artelharia com que fortifique este

sitio, espero em Deos fazer aqui uma Capitania muito rica a V. Magd". (108)

Não iria ser ouvido, no entanto. Os emperros da administração régia lhe não proporcionariam modos para uma ação mais eficaz. Nem recursos, nem os soldados que tanto reclamava para completar a infantaria da fortaleza.

Logo em princípios de 1622, o capitão-mor do Maranhão a encontrou "muyto falta do necessario a que se deve acodir por ser praça de importância". (109)

Não lhe pagavam senão com enormes procrastinações o ordenado de 400 cruzados anuais que marcara el-rei, nem os dos soldados, os quais deviam receber os seus salários "metade em fazendas para se vestirem, em preços acomodados, e a outra metade em negros de Angola", segundo ele próprio sugerira.

Só em julho de 1626 veio o forte a ser suprido de pólvora e canhões e pagos os homens, quando por aí transitou Francisco Coelho de Carvalho, designado para instalar o novo "Estado do Maranhão", em que ficaria compreendido o Ceará: "Passei pela Capa do Ceará, aonde achey Martim Soares Moreno por Capm daquele Presidio em hu forte tão fraco e desbaratado que me foy necess^{0} fazelo de novo e guarnecelo com quatro pessas de Artelha por não ter mais q. hua". (110)

Sucederam-se os atrasos, motivando o definhamento do povoado, não obstante as insistências do capitão-mor. "O aluno passado expunha ele ao rei, em carta de 17 de outubro de 1628 – escrevi a V. Magde duas vezes, em razão do que me ordenou por carta sua; a avizava de todas as particularidades desta Capitania, e faltas della, e agora o torno a fazer das mais importantes, para que a V. Magd. lhe sejão notorias as cousas desta praça que totalmente

---

(108) *Relação* citada.
(109) Documentos, vol. 1, p. 30.
(110) Documentos, vol. 2, p. 219.

está a risco de se perder, porque os. Governadores do Estado do Brasil (111) não somente não querem dar cumprimento as Provizões Reaes, mandando a gente, e soldados, de que V. Magd manda prover este Prezidio, mas ainda negão os pagamentos aos poucos que com tantos trabalhos sustento esta Capitania ha tantos anos, quatro ha que nos faltão os pagamentos, com que os pobres andão todos despidos e doentes, e tão desesperados que cada hora receio um motim; e que me desemparem e está isto muito arriscado a suceder-lhe um desmancho com que depois seja necessario gastar V. Magd. muito de sua Real fazenda em tornar a conquistar de novo este gentio que agora está tão domestico. O que tão facilmente se pode remedear só com mandar os soldados que faltão para o numero dos cincoenta que V. Magd. ordenou houvesse nesta Capitania e fazer-lhe seus pagamentos; os que comigo assistem até agora, já desesperados, me fizera-o petição pedindo-me mandasse remedear tanta miseria como tudo consta do Auto que com esta mando". (112)

Ficou em vão este petitório, até que em 1631, chamado a combater os holandeses em Pernambuco, deixou a sua querida Capitania, substituído pelo sobrinho Domingos da Veiga Cabral.

Desgraçadamente, as dificuldades superaram os seus intentos e empenhos, e até das minas de Itarema (hoje serra da Taquara) nenhum proveito pôde tirar, porque, além de escassearem os recursos, lh'o proibira o governo espanhol dominante, cioso das vantagens das jazidas do Peru. Também não foi possível aprofundar o conhecimento do *hinterland* da Capitania, que a tanto o privou a deficiência de gente.

---

(111) O Ceará, apesar de sujeito à jurisdição do *Estado do Maranhão*, passou a ser suprido pelo *Estado do Brasil*.
(112) *Documentos*, vol. 2, p. 221.

Legara, entretanto, aos vindoiros os fundamentos do futuro edifício, isenta a Capitania de ladrões flibusteiros, e tranqüilizados os índios do litoral, tudo de maneira a permitir o livre comércio e as comunicações: "No contorno desta Capitania tenho enemigos que são tapuias de corso que me dão. alguns assaltos e eu lhe faço o mesmo e me defendo delles com facilidade porque tenho reduzido o gentio potiguar com mais sette nações de outros tapuias tãobem de corso e os tabajaras da Serra da buapaba todos ao serviço de V. Magd. de maneira que os portugueses que navega-o por esta costa e os que por esta terra caminha-o todos acha-o colheita e abrigo nos ditos gentios sem risco de suas vidas e os rebeides olandeses e mais piratas afugenta-o e bota-o de sy" - são palavras suas na carta que dirigiu a el-rei em 8 de Janeiro de 1631, vésperas da sua retirada.

Conquanto crivado assim de estorvos, a atuação de Soares Moreno é o marco zero da vida civilizada, a primeira cabeça-de-ponte efetivamente consolidada dos portugueses no Ceará, até então considerado inaproveitável e estéril, pelo falseio de notícias imaginosas e pela errada impressão nascida de mentirosas apreciações.

Bem lhe cabe o título, com que a posteridade o reconhece, de *fundador do Ceará*, vivendo hoje na alma cearense, através da genial concepção de José de Alencar, na figura cavalheiresca do *guerreiro branco* amorável e ardente, a quebrar a *flecha da paz* com Iracema, "a virgem dos lábios de mel", nos enleios de cujo sorriso, "mais doce que o favo da jati", se conjuram num simbolismo vibrante as duas raças, gerando *Moacir*, o filho do sofrimento que, ainda no berço, emigrava na afoita jangada "aberta ao fresco terral a grande vela", tirado ao regaço-mãe pelo determinismo da predestinação ao seu povo.

Saído Martim Soares, caiu em declínio a terra novamente, mariscando no forte uma pequena tropa, que mal suportou resistir, por alguns minutos, aos holandeses,

quando, em outubro de 1637, pretendendo jogar mais longe o disco da sua expansão, se apoderaram do Ceará.

A meta era o Maranhão, porém se impunha garantir a passagem: dominada a costa cearense, os portugueses não ocupariam mais nenhuma até lá. (113)

A despeito desse plano, durou pouco a invasão dos soldados de Nassau, vítimas da atitude que adotaram em-relação aos íncolas, a quem maltratavam e não pagavam os serviços (114), e pelos quais foram trucidados, inclusive o – comandante Gedion Morris de Jonge (janeiro de 1644).

Nenhum traço mais digno de menção deixaram, quer de ordem política ou econômica, salvante o descobrimento de algumas poucas salinas, que, aliás, muito interessavam ao Conde Maurício: ". – . é um lugar (o Ceará) onde se encontra o âmbar gris e também grande quantidade de sal, de sorte que se Deus nos der esta graça, os nossos navios não terão que ir carregar sal nas índias Ocidentais, mas encoutrá-lo-ão no novo país". (115)

---

(113) Do gado, cuja criação começara a desenvolver-se ao tempo de Soares Moreno, os holandeses apenas encontraram 221 cabeças. Pouco depois, já eram 250, segundo informava o tenente van Ham *(Revista do Instituto do Ceará,* vol. 10, p. 80).

(114) Este fato é confessado pelos mesmos holandeses: "Como de todas as circunstancias conhecidas não podemos outra coisa inferir senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação originaram-se do mau tratamento que lhes deram e sobretudo de não terem sido devidamente pagos de seus serviços no trabalho das Salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes, etc." *(Documentos,* vol.. 3, p. 89). Tais serviços eram pagos em panos e outros gêneros e artigos: "Peço a V. Excia. se digne de enviar-me pano para o pagamento desses índios, e necessárias são, pelo menos, 500 varas, porque eles pedem mensalmente três varas" *(Revista do Instituto do Ceará,* vol. 10, p. 81). Identicamente, a troco de pano e ferramenta (escambo) vendiam escravos e utilidades da terra: "Procurou-me também um dos principais, apresentando-me dois negros para vender por panos, machados e foices" *(Revista do Instituto do Ceará)* vol. 17, p. 359).

(115) Carta de 16 de Novembro de 1637, in: *Documentos,* vol. 3, p. 56.

Outra vez o Ceará ficaria entregue aos silvícolas, por muito tempo, sem portugueses, sem holandeses.

Em 1645, D. Diogo Coelho de Albuquerque, nomeado seu capitão-mor, alegava a el-rei que iria servir a S. Majestade em "hua Praça dezerta abbitada ssó de gentios onde V. Magd. não tem Alfandega nem Republica formada". (116)

É duvidoso que tenha conseguido assumir as funções, porque em Outubro a praça continuava sem Capitão-mor, (117) e em julho de 1647 o governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, comunicando ter-se perdido a caravela que ia para lá "com socorro de gente mostrava profeticamente a necessidade de guarnecê-la, "em razão de ser hua atalaia e resgoardo de todo aquele estado e um descanço de todos os Navios que do Reino vão para ela, principalmente quando estava tão vizinho o olandez em Pernambuco cõ as ruins consequencias que desta vizinhãça se podiam temer". (118)

De fato, empobrecida, a Companhia das Índias se esforçava de todo modo em recompor as finanças, apelando para a exploração de minas, ao sabor de notícias ou roteiros vagos que lhe chegavam e numa dessas tentativas, já fracassadas outras, como em Sergipe, Paraíba e Rio Grande, expediu Matias Beck, bem aparelhado de ferramenta e apercebido de armas, com destino ao Ceará, onde se reinstalaria a dominação batava e se tiraria das entranhas da terra a prata luzente tão falada.

Aportado a 3 de abril de 1649 na enseada do Mucuripe, e desembarcado, tratou de levantar um núcleo de fixação e resistência, o que de fato fez, construindo à margem do regato Marajaík, hoje Pajeú, e não mais na barra do Ceará, um bastião que chamou *forte de Schooenenborch,*

---

(116) *Documentos,* vol. 3, pág 157.
(117) Idem, vol. 3, p. 163.
(118) *Ide"z, p.* 166.

em volta e sob a proteção do qual haveria de viver e crescer a capital cearense.

O sonhado minério escondia-o a serra da Itarema, (119) a poucos quilômetros de distância, e, muitas léguas além, a serra da Ibiapaba, perto de Camocim.

Um holandes, Kilian Resenlaer, deixara escrito, em 1628: "À 3 lieues de Siará se trouve la montagne Boraguaba (Maranguape) qui renferme une mine d'argent, a 2 journées de marche. Ou peut voir la montagne à bord des vaisseaux. L'argent s'y trouve en fragments. On le deterre aussi. Ii y a encore une mine d'argent a dix Journées de Siará, dans un heu nommé Guarundug, prês d'une revière nommée Camocy". (120)

Confirmara-o sem rebuços, no Recife, o tuxaua Francisco Caraia: ... "disse que o monte onde existe a verdadeira mina é chamado Itarema, junto ao monte de nome Maraguaba, sendo esta a mina da qual o velho Gaspar Paraupaba deu notícia aos Nobres e Poderosos Senhores, e afirmou que entre os índios não havia memória de outra senao desta onde dizem que os portugueses, e especialmente Martim Soares Moreno, retiraram mineral, que era muito rico de prata; quanto à mina, que João de Albuquerque declarou chamar-se Ussupaba, a qual sou de opinião que deve ser bem produtiva, disse que era um monte situado a boas 80 léguas daqui, para os lados de Camosy ou Comeresiby". (121)

Matias Beck escreveu um *Diário* de sua expedição, publicado na *Revista* do *Instituto do Ceará*, vol. 17, p. 325,

---

(119) Serrota ao norte da Serra de Maranguape e que depois tomou o nome de Taquara. *Itarema* significa *pedra fedorenta.* De *ita*, Pedra, e *rema, cema, tema,* fedor. O nome é alusão ao odor que se desprende da percussão de bloco de pirite branca, ali existente em grande quantidade. A pirite branca é o sulfureto de arsênico.
(120) Citado pelo Barão de Studart, *Geografia*, p. 181.
(121) *Revista do instituto do Ceará*, vol. 17.

ótima fonte de estudo acerca da segunda sortida flamenga ao Ceará, pelo qual se vê que o seu imediato cuidado foi captar a simpatia dos naturais, a fim de se desmancharem as prevenções *e*, com a sua ajuda e sem tardança, dar começo à mineração.

As primeiras amostras trazidas pelo engenheiro João Castiliaen no dia 25 de abril, produziram "um pequeno fragmento de prata, do tamanho aproximado dum grão de saraiva, extraído duma libra do mineral", e a fundição do dia seguinte acusou que "o mineral era tão pobre de metal que não pagava as despesas de sua extração". Pior a do dia 29, pois que o prateiro, mestre Jonas, informou que nada pudera extrair

Amiudaram-se as decepções. A 1º de maio, o mesmo mestre, mencionando que das *sete libras* de minério, que lhe haviam dado na véspera, conseguira tão só arrancar *meia libra* de prata repetiu, descrente, que caso fosse encontrado o verdadeiro veio, a mina seria das mais rendosas, nas que até o presente o mineral era muito pobre e não compensava as despesas da extração, porquanto para expurgar e separar do mineral a referida meia libra de prata, gastara em reagentes cerca de dois reales".

O engenheiro e os mineiros variavam ou aprofundavam as escavações, e conjeturaram que " o monte Itarema e os outros mais próximos apresentam tão favorável aspecto que enquanto a Companhia existir sempre deles poderá ser retirada prata em abundância", embora advertissem que "se encontrados os verdadeiros veios, outros processos mais desenvolvidos seriam necessários empregar para a extração, conforme uso em todos os lugares em que existem tais minas, convindo desde agora providenciar a respeito".

Nestes comenos, o comandante não descurava os plantios, de especial o da mandioca, já estando fincados, a 23 de julho, 6.000 paus de maniva.

De súbito, nova esperança: no dia 25 deste mesmo mês, dera ao forte um índio do monte Maragoaba, trazendo, achado à flor do chão, um pedaço de mineral de cor brilhante, que o mestre Jonas não pôde examinar, quanto a qualidade da prata, mas que, tomada uma amostra e submetida a prova, dela encontrou vestígio, "indício suficiente de que no monte Maragoaba, próximo ao monte Itarema, existem minerais de prata".

Pura ilusão, porque tais investigações não ofereceram produto satisfatório, a despeito de estarem os trabalhos a cargo doutro técnico, H. B. van de Meulen, recém-chegado.

Este acúmulo de desilusões determinou a viagem de uma turma de mineiros e soldados à Ibiapaba, sob a direção do engenheiro Ricardo Caer, embarcada no dia 21 de agosto, rumo de Camocim

Como a de Itarema, a prata da Buapaba nada mais fora que uma fugaz miragem para a Companhia, no desert-to das suas insanáveis aperturas

Aliás, já estava no fim, porque a capitulação de Taborda, em 27 de janeiro de 1654, forçou o abandono do Ceará pelos holandeses em maio seguinte, em condições semelhantes à outra vez que aí estiveram, isto é, sem legarem coisa valiosa de sua passagem, nem sequer de caracter racial, que ao menos de longe lembrasse aquele amálgama de estrangeiros que faziam do Recife uma cidade cosmopolita, cujas pontes constituíam avenida para uma sociedade algo requintada, e nas águas de cujos rios se refletiam os palácios maurícios, transpondo, numa quase petulância, o renascimento europeu para as terras daquém mar. (122)

Teriam deixado tão unicamente, na expressão acre do Padre Vieira, plantadas na terra do Ceará "as grandes raízes' da heresia".

---

(122) Leia-se *Civilização Holandesa no Brasil*, Brasiliana, vol. 180, de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro.

Meio século esgotara-se e a Capitania não sentira ainda desabotoar-se aquele movimento energético das "bandeiras" expansionistas que, do São Francisco, se alastrava para o norte, no afã de completar o Brasil. Tudo o que do homem civilizado recebera a Capitania não passava do raquítico núcleo demográfico de Marajaík, apegado medrosamente às estacadas do forte que muitos anos mais tarde, 1660, já denominado "N. Senhora da Assunção", simulava proteger uma população não maior de 200 habitadores, brancos e índios vassalos, todos pobres e ignorantes, sem conforto e sem igreja.

Firmara-se contudo o domínio luso, e por esses entrementes findaria o ciclo desassossegado das correrias aventureiras, dos fortins costeiros, da insólita mercancia dos corsários, fase episodiada de vicissitudes, mas vazia de significação para a economia deste trecho da Colônia, que infelizmente continuava sem cidades, sem canaviais, sem engenhos, sem eito, sem aristocracia, sem carro de boi, sem nada.

Os umbrais da nova era, por obra dos fados, entreabriam-se, embora timidamente, com a vinda auspiciosa da primeira família cristã (123) – a do capitão-mor João de Melo de Gusmão, nomeado pela resolução régia de 18 de novembro de 1660, porém só empossado a 14 de dezembro de 1663: "Por na Capitania do Seará não haver mais que o gentio da terra e os soldados que a defendem – eis o motivo que levou o Conselho do rei a opinar em favor do pedido do mesmo capitão-mor.

E de par com o envio dos fados, pisava os alcantis da Ibiapaba, vindos em nome de Deus, os padres jesuítas, Pedro Pedroso à frente, abrindo caminho do Maranhão ao Ceará, através da mata, possibilitando comércio e comunicações, outrora inatingidos. Por aí logo transitou o próprio governa-

---

(123) Pero Coelho havia trazido a mulher, da. Tomásia e os filhos, em 1605, mas foi passageira a demora desta família, obrigada de logo a retirar-se para a Paraíba, em condições como se sabe, dolorosas e desesperadoras.

dor do Estado do Maranhão, André Vidal de Negreiros, "com sua casa e família deste governo para o de Pernambuco, para donde se embarcou no Barco do socorro que achou no Ceará" – diz o citado Padre. Também por aí, em linha inversa, da. Teresa de Gusmão, já viúva, se transportava com as filhas, rumando as costas maranhenses.

Eram os primeiros abalos da arrancada povoadora que, em caminhada para o oeste, dentro de curto tempo levaria o ameríndio de encontro aos murões das serras fronteirantes, submisso ou aniquilado.

É bem verdade que, enquanto isso, persistiam vestígios do comércio sub-reptício da marinha, pois, como salienta Capistrano, "grande acontecimento considerava-se a chegada clandestina de navio estrangeiro com que se podia fazer algum contrabando, de que os próprios capitães-mores participavam. (124)

Deles é melhor exemplo Bento de Macedo de Faria, que se tornou inveterado negocista, vendendo a barcos holandeses madeiras, gados e cavalos a troco de fazendas e gêneros, o que lhe valeu enérgica denúncia da parte de Domingos Ferreira Pessoa, almoxarife dos dízimos, cuja cobrança o Provedor da Fazenda Régia de Pernambuco, João do Rego Barros, introduzira no Ceará. "O Cappitam Mor do Siará Bento de Faria – diz a denúncia – sem mais parecer que o da sua ambissão e conveniencias... deu entrada naquela Capitania a três navios olandeses e pechelinques, fazendo com elles contratos e vendas de Pao Violeta e outras madeiras como tambem vendendo-lhes Gado e Cavalgaduras, que tanto custarão aos Vassalos de V. Magd. e levalos aquelle Cappitam. Recebendo em troquos fazendas cequas e todos os mais Generos do Norte". (125)

---

(124) *Caminhos, p. 222.*

(125) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 36, p. 117. Advertido pelo Provedor, o citado Capitão-mor respondeu que "já o seu antecessor asseytara ahy semelhantes Navios" (Idem, p. 119).

Também não era de todo olvidada a cata de minas: e vos informareis do estado em que está a mina de pratta que se diz que os Olandezes fabricarão, e se he de algum rendimento, e se está longe do porto do mar, e os mais particulares e requesitos que correm de que avizareis com toda a clareza pelo meu Conselho Ultramarino" – recomendava Lisboa no Regimento dado a André Vidal. (126)

Porém o processo do povoamento não se elaboraria na forma típica da demografia nas zonas de mineração que, no Brasil, segundo Caio Prado Júnior, "impeliu o homem num arranco brusco do litoral para o coração do continente, deixando atrás de si um espaço intermediário que raras vias de comunicação atravessam". (127) A mineração do Ceará, quer ao tempo dos neerlandeses, quer muito depois, no século 18, quando tentaram explorá-la no Cariri, não tem influência senão intercorrente, na formação político-econômico-social.

Bem ao invés, o que caracteriza os acontecimentos desenrolados nessa evolução é o sentido horizontal e derramado do pastoreio, a que serviu de veículo e baliza a rede nervurosa dos rios e ravinas.

O nódulo do forte de N. Senhora da Assunção, sede do governo, bastante mofino não pudera dar impulso sensível à ocupação, que havia de iniciar-se mais vigorosa pelo Jaguaribe, colocado pela geografia em posição de servir de ponto de junção às duas grandes correntes penetradoras – de Pernambuco e da Bahia, aquela, para usar o sabido

---

(126) Domingos de Sá Barbosa, sucessor de André Vidal informou que "teve aviso dos ditos Capitães-mores do Ceará que as minas são três, de cada hua das quaes haviú Alvaro de Azevedo Barreto mandado a V. Magd. alguns barris de amostras. Porém elle não tinha alcançado dellas mais noticias que dizerem os flamengos que daly forão expulsos que em Olanda de quatro centas libras de pedra se tirarão vinte e cisco onças de prata, mas que havia outras minas melhores, que se taparão (Documentos, vol. 3, p. 202).

(127) *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, 1942, p. 49.

conceito de Capistrano, caminhando pelo *Sertão de fora* e esta, pelo *sertão de dentro.* (128)

As primeiras sesmarias do Ceará são litorâneas, não se nega, mas umas representam a continuação natural das concessões no Rio Grande, e as outras, poucas, fixaram-se nos vestíbulos dos rios, permanecendo indecisas, por muito tempo. Datam de 1678 a 1682.

Entrando pelo Jaguaribe, até 1681 "nunca povoado de brancos", é que Manuel de Abreu Soares, Teodósio de Gracismão e outros rio-grandenses começam, definitivamente, a povoar o interior.

A influência hidrotrópica, ou mais precisamente a potamotrópica, governava irresistivelmente a expansão e a conseqüente distribuição das sesmarias, que se justapunham acompanhando a linha dos rios, ou em redor das lagoas e aguadas.

Dos sesmeiros, alguns poucos situavam-se eles mesmos, trazendo os seus gados e construindo precárias instalações, Outros os confiavam a prepostos ou *vaqueiros*, homens experimentados nas agruras do sertão, capazes de defrontar as rudezas do meio e o ataque dos índios e das feras. É o regime do "absentismo" de Capistrano. (129)

Quando era enorme ou de caráter mais generalizado o perigo do gentio bravo, surgiam as "expedições" do governo, a empuxá-lo mais para dentro ou a dizimá-lo, (130) e desta maneira, numa continuidade persistente, alargava-se a campanha árdua dos sertões, ficando à retaguarda os "currais", que aos poucos se consolidavam em fazendas ou "sítios" como se dizia então, distanciados uns dos ou-

---

(128) *Capítulos*, p. *146*. Consulte-se Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 1a. ed., p. *77*, Pompeu Sobrinho, Povoamento do Nordeste Brasileiro, in: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51; p. 107; Caio Prado Júnior, *obra cit.*, p. 49.

(129) *Caminhos*, p. 228.

(130) Consulte-se sobre estas expedições Perdigão de Oliveira, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 4, p. 118.

tros, somente comunicados pelos ruins caminhos das ribeiras", futuras vias para as cavalhadas em "comboios" transportarem o comércio da Capitania.

Os "homens do Rio Grande", assim vulgarmente conhecidos os da "corrente pernambucana", enchiam o baixo Jaguaribe e já pisavam a "ribeira do Icó" quando, desbravado o sertão interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, pelo sertanista Matias Cardoso de Almeida e seus lugar-tenentes, principiaram a tocar os "baianos as margens daquela ribeira, misturando-se paulatinamente e, juntos, confluídas as duas hastes da pinça bandeirante, prosseguiram a marcha, pertinazmente, até concluí-la.

Foi isto pelos últimos anos do século. Apareceram as primeiras compras de fazendas existentes e novas sesmarias eram solicitadas, operando-se daí por diante a ocupação em maior estilo.

Em 1701, Cristóvão Soares de Carvalho e seis companheiros entram no Oriabebu, depois Riacho das Pedras. O explorador Francisco Ribeiro de Sousa, em 1702, galga o Banabuiú, e no mesmo ano começa a povoar-se com Duarte Pinheiro e Antônio Pinto Correia, o seu afluente – o Quixeramobim. Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato também em 1702, escalaram o Rio Salgado e, por ele, em 1703, avançam Manuel Carneiro da Cunha e José Rodrigues Anosa, este último remexendo o Cariri, que afinal (1714) passa à família Lobato.

Com Antônio Bezerra poder-se-á assegurar, sem medo de erro, que pelo fim do ano de 1707 o Jaguaribe até a nascença estava conhecido e mais ou menos povoado, (131) constituindo, portanto, mera força de expressão a afirmativa de Capistrano de que "findo o século XVII, estava todo o Ceará devassado, os índios uns reduzidos a aldeias, outros vivendo em paz ao lado dos colonos". (132)

(131) Algumas *Origens*, cit. p. 108.
(132) *Caminhos*, p. 226.

Efetivamente, muito restava por fazer, e só depois de 1707 ganharam força as explorações, multiplicando-se as sesmarias. A carta régia de 18 de agosto de 1706, mandando fornecer armas aos moradores para uso comum e defesa ao índio, e a outra de 20 de abril de 1708, recomendando se fizesse a este guerra de morte, aliadas à emulação e ao natural espírito de ambição, propulsionaram a ação dos sesmeiros, animando-os a novas conquistas, a mais ousadas arremetidas.

Já fora até possível lançar uma "finta" sobre 200 currais da "ribeira do Jaguaribe", de 2 bois cada um, e uma contribuição de dez tostões das terras de cada curral, para a construção da igreja do arraial de Russas (hoje cidade deste nome), conforme se vê da carta régia de 18 de julho de 1709 (133), dirigida ao desembargador Soares Reimão, nessa época residindo ali, com o dever de demarcar as terras da mencionada ribeira.

Ao mesmo passo, incrementava-se a investida nos outros rios ao sul da fortaleza, o Pirangi, o Choró, o Pacoti, havia muitos anos ingurgitada na ante-sala de suas barras (134) e, ao norte, Manuel de Góis e vários coheréus localizavam-se no baixo Acaraú, e Pedro Rodrigues, com os seus companheiros, tomava conta do Mundaú, do Aracatimirim e Aracatiaçu. (135)

Contrariando a tendência geral do povoamento, mas ainda estritamente presa ao invencível tropismo potamográfico (136), entrava do oeste, esgueirando-se pelo boqueirão

---

(133) Transcrita em *Algumas Origens*, de Antônio Bezerra, cit., p. 252.
(134) *Datas e Sesmarias Cearenses*, vol. 1, p. 90.
(135) *Idem*, p. 21.
(136) Tal é a força polarizadora dos rios, que toda a bacia superior do Poti, conhecida por *sertão de Crateús*, apesar de colocada aquém da Ibiapaba, devendo, portanto, geograficamente ser do Ceará, ficou pertencendo ao Piauí, formando a comarca de Príncipe Imperial, somente incorporada ao território cearense depois do Dec. 3017, de 22 de Outubro de 1880, que a permutou com a freguesia de Amarração. Já em 1784 o governador Azevedo de Montauri considerava que o distrito de Crateús pertencia ao Piauí *contra toda boa razão (Notas Para a História do Ceará*, do Barão de Studart, p. 413).

do Poti, a gente do bandeirista Domingos Jorge Velho, dominando este rio com as suas habitações e lavouras, como certifica a sesmaria que, a 3 de janeiro de 1705, receberam do governador de Pernambuco a viúva daquele paulista, da. Jerônima Cardim Fróis, e oficiais subalternos do seu "terço". (137)

Contemporâneo desses fatos, operava-se o povoamento do extremo norte da Capitania, guiado pelo Coreaú, onde se defrontavam com os colonos sesmeiros os padres de Santo Inácio, agora retornados, sob as ordens de Ascenço Gago, às ditas paragens, que dantes já haviam servido de grande púlpito às suas doutrinações.

Arrefecia, então, aos poucos, o ciclo da colonização, fechando o período do desbravamento sanguinolento e arroteando o terreno para o *processus* doutro ciclo mais estável e bucólico, o das fazendas organizadas, aquele que muito adequadamente Capistrano intitulou *época do couro*, e que, no Ceará, condições peculiares definiriam por algum tempo como a época das "oficinas" ou ciclo das carnes secas.

Uma síntese dos acontecimentos históricos até agora examinados permitirá dizer que no século 17 e primeiros anos do século 18, a vida econômica da Capitania nada apresenta de mais substancial. Ao contrário, é de penúria, débil, pobre, e de todo deficitário o balanço das suas resultantes em relação às arcas do rei.

Ainda em 1691, este se lamentava de não poder ordenar certos serviços atinentes à defesa da costa do Ceará, "em virtude dos poucos meios que a Fazenda Real tem nessa Capitania". (138)

Na verdade não deve ter sido de monta o que à metrópole proporcionou o atrofiado e atropelado comércio do âmbar e das madeiras, a ele anexo o de algumas especia-

---

(137) Pereira da Costa, na *Cronologia Histórica do Piauí*, 1905, transcreve esta sesmaria, p. 21).
(138) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. *37*, p. 24.

rias, de longe em longe levados pelos seus barcos para a Europa.

Aquilo que na terra se produzia e era muito pouco, limitava-se ao estritamente indispensável ao consumo local, porque não existia com quem, nem como, alimentar a permuta de riquezas.

Nem mesmo entrara em jogo, para facilitar os rudimentares negócios, o fator estimulante da moeda, de vez que as transações nunca deixaram de revestir aquela forma primitiva do escambo, pagos, numa incerta equivalência de valores, as mercadorias por outras mercadorias, que os escravos também o eram.

Cunhara-se, no Recife, pelos holandeses; o primeiro dinheiro metálico brasileiro (1645-1647), porém não há notícia de que o tenham introduzido no Ceará, como nenhuma se conhece da existência, aqui, das peças metálicas fabricadas posteriormente na Bahia e no Rio de Janeiro.

A falta de numerário afligia todos os pontos mais povoados do Estado do Brasil, de tal sorte que se determinou trouxesse cada navio, vindo de Portugal, pelo menos mil cruzados em moedas de cobre, para melhorar a diminuta circulação.

Como recurso forçado, por fim tolerado oficialmente, adotaram-se "unidades de valor" representadas por certos géneros de primeira necessidade e preço menos variável, como o algodão, a planta moeda que circulava em novelos de fio ou rolos de pano, de peso ou tessitura determinados, sujeitos, como é fácil de compreender, a inúmeras falsificações, metendo-se dentro dos novelos trapos ou paus, e fabricando-se o pano mais ralo, de dezoito a vinte cabrestilhos, em vez de vinte e seis, taxados nos alvarás. (139)

---

(139) Lemos Brito, *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, p. 388; J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, Brasiliana, vol. 152, p. 214.

Tão cedo não se modificaria tal sistema, pois na sua minuciosa "Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará", escrita em 1814, ainda alude o governador Barba Alardo de Meneses ao uso dos *nimbós* ou novelos de fio de algodão servindo de dinheiro. (140)

Os mesmos soldos dos homens do presídio e as diárias dos trabalhadores índios eram satisfeitos, quando o eram, em roupas, mercadorias e... mercês honorificas.

A título de rendas ou direitos, para o Real Erário só entravam, representados em cativos, os quintos das presas quase sempre sonegados, arrecadados pelos capitães-mores.

Ao tempo de Soares Moreno, o volume ou "praça" de escravos feitos nas "guerras justas" contra o gentio não avassalado dividia-se entre o capitão-mor e os soldados, nada se destinando a Sua Majestade. Posteriormente, o quinto das "peças" cabia à Fazenda, remetidas ao Provedor em Pernambuco, (141) não sem resistência dos detentores.

Com o fim de coibir as sonegações, severas determinações eram expedidas: "Ordeno que pesoa Algua de qualquer callidade que seja não posa Resgatar peça escrava asim a indios como a tapuias sem primeiro se ter ajustado as peças que ham de dar a sua Alteza (142)" – são estes os termos dos editais ou "bandos" da época.

---

(140) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 11, p. 50.

(141) O chamado *Estado do Maranhão*, separado do *Estado Brasil* pela carta régia de 13 de junho de 1621, formava-se das capitanias do Pará, Maranhão e Ceará. A inclusão desta última provocou sérios protestos do seu capitão-mor, Soares Moreno, que alegava os inconvenientes resultantes da medida, pelas dificuldades da navegação e comunicações entre os dois centros administrativos. Após a retirada dos holandeses, em 1654, foi preciso dar providências mais urgentes para a reconstrução do Ceará, e como as rendas do Estado dó Maranhão eram deficientes passou o provimento daquela praça, embora continuando sob a jurisdição deste, a ser feita por Pernambuco. Por fim, a partir de 1656, ficou o Ceará, de fato, pertencendo á jurisdição pernambucana, até 1799.

(142) "...se moverão entre os indios avacellados como tambem da nação dos Jagoaribaras muitas duvidas a respeito de eu procurar das

Na desobediência a esses editais, eram impostas multas rigorosas, pagas em cativos, ou prisão corporal.

Somente em 1683 teve a Provedoria ânimo de mandar um dos seus almoxarifes – Domingos Ferreira Pessoa, para "cobrar dízimos das lavouras, pescarias e alguns gados". O rendimento de tais dízimos somaram 20$000 no primeiro ano, no segundo quase o mesmo, e no terceiro parecia que teriam algum aumento. (143)

Como curiosidade, convém anotar que antes de findos os primeiros cem anos da evolução da Capitania, já rodavam nos difíceis caminhos da ribeira do Jaguaribe carros de boi, indício da confiança que se ia implantando na mente dos colonizadores. (144)

O primeiro deles, e parece que então o único, fora usado pelos flamengos quando de sua segunda estada, e serviu para transportar para a construção da fortaleza de Schoonenborch o material aproveitável do antigo reduto (a barra do Ceará).

Nos "currais',, a *economia doméstica* só de consumo era a forma possível: tudo era improvisão visando a atender às necessidades mais imediatas dos poucos habitantes de cada "sitio". O leite, a carne, a caça e o peixe, aliados aos frutos duma pequena lavoura acessória, garantiam a subsistência. Alguns poucos artigos mais – pano, instrumentos de trabalho, dificilmente adquiridos, completavam o quadro.

Mas, na sede da Capitania já se reclamava por ministros e oficiais que decidissem as dúvidas e sentenciassem as causas (145) e o século 18 abrir-se-ia presenciando as contendas da nobreza e povo em torno da instalação da primeira vila.

---

(143) *Documentos*, vol. 4, p. 237; *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 35, p. 136.
(144) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 37, p. 129.
(145) *Idem* p. 76.

Capítulo III

Foi barulhenta a instituição do governo civil na Capitania, até essas altitudes administrada pelos comandantes do presídio.

Exigira-o em constantes reclamações o *povo*, que eram alguns poucos homens de maior influência e cabedais, moradores no burgozinho da Fortaleza e arredores, e em cujo espírito, embora iletrados e rudes, já se animavam idéias de acentuado individualismo reacionário contra as arbitrariedades dos capitães-mores dirigentes.

"Para se atalharem parte das insolências destes e se administrar melhor a justiça", e que el-rei, com a ordem de 13 de fevereiro de 1699, foi servido "resolver que se crie em vila o Ceará e tenha oficiais de Câmara e juiz ordinário, na forma que mandei praticar com muitas terras do sertão da, Baía, para por este meio se evitarem muitos prejuízos que até agora se experimentavam por falta de terem em seu governo, aqueles moradores do Ceará, modo de justiça". (146)

Originou, entretanto, acesas brigas a escolha do local da nova vila, fazendo-se a eleição dos vereadores e juizes, a 25 de janeiro do ano seguinte, no Iguape, distante alguns quilômetros do forte, sob o esquisito pretexto de que "se não há decidido o lugar separado donde há de ser fundada, per haver varias opiniõis". (147)

---

(146) *Datas e Factos*, do Barão de Studart, vol. 1, p. 114.
(147) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, p. 123.

Serviu de razão o ser inferior o porto da Fortaleza, ao invés do Iguape suficiente para entrarem e saírem embarcações, e existirem junto deste terras boas para lavra e muitas águas de abundância e pescarias. (148)

Da resolução discordou o governador de Pernambuco, que decidiu se fundasse a vila na povoação existente, o que realmente se deu, plantando-se o pelourinho ao pé da Fortaleza, *para fiar debaixo das armas dela.*

Sucederam-se outras mudanças, conforme mudavam os camaristas ou a vontade dos capitães-mores, ficando a almejada sede da vida municipal, não só um turno, ora na barra do rio Ceará, ora ao lado do forte, ora no Aquiraz, núcleo afastado cinco léguas, no rio Pacoti, perto daquele do Iguape e "com abundância de mantimentos, peixe e pasto para gado vacum e cavalar"'.

Atanazado de quantos aperreios, determinou a certa altura S. Majestade que a vila se conservasse infalivelmente em Aquiraz, pois "do contrário me haverei por mui mal servido de vós" (149), mas ainda assim não cedeu a confusão, até que pela ordem de 11 de março de 1725 teve cabo o assunto, permanecendo a vila no Aquiraz e criando-se outra na Fortaleza, inaugurada esta, afinal, a 13 de abril de 1726, pelo capitão-mor Manuel Francês. (150)

Entrementes, pela carta régia de 7 de janeiro de 1723 fora criada a Ouvidoria, desligada da de Paraíba, e a ela anexa a Provedoria da Fazenda, separada da do Rio Grande, continuasse todavia, administrativa e judiciariamente, o Ceará subalterno de Pernambuco.

A trilogia – câmaras, capitães-mores, ouvidores – formava a estrutura governamental da Capitania. Deviam reci-

---

(148) Representação da Câmara a el-rei, datada de 15 de maio de 1700 e transcrita em *Datas e Factos, p.* 123.
(149) Ordem régia de 11 de outubro de 1721.
(150) Perdigão de Oliveira, na *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 1, p. 103-203, esgotou esta matéria.

procamente completar-se e harmonizar-se, porém nunca o fizeram, antes viveram em continuados atritos e intrigas, mais prisioneiros dos caprichos e interesses pessoais, que zelosos das suas funções. Não tiveram cobro os abusos, desde que começaram entre o mesmo Manuel Francês e o primeiro ouvidor, Mendes Machado, de tão negativas tradições.

Nas moxinifadas envolviam-se as Câmaras que, via de regra constituídas de analfabetos, assinando *de cruz* as correições e também jungidos a pirronices, quando não moralmente entibiados, não souberam ou não puderam colocar-se convenientemente na defesa dos munícipes contra os desmandos dos governantes e ouvidores.

Dessas incompreensões perniciosas entre aqueles a quem estava afeta a obrigação de fomentar os meios de progresso e a ordem, teriam, juntamente a outras causas perturbadoras, de surgir o desestímulo geral e o atraso no desenvolvimento social e econômico.

As Câmaras, corporações de eleição triênia, incumbia a administração municipal, com atribuições ligadas à regulamentação das feiras, mercados e do trânsito; à gerência dos bens do Conselho e suas receitas; à construção, reparos e conservação das estradas, pontes e calçadas; à arborização e limpeza das ruas e praças; à construção de edifícios; ao exercício do comércio e dos ofícios; ao abastecimento de víveres; à cultura das terras, tudo enfim que interessasse ao bem comum, sendo-lhes facultado o direito de representação às autoridades superiores e ao próprio monarca.

Eram o veículo das queixas e aspirações populares, sem contudo lograr satisfazê-las, pois que sempre lhes escaparam os meios pecuniários, produto do erro original dos atos que as criavam, com uma finança mesquinha, inane para permitir com alguma largueza quaisquer empreendimentos de ordem material indispensáveis ao aumento das vilas principiantes.

"O único patrimônio que aqui têm as Câmaras – dava conta à rainha o ouvidor Costa Dias e Barros em carta de 25 de junho de 1779 – conciste no talho das carnes, que arrematão sempre por preço certo a quem melhor donativo offerecer a favor das mesmas; o qual nunca he suificiente para as sobreditas despesas", tendo antes esclarecido que a suma indigência em que as havia encontrado vinha da comissão e incurialidade com que forão creadas estas Villas, não se lhes estabelecendo logo os sufficientes e solidos Patrimonios" – (151)

A forma habitual da arrecadação anual do imposto das carnes era a arrematação dos *contractos*, e, se por algum motivo não se verificava esta, o recurso eram as *fintas* lançadas aos repúblicos.

Compreende-se facilmente que numa região como o Ceará, periodicamente assolado pelas secas, nem sempre seriam possíveis as arrematações, à míngua de licitantes.

A contribuição era de 200 rs. por rês abatida, cobrando-se paralelamente o subsídio literário, pertencente à Fazenda Real, de 32 rs. Nos tempos normais, e enquanto o valor do boi variava na base de 1$600, no máximo 2$000, o negócio oferecia lucro compensador e apareciam os lançadores. Porém mais para a segunda metade do século, com a alta do valor do boi, que chegou a duplicar em virtude do comércio de exportação das carnes secas, sem um correlativo aumento do preço de venda da carne fresca nos açougues das Câmaras, os arrematadores, temendo prejuízos, rareavam.

Argumentava muito bem à rainha, em carta datada de 3 de fevereiro de 1787, o ouvidor Avelar de Barbedo, que de modo especial se dedicou ao estudo das coisas do Ceará: "Porém não durou muito este valor e reputação dos

---

(151) *Coleção Studart*, livro 2, p. 540. Esta coletânea de documentos, valiosíssima, existe no Arquivo do Instituto do Ceará.

patrimônios das Câmaras, e a experiência mostrou em bem pouco tempo quanto ele era precário. Por quanto, multiplicava as fábricas de couros e solas e estendia a exportação das carnes secas para as Capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e ainda mesmo para fora da Comarca, veio a subir a reputação dos bois a 4$000 e a 4$500 em que atualmente se conserva. e que excede o dobro do seu antigo valor. Daqui resultou que desde essa época para cá, não houve mais quem se atrevesse a lançar nos ditos contractos, patrimônio das Câmaras, sendo obrigados a vender ao povo a arroba de carne a $320, antigo preço, porque a vendiam no tempo em que compravam os bois por metade do seu atual valor e ainda menos; de sorte que neste presente ano, o primeiro do meu cargo, não houve em todas as doze vilas da Comarca, contracto algum que fosse arrematado, ou ao menos que tivesse algum lanço". (152)

Recorria-se, então, à outra modalidade de arrecadação do imposto das carnes as *derramas*, que vêm a ser, nas palavras de um documento contemporâneo, "obrigar a Câmara os donos de fazendas de gado do seu distrito a mandarem cortar carne no açougue às semanas ou aos meses alternadamente, à proporção dos gados que cada um possui", obedecido aquele preço e sujeitos aos citados tributos. (153)

Aparentemente, este sistema nenhuma alteração traria em relação aos cofres da Câmara e à Fazenda Real, que de idêntica maneira arrecadaria os seus impostos, e mesmo em relação ao povo, que teria carne ao preço usual. Na realidade, todavia, o prejuízo era de todos: sem levar em conta as possibilidades oferecidas, aos donos de fazenda, de vender a melhor preço as suas reses, muito custoso e embaraçoso lhes era remetê-las por conta própria à sede das vilas, e manter ali os seus prepostos até que estivesse

---

(152) *Coleção Studart*, livro 2, p. 201.
(153) *Idem, p.* 105-109.

terminada a sua quota de contribuição. "Nem sempre este meio de suprir as necessidades do povo pode ter o devido efeito, porque algumas vezes a estação do tempo impede o transporte dos gados, o que não sucede arrematando-se o contracto em tempo competente, em que pode o contratador prevenir-se com gados de reserva para as ocasiões precisas" – diz o aludido documento. Isso acarretava a redução de reses nos açougues e, *ipso-facto*, a diminuição dos réditos públicos e do suprimento às necessidades das populações.

Se não era bastante o rendimento dos contratos de carnes, as Câmaras podiam lançar *fintas*, que alcançavam os moradores da vida e seu termo e se destinavam à efetuação de determinado serviço público. Dependiam de informação do ouvidor e autorização da coroa, e delas unicamente escapava quem, em direito e por sua categoria, tivesse certos privilégios, e bem assim os mendigos. Tratando-se de obra em pontes, calçadas, muros, ou fontes, para furtar-se à finta era exigido privilégio especial.

Em 1793, para exemplo, a Câmara de Fortaleza lançou uma que rendeu 55$320, com o fim de ser reedificada a ponte do rio Cocó. Em 1799 excursou-se, perante Lisboa, de não lançar outra, ordenada para o custeio da vinda ao Ceará de um médico, um cirurgião, hidráulicos e topógrafos, em virtude do estado lastimoso a que ficara reduzida a Capitania com a última seca. (154)

Pela carta régia de 20 de outubro de 1738, a Câmara de Aquiraz foi autorizada a abrir uma dessas fintas para a construção da cadeia; também por meio de outra a do Icó deliberou construir a cadeia da vila, na vereação de 2 de setembro de 1741.

Não poucas vezes, tais imposições, pelo seu próprio caráter ou pelo rigorismo da cobrança, provocavam a revolta do povo, como v. g. aquela que o governador de Per-

---

(154) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 428.

nambuco, a solicitações do bispo, impôs à população do Icó: o povo, amotinado, cercou a casa da Câmara, onde o ouvidor presidia a uma reunião, e tão veementemente manifestou a sua decisão de não pagar, que esta autoridade mandou suspendê-la. (155).

Para ter-se uma idéia da pobreza das Câmaras, basta destacar que a mor parte não possuía casa própria. Trinta anos depois de instalada, a de Aquiraz funcionava em prédio alugado por dois cruzados mensais e, à guisa de cadeia, possuía um tronco. (156)

A de Fortaleza, em 1785, porque não tinha a sua, nem cadeia de castigo, dirigia-se à senhora rainha, lembrando a qualidade de capital, e rogando licença para instituir "uma leve imposição sobre cada arroba de algodão, cada couro salgado e meio de sola que se exportarem do Distrito, ou termo da Vila, à imitação do que se pratica na de São João da Parnaíba da Capitania do Piauí e nas de Sobral e Granja", (157) com que pudesse levantar o seu paço. Antes, em 1783, já havia pedido uma ajuda de custo para dita casa, "por não ter este Senado dinheiro suficiente para este fim, e nem patrimônio que haja de render" (158). Não fora a Câmara atendida naquela solicitação e, premida pelas necessidades, novamente representou a S. Majestade, pedindo agora a graça de poder pôr em arrematação, mediante contrato, a introdução das aguardentes de cana na vila e território do seu termo.

Avelar de Barbedo, sempre preocupado em dotar melhormente as Câmaras, "sem vexame dos povos e sem prejuízo dos rendimentos reais", corrobora perante a rainha a petição camarista, por considerá-la atendível.

---

(155) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 25, p. 235.
(156) *Datas e Factos*, p. 213.
(157) *Coleção Studart*, livro 4, p. 579; veja-se *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 20, p. 4
(158) *Idem*, p. 91.

É interessante conhecer as suas reflexões: "Primeiramente: não podendo entrar este gênero no clima do Brasil, muito mais no do Ceará, nem no número dos de primeira necessidade e ainda mesmo de utilidade, todo elle aqui degenera em mero luxo, e luxo perniciozo, como hua experiencia constante tem mostrado: porque sendo incrível, como he, a decedida paxão, que tem todos os habitadores da America por esta bebida, ela he a fonte da maior parte dos execraúdos delictos, e frequentes atentados, assassinos, que se cometem nestes certoens; assim como tão bem o he da inata estupides, inação, e amada ociozidade das gentes deste continente; donde parece que nada haveria mais justo e apressiavel, que o projecto de fazer derivar para a sociedade comodos e utilidades daquela mesma fonte, que a he igualmente de prejuizo, e dezordens. Em segundo lugar por que sendo este hum genero nativo do próprio país, nada ha mais natural, que a impozição de qualquer onus util em o consumo dos generos desta natureza, pedindo todas as regras de hua bem entendida Politica se não onerem os generos de exportação de qualquer collonia, porque aquelles vem a redundar em dano do comercio das Capitanias, pella regra geral de que sempre as taxas, e impoziçoens vem a recahir sobre os compradores, e raras vezes sobre os vendedores, que se sabem acomodar nas suas vendas segundo os encargos que tem os seus efeitos. E em terceiro lugar porque atendendo a natural inclinação das gentes d'America para a dita bebida, poucos generos do pais estarlão em igual rezão, como este, de poderem assegurar hum rendimento solido e certo as Cameras, sem o mais limitado gravame do mesmo povo, como passo a mostrar".

O mesmo ouvidor Barbedo, na intenção de atrair os lançadores dos açougues, mandou que algumas Câmaras, principalmente as das vilas dos índios, que eram as mais pobres, assim como tinham subido o preço dos bois, su-

bissem o preço da carne cortada para o consumo, fixando para esse efeito em $400 a arroba, o que entretanto não se operou, diante da oposição do governador capitão-mor.

Ouvidores que antecederam a Barbedo haviam tentado outros modos de acrescer alguns pequenos rendimentos subsidiários aos patrimônios das edilidades, para evitar a total ruma que as ameaçava. Assim, determinaram que na vila de Aracati todas as sumacas carregadas, entradas naquele porto, pagassem 10$000 a benefício do Conselho; na da Granja, para o mesmo fim, impuseram a módica taxa de um vintém em cada boi que se extraísse para as sumacas, que naquele porto iam fazer carga de carnes secas; e, na de Sobral, com a mesma aplicação, ordenaram que "das terras desertas e incultas da serra da Beruoca pagassem os novos cultivadores uma moderada e proporcional quantia em razão do foro, ou do senso para a dita Câmara".

"Porém – aduz o documento – pela sua negligência na arrecadação destes rendimentos secundários, eles não têm podido impedir o progresso da decadência, para que vão caminhando com grandes passos todas as Câmaras sem excetuar alguma nesta Capitania". (159)

As aguardentes vinham dos engenhos de Pernambuco e, por isso, o tenente general governador deixou de anuir ao tributo...

Umas Câmaras, exemplo a do Icó, no ato da sua criação ficaram com o direito de cobrar foros dos terrenos de suas doações, mas nunca o tornaram efetivo até a interferência do ouvidor Costa Dias e Barros (1778), que mandou pô-lo em execução nas vilas de Crato, Icó e Sobral,

---

(159) Doc. da *Colecção Studart*, livro 2, p. 204. O Capitão- mor João de Teive, em 1744, propôs, como auxílio para o fabrico de cadeias e casas de Câmara nas três vilas do Ceará, um imposto de meio tostão sobre cada cabeça de gado que se matar nos portos, de barcos que carregam para Baia e Rio de Janeiro *(Datas e Factos*, p. 214).

ampliando a cobrança dos foros até mesmo a terras doadas em sesmarias a particulares, sob o fundamento de que "estes Povos vivem sumamente aliviados de Impostos, porque não pagam outro algum tributo direto e coletivo que o Dízimo a Deus". (160)

Amofinando ainda mais a ação das Câmaras, freqüentemente lhes faziam oposição os capitães-mores governadores, os mais deles autoritários e vaidosos dos seus poderes com jurisdição sobre a Capitania, pois que simples letra morta no terreno da prática eram as limitações legais a que estavam sujeitos. Nomeados por patente régia, com exercício em três anos, cabia-lhes a inspeção das tropas e fortalezas, a proteção das autoridades civis, a manutenção da independência dos representantes da Justiça e da Fazenda. Militar e policial, a sua atuação por miúdo era despótica, desabusada, violenta. Ganhavam anualmente 400$000 e percebiam emolumentos pelo provimento dos ofícios e data de sesmarias.

Colimando atenuar-lhes as exorbitâncias, "para se atalharem as suas insolências", como se disse, foi que a metrópole criou a governação civil na Capitania. Uma ordem régia, de 20 de outubro de 1738, advertia-os de que não podiam intrometer-se com as matérias da Fazenda, nem na Justiça: outra letra morta.

Nas vilas do interior exerciam a polícia os capitães-mores de milícias ou ordenanças, de funções gratuitas, (161) e dependentes dos governadores que os nomeavam. Logo em 1730, escrevendo ao rei, expunha o ouvidor Loureiro de Medeiros: "Não he menor a confusão que ha nas ordenanças da terra, nassida da muita copia de coroneis,

---

(160) *Coleção Studart*, livro 2, p. 539 e segs.

(161) Uma ordem de 25 de maio de 1765, assinada pelo governador Borges da Fonseca, autorizou os capitães-mores das vilas a perceberem $80 mensais de cada índio dado à soldada *(Datas e Fatos*, vol. 1, p.. 311).

thenentescoroneis, sargentos-mores, comissarios e outros oficiais de semêlhante graduação sendo a mayor parte delles tão indignos que muitos são vaqueiros e não poucos negros e mistiços, e alguns com prezunção de que são escravos fugidos a seus senhores; sendo os soldados tão poucos que a quarenta oficiais que se contão na ribeira do Ceará se achão só sete soldados". (162)

Poder-se-ão prever, quanto à ordem e à paz da Capitania, os efeitos desta organização milicial.

No judiciário-fisco os ouvidores, de nomeação régia e trienal, com ordenado da Real Fazenda e aposentadoria e propinas das Câmaras, (163) superintendiam os juízes ordinários, juízes vintaneiros ou pedâneos, almotacés, todos cargos gratuitos.

Além doutras, puramente cíveis e criminais, eram suas atribuições proceder à eleição das Câmaras, nos casos em que não eram realizadas em tempo, e tomar conta dos réditos destas, a fim de que fossem bem arrecadados e despendidos. Depois de anexado ao de ouvidor o cargo de provedor da Fazenda, qual se resolvera "atendendo a que por este meio não só se augmentarão mays as minhas rendas, mas que com os emolumentos dados à dita ocupação se ajudará mais o dito ministro, para suportar os encargos do seu ministério", tocava-lhes, com subordinação à junta da Fazenda em Pernambuco, fiscalizar e arrecadar as rendas da coroa e recolhê-las ao Recife. De lá é que se abonavam as importâncias dos ordenados e despesas da Capitania cearense.

Este sistema de Ouvidoria-Provedoria durou até 1799, ano em que se decretou a extinção desta última, criando-se a Junta da Fazenda do Ceará.

---

(162) *Coleção Studart*, livro 2, p. 613.
(163) Leia-se: Barão de Studart, Ouvidoria e Ouvidores do Ceará, in: *Revista do Instituto do Ceara*, vol. 36, p. 60.

Completavam o quadro fiscal o almoxarife, encarregados dos recebimentos das rendas, e o escrivão da Fazenda incumbido da escrituração, afora outros oficiais menores, indispensáveis ao serviço. Ao ouvidor pagavam-se 400$000.

Nem sempre havia pontualidade e honestidade nos de ordenados, 100$000 para aluguer de casa e mais, como provedor, 128$000 de propina na arrematação dos dízimos; tinham 2% sobre o valor dos bens que arrecadava como provedor da Fazenda de Defuntos e Ausentes. Das Câmaras, nas correições ânuas, percebiam a título de estada ou aposentadoria uma propina fixa que, pelo uso, variava conforme as posses de cada vila, pois umas marcavam 12$800, outras 20$000 e terceiras 25$000, distribuídos entre o ouvidor e o escrivão e oficiais. (164) Percebiam delas, outrossim, as propinas chamadas *de luto*, quando da morte de altas personalidades da corte, ou *de iluminárias*, quando das alegrias reais: casamentos, nascimentos, etc. De tais impostos, causa de muitas extorsões às míseras Câmaras, livraram-se estas pelo alvará de 13 de julho de 1751.

O almoxarife ganhava 50$000 de ordenado e 64$000 de propina, quantias que o escrivão da Fazenda também percebia, além de 1,5% nas dívidas cobradas por via executiva, à custa dos devedores. (165)

Nem sempre havia pontualidade e honestidade nos recolhimentos das receitas, nem boa ordem nas escriturações. Em várias ocasiões se fizeram sindicâncias para apurar as irregularidades e responsabilidades: em 30 de agosto de 1740, D. João, em carta ao governador de Pernambuco,

---

(164) Avelar de Barbedo encontrou esse costume igual em Pernambuco e Paraíba, e em carta de 8 de janeiro de 1787 consultou a rainha sobre a licidez de tal recebimento, em vez de pagos pelas Câmaras os gastos de cada aposentadoria *(Coleção Studart*, livro 2, p. 589).
(165) Consulte-se Barão de Studart, *Notas para a História do Ceará*, p. 341.

mandou executar o que era devido à Fazenda, seqüestrando-se os almoxarifes e seus fiadores até justarem contas, baseado no relatório que lhe levara o desembargador Marques Cardoso, das diligências que fizera em anos anteriores. (166) Ainda a 1º de março de 1770 estava o ouvidor Carneiro e Sá a pedir funcionários dos Contos do Recife, para reduzir à ordem e clareza os desordenados e confusos livros da Provedoria. (167)

A fonte substancial dos impostos régios eram os dízimos, suplementados pelo subsídio para as despesas com os casamentos dos príncipes reais, pelo subsídio militar, pelo subsídio literário e pelos quintos das minerações.

O *dízimo*, de início, aplicava-se especialmente às despesas eclesiásticas, (168) e, por fim, na ausência de outros meios, a todas as despesas. "Imposto meio civil, meio eclesiástico", chama-o Capistrano de Abreu.

O *subsídio militar* destinava-se ao pagamento da tropa, e o *literário* ao dos professores primários. (169)

Os dízimos cearenses arrematavam-se englobadamente com os do Rio Grande do Norte, mas a ordem régia de 16 setembro de 1697, ao provedor da Fazenda na Bahia, determinou fossem arrematados, em separado. Criada a Provedoria do Ceará em 1723, passaram a ser objeto de arrematação, na sede da Comarca, em Aquiraz, todos os anos. (170) O ano corria de 1º de julho a 30 de junho.

---

(166) *Datas e Factos, vol. 1, p. 203.*

(167) *Idem*, p. 327.

(168) Dos rendimentos dos dízimos, D. João autorizou; a 15 de Março de 1721, que se dessem para as obras do Hospício de Aquiraz seis mil cruzados, em três anos, dois mil em cada ano, *e* se pagasse, anualmente, a côngrua de quarenta mil réis a cada padre. *(Datas e Factos,* p. 153).

(169) Veja-se T. de Alencar Araripe, *História da Província do Ceará,* 1850, cap. 4.

(170) Mal se instalara (1700), a Câmara de S. José de Ribamar reclamava por que fossem feitas na Capitania do Ceará tais arrematações *(Datas e Factos,* vol. 1, p. 124).

A partir de 1755, as arrematações fizeram-se trienalmente e por freguesias separadas, recaindo, em geral, nos lanços de pessoas ricas de Pernambuco.

O pagamento dos contractos, em muitas ocasiões, era um mito, e tanto se acumularam as omissões que em 31 de dezembro de 1796 os débitos ativos da Fazenda montavam a mais de setenta contos de réis. (171)

A maneira descurada com que se efetuavam a arrecadação e as prestações de contas havia de dar nisto: "os dizimeiros que o arrematavam depois de ter feito a experiência, preferiam deixar a outros o trabalho da arrecadação: um dos fazendeiros ou qualquer pessoa capuz do interior, em seu nome, ia pelos vizinhos a recolher os bezerros dizimados, pois a paga realizava-se em gênero; depois de alguns anos, três ou quatro conforme a convenção, prestava contas; cabia-lhe pelo trabalho um quarto do gado exatamente como os vaqueiros". (172)

Este uso veio até os dias atuais, e sabe-se quantos vexames nasceram daí.

Informa Araripe que em 1718 rendeu tal imposto apenas 1:200$000. Somam 4:800$000 em 1730, diz em carta ao rei Duarte Sodré Pereira, tenente general de Pernambuco. (173) Produzia mais ou produzia menos, se as épocas eram normais ou de perturbações climatéricas, ou se era menos ou mais honesta a interferência de apaniguados dos governadores, no momento das hastas.

Seja como for, a arrematação para 1755-1756, em quatro lanços Icó, Russas, Acaraú e Ceará, somente produziram 1:567$000. (174)

Depois de 1770, já mais animado o comércio, foi aumentando o preço do gado e por via o produto dos dízimos. Assim é que no ano iniciado a 1º de julho de 1764 o total foi

---

(1.71) T. de Alencar Araripe, *Obra cit.* p. .129.
(172) Capistrano de Abreu, *Capítulos*, p. 148.
(173) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 18, p. 77.
(174) *Datas e Factos*, p. 267.

de 11:219$000, distribuído nas seguintes parcelas para cada ribeira: Ceará, 1:120$00; Acaraú, 3.330$000; Jaguaribe, 2:929$000; e Icó, 3:840$000. (175)

Nos crepúsculos do século, a ser exato o que informava Targine a Bernardo Manuel de Vasconcelos, não eram menores de oitenta contos de réis em cada triênio. (176)

A coleta do *subsídio para as despesas de bodas reais* teve início em 1728, e recaía sobre cada cavalo ou cada rês que saísse para fora da Capitania, à razão de dois cruzados, e dois tostões, respectivamente.

Em 29 de maio desse ano, o governador de Pernambuco estranhava, em carta aos vereadores de Aquiraz, o pouco gosto com que se acolhera ó novo subsídio, e em carta de 1º de junho explicava ao governador e ao ouvidor as maneiras e cláusulas da sua arrecadação, para a qual a Câmara logo baixou edital e expediu recomendações aos capitães-mores das ribeiras, a fim de que ninguém retirasse gado vacum e cavalar para Minas e Baia, sem previamente prestar fiança ao imposto. A primeira arrematação, realizada a 25 de Junho, por três ramos, alcançou 600$000 para a ribeira do Jaguaribe, 270$000 para a do Acaraú, e 206$000 para a do Ceará. (177)

O outro tributo, *subsídio literário,* instituído pela carta de lei de 10 de novembro de 1772, com o fim de custear as escolas, criadas na forma de outra carta idêntica datada de 6 do mesmo mês, consistia: *a)* em dez réis sobre canada de aguardente fabricada na Ásia, África ou América; *b)* um real sobre cada arrátel de carne vendida na Ásia ou na América e sobre cada canada de vinho; *c)* quatro réis sobre cada canada de aguardente do reino; *d)* $160 sobre cada pipa de vinagre. (178)

---

(175) *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 4, p. 175.
(176) B. de Studart, *Notas,* p. 500; T. de Alencar Araripe, *História,* p. 129.
(177) *Datas e Factos,* vol. 1, p. 178.
(178) *Datas e Factos,* vol. 1, p. 332.

Contendo uma arroba 32 arráteis, era de 32 rs. o subsídio sobre cada arroba de carne, cobrado juntamente com o imposto edil de 200 rs. por rês abatida, nos açougues das vilas e distritos.

O *subsídio militar*, ordinariamente conhecido por subsídio de sangue, (179) estabelecido, desde 1654, pela carta régia de 15 de maio, incidia no gado vacum, quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca, que se transportassem para fora da Capitania, ou que nela se consumissem, fosse nos açougues particulares, fosse na sustentação dos lavradores e criadores.

Quanto aos *quintos*, apenas tiveram ensejo de ser recolhidos quando da exploração das minas de S. José dos Cariris Novos, em que, aliás, a Fazenda Real gastou muito para receber migalhas, como adiante se verá. Deveriam adicionar-se a todos esses tributos entrados para as arcas metropolitanas o produto do gado do evento e os resíduos ou sobras dos réditos das Câmaras. Destas últimas dizia Feo e Torres, nas informações dadas ao rei sobre o procedimento de Coutinho Montauri (27 de fevereiro de 1791) ser "indubitável que tais resíduos nunca houve nem os haverá jamais, enquanto esta Capitania não florescer por meio da agricultura e comércio". (180)

Entretanto, Alencar Araripe assevera que nos últimos anos do centênio chegaram à altura de vinte contos de réis. (181)

Dos primeiros, dos bens eventuais, cuidou a carta régia de 5 de setembro de 1697, declarando propriedade da Real Fazenda, e não dos Carmelitas do Recife que os pretendiam, os gados bravios, sem divisa e marca, esparsos pela Capitania do Ceará. (182) O governador Pedro Lelou, a 20 de

---

(179) A. Tavares de Lira confunde esta taxação com o subsídio literário *(História do Rio Grande do Norte,* 1921, p. 372).
(180) *Coleção Studart,* livro 2, p. 579.
(181) *Obra cit.*, p. 129.
(182) *Datas e Factos,* vol. 1, p. 105.

agosto do ano antecedente, havia dado aviso a Lisboa da existência de grande quantidade desses gados. Desde a expedição do diploma régio de 2 de junho de 1728 que pertencia ao real erário o produto do evento e bem assim o dos escravos que fossem achados sem senhores. (183)

◆ ◆ ◆

Mas, não foram razões exclusivas do retardamento do progresso da Capitania as desavenças entre as autoridades, e a pobreza das finanças camarárias e reais.

Efetivamente, palmilhado pelos conquistadores o território, ocupado virtualmente todo ele, inclusive as serras, derradeiros redutos da indiada em fuga, houve de ser árdua e dificultosa a mútua adaptação de colonizadores e de naturais ao novo *habitat* criado pela invasão, onde uma civilização diferente se formava, norteada para uma sociedade essencialmente pastoril, de cunho muito próprio, pode-se afirmar peculiaríssimo, não só pela transformação étnica que se operava, na mistura racial dos dois elementos – ádvenas e autóctones – como pelas características duma organização econômica bem específica, que eflorescia do processo adaptativo.

A terra convidava, insinuava, forçava o colono às mais suaves e calmosas atividades pastorícias, e as circunstâncias o impeliam, apesar de vencedor e culturalmente mais adiantado, a aceitar, adotar do aborígine vencido hábitos e métodos que, afinal, consubstanciariam um regime novo de vida e trabalho.

Não resta dúvida, o ádvena, o homem-da-terra-a-dentro, na linguagem de Pedro Calmou, superpôs, à primitiva do índio, outra civilização, substituindo-a: "tomou-lhe (do índio) mais que o cabedal de experiência, os costumes, a

---

(183) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, p. 63.

sua atitude diante da natureza e dos problemas da vida campestre, a índole do selvagem... Continua, perpetua o aborígine. Ele desapareceu, caçado pelos colonos, porém subsiste na realidade social dos vencedores, absorvido por estes, redivivo no seu mimetismo, consciente ou hereditário". (184)

No imperativo da acomodação, simplificou os costumes portugueses, tomando aos naturais aquele jeito de viajar, alimentar-se, viver, bater-se e dormir. "O sertanejo semi-nômade, o bandeirante, o vaqueiro só conheceram a rede de fio, que lhes legara o índio". "Copiam dos índios o sistema de plantar as roças, pedindo assim à terra nova a mandioca, o milho, a batata, o fumo". "O sertanejo passou a morar, trabalhar, caçar como o indígena". (185)

Euclides dissera doutra forma: "O sertanejo tomando, em larga escala, do selvagem a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete na índole e nos costumes, das outras raças formadoras, apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente". (186)

Varnhagen minuciosamente explica e discrimina por que e como o colono se afez e tomou para o seu sistema de vida, no Brasil, usos, costumes e processos indígenas. (187) Alexander Marchant resume Varnhagen e extrai da sua exposição considerações de ordem econômica muito lógicas. (188) É vantagem lê-los.

Nas inter-relações elaborativas do tipo nordestino, dentro deste o cearense, o *contingente da geografia* foram os magníficos campos forrageiros e as catingas sadias; a qualidade das terras esquivas a uma agricultura compensadora

---

(184) *Espirito da Sociedade Colonial* Brasiliana, vol. 40, p. 66.
(185) *Idem*, p. 185-194.
(186) *Sertões, 9.* ed., 1926, p. 111.
(187) *História cit.*, vol. 1, págs. 264-267.
(188) *Obra cit.* p. 26 e segs.

com os recursos agrários da época; a mesmidade do clima reprodutor por excelência, batido de ventos e sol, anulando as endemias, embora dominando tudo, vez por outra, em fúrias de aniquilamento – as *secas*, o signo maldito do Nordeste. A *contribuição humana* foram as qualidades aventurosas do luso destemido e as volúveis do ameríndio valente e insedentário; as omissões da metrópole, dando lugar ao despoliciamento, à desassistência moral e à fraqueza de organização da vida social; e, finalmente, a orientação mesma do povoamento, trazendo de fora, para o ambiente, homens já inclinados e afeitos à criação e ao vaqueirismo.

Na soma das influências recíprocas desses fatores fisiográficos e antropogeográficos parece que preponderaram os primeiros, plasmando aquele tipo.

Antropologicamente, ao autor de *Sertões* ele se apresentou, não afirmamos se com acerto, como a expressão de uma subcategoria étnica já constituída, "feições e estatura variando ligeiramente em torno de um modelo invariável, logo ao primeiro lance de vista distinto de mestiço proteiforme do litoral". (189) Vigorosamente o desenhou Euclides, naquela página-jóia: "O sertanejo é antes de tudo um forte".

Psicologicamente, resultou este debuxo: "Despreocupado, fatalista, indiferente aos perigos, o cearense é ambicioso e hospitaleiro, quase nômade, sóbrio, perseverante, com fino espírito de observação, corajoso e intrépido, orgulhoso e ao mesmo tempo simples, alegre e imaginativo, social e comunicativo, amigo dos divertimentos, sobretudo da música, da dança, do jogo, dos desportos, da vida militar, das intrigas políticas". (190)

---

(189) *Os Sertões*, p. 107.

(190) Pompeu Sobrinho, *O Ceará. Aspectos fisiográficos e antropogeográficos*, in *O Ceará*, de Raimundo Girão e A. Martins Filho, Fortaleza, 2. ed., 1945, p. 17.

Por certo existe a explicação etiológica.

A vadiagem dos primitivos tempos, numa existência ao deus-dará, de fazenda em fazenda, arranjando *encosto*, deu-lhe a despreocupação e o identificou com as situações perigosas. Os anos maus, de estiagem, obrigando-o a suportar penúrias, a desdobrar-se em esforços ingentes, a retirar-se, por fim, para buscar alhures a subsistência, imprimiram-lhe nalma a tenacidade, a resignação à dor, a sobriedade e esse asaverismo que o tem conduzido aos pontos mais afastados do globo.

A fartura dos anos bons, dando demais para as suas poucas exigências, incrustou nele o sentimento da prodigalidade e da hospitalidade, e o seu alheamento do mundo civilizado o transformou num curioso, num observador, a ansiar por novos conspectos.

E por que foi educado na escola do pastoreio, necessariamente tinha de ser antes de tudo vaqueiro. Apegado à vaqueirança, restringe as suas relações ao círculo estreito da fazenda, que dirige discricionariamente, adquirindo ares de orgulhoso ou desconfiado, de resto só aparentes, porque, desfeita a cortina da desconfiança, se transmuda, talvez vaidosamente, num expansivo e num loquaz, de alma simples, por ventura ingênua. A vida livre dos campos, sem horas de expediente, trabalhando naquele dia se quer ou até quando quer, conservou-lhe o congênito espírito de liberdade e insubmissão.

Filho duma gleba sofredora, sofrendo com ela e por sua causa, fez-se um bairrista, um saudosista, se ausente, roído a todo momento da vontade de voltar.

Por isso tudo, acumularam-se na sua *psiqué* qualidades e aptidões, senão excepcionais, ao menos singulares, particularmente suas, indiscutivelmente admiráveis, que o lirismo tem enfeitado ao exagero, pois não é de duvidar que se tenham forjicado mais pelas forças exteriores, exógenas do meio, numa resultante incoercível, do que pelo

ancestralidade ou hereditarismo dos componentes rácicos, endógenos, que o produziram.

Convenha-se em que para ele, mais do que para qualquer outro homem no Brasil, a luta é condição de vida. Não tem jazeres nem tréguas: se hibernar, morre. A geografia amarra-o à toada enervante dos ritmos revezados: nos períodos invernais da abundância, trabalha e luta *economicamente* – produz; nas reviravoltas dos céus, negando-lhe as chuvas, luta e age *instintivamente* – salva-se. Mas luta sempre.

Noutro cenário, estamos em que seria o Jeca. Aqui, façam-lhe justiça, é o Mané-Chique-Chique, que não vegeta de cócoras, nem modorra no silêncio, ao contrário fala, canta, ri, ama e vive. (191) O que ele nao teve, desgraçadamente, foi ajuda, instrução, desde a era colonial, e por aí ficou pisando o mesmo terreno, recrutamento marcando passo. Não se é autodidata sem certo lastro de noções iniciais, de que se vão deduzindo as mais complexas. E na esfera da economia política muito mais difícil é o autodidatismo, porquanto os métodos racionais do trabalho, a organização do trabalho, não se conseguem por intuição individual.

Sair do misoneísmo, romper com o ramerrão, é obra de educação orientada e intensa. De longe que estava não pôde ver como se trabalhava melhor e se produzia melhor.

Misoneísta, aferrada ao naturismo originário, havia de ser, por conseguinte, a economia do homem sertanejo.

Na miscegenação cearense o europeu, padreador principal, já veio mesclado e o ameríndio na maioria era tapuia, o que fez emergir da conjugação um mameluco difuso – o *caboclo*, a misturar-se em subcombinações moles até que, aliviando um pouco as índias, entrassem, muito mais

---

(191) É de muito proveito conhecer o livrinho de Ildefonso Albano, *Jeca-Tatu* e *Mané Chique-Chique*, Livraria Araújo, Rio.

tarde, na trama dos cruzamentos, as matrizes das negras afras, passivas e acomodadas, gerando mais *cabras* cafuzos do que mesmo *crioulos*, e baralhando mais ainda a mestiçagem, sem deixar antever um molde biotípico, uma *uniformidade*, absorvente excogitação dos estudiosos da nossa sociologia, que, em sua metaquímica sonhadora, nada mais têm encontrado do que meros "precipitados fictícios", na interessante comparação de Euclides.

"A cor dos sertanejos, observou Koster, varia do branco, os quais em pouco número necessariamente, ao moreno escuro, com tantas gradações que será raro encontrar-se dois individuos com a mesma variedade de coloração. Os filhos dos mesmos pais raramente têm a mesma cor e as diferenças são às vezes sensíveis e, em certos casos tão flagrantes, que se podia duvidar da legitimidade, mas o fato é tão comum que a indecisão desaparece". (192)

Os brancos, que formavam a classe mais diminuta, retendo os cabedais da civilização e os dos gados trazidos e reproduzidos, constituíam a casta rica, proprietária, enfeudada nas fazendas e servida, a troco de compensações mesquinhas, por agregados e forasteiros.

O resto vagabundeava, ou preguiçava nas pequenas aldeias missioneiras, plantando, se muito, uma lavourazinha que mal lhe dava o sustento do estômago.

Ficaram, assim, os donos armentosos, a consolidar na multiplicação dos rebanhos a sua riqueza privada, que era, ao mesmo tempo, a base econômica da Capitania, enquanto por outro lado os demais teriam de amassar proletariamente o pão da vida impelidos pelo indomínio dos instintos à ociosidade, ao furto e ao crime, peralvilhos e tunantes, objeto de quantas representações das Câmaras e não poucos atos repressivos do governo. "Em extre-

---

(192) H. Koster – *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Brasiliana, vol. 221, p. 207.

mo vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vício que pode produzir no coração humano uma vida licenciosa no centro da mais crassa ignorância" observou o naturalista João da Silva Feijó, que, nos prelúdios do século 19, durante mais de dez anos estudou as coisas do Ceará, escrevendo sobre elas *Memórias* de indiscutível mérito. (193)

Já em 1720 se inquietavam os conselheiros ultramarinos com a punição de malandros e malfeitores do Ceará, (194) que a carta régia de 16 de maio (195) ordenava fossem degredados para a guarnição dos presídios de Angola, o mesmo tendo imposto a ordem de 27 de maio de 1729. (196) A 7 de agosto de 1744 a Câmara do Aquiraz representava à metrópole contra eles, que não cessavam de infestar a Capitania. (197)

Providência mais ampla e enérgica viria depois, como a que se encerrava na ordem de 22 de Julho de 1766, (198) obrigando fossem distribuídos tais vagabundos e ladrões nos povoados existentes com 50 fogos para cima, "repartindo-se-lhes com justa proporção as terras adjacentes, sob pena de serem os refratários considerados salteadores e inimigos comuns", medida que deu margem à criação das vilas de Sobral, Quixeramobim, Russas e Tauá, mas que, na realidade, não feriu o alvo, eis que após muitos anos, em 1793, o capitão-mor Feo e Torres publicava um *bando* (23 de fevereiro), salientando a ação nociva e devastadora dessa espécie de indivíduos, "ainda mais perniciosa do que a mesma seca com que a mão onipotente quis flagelar a maior parte deste continente". (199)

---

(193) Memória sobre a Capitania do Ceará, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, p. 22

(194) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 158.

(195) Idem, p. 168

(196) Idem, p. 214.

(197) Idem, p. 314.

(198) Idem, p. 313.

(199) Idem, p. 404.

Anteriormente, talvez exagerando, escrevera o ouvidor Avelar de Barbedo à rainha: "Metade dos habitadores desta comarca (que era toda a Capitania) são vadios sem ofício, ou vagabundos por natureza, como os árabes; uns e outros não vivem mais de que de furtos de gados, de que abunda o país, andando sempre forasteiros em toda parte".

E passou a sugerir os meios que julgava bons para torná-los "úteis à sociedade de que são cargas infrutuosas": as Câmaras, de acordo com o ouvidor, juntariam em primeiro lugar aqueles vadios de cada distrito e os obrigariam a trabalhar, sustentando-os, a princípio, até a colheita das suas plantações, e fornecendo-lhes utensílios e ferramentas necessários à agricultura, até que os pudessem adquirir, agrupados, para não haver confusão, em pequenas sociedades ou companhias, "a que se assinasse proporcionalmente diferentes retalhos do país para cultivar, e a cuja conduta e manejo velassem os comandantes dos distritos (já que de nenhuma outra coisa servem na América), ficando responsáveis da distribuição e arrecadação de todos os aprestos e mais auxílios que as Câmaras fornecessem".

Em segundo lugar, deviam as mesmas Câmaras oferecer módicos prêmios aos cultivadores, "já aos que de novo abrissem e plantassem terras até ali incultas e desertas, já aos que descobrissem modos fáceis de descapuchar o algodão e outros semelhantes objetos". (200)

Ninguém escutou o proponente, e espantaria se o tivessem feito.

Quanto à pobre indiada, suportava esta toda sorte de vexação da brutalidade e ganância dos fazendeiros, até das autoridades e dos padres, contra todos os quais nenhum a acobertaram as ordens e provisões enviadas de Portugal, objetivando a sua proteção e das mulheres e filhos.

---

(200) Coleção Studart.

Um alvará em forma de lei, de 23 de novembro de 1700, fizera concessão, a cada missão de índios, de uma légua de terra em quadro, para a sustentação destes e respectivo missionário; devendo cada aldeia compor-se ao menos de 100 casais. (201) Não se passaram dois meses (11 de janeiro de 1701) e novas régias decisões regulavam a vida dos naturais, prescrevendo-se, entre outras coisas, que os capitães-mores não pudessem tirá-los para os misteres privados de suas casas, currais e outros serviços, sem consentimento do missionário e o devido pagamento, nem se utilizarem das farinhas de suas roças; para o serviço real só os poderiam deter durante o tempo máximo de 15 dias. (202) Fora das aldeias, os capitães-mores de milícia os deveriam ter sob sua jurisdição, no seu distrito, (203) e estabeleceram-se processos especiais para os casos de fuga dos escravos índios, cuja compra e venda deveria ser feita com ordem do juiz distrital e mediante comprovação da qualidade de senhorio. E uma provisão de 10 de dezembro de 1720 proibiu que os viajantes se hospedassem nas casas dos índios, a fim de se evitarem a sedução das mulheres e outros abusos alicantinos. (204)

Em face disso, as povoações missionadas, (205) que o começaram a ser pelos jesuítas a partir da carta régia de 22 de outubro de 1735, (206) valhacoitavam os egressos das fazendas, as quais a cada passo se desfalcavam de braços necessários à sua movimentação: "os moradores desta Capitania estão sem ter quem os sirva pella falta que lhes tem feito os escravos que tinham filhos da terra, e por essa mesma experimentação considerada perda na criação de seus

---

(201) *Datas e Factos*, vol. 1, p., 126.
(202) *Idem, p.* 127.
(203) Ordem Régia de 31 de janeiro de 1701.
(204) *Datas e Factos*, idem, p. 151.
(205) Tais aldeias eram 6, ficando reduzidas a 4.
(206) *Idem*, p. 191.

Gados, que he o de que vivem neste sertão por lhe servirem de pastores, e fabrica delles" observam os vereadores do Aquiraz a el-rei, na petição que lhe dirigiram a 16 de dezembro de 1748. (207)

Idêntica representação, e com os mesmos argumentos contra os missionários, fez a Câmara do Aracati recém-instalada: "além da rigorosa seca que tem experimentado esta Capitania do Ceará desde o anno de corenta e tres a esta parte pondo os seus moradores em considerável diminuição de bens, que são os gados em que consistem seus cabedais e criação nestes certoens", acumulava-se outra causa, "que he a falta dos escravos filhos da terra; porque sem elles não podem aproveitar e beneficiar os ditos seus gados que lhes servem de fábrica, assim como nas partes deste Reino os nossos pastores, sendo a cauza desta falta a fuga que fazem a seos Senhores ha annos a esta parte refugiando-se a qualquer Aldeia e Missoins, onde são defendidos pellos rdos. missionários dellas". (208)

Ao contrário do que era de supor, a Coroa não deu ouvidos e firmou-se no propósito de proteger cada vez mais os nativos, até chegando a decretar a legitimidade e limpeza dos casamentos dos seus vassalos, do Reino e da América, com as índias, preferindo, mesmo, aqueles que os aceitassem e bem assim os seus descendentes, nos empregos públicos, que poderiam ocupar sem necessidade de dispensa alguma. Foi a tanto o zelo por eles que proibiu que alguém, por desprezo, os chamasse de *cablocos*, sob pena de degredo para fora da Comarca, (209) e não demorou sobreviesse o conhecido alvará de 8 de maio de 1758, que estendeu aos primitivos habitantes de todo o Brasil as disposições dos de 6 e 7 de junho de 1755, em razão dos quais lhes era dada, no Maranhão e

---

(207) *Idem*, p. 241.
(208) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 242.
(209) *Idem*, p. 265; Capistrano, *Capítulos*, p. 185.

no Pará, a liberdade pessoal e a de seus bens e comércio, sem restrição alguma. (210)

Seria efeito daquele exalçamento ou glorificação do filho das selvas que, percucientemente, o radioscopista Capistrano descobriu na leitura do beneditino pernambucano Loreto Couto, ou da recomendação *in extremis* de D. João V ao sucessor José 1, atendendo aos rogos do animoso e visionário padre Gabriel de Malagrida, a grande vítima do Marquês de Pombal?

Depois, veio a extinção da Companhia de Santo Inácio e, como resultado, a entrega das aldeias missionadas a vigários e coadjutores, diretores e mestres, porém na realidade nada lucraram os aldeados, nem o progresso da Capitania, em que pese a elevação das mesmas aldeias à categoria de vilas.

Sé eram eles explorados pelos jesuítas, muito mais sem eles o iriam ser daí para a frente.

Dá vaga idéia das suas atribulações o *bando* do governador Feo e Torres, de 18 de maio de 1798, no qual, recordando as incessantes providências dos seus antecessores e dele próprio, tenta coibir as fraudes que "muitas pessoas de consciência menos ajustada cada dia cometem nas negociações clandestinas com os índios, vendendo-lhes os gêneros por exorbitantes preços e por medidas e pesos falsos e usando finalmente de todas as traças que a malícia pode inventar". (211)

Foi dessa maneira que, também, os encontrou Bernardo Manuel de Vasconcelos: "No Ceará só se tem visto os índios trabalharem para os PPe. jesuítas extintos e para si, e de presente para os Governadores, Ouvidores, Diretores e Vigários com o pequeno salário de $50 por dia, que lhes dá o Diretório, que os não satisfazendo, fogem das

---

(210) O teor desse alvará encontra-se nas *Datas e Factos cits.*, vol. 1 p. 27S.

(211) *Datas* e *Factos*, vol. 1, p. 422.

Povoações e se ocultam nas montanhas onde vão cultivarem um terreno que lhes dá para si e suas famílias quanto necessitam, gozando a paz duma vida tranqüila e livres da cobiça dos europeus, que tanto os consternam".

E mais: "Examinando o Mapa vejo que a Capitania do Siará tem sete Povoações de índios denominadas – Arronches, Messejana, Soure, Monte-Mor-o-velho, Monte-Mor-o-novo, Vila Viçosa e Crato, hoje consideravelmente diminutas pelo vexame que lhes causa o bárbaro costume dos Governadores, Ouvidores, Diretores e Vigários arrancarem os filhos dos braços de seus pais, e os mandarem servir a diferentes Capitanias, donde jamais voltam a sua Pátria, debilitando-se assim a cultura tão necessária daqueles tertenos". (212)

Preso por ter cão e por não ter: tentavam a paz de espírito e a liberdade, fugindo dos senhores rurais para as aldeias, e destas para as serras desabitadas, mas sempre torpemente espoliados e sofredores.

Olhe-se, enfim, para o que eles ganhavam, além da comida e roupa, conforme o Regimento de suas soldadas, baixado em 1787: os de doze a quinze aonde idade, 3$600; os de quinze a sessenta, 4$800; se mestre de ofício, 20$000. (213) Anualmente, não se deve esquecer!

A diária de cada índio nos trabalhos da construção da ponte do rio Cocó, em 1794, era de 40 rs. (214)

Tudo isso, ou sejam as hostilidades mútuas e sem termo das autoridades, atropelando o seguimento natural da administração; o erro de origem da criação das vilas, deixando as Câmaras à mercê das maiores apertaduras financeiras, sem poderem realizar os melhoramentos coletivos; o desamparo das classes pobres – indígenas e caboclos – e o seu recalcamento a uma situação material e moral injusta e

---

(212) In *Notas*, do Barão de Studart, p. 498.
(213) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 316.
(214) *Idem, p.* 408.

miserável, até arrastá-las a uma passividade quase hindu; a ausência de polícia educativa, preventiva e punitiva, favorecendo a ociosidade e o crime; a incultura dos habitadores, dispersos e analfabetos, no insulmanto duma demografia rarefeita, trancando as inteligências e os corações aos pensamentos e sentimentos mais esclarecidos e apurados, e forçando uma rotina pesada nos métodos de trabalho, tudo isso aliado às intermitências da vida econômica, provocadas pelas estiagens arrasadoras, colocando o homem em constante e sisífico recomeçar, eram motivos para que fosse mole, tardo, desajustado, o desenvolvimento da Capitania.

E não se deve omitir outra causa danosa: a indemarcação das terras, mãe de sérias indisposições, que degeneravam em verdadeiras guerras entre os sesmeiros.

A 27 de maio de 1731 a Câmara do Aquiraz pedia a atenção para os graves prejuízos da falta de medição das sesmarias, tendo el-rei ordenado, logo a 26 de novembro, providências neste sentido. Entretanto as despesas das medições em confronto com o valor das terras, por muito elevado, privaram resultados satisfatórios, continuando tudo como dantes. Théberge dizia em 1862 o que se pode repetir atualmente, sem tirar nem pôr: "esta omissão foi preparando para o futuro uma confusão do direito de propriedade territorial, que hoje faz o desespero da justiça e dos legisladores, e esta confusão vai aumentando cada ano e tornando-se cada vez mais incurável". (215)

Os governos e os tribunais ainda hoje não atinaram nesta causa de tropeço econômico: os primeiros, indiferentes a ela e os últimos, superpondo ou preferindo, nos julgamentos dos processos demarcatórios e divisórios, à realidade e necessidades da vida, as teóricas belezas das teses jurídicas e as questiúnculas estéreis das interpretações processuais.

---

(215) *Obra cit.*, vol. 1, p. 142. Veja-se Henry Koster, obra cit., p. 212.

Fiat justitia, pereat mundus. Que o mundo despenque, porém não se toque no tabu daquele artigozinho do código de processo.

Os grupos de população distanciados e sem relações entre si, à falta de comunicações mais rápidas, não tinham, salvante duas ou três, apreciável vida comercial, e a pequena sociedade, que neles residia, conformara-se a um mínimo bem-estar material, morando em casas desconfortáveis e alimentando-se decerto quantitativamente bem, mas sem as regras do bom gosto culinário. Comia-se mais do que se alimentava.

Intelectualmente, marasmavam sem leitura, sem correio e sem noticias, que lhes chegavam demoradas e sem vibração, trazidas, por não haver imprensa, pelos tangerinos de retorno, ou pelos mascates, "vendedores ambulantes que percorriam em constantes viagens as vilas e as freguesias, as fazendas e os engenhos, os sítios e os povoados, as feiras e as estradas, e que, ao mesmo tempo que faziam o seu negócio, lançavam modas, introduziam usos e costumes estimulavam a adoção de novos hábitos, exerciam, enfim, uma grande influência, contribuindo insensivelmente para que fossem desaparecendo, aos poucos, as feições bem distintas e características da vida do litoral e do interior, este mais retardatário e menos adaptável às inovações". (216)

A inexistência de bons portos na costa areiosa e sem recortes, e o encabrestamento dos negócios a Pernambuco, (217) estiolavam mais a mais a expansão da Colônia, onde

---

(216) A. Tavares de Lira, *História* cit., p. 370.

(217) Perguntava Coutinho de Montauri ao Ministro Melo e Castro, em carta de 25 de outubro de 1784: "Como poderá governar um desgraçado Governador, que vem a este País quase manietado pela subordinação em que se acha a Pernambuco, de onde a cada passo experimenta e se sente cada vez mais ligado, e por isso menos afouto a providenciar para poder mudar para melhor o semblante feio em que esta Capitania se acha?" *(Revista do Instituto do Ceara'*, vol. 6, p. 152).

o dinheiro só muito escassamente circulava, porque ainda perdurava o regime dos escambos, mercadoria por mercadoria, e pagamento, em gêneros, dos serviços e salários.

Em açúcar é que o ouvidor Mendes Machado recebeu, em 1733, por intermédio de seu procurador, a quantia de 606$570, que lhe devia, de ordenados, a Fazenda Real, (218) e somente depois da ordem régia de 10 de fevereiro de 1744 as côngruas dos padres passaram a ser efetivadas em moeda. (219) Em mercadorias continuava a pagar-se a infantaria do presídio. (220)

Recolhidos em espécie eram os impostos – *dízimos, quintos e fintas*, assim como em farinha os vencimentos dos mestres das escolas das aldeias (criadas pela ordem de 13 de setembro de 1768), à razão de um alqueire, anualmente, para cada rapaz ou rapariga que as freqüentasse, não sendo entretanto obrigado cada chefe de família a contribuir com mais de dois alqueires, se para elas mandasse mais de dois alunos. A farinha, se faltasse, seria substituída por gêneros alimentícios. (221)

As boiadas vendidas para as Capitanias vizinhas voltavam mudadas em panos e armarinhos de procedência portuguesa, e também em escravos, o mesmo acontecendo com o comércio dos bufarinheiros, que revolviam os sertões vendendo os seus artigos a troco de bois e cavalgaduras.

Para não ir muito longe, basta lembrar que ainda era fevereiro de 1778, reiterando resoluções tomadas em vereações anteriores, de 1º de fevereiro; de 1768 e 2 de dezembro de 1774, a Câmara da Vila de Soure, pertinho da capital, regulamentava a maneira de evitar a falsificação dos novelos de fio de algodão ou *nimbós*, cada um valendo um vintém, e oito pesando uma libra, os quais, sem repug-

---

(218) *Datas* e *Factos*, vol. 1, p. 187.
(219) *Idem*, p. 213.
(220) *Idem*, págs. 146 e 148.
(221) João Brígido, *obra cit.*, p. 417.

nância, corriam entre os moradores *como o dinheiro mais pronto.* (222)

Todavia, é bom deixar esclarecido que em 1787 Avelar de Barbedo dava referência a "avultadíssimos dinheiros pertencentes à Fazenda Real", por ele arrecadados na correição que estava fazendo, e de modo particular falava de "perto de 10 mil cruzados de prata", que tornava, de pesados, incômoda e onerosa a sua condução. (223)

Ia, assim, rolando a centúria.

Em 1738 instalara-se a vila do Icó, o arraial de maior movimento do interior, capitaneando a mais povoada das ribeiras – o médio Jaguaribe. A de Aracati, primogênita do negócio das carnes secas e que, em vista disso, teria de ser a mais rica, inaugurou-se dez anos depois. Sob a égide da ordem real de 14 de setembro de 1758 graduaram-se em vilas as antigas aldeias das missões jesuítas – Ibiapaba, Caucaia, Parangaba (1759) e Paupina (1760), recebendo os nomes portugueses de Viçosa, Soure, Arronches e Messejana. A de Baturité só o foi em 1764, com o nome de Monte-Mor-o-novo da América. E em 1776 a antiga fazenda de Caiçara recebia o título pomposo de Vila Distinta e Real de Sobral, e a Macavoqueira o de Vila da Granja. A última seria a de Campo Maior de Quixeramobim, promovida em 1789.

Aquela subordinação aos interesses do Recife amarrava demais, peiava: a Câmara da Fortaleza gritava pela libertação do comércio direto com Lisboa (27 de setembro de 1783), porém debalde. O ouvidor Avelar de Barbedo em 1786 fez-se eco desta reivindicação, mandando dizer para lá que se "devia averiguar a mútua utilidade que deve resultar ao Reino e a esta Capitania fazendo-se o Comércio dela directo daqui para Portugal, e não intermediariamente por Pernambuco, o

---

(222) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 317, 338 e 344.
(223) *Notas*, do Barão de Studart, p. 388.

que fás perder aos generos hua terceira parte do seu vallor, que podia redundar em beneficio do Reino, e não de hua outra Collonia". (224)

Igualmente assim o irrequieto e progressista Montauri: promete tudo a Capitania se "tiver a felicidade de ser auxiliada e promovida, com cujo beneficio talvez não só igualasse mas tãobem disputasse a primazia às outras florescentes Capitanias deste continente do Brasil, com bem vantagem e interesse do real serviço" – são palavras da sua dialética ao ministro do rei.

A resposta, apesar de tudo, somente viria em 1799.

Bernardo Manuel de Vasconcelos entrevê as origens furtivas da protelação da coroa, nesta transpaginação, a despeito de longa, necessária: "A desgraça com que se cobre aquella importante collonia, emquanto a mim, he a mais principal não ter huma navegação directa á Capital de Lisboa, pois como os seus generos se recebem por Pernambuco se reputa-o a maior parte delles legitimos de Pernambuco, não merecendo por isso o Siará a menor contemplação nem o menor empenho, que felicite o seu augmento. A navegação d'Oeste para Leste bem como a do Norte para o Sul na costa da America meridional he lenta e trabalhosa pella excacês da monção, falta de ventos proprios, correntes das agoas, e tão perigosa pellos escolhos, recifes, e parceis, que borda-o toda a Costa principalmente do Siará até a enceada de Vaza Barris nos mares da Bahia. Conhecendo os Povos do Siará estes riscos do seu comercio, ouvidas as Camaras, requererão a sua Majestade lhes permitisse huma navegação directa à Capital, porém mandando-se ouvir aos Generais de Pernambuco, estes embaraçaram com simulados ou inadvertidos pretextos a concessão desta graça, fazendo essa objeção um corte sensível da felicidade daqueles Povos e augmento da

---

(224) *Colecçao Studart*, livro 2, p. 244.

Real Fazenda. O destroço é conhecido e lamentavel em continuo prejuiso d'aquelles collonos, pois os generos que produz o Siará os embarcão em sumacas, que vão a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, levados por hum frete maior do que pagarião se viecem em direitura à Capital, com viagens que escedem o duplo das usuais daquelle continente e por Praticos ou mestres, que pella sua empericia e ebridade naufraga-o mizeravelmente com perda grave daquelles Povos e comercio, pois he raro o anuo em que se não conta-o muitos destes naufragios, que remediarião se a navegaçao fosse directa a essa Capital. Estas são as tristes consequencias dos obstaculos ficticios, com que os Generais de Pernambuco impugnarão a navegação directa a Lisboa, sem se acordarem destas rumas, atendendo talvez sómente ao ambicioso capricho de dominarem com ilimitada jurisdição mais mil e duzentas legoas quadradas, que tantas comprehende a Capitania do Siará e de terem mais mil e duzentos contos de réis, que passa-o a avultar mais as suas remessas, que tantos anualmente derrama o Siará, pelas suas produções, em Pernambuco! E quem será que conhecendo os riscos dobrados daquelles transportes, os computos das despesas não afirme que por esta causa se dobraão as impocibilidades daquelles collonos, da cultura e augmento da collonia?

Não se pode arguir a menor impocibilidade para a navegação ser directa a esta Corte, pois bem se conhece que as barras de Mossoró, de Jaguaribe, do Acaraú e do Camossi dão suficiente entrada a curvetas pequenas, e por haverem sumacas de maior lote, que entrão naquelles Portos pello cómmercio das carnes e varias embarcações que tem arribado ao Siará". (225)

Toda essa série de contratempos abafava os estímulos dum adiantamento de maior envergadura. Mas veja-se

---

(225) Leia-se *Notas*, de Studart, p. 500.

que de cem mil não passava a gente da Capitania, (226) que o mesmo Bernardo de Vasconcelos considerou "huma colonia de homens que tem vivido mais segundo a Ley da Natureza do que segundo os principios da Sociedade e civilidade humana e christá".

Eram de fato poucos, *rari nantes*... e mal aparelhados para vencer tantos escolhos. E ainda é forçoso convir que eles começaram dez décadas após a outra gente do sul Não há cearense de quatrocentos anos.

Duas ordens de acontecimentos, no entanto, põem-se em relevo nessa monótona caminhada do século 18 no Ceará: o bulício passageiro, acidental das *catas* fracassadas, e a agitação menos fugace dos negócios das carnes secas.

---

(226) "por cujas razoes fundo o meu cálculo no referido numero de cem mil almas o povo desta Capitania ao presente" escrevia Montauri (*Notas*, p. 353).

Capítulo IV

O FRACASSO DAS CATAS

Desde a tentativa holandesa da Itarema, nunca mais se encorajara a exploração de minérios na Capitania, limitado o interesse, neste tocante, a ligeiras pesquisas e remessas de amostras para exames no Recife e no Reino.

Em 1739, Antônio Gonçalves de Araújo, que adquirira a 17 de junho do ano anterior a sesmaria e jurisdição concedidas pela provisão régia de 8 de janeiro de 1730 a Manuel Francisco dos Santos Soledade, conseguiu autorização para prosseguir nos descobrimentos de minas de prata, que dizia existirem nas serras dos Cocos e Ibiapaba (Ubajara), para isso recebendo, logo depois, as condições e privilégios constantes da provisão de 3 de dezembro de 1740. (227)

Munida da permissão que lhe dera a carta régia de 11 de outubro de 1742, mandou vir da Europa cinco mestres e oficiais de fundir e separar metais, iniciando os ensaios em 1744 sob a direção de João Cristóvão Sporgel, no sítio Frecheiras. Prestou o respectivo juramento a 22 de abril, perante o ouvidor Manuel José de Faria, que por sinal virou fervoroso antagonista da empresa e das arbitrariedades do superintendente, o mesmo Gonçalves de Araújo, a seu ver simples régulo e impostor. (228)

Aventureiro ou visionário, as informações deste ficaram em choque com a verdade, porquanto os peritos nada

---

(227) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 204.
(228) *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 36, p. 66.

encontraram que satisfizesse. Os exames encomendados pelo governo de Lisboa aos técnicos Guilherme Good e Matias Aires Ramos da Silva, este provedor da Casa da Moeda, revelaram a nenhuma presença de prata, e sim a doutros metais sem importância e em quantidades ínfimas. O primeiro parecer é datado de 22 de fevereiro, e o segundo, de 20 de abril, ambos de 1745. (229)

O desastre de Ubajara em breve teria símile noutro mais fragoroso o das minas de São José dos Cariris.

Estava em vigor a ordem régia de D. João V ao Conde de Sabugosa, de 27 de março de 1730, condenando o estabelecimento de minas a não ser nas Gerais, mas, como explica o Barão de Studart, que neste capítulo apenas resumimos, atenuava-se o rigor da lei com a concessão de licenças não muito difíceis. Ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, primeiramente por intermédio de José Honório Valadares Aboim e, três dias depois, por um positivo enviado de Domingos Alvares de Matos, coronel da ribeira dos Cariris Novos, chegaram noticias de descobrimento de oiro nesta região, acompanhadas de amostras e sem tardança confirmadas pelo capitão Bento da Silva e Oliveira.

Remetendo noticias e amostras a Portugal, nem esperou o governador a licença do rei e mandou imediatamente ao Cariri uma expedição, chefiada por Jerônimo Mendes da Paz, que, recebendo a ajuda de custo de duzentos mil réis, embarcou a 17 de maio (1752) com trinta soldados infantes, via Aracati, em companhia do mesmo Valadares Aboim.

Ao chegar, já encontrou Jerônimo da Paz, ali, o governador do Ceará, Luís Quaresma Dourado, e o ouvidor Alexandre de Proença Lemos, idos a investigar de perto a veracidade das informações também chegadas a Fortaleza e Aquiraz.

---

(229) O teor dos pareceres está nas *Datas e Factos*, vol. 1, págs. 380 e 381.

Não viram ambos com bons olhos a interferência direta do governo pernambucano e daí certa resistência de sua parte a Mendes da Paz, velada a princípio e depois ostensiva, levando-os a expor ao rei a desvantagem das explorações, o que, aliás, o futuro confirmaria. O oposição de Quaresma Dourado extremou-se a ponto de, intencionalmente, protelar o pagamento dos soldados e dos índios das minas, omissão que provocou incessantes reclamações de Correia de Sá a Lisboa, e de desenvolver forte campanha de descrédito contra os trabalhos, afastando por este processo os pretendentes à mineração.

Porém Jerônimo Mendes, sempre ajudado por Domingos de Matos, que lhe proporcionava todas as facilidades, foi realizando-os se levar em conta a ação de Quaresma: organizou a repartição da intendência, utilizando-se dos auxiliares que trouxera e doutros que encontrou no local, e ficando ele como Intendente. Construiu casas e aquartelamentos cobertos de telhas fabricados pelos próprios soldados e dispôs, enfim, as coisas de modo a policiar a região, para prevenir a evasão dos *quintos* e os roubos e crimes, que aglomerada vivia ali gente de todo o jaez.

Substituído, no Recife, Correia de Sá por Luís Diogo Lobo da Silva em 1754, e, no Ceará, Quaresma Dourado por Francisco Xavier de Miranda Henriques, viu-se Jerônimo da Paz, com esta última substituição, em grande desafogo, por livrar-se de tão pertinaz opositor, mas, por outro lado, encheu-se de apreensões, sentindo que lhe faltava o apoio sempre decidido do tenente-general de Pernambuco.

Em face dos nenhuns resultados obtidos, Lobo da Silva julgou melhor formar uma companhia – a Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris – com a duração de um ano e vinte sócios, que se obrigaram a subscrever, para os fins sociais, certa quantia em dinheiro e a entrar com determinado número de escravos. A idéia pro-

vocou o espírito de imitação nos senhores de engenho, animando-os a constituir outra companhia, a que o governador cortou o vôo, decretando que a nova empresa somente seria possível se os associados provassem possuir completa em pessoal as lotações dos seus engenhos.

Redigidas as cláusulas do contrato da Companhia do Ouro, datadas de 3 de agosto de 1756, coube o cargo de administrador ao sócio capitão Antônio Jacó Viçoso, que a 19 de novembro saiu do Recife com uma expedição, levando 73 escravos, dos quais chegaram apenas sessenta e nove.

Jerônimo na Paz, resgatando o metal encontrado e multiplicando esforços no combate ao contrabando, pôde enviar, a 15 de dezembro, para o Recife, cinco libras de ouro comprado a diversos, fazendo novas remessas em 3 e 29 de abril seguinte. Mas Jacó Viçoso não suportou as asperezas da missão e tratou de abandonar a Companhia e o cargo, a que serviu durante pouco mais de um ano, sendo substituído por José Pinto. E não mostrando o negócio nenhuma renda, vieram todos a compreender a inutilidade da mineração.

Dissolveu-se em conseqüência a Companhia e, com o seu fracasso, deliberou a corte mandar sustar quaisquer serviços de catas, não só as de S. José, como em toda a Capitania. (230)

A Fazenda Real despendeu, pelas Provedorias do Ceará e do Recife, 25:166$476, além dos gêneros que vieram de Lisboa, e, como compensação, arrecadou 36 marcos, 5 oitavas e 26 grãos de ouro, que, reputados a 1$500 a oitava, produziram 3:464$250, quantia visivelmente mesquinha. A S. Majestade saía cada oitava ao preço de 10$899!

A seu turno, os da Companhia, em 21 meses e 9 dias de atividade, colheram 906 oitavas de ouro, líquidas de quintos e quebras, valendo 1:382$060, e gastaram

(230) Resolução de 12 de setembro de 1758.

5:649$478, "donde se vê que não estimando o serviço de cada escravo por dia mais que a 60 rs., por lhe darem de comer, ficarão perdendo quatro contos 267 mil e 418 rs., não obstante os continuos descobertos com que sucessivamente se estava persuadindo o seu melhoramento".

Outra vez pensou a metrópole nas jazidas do Ceará, movida por uma remessa de pedras feita, em outubro de 1784, pelo governador Montauri. Uma carta de 26 de outubro de 1789 pedia amostras a seu sucessor Feo e Torres, mas daí não passou. (231)

Apesar disso, aquele imaginoso padre Teles de Meneses, autor do *Mapa Curioso de Novo Descoberto*, espalhava que havia "tanta prata na ladeira de Ubajara que os índios a derretião como caeiras deitando lenha em cima". (232) Delírio, apenas.

Para crescer e frutificar, a árvore raquítica da economia da Colônia não teria como raízes, no Ceará, os veeiros dadivosos e facinadores, senão os cascos duros dos semoventes armentários, autolevados para as feiras longínquas ao som plangente dos *aboios*, ou retalhados em viandas saborosas, alimento do homem e também do comércio, preparando a felicidade futura da Capitania.

---

(231) Devem ser lidos *Notas* do Barão de Studart, Caps. I e II, e o relatório de Jerônimo Mendes da Paz e outros documentos publicados na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 35, p. 231-273.
(232) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 4, p. 30; *Notas*, do Barão de Studart, p. 462.

Capítulo V

AS OFICINAS OU CHARQUEADAS

Foi realmente a grande preocupação do século 18 a indústria pastoril.

"O carácter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum". Sem tardança – como ficou salientado – criou-se nos sertões cearenses, qual já o fora noutras paragens do Nordeste, a civilização específica do pastoreio, a única adequada e, sem dúvida, possível. (233)

Época do couro, crismou-a Capistrano, numa das suas sempre vigorosas sínteses.

De couro fabricavam-se todas as coisas, pois que era o couro a matéria prima mais à mão e duradoira. "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas

---

(233) "A indústria que, durante séculos, conseguiu prosperar nas caatingas nordestinas, suplantando quaisquer outras, foi a criação dos gados bovinos, eqüinos, caprinos, ovinos, por isto que se correlaciona intimamente com a natureza da terra, com os caminhos e com a cultura do povo. Nem as secas, nem os indios reacionários puderam opor obstáculos sérios ao desenvolvimento da pecuária, malgrado os seus métodos rudimentarisssimos, porém suficientes para o tempo e para o meio social de então". Pompeu Sobrinho, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, p. 334.

de faca, as broacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para cortumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz." (234)

Também de couro era a mobília (cadeiras de encosto, tamboretes), as cadeiras baixas de estar à almofada de bilros, os baús-guarda-roupa, arabescados de pregaria dourada.

Multiplicaram-se as fazendas, pequenos mundos, maiores umas, menores outras, sem delimitação certa, motivo freqüente de rixas entre confinantes, senão de lutas armadas de conseqüências as mais graves, interessando diretamente famílias, parentes, amigos e agregados. (235)

A modalidade comum coincidia com a do pequeno latifúndio. "Não se encontra na Capitania uma fazenda que produza anualmente mil bezerros; as maiores, e muito raras, são de quatrocentos, e as há até de trinta", afirmava, ainda em 1816, o autor da *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*, imputada ao engenheiro Silva Paulet, antes de identificada como da autoria do ouvidor Rodrigues de Carvalho. (236)

No começo era assim: "adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem o seu ofício vaqueiral, es-

---

(234) *Capítulos*, p. 143.

(235) Destas lutas ficou na crônica cearense como tipo clássico a dos Montes-Silva e Feitosas, aqueles "baianos" vindos do Penedo, e estes, pernambucanos do Engenho de Serinhaém (consulte-se *Esboço de Uma Genealogia, Fortaleza*, 1937, Raimundo Girão, capítulo 1).

(236) *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, vol. 12, p. 9.

creveu um observador, deixa poucas noites sem dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente no inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costuma, marcar as vacas que estão próximas a ser mãe e trazê-las quase como à vista, para que parindo não esconda o filho de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. Depois de quatro ou cinco anos, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias, cabia-lhe uma; podia assim fundar fazendas por sua conta". (237)

Não se fez esperar que vaqueiros *promovidos* e homens ricos vindos da Baía, Pernambuco e Rio Grande se ombreassem, de igual para igual, todos ufanos do nome de *fazendeiros*, que lhes era título honorífico, sinônimo de *criador* ou *homem de bens*.

Prosperavam as herdades com o aumento dos rebanhos, a ponto de ser impossível, muitas vezes, distinguir os gados de posseiros vizinhos, o que determinou o uso, aos poucos inveterado, de matarem as reses no campo, dando parte uns aos outros do que matavam, para se inteirarem reciprocamente. (238) Em 1780 já eram 972 as fazendas. (239)

---

(237) Capistrano, *Capítulos*, p. 143. "As pessoas que tomam conta do gado e vivem nesses domínios chamam-se vaqueiros. Tem uma parte dos bezerros e galinhas que criam no campo, e quanto aos carneiros, porcos e cabras, etc., não prestam contas ao proprietário. O grosso da manada de gado é contado descuidosamente, sendo evidentemente lugares aceitáveis e lucrativos, mas os deveres são pesados, exigindo coragem considerável, grande força física e actividade. Alguns donos vivem em suas terras mas a maioria das fazendas que visitei é propriedade de homens de ampla prosperidade que residem nas cidades litoraneas, onde são igualmente plantadores de cana de açucar. (Koster, *Obra cit.*, p. 208).

(238) Doc. transcrito por Antônio Bezerra em *Algumas Origens*, cit., pau. 213

(239) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 4, p. 174.

Em cada uma delas crescia o número de agregados ou *moradores*, na mor parte índios mansos que, por fim, constituindo família, aí ficavam como pessoas da casa, de cujas alegrias ou desventuras participavam, não faltando, para integrar o pequeno feudo, o *encosto* de forasteiro, quiçá fugitivos da justiça, ou da ação vingativa dos parentes de suas vítimas.

Nesses pequenos organismos, que eram as fazendas, nós duma rede de malha frouxa, distanciadas umas das outras e somente de quando em quando mantendo contato entre si, fazia de *pater familia* o dono, com autoridade quase absoluta sobre todos, severa se não demasiada, que o levava a excessos de pundonor e amor próprio, não raramente a crimes hediondos por ele tidos como simples exemplificação ou merecido justiçamento.

Toda a vida da fazenda girava em torno da sua própria finalidade: o gado. A lavoura nada mais servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nela se ocupavam: (240) dos roçados, na época das chuvas, colhiam-se o feijão, o milho, as abóboras e a mandioca, depois que o cultivo desta foi introduzido; no estio, o celeiro eram as *vazantes* dos rios, onde se plantavam melancias, melões, feijão ligeiro e não muito mais. (241)

---

(240) "Consomem-se os frutos no terreno de sua produção e se desperdiçam por se não poderem reservar sem corrução de uns para outros anos, como sucede ao milho e ao mesmo arroz". *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 12, p. 8).

(241) Hodiernamente esses mateiros ou vazantes representam enorme fonte de produção, depois de adotado o sistema de adubação com o *enxerto* da criação miúda, mas naqueles tempos era rudimentar a sua exploração. O autor da citada *Descrição Abreviada da Capitania do Ceara'* diz que "se exageram estas plantações como grande fertilidade e abundancia do pais (a Capitania), pois é apenas fraco remédio á pobreza e serve para entreter ociosos que não buscam o trabalho regular, satisfeitos com o fraco alimento que daí lhe provém" *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 12, p. 9).

A abundância da carne, da variada caça, do peixe e do mel silvestre (jandaíra, jati, cupira, enxu, capuxu, o delicioso enxuí), não dava maiores canseiras ao pessoal, tanto mais que restritas as suas necessidades de conforto e exigências da alimentação.

"Durante a estação das chuvas – escrevia mais tarde o inglês Gardner – e mesmo alguns meses depois, o leite é abundante e de excelente qualidade; mas depois não se encontra mais, durante os quatro meses da seca senão nas grandes cidades. Os habitantes fazem algum queijo, mas de manteiga nem cogitam: o leite que sobra do almoço, porque as vacas só se ordenham de manhã, fica de lado até a noite, coalhando ao calor do dia. Este prato, grandemente apreciado pela gente da terra, adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que lhes vem da zona acima do Icó". (242)

Antes, anotara Koster: "A alimentação dos sertanejos consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha reduzida a uma pasta, ou arroz que às vezes o substitui. O feijão, chamado comumente na Inglaterra 'favas francesas', é a iguaria favorita ... O queijo do sertão é excelente quando fresco, mas no fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo. Poucas pessoas fabricam manteiga, batendo o leite em garrafas comuns". (242a)

Só o gado empolgava a gente da fazenda, no seu zelo, na sua conservação, na *junta* das boiadas que se remetiam para as feiras, e na matança para o preparo de couros e solas destinados ao consumo próprio, e à exportação: o único ramo da indústria é o curtimento de sola e pelicas, que se trabalha em todos os sertões; servem-se dos couros das reses que matam e dos couros que vão comprar às

---

(242) *Obra cit.*, p. 213.

(242a) *Viagens no Brasil*, Brasiliana, vol. 223, p. 134.

terras do Piauí; o curtimento porém é grosseiramente feito pelos poços dos riachos". (243)

Andreoni (Antonil) narra-nos sugestivamente como a boiama caminhava para o destino: "constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Baía, de cem, cento e sessenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde tem pasto e aonde os marchantes as compram e em alguns tempos do ano ha semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos pelo gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém aonde há falta dágua, seguem o caminho de quinze, vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar". (244)

Do estouro da boiada não nos diz Antonil, para o fazer Rui, naquela página vibrante e magistral: "Vai o gado sua estrada mansamente, rota segura e limpa...

Capistrano achega: "Por maior cuidado na condução das boiadas, transviam-se algumas reses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso,

---

(243) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 12, p. 9.
(244) *Apud Capítulos*, de Capistrano, cit., p. 144.

faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas, fizeram açudes, plantaram cana, proporcionaram ao sertanejo uma das suas alegrias – a rapadura". (245)

Não poucas vezes, ao redor desses entrepostos se aglomeraram habitações, de que resultaram vilarejos, hoje cidades importantes.

O grande escoadouro era a *estrada das bojadas*, depois chamada *caminho dos Inhamuns*, que drenava do Piauí e dos sertões mais centrais do Ceará as manadas de corte para aqueles mercados pernambucanos e baianos.

Outras estradas apareceram ligando os grupos pastoris às embocaduras dos grandes rios, futuros portos exportadores dos produtos da Capitania. Uma comunicou mais facilmente a serra da Ibiapaba e o Camucim; por outra, a *estrada geral* do Jaguaribe, despejavam-se os bois e as coiramas das ribeiras do Jaguaribe e do Icó, bem como dos Inhamuns, para o ancoradouro de Santa Cruz do Aracati. Várias outras se abriram, conquanto estreitas e empeçosas, favorecendo os intercâmbios, e sobre o assunto vale a pena consultar o estudo que delas fez Carlos Studart Filho, com o título "Vias de Comunicação do Ceará Colonial", na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, p. 15-47.

Fazendeiros havia proprietários de diversas fazendas, tornando-se dinheirosos, prestimosos, gênese da figura indefectível do *chefe político*. Bons, burros e bravos, qualificou-os Brigido, que se refere ao inventário de um deles, iniciado em agosto de 1719, o do capitão Mendes Lobato, no qual foram descritas 3.945 reses vacum. (246)

O capitão Félix da Cunha Linhares, morador na ribeira do Acaraú, no testamento que deixou, feito em notas

---

(245) *Idem*, p. 145.
(246) Obra cit., p. 387.

do tabelião Francisco Cardoso Pereira e datado do sítio Muritiapuá em 7 de setembro de 1723, declarava-se dono de seis fazendas, nas quais havia mais de 8.000 cabeças de bovinos, 150 éguas e 50 cavalos. No espólio do capitão Vitoriano Correia Vieira, de Quixeramobim, inventariado em 1740, figuram 1.150 vacas, 220 bois, 200 boiotes, 160 novilhas, 310 garrotes, 320 garrotas, 150 bezerros e 150 bezerras, no total de 2.260 cabeças.

Nota-se nestas cifras a desproporção entre o número de bovinos e o da raça cavalar, denunciando que eram pequenos os rebanhos eqüinos. A despeito de Capistrano os ter quase como inexistentes, nem por isso é menos certo que deixavam de seguir para a zona dos engenhos, onde tinham grande utilidade, sucessivas cavalhadas, ameaçando uma prejudicial diminuição dessa espécie de gado.

Com o intuito de evitá-la, é que o governo de Portugal dirigiu, em 1761, uma ordem ao de Pernambuco (14 de novembro) proibindo terminantemente a entrada de muares no Ceará e obrigando a apreensão dos que fossem encontrados: (247) os machos e mulas tendiam a substituir os cavalos. Somente em 1766, outra ordem régia, de 16 de julho, revogou aquela medida tão radical, considerados os enormes serviços que prestava a burralhada. (248) Bem que os "comboios" ou "tropas", avançando aos "estalos" das "ponteiras" dos tangerinos, iriam costurar o comércio entre as viletas dispersas do centro e as povoações litorâneas, servindo-se do fio tênue das veredas e caminhos.

Já evolvera a fazenda para aquele estágio a que se reporta Capistrano: "casas sólidas, espaçosas, de alpendres hospitaleiros, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo de farinha,

---

(247) *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 17, p. 42; João Brigido, obr. cit., pp. 216 e 387.

(248) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 313; *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 25, p. 231.

teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capela e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto", (249) tudo sintoma duma situação de maior fartura, inclinada para um luxo e requinte *sui generis* que, no século imediato, caracterizará a aristocracia matuta, forcejando, sem o conseguir, por nivelar-se, igualar-se, à nobreza dos engenhos, vaidosa e ademanada.

Lastro dessa abastança era realmente e exclusivamente o boi que, em si e a um só tempo mercadoria, frete e transporte, (250) ia trocar-se por objetos, panos e escravos nas praças pernambucanas, baianas e até mineiras.

Logo, porém, convenceram-se os vaqueiros cearenses de que nesse comércio levavam vantagem os do Rio Grande e Paraíba, mais perto do consumo do Recife, Olinda e Salvador.

As dificuldades e prejuízos nascidos das compridas travessias e o ônus decorrente do subsídio de sangue, que se cobrava à taxa de quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca, minguando o lucro das boiadas, forçaram-nos a preferir a venda da sua matéria prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens.

Cedo o produto obteve a aceitação dos comandantes de barcos que faziam a pequena cabotagem nos portos da Capitania, e foram eles que o levaram às outras praças das Capitanias próximas.

Depois, a experiência veio demonstrar a conveniência de erguer nos portos de embarque as *salgadeiras*, transportando para aí as reses a carnear.

---

(249) *Capítulos*, p. 146.
(250) *Caminhos*, p. 227.

Nestes mesmos portos se conjugavam os elementos que a indústria requeria: o sal em depósitos naturais e, portanto, de utilização facílima, ventos constantes para a secagem, e as facilidades dos embarques, saindo o produto, sem maior despesa, das fábricas de beneficiamento para as embarcações sumacas e barcos de vários tipos.

E tamanho foi o êxito dessas *fábricas*, também designadas com o nome de *charqueadas* ou *oficinas*, que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da Capitania a exportação da chamada *carne do Ceará*. Na evolução econômica cearense bem se poderá afirmar que o tempo de duração dessa indústria formou um ciclo próprio, de alta relevância, o *ciclo das oficinas*, que passou ao Rio Grande do Norte e ao Piauí.

Oficinas sucederam-se nas embocaduras do Jaguaribe, do Acaraú, do Coreaú e, fora do Ceará, nas do Açu, Mossoró e ao longo do Parnaíba.

Constavam de instalações mais ou menos toscas para os processos da carneação, da salga e da secagem: a tanto se chamava na época segundo Simões Lopes Neto, aludindo à charqueada fundada pelo cearense José Pinto Martins no lugar hoje cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul – uma apressada construção de galpões cobertos de palha, varais para estender a carne desdobrada, salgada, e algum tacho de ferro para a extração de parca gordura dos ossos por meio de fervura em água. O sal do Reino só se empregava para encharque – salgação da carne. A courama era *estaqueada*, seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secados, em forma de madeiras cúbicas, produzindo *pães* de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza atirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as outras partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora. (252)

---

(252) *Anais da Biblioteca Pública Pelotense*, vol. 2, p. 106.

Saint-Hilaire viu-a, talvez já mais aperfeiçoada: "Diante da residência do senhor Chaves, estende-se um belo gramado e além vêem-se várias fileiras compridas, de grossos paus fincados na terra. Têm cerca de 4 pés, sendo cada um terminado por uma pequena forquilha. Essas forquilhas recebem varões transversais destinados a estender a carne a secar, no tempo das charqueadas. Ao lado destes secadouros existe o edifício onde se salga a carne e onde é construído o reservatório, denominado tanque". (253)

Preparava-se a carne de duas formas – de trassalho e de posta, e depois de seca se recolhia em tabuleiros ao armazém, donde era depositada em pilha no porão do navio e, quando este cheio, acomodando-se o restante da carga em *garajaus*. (254)

O carregamento duma sumaca correspondia, aproximadamente, à produção de duas mil reses, ou seja, no mínimo 80.000 quilos de carne seca, imputado a cada uma o peso médio de 200 quilos (o que não é exagerado para o gado da época) e o rendimento de 20%, o que nos parece pouco.

A carne de *trassalho* provinha das *mantas*, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobrem o pescoço, as costelas e os flancos, ao passo que a outra provinha dos quartos, que davam seis postas, duas para cada traseiro, e uma para cada dianteiro. (255)

Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas do Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila com o nome de Santa Cruz

---

(253) *Viagens ao Rio Grande do Sul*, trad. Leonam Azeredo Pena, 1935, p. 85.
(254) Consulte-se Pereira da Costa, *Cronologia Histórica do Piauí*, p. 101.
(255) Renato Braga, *Um capítulo esquecido da Economia Pastoril do Nordeste*. É de grande interesse a leitura deste trabalho publicado na revista *Cultura Política*, n. 38, maio de 1944, p. 70.

do Aracati, hoje cidade do Aracati, pois a 2 de junho de 1741 a Câmara de Aquiraz, de acordo com um provimento deixado pelo ouvidor Tomaz da Silva Pereira, impusera sobre os donos e mestres de navios, ali entrados para receberem carnes e couros, um tributo destinado às suas despesas, equivalentes a 8$000 para o barco que carregasse mais de mil arrobas, a 6$000 para o que carregasse menos, e a 4$000 para os que levassem somente courama. (256) Tal resolução mereceu severa repreensão do rei, que pela ordem de 6 de setembro de 1741 mandou restituir aos mesmos donos e mestres o imposto recebido. (257)

Ganhava cada dia maior vulto o movimento comercial da povoação, para a qual afluía gente de toda a casta, isso originou, em 8 de janeiro de 1743, sugerir o capitão-mor Dom Francisco Ximenes de Aragão a necessidade de irem um juiz ordinário e um tabelião de Aquiraz para o lugar do Aracati de Jaguaribe, como meio de evitarem-se desordens, mormente quando aportam os barcos "que todos os annos vão ahy fazer carnes". (258) E como não tivesse resposta, insistiu na sugestão a 8 de junho imediato. (259)

No ano seguinte, em 24 de julho, o ouvidor Manuel José de Faria propôs a criação de uma vila no Aracati, que, a seu ser, "viria a ser a corte deste Siará em breves anos, por ficar nas margens do rio Jaguaribe navegável às mesmas sumacas em distancia de trez legoas e de facto vêm ao seu porto todos os annos vinte e sinco e mais que a troco de fazendas que trazem, levam a carne e courama de dezoyto thé vinte mil boys para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro". (260)

Com efeito, aprovada a proposta em 4 de maio de 1745 pelo capitão-governador de Pernambuco, reuniram-

---

(256) Barão de Studart, *Datas e Factos*, vol. 1, p. 205.
(257) *Idem*, p. 208.
(258) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 36, p. 66.
(259) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 212.
(260) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 36, p. 66.

se os principais moradores do Aracati e suas vizinhanças na casa do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para tratarem da criação da vila (8 de março de 1746) e tendo opinado a favor o Conselho Ultramarino (12 de dezembro de 1747) foi realmente criada dita vila pela resolução régia de 11 de abril de 1747, sendo instalada a 10 de fevereiro de 1748, pelo citado ouvidor Faria. Até então o ramo de indústria das carnes secas tanto crescera que se fabricavam anualmente 20 a 25 mil bois. (261)

A vila de Santa Cruz do Aracati veio a tornar-se o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania, muito especialmente passada a época anual das chuvas, quando se facilitavam as viagens das boiadas e cavalhadas e dos carros de boi transportando do interior couros, vaquetas, solas e algum algodão, e voltando para as fazendas carregados de sal e outras mercadorias.

É verdade que logo após à criação oficial da vila o movimento afrouxou em virtude de certas determinações das novas autoridades, a que os armadores não quiseram sujeitar-se, e também das últimas inundações do rio Jaguaribe: "Nem o edificar-se e erigir-se (a vila) no dito Aracati a aumentou – explica o ouvidor Proença Lemos – antes se diminuiu muito o concurso dos barcos porque vendo-se os negociantes veixados das pusturas daquela Câmara, e sem a franquesa que gozaram antes de ali haver vila, começaram a fazer viagens para a Parnaíba e Ribeira do Acaraú". (262)

---

(261) *Memória dos Principais Estabelecimentos, Pactos e Casos Raros acontecidos no Aracati*, de Manuel Esteves de Almeida, vereador da Câmara, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, p. 83.

(262) O porto da villa do Aracati, que he a donde dezembarcão as fazendas em que se provê toda a rybeyra do Jagoaribe, Ico, e Kaririz, e a donde se embarcão os couros e carnes secas ordinários efeitos d'aquelles certões não admite entradas de outras embarcações mais do que os barcos que navegão esta costa que pela maior parte demandão menos agoa que as lanchas de pescaria de alfama". (Carta de Luis José Correia a Diogo de Mendonça Corte Real, 17-2-1753, in: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 35, p. 244.

No entanto a sua posição privilegiada em relação aos mercados de Pernambuco e Baía não deixou, nada obstante a pouca profundidade do seu porto,(263) morresse ela completamente, sobrevindo, pelo contrário, vigoroso reflorescimento que lhe trouxe inegável hegemonia econômica e também social, por muito tempo, sobre os demais centros de população do Ceará.

A indústria saladeril que se desenvolvera colateralmente no Acaraú, no Camocim e em Granja, alargou-se ao Parnaíba, no Piauí, e ao Açu e Mossoró, (264) no Rio Grande, concorrendo extraordinariamente, de par com um constante aumento da exportação dos couros e solas, para a valorização do gado, elevando-se o preço do boi (1787) a 4$000 e 4$500, o dobro do antigo valor.

No ano de 1770, segundo se lê no citado *Roteiro do Maranhão a Goiaz*, de Pereira Caídas, abriu João Paulo Dinis, negociante da vila de S. João da Barra da Parnaíba, um novo caminho para a extração dos referidos gados (boiadas que iam vender-se à Bahia), levantando *oficinas* nas margens do dito rio, oitenta léguas acima da sua foz "onde os reduz a carnes secas, que carrega em barcos pelo mesmo rio até a dita villa, para dahi serem exportadas à Bahia, Rio de Janeiro e Pará". (265)

No Mossoró e no Açu, as oficinas, se bem que menores, provocaram séria crise no abastecimento da carne verde às populações dó Recife e da faixa dos canaviais, supridas pelos gados dos sertões norte-rio-grandenses, e onde não mais apareciam, abatidos que eram naqueles pontos de salga.

---

(263) Barão de Studart, *Notas*, p. 58.
(264) As de Mossoró fundou-as o sargento-mor Antônio de Sousa Machado que residira em Russas, no Ceará, sendo de crer tivesse levado para ali a arte de preparação da carne seca (Nestor Lima, *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte*, vol. 35-37, p. 279).
(265) *Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*, p. 64.

Zelosa dos interesses do fisco, que se prejudicava, com a ausência das boiadas, em seus impostos, oficiou a Junta da Real Fazenda de Pernambuco à Câmara de Natal (23 de novembro de 1785) provocando-a acerca do assunto, o que a levou ao exagero de opinar pela supressão integral das exportações das carnes de sol em mencionados portos.

Foram seus argumentos: e ponderando nós os fundamentos deste Comércio, enquanto a esta Capitania, achamos não se dar delle utilidade alguma senão para os donos dos Barcos; estabelecendo-se o comodo destes, que são bem poucos, na ruma de quasi todos os individuos desta Capitania, que são bem muitos pelas numerosas propagaçõens que nella se tem difundido. Em segundo lugar, têm sido bem funestos os efeitos dessa Negociação, pois extraidos por Mar os gados em Carne Seca se acha esta cidade e maior parte desta Capitania padecendo a falta bem considerável deste commum alimento; motivo porque nesta Camara não ha quem remate o contrato das Carnes pela carestia dos gados, e irem quazi todos para os Barcos. Em terceiro lugar consideramos prejudicial à Fazenda Real a dita Negociação, por não estar estabelecido o pagar cada Barco o subsidio do sangue, que são quatrocentos reis por boy é trezentos e vinte reis por vaca, como pagam os mais que matão gado, vindo as rendas Reaes a ficarem sem avultada quantia que podiam perceber de quazi duas mil cabeças de gado, que cada Barco carrega"; (266)

Dois anos posteriormente, a 23 de maio de 1788, o governador de Pernambuco, D. Antônio José de Melo, escrevia a Matinho de Meio e Castro, ministro da Sua Majestade, fazendo-lhe ver que ao chegar a Capitania a encontrou desprovida dos gêneros indispensáveis ao sustento do povo, já havia muito. "Entrava na praça muito pouca farinha

(266) Doc. in A. Tavares de Lira, *Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e O Rio Grande do Norte*, vol. 2, p. 123.

nos açougues não existia carne fresca, e a salgada dos sertões também se não encontrava".

Adotou medidas "de que resultou pouco efeito, pela rebeldia e contumácia dos criadores e senhores de gados nos sertõens, acostumados por tantos annos a matarem e salgarem a mayor parte das reses", e, por fim, agravando-se o mal, lançou mão de recurso extremo, qual o de "impedir que nos dois portos vizinhos desta Capitania chamados do Assu e do Mossoró, se mate cabeça alguma para salgar e transportar, porque das Fazendas de gado que ali ha', he que sempre se proverão os assougues da Capitania da Paraíba e toda esta, e porque só dali pela sua vizinhança he que pode aqui vir gado".

A proibição deixara de incluir o porto de Aracati, mas somente enquanto os criadores do Mossoró "não levarem lá os seus bois para salgarem deixando de os trazerem a esta capital".

"E he tão grande a ambição dos proprietarios daquelas Fazendas do dito Mossoró e Assu – justificava o governador – que deixam na mayor necessidade os seus habitadores... E matão e salgão e navegão todo o gado que crião sendo o mais forte dos motivos porque assim obrão irem vender a carne na Bahia onde não pagão subsidio algum, pagando-o nesta e he tão grande o numero dos barcos, que algumas veses ali se ajuntão que muita carne se perde e outra tem de voltar aqui como sucede agora, em que a carne que está a venda e o resto de um barco que cá não teve saida". (267)

Ulteriormente, instava D. Antônio José de Meio na execução do seu ato probitório, dizendo-se "na posse de melhor noticia e dobrados motivos".

Como era de prever, o fechamento dos portos riograndenses favoreceu enormemente as charqueadas

---

(267) A. Tavares de Lira, *Apontamentos* cit., vol. 1 p. 41 e vol. 2, p. 127; *História* cit. p. 346 e *O Rio Grande do Norte*, 1941, p. 281.

do Ceará, já refeitos os rebanhos da seca de 1777, de tão clamorosas resultantes para as riquezas nordestinas, ainda sobretudo porque foi nesse ano que do Aracati, como ficou escrito, se retirou para o Rio Grande do Sul o cearense José Pinto Martins que, fundando às margens do arroio de Pelotas, em 1780, nas terras concedidas pelo governador José Marcelino Figueredo a Manuel Carvalho de Sousa, um salgadeiro ou *fábrica*, transportou para o extremo meridional do país os conhecimentos e a prática da indústria, escrevendo dessa forma a sentença de morte do frutuoso comércio que, por tantos anos, fora o sustentáculo econômico duma grande porção do Nordeste.

Efetivamente, em derredor e ao exemplo da pequena *oficina* do aracatiense ousado, estabeleceram-se outras, dando origem não só à hoje cidade de Pelotas, como ao *charque* gaúcho, de que se abastece todo o Brasil. (268)

Aracati florescera em progresso invulgar, quase uma ostentação, consideradas a coisas do tempo.

---

(268) Observara Fernand Denis: "Na província do Rio Grande (do Sul) os indivíduos que á criação dos gados se aplicam, nem sempre são os que se empregam na preparação das carnes secas. Chamam a estes, charqueadores ou salgadores, e comumente situam seus estabelecimentos junto á borda dalgum rio, que facilite as arribadas. É na época em que os gados estão em melhor estudo, desde novembro até abril, que se começa a chacina. Hoje essa província é quase o único lugar a que, de todas as partes do império, concorrem em busca de charca ou carne seca, conhecida também pelo nome de carne do sertão; e ainda assim, foi só em 1780 que o desenvolvimento desta indústria começou" *(Descrição Histórica do Brasil,* vol. 1, p. 305)

Consultem-se a respeito: Barão de Studart, *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense,* vol. 2, p. 192; Fernando Osório, a *Cidade de Pelotas,* p. 29 e 31, e o *Rincão de Pelotas, in:* vol. 2 dos Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul Rio-grandense; Pedro Calmon, *História do Brasil,* Brasiliana, vol. 3, p. 368; Tancredo de Melo, *Almanaque do Rio Grande do Sul,* ano de 1912, p. 193; *Anais da Biblioteca Pública de Pelotas,* vol. cit., p. 106. José Pinto Martins faleceu em 1826, com cerca de 80 anos de idade.

O capitão-mor Azevedo Montauri, cujo governo começara em 1782, quando realizava um dos seus giros de inspeção, manifestara que "das vilas todas da Capitania só esta do Aracati merece o nome, e até os mesmos habitantes dela, ou porque sejam a maior parte deles forasteiros, que vêm de outras partes fazerem os seus negócios, ou porque a providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos desta Capitania". (269)

Sobremaneira significativa é a exposição feita, a 17 de julho de 1787, pelos vereadores da Câmara da vila ao rei, solicitando mais território ao seu termo, até ali reduzidíssimo para o maior dano do povo: "Todos sabem que o Aracaty he hum porto mercante de consideração, que o seu comercio tem promovido, e promove cada dia a povoação de tal sorte que hoje se contão na villa e seus suburbios perto de quinhentos fogos; duas mil pessoas de comunhão; sinco ruas publicas; trezentas cazas, que a ornão, e fazem hum aspecto publico, por serem as mais delas de sobrado; (270) e mais de setenta lojas de mercadorres (271) mais a ocorrencia da gente maritima, e de todos os sertõens desta Capitania, e ainda do Piauhy e Rio Grande do Norte, que continuamente a ella vem, por ser sitoada na ribeira mais fertil, e mais comerciada nesta Capitania a fazem muito populoza, e consequentemente mais e mais necessitada de providencias, para o seu bom regimem, socego publico, e segurança dos cabedais, que nela se maneão. He bem evidente que o comercio desta vila sobe todos os annos a

---

(269) Barão de Studart, *Notas*, p. 352; *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 5, p. 23.

(270) Até admira que Denis nos transmita uma impressão desfavorável de Aracati, tendo visto as casas ali com um só andar (*Obra cit.*, vol. 2, p. 133).

(271) O Barão de Studart ao referir-se a este documento, não só em *Notas para a História do Ceará* p. 348, como na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 5, p. 19, fala em 170 lojas, o que evidentemente é engano.

soma de hum milham, porque o Mestre de Campo de Auxiliar Pedro José da Costa Barros recolhe todos os annos na sua loja para o comercio mercantil em dinheiro e fazenda cem mil cruzados; o Capitão-mor João Pinto Martins o mesmo; e o Capitão João Coelho Bastos outro tanto, além de outras lojas dos mercadores de fundo, e começarios avulços que recolhem a trinta, vinte, quinze, doze, dez, oito, sinco, quatro, e trez mil cruzados, sendo certo que não ha nenhuma só loja ou venda das mais diminutas que todos os annos recolha menos de hum conto de reis, regulando-se entre todas a entrada de quinhentos mil cruzados; e a sahida que pellos trez asima nomeados, e pellos mais mercadores, e comerciantes he a entrada deste porto de trinta sumacas carregadas de carne, e effeitos da terra, que a esta villa ocorrem de todos os sertoens desta Capitania, e de fora delia tão bem he regulada em outra tanto soma, sendo igualmente certo que o fundo das lojas estaveis não hão de descer muito de duzentos mil cruzados, sendo estas razões, que tem constituido a esta villa a mais populosa, e a de milhor civilidade assim no aseio publico, como no culto Divino, de tal sorte que pella sua opulencia, formusura, e boa civilidade 5& faz digna de ser a Capital". (272)

Isso, a despeito de ter sido marcado à vila, no ato de sua instalação, minguada área territorial, meia légua em quadro, à entrada da barra, em ordem a que as fazendas de gado, que se justapunham rio acima, a somente alguns quilômetros, pertenciam a Aquiraz, vinte léguas distante.

Só pela provisão de 17 de dezembro de 1793 se mandou ampliar o território do termo, dando-lhe novos e convenientes limites. Nesse diploma régio considerava-se que "a villa do Aracati presentemente é a mais populosa, rica e de comercio, que tem a Capitania do Ceará, e pelo seu porto célebre e de consideração". (273)

---

(272) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 7, p. 167.
(273) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 6, p. 217.

Na *Memória dos Principais Estabelecimentos, Factos e Casos Raros Acontecidos no Aracati*, o citado vereador Esteves de Almeida dá testemunho de que "depois de edificada a Villa, cresceu o comércio das carnes, de sorte que constitui hoje a mais populosa de toda a comarca do Ceará, não só pelos seus belos edifícios nela levantados, senão pelos seus habitantes e pela maior parte civis e ricos que costumavam conduzir para ela bastantes fazendas e outros géneros de negociação, que orçavam todos os anos em quatrocentos mil cruzados". E adianta: "Além deste ramo de comercio da fábrica das carnes, haviam outros muitos com que se fazia grandioso negócio, como sejam couros de boi, vaquetas, couros de cabra e pelicas brancas, que se costumam fabricar nos sertões e nesta vila, cujos géneros orçavam em cada ano de 25 a 30.000 couros salgados, 50 a 60.000 meios de sola e vaquetas, 30 a 35.000 couros de cabra, 2 a 3.000 pelicas". (274)

Aracati, entretanto, não fora o único a locupletar-se com a suspensão das *oficinas* do Mossoró e do Açu, e sim também os demais centros distribuidores do Acaraú, do Camocim e da Granja.

Pelo Acaraú, transitavam os artigos e mercadorias que saíam ou demandavam os sertões do norte da Capitania.

As primeiras *fábricas*, aí, foram levantadas no modesto "Porto dos Barcos", afastado cerca de 5 km da barra do rio, onde, no lugar denominado "Outra Banda", se instalaram outras, fundamento do povoado que se adensou com o nome de Oficina, hoje cidade do Acaraú. (275)

---

(274) *Idem*, vol. 1, p. 83 e 85.

(275) O sitio ou data de "Porto dos Barcos", que igualmente teve o nome de "Oficinas", pertenceu a Antônio Francisco dos Santos e foi vendido pelos seus irmãos e herdeiros a José Monteiro de Meio, por escritura pública de 23 de dezembro de 1793, em notas do tabelião João de Meio Silva, de Sobral. Monteiro de Meio, em testamento, legou dito sítio a N. Senhora da Conceição, Orago da Freguesia de Sobral.

"A denominação de Oficinas povém da grande quantidade de charque que embarcava por aqui, pois que neste ramo de negócio consistia quase toda a exportação daquele tempo" – escreveu António Bezerra. (276)

E pôde ainda no comecinho do século 19 escrever o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos: "A villa da Granja, que domina a foz do rio de Camossi, tem em si hum grande comercio de carnes, e algodão, que atrai pello seu comodo muitas embarcações e traficantes das Capitanias circunvizinhas". (277)

Enriquecia-se, pois, o Ceará com o negócio das carnes preparadas, e eis que nova calamidade o assalta, a seca de 1790-1793, espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladora da rendosa indústria.

As crônicas nordestinas estão refertas de alusões a esta seca, chamada vulgarmente *seca-grande* ou a *comprida*, que matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados consumidores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda pelas *fábricas* do Parnaíba, e depois e até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul.

Aquele mesmo vereador Esteves de Almeida, no seu interessante relato, escrito a 30 de dezembro de 1795, conta-nos que no anno de 1790 principou, alem de outras mais moderadas, uma seca tão terrivel e rigorosa, que durou o espaço de quatro annos, porém no de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruio e matou quasi todos os gados dos sertões desta comarca e por isso veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carnes secas desde o anno de 1793 exclusivo, porque no anno de 1794, já não houve gados que se matar, e pereciriam todos se da capitania do Piauhy não socorressem aos sertões desta comarca, com seus gados, cujo

(276) *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2. ed., p. 351.
(277) Barão de Studart, *Notas*, p. 499.

dominio se espera ser reparado e razão de ir de agora havendo gados com que se poderá continuar a referida fabrica das carnes secas". (278)

Lamentavelmente, não se positivaram de todo as esperanças do vereador: com o correr dos anos a pecuária cearense se recompôs, mas as exportações das carnes conservadas duma vez por todas se extinguiram.

Do Piauí chegara o gado para a reposição, (279) porém ficara sustentada pela perenidade do Parnaiba, último ponto de resistência, a exploração dos salgadeiros do Nordeste. (280) Às suas margens, no sítio conhecido como "Porto dos Barcos" ou "Feitoria", desde antes de 1767, haviam sido localizadas *oficinas*, as quais cedo alcançaram tal importância, freqüentadas por crescido número de navios, que para ali foi transferida a vila de S. João da Parnaíba, dantes sediada em "Testa Branca", lugarejo insignificante e decadente. (281)

José Francisco de Miranda Osório, citado por Pereira da Costa na sua *Cronologia do Piauí*, em carta dirigida em

---

(278) Revista do Instituto do Ceará, vol. 1, p. 85. Consultem-se, entre outros, sobre a mesma seca, as *Notas* do Barão de Studart, p. 419 e segs.

(279) "Essa calamidade da seca, que começou no Ceará em 1791, se estendeu até Pernambuco e a cujos horrores fugiu a população dos centros de lavoura e criação, abandonando os seus lares e fazendas, foi contudo menos terrível no Piauí e no Maranhão, para onde refugiou aquela população, principalmente a indígena, acudindo então o Piauí a essa calamidade, rompendo mesmo pelos sertões desertos, indo levar carne aos portos de mar, onde as reputou muito bem, e vindo-se depois daquelas Capitanias buscar a estas, crias e vacas para as povoarem de novo" (Pereira da Costa, *Cronologia*, p. 100).

(280) "Em fins do século 18 tornara-se aquele porto (Parnaiba), principal fornecedor, no norte, de carne seca; o Ceará, que ocupara dantes tal lugar, afligido pelas estiagens tremendas que o assolou, desaparecera do mercado, deixando apenas o seu nome ligado ao produto, que continuará até hoje chamando-se *carne do Ceará*" (Caio Prado Júnior, *obra cit.*, p. 39).

(281) Pereira da Costa, *Cronologia*, p. 72.

1877 ao Des. Cândido Gil Castelo Branco, afirma que essas charqueadas eram seis, das quais em 1813 conheceu três, que se fecharam respectivamente em 1820, 1824 e 1827, e onde ainda se matavam de seis a oito mil bois. Era o português Domingos Dias da Silva, proprietário de algumas e monopolista da compra da produção de todas, que exportava para Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará e algumas vezes para o Rio de Janeiro. (282)

Daí para os nossos dias não mais o Nordeste soube reconquistar a lucrativa indústria que perdera.

(282) Representação da Câmara a el-rei, datada de 15 de maio de 1700 e transcrita em *Datas e Factos*, p. 123.

Capítulo VI

IV olumpes

A SEPARAÇÃO DE PERNAMBUCO – OS GOVERNADORES – NOVOS EMPENHOS

Até que afinal "a Rainha Fidelíssima Nossa Senhora D. Maria I, Amor e Delicias do seu Povo, guiada pela Sua inata Beneficência", deliberara trazer alterações para a rotina daquele século de "segurança individual vacilante, comércio limitadíssimo, indústria insignificante, riqueza pública e individual escassa, sertões ínvios, justiça sem valor, despotismo dos governadores exercido sem contestação, nenhuma instrução civil e pouquíssima doutrina religiosa", como Alencar Araripe resumiu. (283)

Sendo-me presentes – consignara ela na carta régia de 17 de janeiro de 1799 – os inconvenientes que se seguem, tanto ao Meu Real Serviço como ao bem dos povos, da inteira dependência em que os governos das Capitanias do Siará e da Paraíba se acham do governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, que pela distância em que reside não pode dar com prontidão as providências necessárias para a melhor economia interior daquelas Capitanias, principalmente depois que elas têm aumentado em população, cultura e comércio. Sou servida separar as ditas Capitanias do Siará e Paraíba da subordinação imediata do Governo geral de Pernambuco em tudo o que diz respeito a proposta de oficiais militares, nomeações interinas de ofícios e outros atos do governo,

---

(283) *História*, cit., p. 130

ficando porém os governadores das ditas duas capitanias obrigados a executar as ordens dos Governadores de Pernambuco no que for necessário para a defensa interior e exterior das três Capitanias e para a Polícia interior das mesmas.

Corolário lógico da medida era esta outra, constante da mesma carta: "Igualmente determino que do Siará e da Paraíba se possa fazer um comércio directo com o Reino, para o que se estabelecerão em tempo e lugar conveniente as bases de arrecadação que forem precisas e se dão as outras providências, que a experiência mostrar, para a comunicação imediata e o comércio das ditas duas Capitanias com êste Reino". (284)

A efetuação desses desejos reais fora confiada ao encanecido chefe de esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos que, chegando ao Ceará a 25 de setembro do citado ano de 1799, iniciaria uma seqüência de governadores somente quebrada com a deposição de Francisco Alberto Rubim a 3 de novembro de 1821.

Como era de ver, tudo iria prender-se à implantação duma nova disposição das coisas governamentais, com reflexos sensíveis na vida econômica da Capitania por tanto tempo estiolada ao peso das mais variadas circunstâncias, de que era coroamento a dependência ao Governo Geral do Recife.

Salientava-o em estilo algo enfático Francisco Bento Maria Targine, Escrivão da Junta de Fazenda, em discurso proferido ao dia da instalação desta, a 1º de outubro: "O Ceará envolto no denso manto da dependência de Pernambuco não aparecia à face do trono senão como um sertão da grande Atlântida, árido, inculto e agreste, resi-

---

(284) Carta régia de 2 de agosto de 1798 já recomendava que se examinassem os portos da Capitania a fim de ser escolhido um "em que se estabelecesse uma Casa de alfandega, para os primeiros fundamentos de um comércio e navegação directa com Lisboa".

dência de brutos e feras, habitado por bandidos e régulos e incapaz de polícia, de aproveitamento e de comércio. Clamavam, em vão, os tesouros das suas preciosidades naturais derramadas nas Capitanias vizinhas; as capitais delas, onde se embarcavam para a Europa os pingues artigos da produção e riqueza do Ceará roubavam-lhe a glória da fertilidade da indústria e da cultura e, portanto, não se animava pelo Ministério da metrópole o agricultor e a Colônia. Soou, enfim, a voz da verdade, viu-se a importância desta Capitania e quanto ela, de futuro, podia concorrer para o aumento da Nação, e tractou-se de dar ao Ceará um governo isento de outra jurisdição que se interesse em fazer conhecido o seu preciso valor".

Após invectivar os abusos e vícios oriundos do pátrio-poder pernambucano, continuava a expor: "Porém não atendeu sómente à segurança da vossa vida, da vossa fazenda e dos vossos direitos a Rainha Nossa Senhora em quanto determina pela mencionada Carta régia a segregação desta Colónia da subordinação imediata do Governo Geral de Pernambuco: por este sábio e régio diploma vos faculta também um comércio directo com a Capital como único meio de engrossardes em riqueza, nutrindo-se entre vós a abundância, a indústria e a agricultura, que fazem florescentes e opulentos os homens e os Estados. São tão entrelaçados e dependentes uns dos outros os ramos da felicidade e utilidade pública dos indivíduos de qualquer sociedade, que um administrador ilustrado não pode fomentar a nutrição de uns, sem animar e alimentar os outros. Seria portanto ainda imperfeita a grande obra do Supremo e Iluminadíssimo Ministério em dar-vos a paz, a tranquilidade e a segurança, se vos não desse juntamente os meios de aumentardes as vossas fortunas, o comércio vantajoso para vós e para a Capital".

"É, portanto, que eu não posso deixar de vos falar agora do vosso estado actual de comércio, combinando-o

com as vantagens que podeis tirar de um tráfico mercantil ê comércio directo com o Reino. Os géneros, mercadorias e utensilios que vós anualmente importais de uma colónia remota, qual é Pernambuco, ela os recebe directamente da Capital. Além dos direitos com que se acham onerados estes géneros, os fretes e os lucros de cada mão e porto donde são transportados aqui, aumentam o seu valor a ponto de não poderem ser consumidos pela maior parte dos colonos do Ceará. O empate da venda no comércio deve-se calcular por um real prejuízo, ainda nos objectos, que o lapso de tempo não altera tão rapidamente; portanto, que perda se não deve calcular sobre aqueles que o clima todos os dias destrói? São desta natureza os artigos comestíveis, que sendo transportados da Capital para Pernambuco, por uma longa viagem, que os danifica, vem depois de uma grande demora a prover por outra viagem em vossos armazéns, as vossas casas, e as vossas famílias em um clima quente, húmido e mais adequado à fermentação e putrefação. Logo pelo que respeita â importação, que vantagem e que lucros não tirareis vós recebendo directamente da metrópole as fazendas ou os artigos do consumo desta Colónia? Das primeiras mãos, passam os géneros às vossas por uma menor viagem, e por um preço racionável, sem comissão, sem fretes dobrados e sem dobradas despesas, em bom estado de uso e de aproveitamento. Mas ainda não disse tudo: eles passam às vossas mãos sem dois lucros calculados sobre a importância de custo e gastos, que os tornam de um preço mais capaz de enervar o consumo que de fomentar a extração. Eis aqui a primeira utilidade do comércio directo que se vos concede; passemos da mesma sorte em resumo à segunda e principal de que pende o aumento da agricultura, da indústria e a opulência desta Capitania".

E Bento Maria explica: "Os géneros de exportação desta Província são levados à praça de Pernambuco por

uma enfadonha e arriscada navegação, que equivale à desta Colónia em direitura à Capital; pagam um frete quase igual ao que pagariam sendo da mesma forma levados a Portugal; e o lucro, que na metrópole deviam encontrar, fica nas mãos de negociantes de Pernambuco que têm sabido tirar, pela experiência, o melhor partido possível da falta de navegação e comércio direto desta Província com a sua Capital. Dobrados fretes, dobradas comissões e triplicadas despesas evaporam o lucro do triste agricultor, ou lho diminuem ao ponto de não poder trocar os produtos das suas fadigas, e das suas lavras, pelos gêneros importados da metrópole, precisos à manutenção dela e que são objetos essenciais do consumo desta Colônia. Eis aqui a causa física do lento progresso da agricultura, da indolência e inércia do Ceará". (285)

Entrou Bernardo de Vasconcelos, sem demora, a enfronhar-se nos vários problemas que se abriam ao seu governo e, apenas decorridos três meses, já do Aracati dirigia à corte as suas primeiras impressões: "A arte da agricultura e quase todos os seus utensílios são absolutamente desconhecidos, e dos núcleos de população só alguns raros merecem, isso mesmo em sentido estrito, o nome de povoação".

Destaca Aracati, cujo comércio bem estabelecido e tratado com algum sistema, aliado à civilidade e polidez dos seus habitantes, fazem a vila "assaz recomendável, juntamente a isto uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e de grande número delas os donos possuem avultados cabedais". "Do porto desta vila marítima se embarcam em sumacas e outros barcos costeiros todos gêneros exportáveis, assim para os outros portos da Capitania como da de Pernambuco e, por isso, de nenhuma dos portos desta Capitania se poderia começar a navegação direta à Capital desse Reino como deste".

---

(285) *Coleção Studart.*

A outra vila que mereceu citação especial foi a de Fortaleza, "um montão de areia profunda apresentando dos lados pequenas casas térreas", onde há falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade, estando a riqueza depositada nas mãos de dois ou três dos seus moradores reputados ricos "por possuirem 25 ou 30 mil cruzados, dos quais parte consiste em algumas roças de mandioca, entra muito ténue em dinheiro e o resto em dívidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda das decisões de leis e opiniões forenses".

Se difíceis eram os géneros de primeira necessidade, sendo preciso, para os haver, procurá-los "com dificultoso e enfadonho encómodo da distância de 5 e mais léguas", pior era a situação quanto aos demais que "nem dentro da mesma terra, nem em seus redores aparecem, sendo certo que se alguma desta ou de outra classe por acaso aqui chega, é comprada por alto preço em Pernambuco, que depois pelos compradores vem a ser vendidas por outro extradinário envolvido em um ganho desmarcado; esses excessos de preços só desaparecerão com a navegação directa com essa Capital, porque então é que também o comércio tomaria uma forma sistemática, por quanto sendo os algodões, gados, solas e couros os géneros exportáveis desta Capitania, à excepção dos negociantes do Aracati o resto dos outros, que têm esta denominação, por uso do pais, e habitam no sertão, tractam o comercio daqueles géneros imitando mais a permutação arbitrária e das primeiras do mundo, do que uma compra e venda dirigida por combinações e sujeita a sistema".(286)

Era, de fato, o Aracati o ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam na mor parte os gêneros de exportação e entravam os artigos de importação com que se supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, o Crato e

---

(286) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 28, p. 330.

os Inhamuns, através do centro de distribuição que era a vila do Icó, inda não conhecida de Bernardo Manuel e por essa razão não mencionada naquelas impressões mandadas a Lisboa. Mais tarde, fazendo intercâmbios diretos e por terra com Recife e Campina Grande, transformar-se-ia num empório comercial de primeira grandeza. (287)

De igual não conhecera o governador, àquele tempo, a vila de Sobral, então núcleo de crescente comércio distribuidor entre sertões do norte e o porto do Acaraú.

Quanto a Fortaleza, toscanejava por assim dizer a vilinha, com função mais administrativa do que mercantil, situada em ponto litorâneo sem penetração funda, não indo as suas relações além da serra de Uruburetama, Baturité e Canindé.

O essencial para Bernardo Manuel era encontrar meios de deslocar para Portugal as permutas e negócios; o que duas ordens de razões fortemente dificultavam.

A primeira, era a própria inércia, o conservantismo dos comerciantes, já habituados às transações com Pernambuco, por longos anos, auferindo lucros certos: se a carestia dos preços prejudicava seriamente o consumidor, a eles pouco importava, visto que incluíam nas vendas os seus ganhos. Esses comerciantes, mancomunados aos do Recife, tudo envidavam para ver derrotada a medida régia, e não poucas vezes chegaram até mesmo a manifestações de caráter hostil. Insistiam na velha prática de mandar por terra os seus cavalos e bois às feiras pernambucanas, fazendo voltar por via marítima os artigos e panos para as suas lojas. Por mar enviavam os produtos armazenados do Aracati, esperando pacientemente as monções favoráveis. (288)

O segundo motivo residia no temor da ação dos piratas que, freqüentemente, interceptavam a navegação en-

---

(287) *Idem*, vol. 51, p. 46.
(288) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 24, p. 173.

tre o Brasil e a Europa, roubando as cargas dos navios. Bernardo Manuel reuniu os negociantes do Aracati e mostrou-lhes os benefícios da nova forma de comércio, porém todos lhe fizeram ver o receio de arriscarem sobre os mares, cobertos de ladrões, os seus barcos e mercadorias, ressalva aliás muito justa, porque realmente o oceano estava infestado de embarcações corsárias, chegando a ser aprisionada uma delas às alturas da costa do Ceará. (289)

Tão só em 1803, a 10 de março, pôde vir em direitura ao porto de Mucuripe, tendo partido da cidade do Porto e apenas tocando na Ilha da Madeira, o primeiro barco fazendo a nova navegação – a escuna "Flor do Mar", sob o comando de Antônio Nunes, nada encontrando de aparelhamento alfandegário, nem foral que regulasse o pagamento de direitos, sendo então incumbida das providências da descarga a Junta de Fazenda, e servindo de armazém a Casa de Inspeção dos algodões, cujas prensas trabalharam pela primeira vez no preparo de sacas de algodão, destinadas ao carregamento do barco em torna viagem.

O segundo navio chegado de Portugal, pela mesma rota, foi a polaca "Felicidade", que aportou a 2 de dezembro do mesmo ano e pertencia a Antônio Manuel Alves e José Pacheco Spinosa, este último português, que exerceu as funções de inspetor do Tesouro e se radicou definitivamente ao meio com saliente atuação. Trazia uma carregação pouco avultada de fazendas das nossas fábricas (do Reino) e outros gêneros tanto secos como molhados e pagou de despachos a quantia de 313$125, correspondendo

---

(289) *Datas e Factos*, vol. 1, p. 246. Foi necessário preparar defesa na costa, com a construção de fortes, levantando-se um na enseada do Mucuripe, o pequeno reduto de S. Luís – três baterias de pedra e cal, munidas com poucas peças de ferro e, coisa muito singular, com outras de madeira pintadas de preto, "para intimidar o inimigo, supondo-as verdadeiras as forças atacantes", diz o governador num oficio ao Ministro de Sua Majestade *(Datas e Factos*, vol. 1; p. 446).

tes a meios direitos de acordo com o alvará de 27 de maio do mesmo ano de 1803, e mais a importância de 46$550, rendimento do selo das fazendas, tudo no total de 359$685". Ainda à falta de alfândega regularam-se os despachos pela pauta da de Pernambuco, encarregado delas o Escrivão da Real Fazenda, Marco Antônio Brício.

Em 1805 veio o bergantim "Dous-Amigos", pagando de direitos 1:133$246 e repetindo as suas viagens em 1806 e 1807. Naquele mesmo ano de 1805, em junho, uma sumaca de propriedade do cearense Pedro José da Costa Barros rumava Lisboa, saindo do Aracati, com um carregamento de algodão, e iniciando a linha reta dessa vila à metrópole. O governador d'Oeynhausen comunicava ao Visconde de Anadia o acontecimento; em oficio de 13 daquele mês: "O mapa levará à vista de V. Excia. a carga que nesta ocasião transporta do porto do Aracati para o dessa Capital a sumaca "Divino Espírito Santo", pertencente a Pedro José da Costa Barros, negociante. desta Capitania, e comandada por José Antônio Lontra". (290)

E acrescentava, esperançoso: "Lisonjeio-me que não desagradará a V. Excia. a actividade que vai tomando o comércio desta Capitania, sendo esta a segunda embarcação que no presente ano navega para essa Capital, e devendo-se esperar pela disposição dos negociantes que o número das ditas embarcações crescerá muito mais daqui por diante, visto esperarem várias outras para seguirem a mesma carreira" (291).

Maior impulso receberia no entanto o comércio com a Europa depois de 1808. Seriam causas os êxitos da cultura do algodão, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, objeto da carta régia de 28 de janeiro, o gozo da isenção de impostos por seis anos, concedida ao co-

---

(290) O Barão de Studart dá á embarcação de Costa Barros o nome de "Cobra" (*Revista do Instituto do Ceará*, vol. 38, p. 74; *Geografia*, p. 298; *Datas e Factos*, vol. 1, p. 470).
(291) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 40, p. 149.

mércio directo da Capitania pelo alvará de 27 de abril de 1803, e as firmes iniciativas do 3º governador Barba Alardo de Meneses, empossado a 21 de Junho, aliadas à boa vontade de alguns negociantes locais.

Começam as transações com Londres, para onde seguiu a 4 de fevereiro de 1809 a galera "Dous-Amigos", que o dono o português Antônio José Moreira Gomes, estabelecido desde 1777 em Fortaleza, fizera carregar e mandara à Inglaterra, entregue a responsabilidade da viagem ao genro José Antônio Machado, mais tarde o conhecido Comendador Machado. (292) Constava a carga de 3736 arrobas de algodão, 450 arrobas de açúcar e 1267 couros salgados, no valor global de 20:487$000.

Além da "Dous-Amigos" saíram do Ceará, no referido ano de 1809, a galera americana "Laura", a polaca portuguesa "Airosa", o navio português "Paquete do Ceará", pagando todos 3:307$794 de direitos reais.

No ano seguinte, a escuna inglesa "Flor de Maio", a americana "Paquete" e as portuguesas "Ligeira" e "Barba Alardo", estas duas últimas da firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, recolheram ao erário régio, de direitos, a quantia de 5:142$473. (293)

No governo de Bernardo Manuel de Vasconcelos muitas outras medidas de ordem econômico-administrativa se adotaram visando ao melhoramento da economia cearense.

Abriram-se estradas ligando a capital ao interior, (294) criaram-se as Casas de Inspeção do Algodão, (295) fomenta-

---

(292) Leia-se Raimundo Girão, "O Comendador José Antônio Machado e sua descendência", na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 46, p. 13.
(293) Memória de Barba Alardo de Meneses, na *Revista do instituto do Ceará*, vol. 11, p. 53.
(294) ... "e últimamente para ir examinar se efectivamente se acham bem desembaraçadas com a devida direçao e largura as diferentes estradas que fiz abrir de comunicaçao interior nesta Capitania", diz ele em oficio de 17 de outubro de 1802, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 28, p. 353.
(295) Examinaremos este assunto no capitulo referente ao algodão.

ram-se a cultura e exportação do arroz e, de modo muito particular, tratou-se da exploração do salitre ou nitrato de potassa.

Sobre a exportação de arroz, a carta régia de 3 de setembro de 1801 determinava:

a) que nenhum navio sairia da Capitania sem carregar toda a sua estiva e lastro com arroz, exceto se este faltasse para o consumo local;
b) que se a estiva não se completasse pelos negociantes particulares, poderia o governador fazê-lo por conta da Real Fazenda, utilizando-se do produto dos dízimos para as respectivas compras, as quais não deviam exceder de 800 rs. por arroba;
c) que o frete seria taxado à razão de 400 rs. a arroba, recebidos pelos donos de navio sem mais outro salário ou gratificação;
d) que o arroz assim comprado por conta del-rei teria de ser enviado para o Erário Régio. (296)

Expõe Bernardo de Vasconcelos em minucioso ofício de 31 de março de 1802 as iniciativas por ele tomadas para a produção de arroz, (297) que entretanto não deram maior compensação.

O seu sucessor, o governador d'Oeynhausen, não descurou a cultura do arroz, pois em ofício de 28 de dezembro de 1804 declarava: "Desejando desempenhar a recomendação feita a este Governo em outro tempo por S.A.R. para que os navios que saírem dos portos desta Capitania levassem estivas de arroz, vou me ocupar em dar as necessárias providências para promover a cultura deste tão útil género, que aliás neste pais produz admiràvelmente, segundo o que me informam, e se o ano for favorável como se espera, espero que o primeiro navio

---

(296) O teor desta carta acha-se na *Coleção Studart*, livro 10, p. 302.
(297) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, p. 156.

que daqui sair possa levar a dita estiva". (298) Efetivamente, noutro ofício datado de 9 de abril de 1806, o mesmo governador comunicava que pela galera "Dous-Amigos seguiria um lastro de arroz, em virtude do empenho com que se tem fomentado a plantação deste género, que daqui por diante se deve esperar que vá aumentando". (299)

Quanto às extrações do salitre, estiveram elas confiadas ao naturalista fluminense João da Silva Feijó, trazido de Lisboa por Bernardo Manuel e incumbido de estudar a geografia da região, seus recursos e produções, nos termos da provisão de 20 de abril de 1799.

De logo internando-se pela Capitania, começou a mostrar os frutos das suas pesquisas, escrevendo sobre as coisas do Ceará as suas valiosas *Memórias*. (300)

O salitre tinha então grande procura porque insubstituível na fabricação da pólvora, desconhecidas que eram as propriedades dos derivados da glicerina, da celulose e outros. Apresentava-se, portanto, de capital interesse para Portugal, que o importava da Índia, extraí-lo nas suas colônias e daí a razão da vinda de Silva Feijó, e do especial empenho com que eram vistos oficialmente os seus trabalhos.

Por muitos anos esteve Silva Feijó às voltas com estudos chamados por ele mesmo *averiguações filosóficas*.

Primeiramente no lugar Tatajuba, então do Município de S. Quitéria (hoje do Município de Quixeramobim), depois, em Boaçu-Velho, atualmente Iboaçu, do Município de Granja, e mais tarde no sítio Pindoba, na serra da Ibiapaba.

Até 1801 tinham sido produzidos 34 quintais, ou sejam 1997 quilos, do referido nitrato, com a despesa de 1:249$360, gastando-se, portanto, 621 rs. para a aquisi-

---

(298) *Idem*, vol. 40, p. 155.
(299) Idem, p. 169.
(300) Leia-se o estudo de Paulino Nogueira, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, p. 247.

ção dum quilograma, sendo menos consolador ainda o resultado do ano seguinte, pois somente se extraíram 1248 quilos (cerca de 21 quintais), mediante o dispêndio de 1:440$020 ou seja à base de 1$154 cada quilo, preço exorbitante em relação ao salitre do Oriente, que aportava ao Reino por 205 rs., e bem assim ao de Minas Gerais, que não ia além de 327 rs.

O malogro inicial dessas mitreiras foi acremente criticado pelo deputado-escrivão Targine, em representação enviada ao Príncipe-Regente, na qual pedia mandasse "suspender a extração do salitre nesta Capitania e a continuação das obras do laboratório de lixiviação e cristalização do dito gênero na Tatajuba, e da refinação dele nesta vila" (Fortaleza). (301)

Ainda em 1804, com o ofício de 17 de maio, o governador João Carlos explicava para a metrópole que a extração e remessas do precioso nitrato só poderiam continuar se as pesquisas passassem a ser feitas não mais em Tatajuba, dadas a degradação da mina, a grande distância e as dificuldades do transporte, determinando um preço não compensador, e sim nas vizinhanças de Granja e onde, segundo estava informado, havia "sete minas muito ricas e virgens, a 29 léguas de distância de um porto próprio para a exportação directa para essa Capital, e em lugar de 59 léguas que medeiam entre esta Vila da Fortaleza e a mina de Tatajuba com um caminho cômodo e que admite fácil condução em carretas, em lugar de um caminho invadiável a maior parte do ano por causa da falta de pastos e águas e tão mau que não consente que a condução se faça senão às costas dos animais". (302)

Iludira-se o governador, pois que resultaram estéreis as explorações de Iboaçu.

---

(301) *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 2, p. 257.
(302) *Idem*, vol. 39, p. 264.

Igualmente fracassadas em Pindoba, foram encerradas por fim, em virtude de uma ordem da Junta de Fazenda, datada de 1805, apesar do muito que em favor delas fez o citado governador João Carlos d'Oeynhausen.

A produção da fábrica da Tatajuba no período de novembro de 1799 a dezembro de 1803 atingiu 5.563 quilos, ou 97 quintais, nada constando sobre os resultados das nitreiras de Pindoba. (303)

Antes das investigações de Silva Feijó já sé pensara na indústria do salitre, quando das faladas minas dos Cariris, também sem nenhum êxito. (304) Depois delas não mais se cogitou do assunto.

Outra matéria que muito prendeu o espírito de Bernardo Vasconcelos foi a execução da carta-régia de 9 de novembro de 1797, que recomendava a conservação das matas à borda da costa e o aproveitamento das madeiras de lei, tidas como de propriedade da coroa.

Continuava, como continuaria *ad semper*, a devastação das reservas florestais para a abertura de roçados, por meio do fogo, "efeito insensato e danoso à Real Fazenda", e, para impedi-lo, tivera a Junta de Fazenda de publicar editais ou bandos proibindo aquele processo de preparo das terras, e estabelecendo o modo de serem vendidos os *paus reais*, para o que chegara a criar o cargo de Administrador das Matas e Cortes de Madeiras, com o ordenado anual de 200$000.

Os construtores de casas nas vilas e os donos de engenhos e casas de farinha, obrigados uns e outros a utilizar o pau d'arco, a aroeira, o cedro, o jatobá, etc., entrariam para a Fazenda Real com o preço que, por avaliação, com-

---

(303) Veja-se "O Salitre no Ceará", de Silvio Fróis Abreu, na *Revista do Instituto* do' *Ceará,* vol. *39*, p. 172; E também: cit. *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 39, p. 264; vol. 10, p. 342, 3,47, 353, 356, 360, 364; vol. 3, p. 144, 145,146, 151, 155,156, 158, 166, 167.

(304) *Notas* do Barão de Studart, cit., p. 60.

praria ditos paus aos roceiros e estes, mediante a apresentação do recibo ao administrador, os extrairiam nas matas. Eram, outrossim, obrigados os donos de carros a transportar gratuitamente os mesmos paus para os pontos onde se estivessem levantando obras públicas.

Se a disposição era sábia nas intenções, na prática dificultava e entravava a produção agrícola, notadamente a da farinha de mandioca, alimentação básica, pela redução dos roçados, trazendo os agricultores em revolta e conduzindo o senado da Câmara de Fortaleza a peticionar à metrópole com argumentos convincentes: "O actual governador tem proibido em nome de Vossa Alteza Real – dizia a representação de 18 de agosto de 1801 – a fatura de novos roçados, de cujos frutos se sustentam os habitantes desta colônia, com o pretexto de não se destruírem matas, para destas tirarem paus de construção, quando na extensão do terreno em que se têm feito plantações, e se continuariam a fazer se não fosse a proibição, não existem madeiras de construção a que se possa dar o nome de reais; e quando apareçam algumas, estas pela maior parte têm corrução interior, por serem criadas num clima árido onde constantemente há falta de chuvas e por conseqüência inúteis, o que V. A. Real pode mandar examinar por algum oficial da ribeira, o que nesta capital não há, e com a proibição, vem V. A. Real infalivelmente experimentar na sua Real Fazenda maior dano nas repartições dos reais dízimos e ao novo imposto de inspecção de algodão. Acresce mais a infalível fome que já contamos com ela por falta de legumes e a destruição deste miserável povo que não tem outro meio de subsistir, mas que as suas plantações, como representou a este senado, só as produzem nos referidos matos, por que todo o mais terreno desta Capitania só é próprio para criações de gado".

Rogava então a Câmara mandasse S. Majestade "Sobrestar a proibição da fatura de novos roçados nos matos que nela são compreendidos, afim de se evitar a

triste fome que infalivelmente nos ameaça; e igualmente a tirada das madeiras de que precisarem os habitantes, ou seja que preciso for, a reserva dos paus reais (caso haja), e que não sejam obrigados e apanhados os carros dos lavradores e negociantes para a condução de mercadorias para as obras públicas, que tão sómente se conservam para o serviço próprio". (305)

A repetição de maus invernos, culminada com a seca de 1804, agravava a crise, e neste ano, já na governadoria João Carlos Augusto d'Oeyahausen, pedia este a atenção de Lisboa: "Estarião perfeitamente satisfeitos os meus vivos desejos, e tenão conseguido huma justa e merecida Recompensa os meus tantos esforços com que procuro servir dignamente a S.A.R., promovendo a prosperidade e augmento desta Colonia, se me fosse possivel pintalla a V. Exa em hum estado florescente. Bem longe de me ser permettida essa satisfação, só posso lamentar os sinistros auspicios, debaixo dos quais entrei no Governo desta Capitania, achando-a devastada por tres sucessivos annos de secca, e ameaçada de hum egual flagelo neste prezente anno, que infelizmente se tem Realizado, com maior rigor do que nos passados.

Terá a maior evidencia aos olhos de V. Exa a directa influencia, que hum semelhante flagello, continuando por quatro sucessivos annos; deve ter sobre as Razoens, que neste primeiro tempo do nosso governo tem absorvido o meu cuidado inteiro e o tem dirigido para as Referidas plantaçõens de mandióca, pois as circunstancias deste paiz são no prezente anno tão tristes, que primeiro se deve cuidar na subsistencia, do que no Commercio: mas se na-o tivesse sido tão rigorosa, e tão contraria a estação do inverno, em que todos esperamos, poder-me-hia lizongear que este sertão se acharia nas circúnstancias de supprir as Capitanias vezinhas, bem longe de carecer do seu socorro.

---

(305) *Colecçao Studart.*

Quando nas estações deste clima se observava alguma Regularidade, costumava chover até ao fim de junho, e ainda os habitantes deste país conservam algum ânimo, e se empregam com todo o esforço em plantar para fazer face a calamidade e a falta que receiam, apesar de terem alguns já perdido duas até três plantações.

Ainda que todos os anos que tem decorrido desde o de 1800 tem sido sucessivamente mais rigorosos uns, de que outros, vejo que é geralmente aceito neste país, que a falta de farinha não seria tão considerável, se com o Nome de S. A. R. se não tivesse proibido no tempo do meu Antecessor abrir roçado nas mattas virgens, as quaes pela força de sua vegetação são as que mais produzem o que os lavradores por essa razão procurão com preferencia despresando as outras já cansadas, e que se chamão aqui de capoeiras.

Como não tenho conhecimento das razoens que dirigirão o Chefe de Esquadra meu antecessor, estou certo que elle não se resolveria a mandar observar huma ordem, que deu hum abaílo geral a esta Capitania, sem muito solidas razoens: he no desejo de por em pratica nesta Colonia o que manda a Carta Regia, que em 9 de novembro de 1791 se dirigio a todos os Governadores, que atrebuo a prohibição do livre uso das mattas virgens de que gozarão os lavradores.

Não tóca nem ao meu logar, nem aos meus limitados conhecimentos discutir as vantagens, ou desvantagens, que a Colonia ou a metropole se seguem, da observancia, ou não observancia do teor desta Regia Determinação nesta Capitania, e sem dever estender-me a mais do que informar daquillo que vejo, só posso dizer que nem nesta se possão fazer desser as madeiras em jangadas até a praia do mar, nem nas bordas dos rios quazi sempre seccos, que dezemboca no mar quando as chuvas os enchão, existe madeiras próprias para construção. He nas serras, que estas madeiras são mais abundantes, mas se a sua existencia hé de grande vantagem, em troca hé sumamen-

te desvantajosa e despendiosa a sua condução do lugar em que nascem, a aquelle em que se dezembarcar para se transportarem a essa Capital. Geralmente hé maior o numero de páos que nesta Capitania crescem, próprios para marchetaria do que para construção, e hé alem disso a sua condução mais facil, pois que os primeiros precizão vir inteiros, para formar as peças, para que são destinados, e os outros podem se transportar cortados em pequenos tóros.

De huns, e de outros já a essa Secretaria d'Estado se remetterão amóstras, e já o meu Antecessor remetteo com elías o orsamento da despeza, que a sua condução exigiria, poderá por tanto V. Exa tomando conhecimento desta materia decidir qual seja mais yantajosa, é mais conveniente: e cómo em quanto se espera esta decizão, nem S.A.R. se utiliza das dittas mattas, nem os lavradores se servem dellas, para fazer os seus rossados, parece-me que não estranhará V. Exa que apezar de me não ter mandado ouvir, sobre a prezente materia, eu me atrêva a dispertar a sua attençáo a respeito della, pedindo-lhe que me dirija, e me instrua, sobre o que mais conveniente lhe parecer". (306)

A destruição das matas já era e continuaria ser um signo fatídico da fixação do homem ao meio fisico, no Brasil.

De qualquer forma, as novas providências iniciadas com o governo de Bernardo de Vasconcelos concorriam para arrancar a economia cearense dos velhos vícios, e ele, antes de falecer, vítima de diabetes, a 8 de novembro de 1802, escrevia, satisfeito, em carta de 31 de março, ao Visconde de Anadia: "Na vila de Fortaleza se verificam cada vez mais os efeitos que têm produzido as Augustas e Paternais ordens tendentes ao aumento do comércio e população, visivelmente se conhece adiantamento destes três objectos, emanados todos sem dúvida da independência

---

(306) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 39, p. 273.

que S. Majestade houve por bem conceder a esta Capitania da imediata subordinação de Pernambuco, pois é certo que dos progressos do dito comércio tem resultado um bom número de casas de que a mesma vila se vê acrescentada, chegando ao todo 16 todas térreas, as quais ficarão acabadas até julho, e estariam antes se houvessem artífices suficientes para este fim". (307)

Do seu governo merecem ainda destacados registos a instalação da Junta de Fazenda e o começo do serviço de inspeção do algodão.

(307) *Revista do Instituto do Ceará*, p. 350.

Capítulo VII

A JUNTA DE FAZENDA

Apenas uma semana depois daquela carta régia livrando a Capitania do jugo de Pernambuco, assinava outra a rainha, datada de 24 de janeiro, criando no Ceará uma Junta de Fazenda, diretamente subordinada ao Real Erário.

"Sendo presentes – considerava – as continuadas desordens e procedimentos arbitrários com que pela Provedoria desse governo se têm até agora feito a administração, arrecadação e distribuição de minha Real Fazenda, com irreparável gravame para o meu Real Patrimônio e do interesse público, tendo chegado ao ponto de se dever ao meu Real Erário pela dita estação a importância de 100.000 cruzados, de que uma grande parte se julga incobrável pela falência dos devedores, com grave dano das impreteríveis aplicações dos rendimentos de minha Real Coroa; e não tendo sido até agora bastantes para remover os ditos prejuízos as muitas e repetidas provisões e ordens expedidas sobre dito assunto à Junta de Fazenda de Pernambuco, sou servida ordenar se haja desde logo por extinta a Provedoria da Fazenda Real do Ceará, com todos os seus empregos, ordenado e incumbência, e vos ordena estabeleçais nessa Capitania uma Junta de Fazenda subordinada imediatamente ao meu Erário Real".

Na Junta assistiriam, com assento e voto, o governador da Capitania, como presidente; o ouvidor geral, como juiz dos feitos, a cargo de quem ficaria a jurisdição contenciosa, com apelação e agravo para o juiz dos feitos

da Fazenda Real na corte; um procurador da Fazenda com o ordenado de 300$000 anuais; um tesoureiro geral vencendo 400$000 por ano, emprego para o qual seria escolhida pessoa dotada de inteligência e probidade e muito abonada e desembaraçada de contractos para com a Real Fazenda; um escrivão da receita e despesa, chamado escrivão deputado, igualmente com o vencimento anual de 400$000, os dois últimos percebendo ainda os mesmos prós e percalços que venciam os antigos almoxarifes. O governador ganhava anualmente 1:600$000, além das propinas que "directamente lhe competiam pelas arrematações dos contractos", (308) o que em suma era de minguados efeitos, porquanto sendo incertas, e não rendendo tanto como se diz, pode acontecer entrar e sair o governador sem elas". (309)

Eram atribuições da mesma Junta: 1 – fazer as arrematações dos contractos a ser arrematados na Capitania e reger as administrações assim dos rendimentos, que por ordem real não fossem à arrematação, como dos mais que, após prudente exame, as ocorrências não aconselhassem pôr a lanço; 2 – promover a arrematação dos preços dos

---

(308) A despeito dessa clara disposição, abusaram largamente os governadores na percepção de emolumentos pelos títulos ou diplomas de nomeação que assinavam. Por uma patente de alferes de ordenanças ou de milícias cobravam 6$800; pela de tenente – 8$000; pela de capitão – 12$000; e pelas de sargento-mor e capitão-mor de ordenanças quantia variável, "segundo a alternativa que lhes parece praticar", assim rezava uma representação contra o governador Barba Alardo, mandada a S. Alteza Real pelos oficiais de milícias e ordenanças da Capitania em 1810. Defendendo-se, em ofício de 1º de novembro do ano seguinte, esclareceu o governador que de fato recebia tais emolumentos, porque a praxe já vinha sem contestação dos seus antecessores, os quais os recebiam de acordo com o regimento de 7 de abril de 1718, n. 5, e provisão de 16 de novembro de 1740. Sendo certo que, sem eles lhes seria impossível "tractarem-se com a devida decência no estado actual das coisas só com o pequeno ordenado de 4.000 cruzados" – *(Revista do Instituto do Ceara,* vol. 29, pp. 303 e 309).

(309) *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 29, p. 310.

mesmos contractos e encargos deles e de todos os rendimentos não contratados; 3 – satisfazer as despesas que à Real Fazenda coubesse efetuar na Capitania, "nas formas das folhas e costumes legalmente estabelecidos", ou que fossem ordenadas pelas cartas ou provisões régias. Anexos lhe ficavam o almoxarifado, por onde se faziam as compras de materiais necessários ao serviço real, e a vedoria da tropa e armazém de munições e petrechos de guerra.

Deviam os membros da junta "estar sempre na inteligência de que ao mesmo tempo que é de sua principal obrigação promover a pontualidade dos pagamentos e exacta arrecadação de minha Real Fazenda, procurando com todo o cuidado e aplicação possível que as rendas tenham maior aumento, não é menos da sua obrigação a vigilância que deve em que as despesas se façam com toda a decente e justa economia, evitando-se todas as que parecerem indevidas ou supérfluas e prejudiciais às aplicações a que os rendimentos estão destinados, por serem igualmente objecto de que depende a autoridade de minha Real Coroa a subsistência dos meus fiéis vassalos". (310)

No momento da instalação do novo órgão administrativo, a 1º de outubro do mencionado ano de 1799, exaltava-lhe as vantagens o escrivão Bento Targine: "Mas para complemento da organização de todo este edifício em que se encerra o bem comum dos habitantes do Ceará e de sua metrópole, era preciso que o cômputo dos rendimentos reais desta Capitania, ou o estado das finanças dela tivesse em aumento uma administração, arrecadação e distribuição capaz de lhe servir de base de apoio. Que importara que o sábio e vigilantíssimo ministério delineasse, com o cetro da Majestade que nos domina, o plano da felicidade e aumento da província que habitamos, se não curasse ao mesmo tempo dos meios e do pôr em prática, meios sem-

---

(310) *Colecçao Studart*, livro 10.

pre dependentes do Tesouro Régio, além da concorrência dos vassalos? Da boa adiministração pende o aumento das rendas do Estado e deste aumento parte a felicidade de se executarem todos os projectos do bem geral de uma sociedade, que é sinônimo da opulência, da força, da glória, do respeito, do grande nome de uma Nação".

E, depois doutros argumentos: "Daqui provém a necessidade de se arrecadarem nesta colónia os mesmos rendimentos que nas colónias circunvizinhas se cobram para a manutenção da força, policia das vilas, obras públicas e reais, fomento do comércio e sustentação das três classes de membros empregados no Ministério do Altar, que tem por base a religião; na Milícia que constitui a segurança do domínio; e na Ordem Civil e Judicial, que reintegra cada um dos indivíduos nos seus direitos e faz executar a lei, estabelecendo a paz e a justiça, sem a qual não há sociedade. É pois a esta Junta da Administração dos Réditos Reais que pertence privativamente a arrecadação e distribuição destes subsídios para os importantíssimos fins enumerados".

Como era óbvio, a ação da Junta de Fazenda, instituída para meter ordem nos negócios tributários da Capitania, havia de provocar a desarticulação de antigas praxes e vícios, no meio deles ó desprezo pelo pagamento de impostos, a ponto, qual lamenta a carta régia, de ficar o cofre do erário desfalcado de entradas no valor de 100.000 cruzados incobráveis.

Das arcas da extinta Provedoria passara para a Tesouraria da junta o saldo de 20:658$190 e mais 473$955 do subsídio literário.

Até ali, a fonte de réditos quase exclusiva eram os dízimos, produto da quase única riqueza geral os gados vacum e cavalar.

"Nos cofres reais desta Capitania – explicava Targine ao auditório da sessão inaugural da Junta – não entrava até agora outro rendimento para ocorrer ao vosso bem pú-

blico que não fosse aquele rédito primitivo, que é de direito divino, estabelecido pelo Senhor apenas classificou o seu povo: tal é o dos dízimos cujo cômputo anual secularizado, depois de deduzida a despesa eclesiástica, não tinha proporção alguma com as vossas necessidades, com o despêndio actual do Estado".

O subsídio militar dava quase nada, pois que muito grande a sua evasão: somente resultava do consumo das reses que se matavam nos talhos públicos desta Capitania, "pois que das que os donos de fazendas de criação de gados consomem nestas, persistem eles na mesma tenacidade de não pagarem" – informava Bernardo Manuel em março de 1802. (311)

No ofício de 8 de fevereiro de 1800, com que mandou ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho a cópia de sua oração, o escrivão Targine dava-lhe parabéns pelo "aumento de 16:680$000 que teve já o Património Régio com a arrecadação dos dízimos desta Capitania, primeiro assunto da administração desta nova Junta". (312)

No triênio 1800-1803 renderam as dezenove freguesias que compunham o Ceará 91:945$000. No de 1803-1806, 92:095$000. No de 1806-1809 subiram para 119:355$000 e no de 1809-1812, um pouco mais – 119:912$000. (313)

Embora incapacitado por fatores diversos de realizar por si, e administrativamente, a arrecadação dos seus réditos, o governo colonial não abandonava o sistema das arrematações.

Em 14 de julho de 1800 perguntava a Bernardo de Vasconcelos qual método seria melhor: se a arrecadação dos dízimos por administração, ou se a arrematação por freguesias, opinando em 31 de dezembro o governador por este último, visto que, adotado o primeiro no triênio

---

(311) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 28, p. 348.
(312) *Coleçao Studart*, livro 10.
(313) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 11, p. 53; vol. 40, p. 151.

1794-97, houvera um prejuízo de mais de 30% nos rendimentos. (314)

Dai a carta régia de 18 de março do ano seguinte que, atendendo "á pouca execução em que até aqui tem sido administrada na maior parte dos meus domínios ultramarinos a minha Real Fazenda", e não obstante a vantagem colhida pela Junta de Fazenda da Baía com a administração das Rendas –, mandou pôr a lanço todos e quaisquer contractos reais não só pelo que respeito a cada um em totalidade, mas ainda divididos em ramos ou pequenas porções, com a condição de prestarem os arrematantes bons fiadores e de pagarem cada quartel adiantado, dentro do prazo de 15 de dias, depois que o mesmo quartel houver principiado". Ordenava a mesma carta se fizesse a revisão dos contratos existentes, para o fim de se verificar se em algum havia lesão enorme à Real Fazenda e, no caso afirmativo, mandá-lo entregar a quem novamente o arrematasse.

Resolvera a Junta de Fazenda orientar de maneira mais rigorosa as arrecadações e, ao mesmo tempo, acaso exorbitando de suas atribuições, cobrar novos tributos. Baixou instruções minuciosas para a administração e arrecadação de alguns deles, como os subsídios militar, literário e o de aguardente e o imposto do algodão, todas assinadas pelo escrivão Targine.

Quanto aos dois primeiros, determinava que os administradores cobrassem, a título de subsídio militar, 640 réis de cada rês vacum e 50 réis de cada ovino ou caprino que se cortassem nos talhos públicos e nas casas e fazendas dos particulares, ou que se extraíssem da Capitania para as circunvizinhas ou respectivos portos de mar; e a título de subsídio literário, 224 réis de cada cabeça de gado bovino e 15 réis de cada lanígero ou cabrum que se talhas-

(314) *Cit. Rev.*, vol. 3, p. 149.

se, assim nos açougues das vilas e lugares públicos, como nas casas de fazendas, para a sustentação da fábrica e família dos senhores delas.

Prescreviam-se quais os livros da respectiva escrituração e o modo de se fazerem os lançamentos, não se isentando dos referidos subsídios "pessoa alguma, de qualquer condição ou qualidade que seja". Aos expedidores de bojadas além fronteiras eram fornecidas, gratuitamente, guias de passagem, depois de pagos os impostos ou prestadas fianças, podendo-se estabelecer avenças com as partes para o pagamento anual dos subsídios, tomado por base o número de pessoas da família dos fazendeiros, ou o vulto do comércio dos marchantes. Nos distritos de passagem de boiadas era exigida a apresentação daquelas guias, sob pena de pagamento de novo imposto, ou seqüestro do gado, no caso contrário. Era proibida a extração de vacas e novilhas, pena de multa, uma de cujas metades cabia ao denunciante e a outra ao fisco. Os administradores recolhiam à tesouraria da Junta, findo cada quartel, o produto das arrecadações e juntamente com o do último quartel os livros da escrituração.

Tais inovações feriam fundamente, não havia negar, os interesses de muita gente habituada, como se sabe, à quietude de uma vida primitiva, de exigências limitadas ao mínimo.

A Câmara da capital, cuja população era atingida mais de perto, fez-se advogada de todas, enviando a Lisboa longo arrazoado (18 de agosto de 1801), que é bom conhecer na parte atinente à atributação:

"Ainda vai adiante a destruição e última ruina deste povo digno da piedade de V. A., com o estabelecimento do novo imposto do subsídio militar que a Junta da Fazenda Real desta Capitania tem estabelecido sobre os gados desde Janeiro do corrente ano, não só sem atendência aos lavradores, como aos donos das fazendas e seus vaquei-

ros, a cujo cargo está tratar da criação dos mesmos gados, não fazendo saber por título algum que V. A. Real mandasse estabelecer tal imposto, antes estão esses povos persuadidos que foi por determinação da Junta; e igualmente esta Câmara pelas continuadas mudanças que a mesma Junta neste imposto ràpidamente tem feito, pois primeiramente se divulgou ser estabelecido o mencionado subsídio em cinco réis cada arrátel de carne; logo depois, de três réis; e ultimamente fizeram público, e puseram em execução, que seria 640 réis por cada cabeça de gado vacum que se transportasse para fora da Capitania e do gado que nela se consumisse, esse no açougue, ou na sustentação dos lavradores e criadores do mesmo, pagassem 824 réis, vindo a ser 640 réis do subsidio militar e 224 réis do literário; e o gado cabrum e o ovelhum pagaria 100 réis por cabeça, de subsídio militar e 50 réis do literário; parecendo-lhe, porém, que este último subsídio exorbitante faz revezar as instruções já dadas a alguns administradores e conclui que pague 50 réis de subsídio militar e 15 réis do literário, e desta falta de coerência bem se deixa ver não ser isso estabelecido por decreto de V. A. Real, porque, se o fora, determinara regras certas e inalteráveis, do mesmo modo que se pratica em Pernambuco nos açougues e talhos públicos.

"Por dois princípios vem o subsídio militar estabelecido mudado de exportação e de consumo a ser prejudicial tanto a esta colónia como aos dízimos reais. Primeiro: porque o maior comércio desta Capitania para as confinantes de Pernambuco sempre foi a exportação do gado, tanto para as carniçarias daquelas praças, como pelo grande número de gados que os negociantes de Bahia aqui faziam matar até a seca do ano de 92 para carregarem seus barcos com as carnes secas, vindo por este meio a entrar neste continente grande soma de dinheiro, com que os habitantes não só pagavam as rendas reais, como forneci-

am a agricultura. Segundo: os compradores que das Capitanias vizinhas vinham a esta comprarem gados já são raros os que o fazem, por causa do subsídio de 640 réis por cada rês; e os tractos que anteriormente tinham feito os tem desfeito pela mesma razão, ficando por este meio os habitantes privados, tanto das vendas de seus gados; como de se poderem utilizar do seu valor; por cujo motivo tem diminuído o preço do gado e em conseqüência também os dízimos reais ainda ter diminuição, pois o ano próximo passado se vendiam os bois a sete, oito e mais mil réis, o que dá bem a conhecer a infalível quebra nas rendas reais e a decadência do comércio. Além disto, este fica inteiramente estagnado porque havendo já grande abundância de gado, como antes da seca havia, na maior parte das ribeiras não tem extração, e se não fora o novo subsídio viriam os negociantes; como dantes, fazer matança de gados para carregarem suas embarcações. Porém, vendo estes que matando 3.000 bois para a carga de um barco e pagando por cada cabeça 864 réis, vem a importar em mais de 6.000 cruzados, tendo a certeza de que chegando a Pernambuco infalivelmente pagarão outro subsídio militar ao contractador que remata trienaimento este contracto, a quem se paga por cada uma arroba 160 réis, ficando o comerciante sem utilidade. Outrossim, como se poderá aumentar a agricultura, sendo esta o principal ramo que faz florescer o comércio e sustentar a monarquia, se os lavradores, curvados com o peso de tão oneroso subsídio, se vêem na precisão de pagar por um garrote ou vitelo 864 réis dos dois subsídios, como se fora um boi, e talvez o referido garrote ou vitelo pouco mais valha; bem como também um carneiro, seja grande ou pequeno, pagar 65 réis de ambos os subsídios. Parece, Senhor, coisa dura que o miserável lavrador e ainda a maior parte dos habitantes desta Capitania estejam criando este género de gado para remir as suas necessidades, pague o mencionado subsí-

dio, pois em colonia alguma dos domínios de V. A. Real, e menos nas províncias do Reino, existe semelhante ônus e nem a proibição da exportação do gado de uma para outra província".

Mais de dois anos decorridos, em fevereiro de 1804, ainda persistiam os óbices nascidos da reação que os habitantes da Capitania opunham ao subsídio militar, levando o governador Oeynhausen a escrever ao Ministro Visconde de Anadia, com as mais justas ponderações: "Dela verá V. Excia. que um dos artigos de que S.A.R. talvez espera maior produto não tem sido no sobredito ano tão avultado como se devia esperar. Quero falar do subsídio militar estabelecido nesta Capitania pela Real Junta da Fazenda na época da sua criação, imposto tanto sobre o gado vacum que sè talha nos açougues, como sobre aquele que se exporta para as capitanias vizinhas, ou que passando de umas para as outras transita por esta, assim como também sobre o gado tanto vacum como ovelhum e cabrum, que cada um dos habitantes deste país mata para seu consumo particular. Como infelizmente o resultado deste imposto não tem correspondido às vistas com que a Junta de Fazenda indubitavelmente guiada pelo maior patriotismo o estabeleceu e a cada passo se suscitam novas dificuldades na sua percepção, que pela natureza deste país não é jamais susceptível da exactidão inseparável da arrecadação da Fazenda Real, vejo-me na absoluta necessidade de lembrar a V. Excia que cada dia se fez mais necessário que S.A.R. resolva categoricamente sobre uma informação que a respeito do dito imposto pediu ao governo interino desta Capitania, que foi dirigida ao mesmo Senhor pelo seu Real Erário em 10 de junho de 1803. O modo explícito por que todas as Câmaras pronunciaram o seu parecer na ocasião em que a esse respeito foram (em quanto a mim) irrefletidamente consultadas, tem sido desde esse momento um constante obstáculo para a arrematação do dito imposto,

e a origem da resistência da maior parte dos povos, que iludindo as ordens que a esse respeito se passam, alegam pela maior parte com a decisão de S.R.A. sôbre este assunto. Se algumas cobranças se podem fazer, são todas extorquidas ou por jeito ou por força, mas nunca por concorrência voluntária destes povos". (315)

Chegou enfim a solução, com as procrastinações naturais da época, na carta régia de 23 de agosto de 1805: em vista daquela informação de 10 de junho de 1803 e depois de ouvidas a Junta de Fazenda de Pernambuco, os Provedores Fiscais e "outras pessoas inteligentes e zelosas" do seu Real Serviço, declarou a coroa que em verdade nenhum magistrado ou Tribunal possuía jurisdição para impor tributos e subsídios é, portanto, se excedera em autoridade a Junta de Fazenda do Ceará quando pôs em execução o sento de 16 de agosto de 1800, criador daquele subsídio. Mas, consideradas bem as causas que a levaram a assim fazer, criando imposições que, além de não gravosas, redundavam em proveito e pública segurança dos seus fiéis vassalos, havia por bem se conservasse ó mencionado subsídio militar, o qual fora menos oneroso que em Pernambuco, exceto no tocante ao gado exportado vivo e na parte relativa ao dispositivo que fazia nele incidirem as reses abatidas em casa para o próprio sustento dos seus donos. (316)

Sua Majestade aproveitou bem a deixa, não resta dúvida.

Quanto ao subsídio literário, outra carta régia da mesma data determinava, interpretativamente, em face de dúvidas suscitadas em algumas Capitanias quanto ao peso das carnes, que se devia regular cada cabeça de gado vacum abatida para venda, fosse em açougue ou nas oficinas de salgar e secar, pelo peso ordinário de 10 arrobas, tivesse

---

(315) *Idem*, vol. 39, p. 259.
(316) *Coleção Studart*, livro 10.

tais ou tivesse menos, de maneira a vir pagar cada, rês 320 réis pelo imposto de um real estabelecido na lei. (317)

Essa mesma carta dava, outrossim, a exegese da medida a ser usada para a aguardente: os 10 réis da tributação sobre o produto da terra, único taxado, deviam ser calculados tendo-se como base a *canada de Lisboa*, qualquer que fosse a denominação do recipiente, que haveria de reduzir-se àquela.

Prende-se o assunto à decisão da Junta, de 31 de outubro de 1801, lançando o imposto de 6$000 sobre pipa de aguardente da terra (cachaça) que, por mar, entrasse na Capitania, com aplicação especial à construção de estradas e de um cais no Mucuripe. As instruções referentes a este subsídio, começadas a vigorar no dia 1º de janeiro de 1802, estabeleciam que a pipa conteria 80 canadas do país, ou 320 de Lisboa, pagando 15 réis cada canada da medida da terra ou 4 da capital do Reino. Se o subsídio excedesse de 20$000 até 40$000, o despachante ou proprietário do gênero tinha o prazo de três meses para efetuar o pagamento; e o de seis meses, quando ultrapassasse a última quantia. Até então calculava-se em 500 o número de pipas entradas na Capitania. (318)

Não é demais acrescentar que tal imposto muitos procedimentos judiciais provocou da parte da Fazenda contra os contribuintes faltosos. (319)

---

(317) Idem, livro 10.

(318) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, p. 153.

(319) Em virtude da provisão de 26 de novembro de 1802, a Junta de Fazenda mandou arrematar as casas do Capitão-mor Antônio de Castro Viana (hoje, após várias reformas, o palácio do governo estadual), para sede da câmara de Fortaleza, ficando esta com o direito de cobrar 4$000 réis por pipa de aguardente desembarcada no seu distrito, para os fins do pagamento, visto que eram diminutas as sobras dos réditos de sua administração. A 16 de novembro de 1807 a mesma Câmara extinguiu o dito imposto por haver terminado o pagamento da importância por que fora debitada. Novamente, em 1814, no governo de Manuel Inácio de

Em 30 de maio de 1820 outra vez foi taxada a cachaça, à razão de 8$000 a pipa, com igual má vontade da parte dos contribuintes, tendo-se recusado, entre várias, a Câmara do Aracati a pagar tal imposição, numa representação datada de maio de 1822 e remetida à autoridade régia por intermédia da Junta de Fazenda. (320)

Incorporou-se também ao novo regime tributário o chamado imposto do papel selado, instituído pelo alvará de 10 de março de 1797 e depois alterado e ampliado pelo de 27 de sbril de 1802. Teve a sua cobrança iniciada no Ceará em virtude da previsão do Real Erário, de 28 de janeiro de 1803, montando a 1:000$000 a primeira remessa de sua arrecadação, feita em 8 de março de 1804, por meio de uma letra daquele valor sacada por Bento José da Costa contra José Bento de Araújo, de Lisboa. Por alvará de 17 de junho de 1809 foi tornado extensivo aos livros dos negociantes, das câmaras municipais, dos tabeliães, das irmandade, confrarias, e bem assim os livros de assento de batismo, casamentos e óbitos e aos papéis forenses. (321)

Em 1808, a 22 de dezembro, efetuou-se o primeiro lançamento do imposto directo da décima urbana ou imposto predial (10% do rendimento), criado pelo alvará de 27 de junho anterior e incidindo sobre todos os prédios que "segundo as demarcações das câmaras fossem compreendidos nas cidades, vilas e lugares notáveis, sitos na orla marítima. O alvará de 3 de junho de 1809 estendeu a décima a todos os prédios situados ou não à beira mar. No referido primeiro lançamento foram avaliados em Fortaleza 159 prédios, produzindo o imposto total de 236$559 réis.

Sampaio, se cogitou de outra imposição sobre a aguardente da terra, para custeio das obras dum mercado público na Capital, 4$000 por pipa entrada na vila tendo sido confirmada essa contribuição pela ordem régia de 6 de dezembro de 1817, mas sómente enquanto durasse ditas obras *(Revista do Insstituto do Ceará,* vol. 30, pp. 224 e 231).

(320) *Datas e Factos,* vol. 1, p. 512 e 519.

(321) Amaro Cavalcante, *Elementos de Finanças,* 1896, p. 256.

Até 8 de julho de 1833 funcionou a Junta de Fazenda, quando foi instalada a Tesouraria de Fazenda, criada, como para as demais províncias, pela lei imperial de 4 de outubro de 1831 composta de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, e destinada à arrecadação, administração, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as rendas públicas.

Poder-se-á resumir nos incisos abaixo o quadro tributário do Ceará no primeiro quartel do século passado:

Sobre a pecuária

1. dízimos dos gados bovino e cavalar e das chamadas miunças: caprinos e ovinos.
2. subsídio militar – 640 réis de cada rês bovina e 50 réis de cada cabeça de ovelhum e cabrum cortadas nos açougues públicos.
3. subsídio literário – 224 réis de cada rês bovina e 15 réis de cada lanígero ou caprino, cortados nas mesmas condições.
4. produto das vendas do gado do evento.

Sobre a agricultura

5. imposto de 160 réis sobre arroba de algodão em rama exportada através das Casas de Inspeção.
6. taxa de 160 réis pelo prensamento de cada fardo de duas sacas na prensa real das referidas Casas, paga pelos proprietários ou mestres das embarcações carregadoras.

Sobre propriedade imóvel

8. décima urbana.

Outras incidências

9. dízimos das alfândegas, ou direitos pagos pelos gêneros e mercadorias importadas diretamente do Reino e outros países, ou para eles exportados.
10. selo do papel.
11. direitos sobre o provimento de ofícios de justiça.
12. propinas pagas por atos de nomeação aos governadores e outros funcionários administrativos.
13. sobras dos réditos das Câmaras Municipais. (322)

Assevera Tristão de Araripe que "durante o período da separação desta Capitania da de Pernambuco até a nossa independência política, isto é, desde Setembro de 1799 até Setembro de 1822, pode-se calcular o rendimento máximo anual do Ceará em 70:000$000. Deste cômputo, deduzidas as despesas ordinárias que chegavam a pouco mais de 20:000$000, e as extraordinárias de reparos de matrizes e outras obras públicas, ficavam sobras anuais que se remetiam para o Real Erário. Estas

---

(322) Afora essas imposições, sujeitavam-se não raras vezes os *fiéis vassalos* a contribuições *voluntárias* destinadas a despesas ocorrentes. Pela carta régia de 6 de abril de 1804, alegando a influência das perturbações da Europa sobre a economia do Reino e o fato de ter sido este obrigado a avultados dispêndios para manter a sua neutralidade, não bastando "o só produto – das rendas estabelecidas" viu-se forçado o Príncipe a procurar novos recursos monetários e, por isso, apelava-aos súditos das Colônias a fim de que, espontaneamente, contribuíssem para o reforço do Erário Real. Como base às contribuições ou limites à generosidade deles, lembrava uma tarifa sobre os proprietários de engenho, roças e lavras, na razão de 600 réis "por cabeça de cada escravo", podendo servir o produto desta quota, por aproximação, de tarifa ao que houverem de frutos os comerciantes dos portos de mar *(Coleção Studart,* livro 10). Noutra carta de 16 de novembro de 1810, novo apelo dirigiu aos negociantes e todos os demais habitadores da Capitania, donos de cabedais, agora com o fim de resgatar portugueses que gemiam debaixo do cativeiro do rei de Argel *(Revista do Instituto do Ceará,* vol. 29, p. 297).

sobras, ora maiores, ora menores, variaram de 13 a 31:000$000". (323)

A receita geral da Capitania em 1799 dera 44:735$928 e em 1800 subira para 52 :72T$793, contra uma despesa, respectivamente, de 13:689$856 e 18:104$162. De 64:931$094 foi a renda de 1803, contrastando um gasto de 59:069$565. No ano de 1804, em conseqüência da seca, baixou até 32:237$521, contra a despesa de 34:005$660; no seguinte, 34:069$235 contra 27:033$833. (324)

Apresentam-se assim a receita e a despesa de 1815 a 1821:

1815	71:352$340	58:055$534
1816	86:477$588	61:570$224
1817	82:297$052	77:433$597
1818	110:704$567	79:282$336
1819	130:197$199	75:193$147
1820	162:769$872	89:806$949
1821	151:724$737	96:851$897

(325)

Já neste último ano, mais desenvolvido o comércio, saíram do Ceará para Lisboa 6 navios transportando, no valor total de 156:121$000:

2.929 arrobas de algodão a	6$000	127:377$000
2.878 couros salgados a	1$600	4:604$000
2.523 meios de sola a	21.619	
vaquetas a	1$400	24:140$000

(326)

Era bem um índice da nas estatísticas econômicas interferência da utilíssima fibra da Capitania.

---

(324) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, p. 146 a 173
(325) *Idem*, vol. 25, p. 321.
(326) Barão de Studart, *Geografia*, p. 300.

Capítulo VIII

Olympio AIII

O ALGODÃO

Foi a começar de 1777 que no Ceará se cogitou do algodão como elemento comerciável, e não simplesmente matéria prima de rudimentar indústria caseira na feitura de fios, panos grosseiros e redes de dormir. (327)

Naquele ano, transportara-se "com o seu negócio" de Lisboa para Fortaleza, onde se estabeleceu, o português Antônio José Moreira Gomes, e foi devido ao seu tino e aos

---

(327) Em 1783 o capitão-mor Azevedo de Montauri, entre diversos outros produtos naturais do Ceará, remeteu para Lisboa um saco de algodão *(Revista do Instituto do Ceará,* vol. 5, p. 70), e no ano seguinte, objeto de outra relação, "três amostras de renda de linha de algodão, feita a mesma linha do algodão desta terra, bem como a dita renda". Mandou, igualmente, um embrulho contendo "obras de bordado e de renda, tudo feito por pessoa curiosa, sem princípio de arte nesta capitania do Ceará. O dito bordado que é feito em cambraia, e a renda que orla o mesmo bordado tem por merecimento o ser feito tudo por umas mulheres velhas desta terra, e da qual nunca saíram, e vivem no mais interior sertão desta capitania, em que nasceram, que só por natural engenho sem outro algum principio de instrução ou arte, trabalham dessa forma, com a curiosidade de que é assinalada a ramagem com a configuração do bordado designado por anil, que serve para o configurar em lugar de lápis; desfiando os fios da cambraia, tirando uns que lhe servem para fazer o. assento, ou ponto de forma que se vê, e os outros os torcem e ficam parecendo ponto de Merlim" *(Cit. Rev.* p. 77). Estão aí os pródromos e o primeiro elogio oficial desta pequena mas delicada indústria que tanta faina já conquistou e cujos produtos são motivos de grande procura noutros Estados do Brasil. Leia-se a respeito *O Ceará,* de Raimundo Girão e A. Martins Filho, 2. ed., cit., p. 77, e A *Cultura Algodoeira no Ceará,* de Ildefonso Albano, 1918, Rio, p. 49.

seus corajosos esforços que o famoso arbusto veio constituir-se, ao lado do boi, a mais substancial fonte econômica da Capitania.

Abrir-se-ia com o algodão o ciclo agropecuário do Ceará.

Será bom repetir as próprias palavras de Moreira Gomes deixadas escritas num requerimento de justificação por ele solicitada, "para certos registos", ao juiz ordinário da capital, que a julgou por sentença a 28 de setembro de 1802:

> "1.q' o Supe. viera pa. esta Capmia. no anno de 1777 com o seu negocio, onde existe té o presente nesta villa;
> 2. q' no predito anno fora a Serra da Uruburetama distante mais de trinta legoas desta va a seu negocio e vendo ali varios pez de algodoens junto as casas da moradia de alguns abitantes, e observando a qualidade de algm. ser excelente, pela experiencia q' delle tinha, animara a alguns delles bem como a Franc[a] Escorcia Dormont a plantarem o dito genero com maior abundancia;
> 3. q' logo a estes mencionados sugeitos, e no anno seguinte a outros muitos, adiantara o Sup.te porsão de dinheiro, e fazendas, afim de os animar a dar principio a hu' ramo de com mercio neste paiz até então desconhecido;
> 4. q' igoalm.e aos mesmos assima referidos insinuara o modo de fazer-se os engenhos pa o descarossamento do algodão, e a emsacallo em pluma;
> 5. q' nos primeiros trez ou quatro annos não ouve neste paiz negociante algum, q' quizesse comprar este genero (a reserva do Supte) por ignorarem a valha, estimassão, e sahida q' teria este ramo de

commercio; não querendo por este principio éxporem-se a empate, ou prejuizo; (328)

6. que nó prim^{0} anno da produção deste genero apenas ouve setenta e oito arrobas, as quais o Sup.ecomprou por ter-se obrigado a isso, e as fez embarcar p^{a}a Bahia onde as vendeu a Julião Putier;
7. que no segundo anno avendo duzentas trinta e quatro arrobas, não estando o dito Putier na Bahia por ter-se retirado pa Lisboa, não ouve naqueila Praça q. desse pello dito algodão ao menos o q' tinha custado, por ser ali desconhecida a sabida deste genero, e por esta razão o fez embarcar por sua conta p^{a} Lisboa remetido por Luiz da Costa Gomes a Bandr.^{a} & Comp.
8. que oje se axa aquella Serra produzindo huns annos por outros sinco mil arrobas de algodão era pluma, em vem os Riais Dizimos a receber um aumento proporcionado a esta crecida plantação;
9. que os abitantes dos contornos desta V^{a} da Fortaleza vendo os progreços da agricultura daquella Serra, se animarão a porfia na plantação do dito genero, dé tal sorte q' hé o maior ramo do comercio neste paiz;
10. que vendo os abitantes das Vargens de Jagoaribe o aumento da agricultura deste genero nesta frega

(328) O mesmo capitão-mor Azevedo de Mantauri, por esse tempo, escreveu na sua admiravelmente panorâmica *Noticia Geral da Capitania do Seará Grande":* "O algodão, de que também há abundância, e a poderá haver maior percorrendo-se a sua cultura, tem sido objeto do desejo daqueles povos (do Ceará) há muitos anos, pois conhecem bem a sua utilidade; porém a falta de auxílio e de quem lhes ensinasse o modo de fabricá-lo tem deixado até agora infrutuosos os seus desejos, e em conseqüência os seus interesses, em que proporcionalmente perde a Fazenda Real, enquanto não for promovida a cultura e- fábrica dele" *(Revista da Academia Cearense,* 'vol. 17, 1912. p. 152)

da Fortaz[a] e q' vez se hia aumentando mais, comessarão a dar principio ali a esta plantação, donde vião palpavelm.te tirar-se grandes interesses e igualm.e foi graçando esta plantação não só por esta Cap.nia como tãobem nas sirconvizinhas, E por este principio vem exportar-se desta mesma Cap.nia trinta, ou quarenta mil arrobas de algodão em pluma analme.e;

11. que em razão da grande plantação do algodão tem os Reais Dizimos crescido em duas ou três partes mais por que então se rematavão;
12. que não obstante a triste e lamentável seca do anno de 1792, em q' em alguas ribeiras desta Cap.nia pere cerão todos os gados, e em outras apenas escaparia a quarta parte e apezar de tudo a arrematação q' se seguiu dos Reais Dizinos depois da mesma seca, foi por hum tal preço, que nunca se avia arrematado antes della, o q' se deve a crescida miunsa, em razão da grande plantação do algodão".

Exsurge daí um marco de saliente interesse: no início do século passado já os agricultores cearenses exportavam anualmente, da sua produção algodoeira, de trinta a quarenta mil arrobas de pluma.

As espécies cultivadas eram o crioulo ou inteiro *(Gossypium brasiliense)* e o quebradinho *(Gossypium purpurescens)*, ambos arbóreos.

Bem vira Moreira Gomes que, interrompidas as remessas da América do Norte, em virtude da guerra de sua independência, sentia a Europa premente necessidade do algodão de outras origens, valorizando-se assim dia a dia o seu preço, e que no Ceará eram propícias à sua cultura as mais favoráveis condições de clima e a natureza do solo.

Com efeito, muito intensa se tornou a procura pelos comerciantes ingleses do algodão brasileiro, reputado excelente e que chegou a lhes ser vendido a preço entre 24 e 34 dinheiros nos anos de 1778 a 1801, e até ao de 42 dinheiros em 1799. (329).

O produto saía do Brasil pelos portos do Maranhão e do Recife, o deste último em grande parte oriundo do Ceará. Por aquele primeiro, conforme os dados de Roberto Simonsen, os navios carregaram em 1778, segundo ano da luta americana, 66.510 arrobas, valendo 444:577$344, a 7$500 a arroba. De 1805 a 1812 a média de exportação foi de 296.298 arrobas. Entre 1796 e 1798 os preços, muito oscilantes, variaram entre 1$560 e 5$900 a arroba. De 1803 a 1805 estiveram estáveis; de 1808 a 1811, caíram para 3$401; em 1812 variou entre 3$100 e 3$200; em 1814 o preço era de 5$500; em 1815, era de 6$000. De 8$000 em 816-1818; de 6$500 em 1819; de 6$000 em 1820; de 4$500 em 1821. (329a)

Em Pernambuco chegou a nivelar-se ao açúcar, tendo-o sobrepujado em 1805.

Mas, como sempre acontece, a ganância dos vendedores venceu a honradez dos negócios: "A avidez do ganho fez com que só se atendesse à quantidade na produção, desprezando-se a principal condição da qualidade, e o resultado foi cair em descrédito este importante produto de nossa lavoura, perdendo no seu valor e deixando de ser procurado nos mercados de seu consumo". (330)

Decidira-se a Coroa, em face disso, a expedir a carta de 27 de junho de 1792, mandando inspecionar os algodões destinados à exportação, medida que no Ceará principiou a seu executada a 1º de janeiro de 1800, mediante deliberação da Junta de Fazenda.

---

(329) Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, *A Cultura do algodão, especialmente no Ceará*, Tip. Gadelha. Fortaleza, p. 4.
(329a) *Obra cit.* vol. 2., p. 165 e nota á p. 205.
(330) Sebastião Ferreira, *Notas Estatísticas*, Rio de Janeiro, 1860, p. 48.

"Acorrendo aos danos que se seguiam ao público, assim nesta Capitania como na praça de Lisboa, do descrédito do algodão em rama, pelas falsificações e roubos até agora praticados pelos agricultores e revendões do dito gênero, assaz precioso à Capital e suas Colônias pelo saldo e lucro que lhes provém deste artigo na balança do seu comércio", publicou a mesma Junta edital datado de 1º de dezembro de 1799, determinando: 1) que, daquela data em diante, somente nos portos de Jaguaribe (Aracati), Mucuripe, Acaracu ou Itapajé e Camocim se poderá embarcar para fora da Capitania o dito gênero; 2) que todo o algodão em rama que se pretende embarcar nos ditos portos será inspetado nas respectivas Mesas de Inspeção, para o dito efeito eretas, pagando os mesmos 160 réis por arroba, (331) que se pagam na Capitania do Maranhão na conformidade da mesma Carta Régia acima referida; 3) que em utilidade da marinha mercante todas as sacas de algodão serão imprensadas na Prensa Real de cada um dos respectivos portos de embarque, pagando tão somente os proprietários ou mestres das embarcações de cabotagem 160 réis por fardo de duas sacas, que vem a ser metade do que em Pernambuco se paga pelo mesmo benefício. (332)

Para a arrecadação e escrituração do novo imposto expediram-se minuciosas instruções, redigidas pelo escrivão Bento Targine e segundo as quais:

"1 – A Mesa da Inspeção será composta do Inspetor Juiz da Balança e recebedor do novo imposto e do Escrivão

---

(331) Já algumas vezes se tentara, no Ceará, taxar o algodão. A 29 de dezembro de 1785 a Câmara de Fortaleza pedia permissão ao rei para impor direitos sobre o algodão, couros e solas exportados no seu distrito, não obtendo, porém, a desejada autorização *(Datas e Factos;* vol. 1, p. 377). Anos depois, numa de suas sessões (1º de julho de 1791), foi lembrado um imposto de 30 réis que deveria pagar todo cultivador de algodão, no Ceará, destinados aos fundos da construção de um hospital de lázaros no Recife, sem qualquer resultado *(Idem,* p. 400).
(332) *Coleção Studart,* livro 7.

da Inspeção, Balança e Receita e Despesa do mesmo rendimento, aos quais toca privativamente a indagação e averiguação de todo o algodão que se exportar para fora da Capitania, a fim de que vá limpo de toda e qualquer matéria heterogênea, e sem as falsificações até agora praticadas pelos lavradores e revendões deste gênero. Para o dito exame mandará portanto o inspetor, pelo escrivão do seu cargo, abrir em qualquer parte que lhe parecer as sacas de algodão, que houverem de ser inspetadas, e com um gancho de ferro pontiagudo, tirará de dentro da saca aquela porção que julgar bastante para conhecer se há vício ou fraude no preparo do dito gênero, e seu acondicionamento, ficando responsáveis os ditos escrivão e inspetor por todo o dano proveniente da falta do dito exame, as partes intervenientes no tráfego e comércio do dito artigo.

2 – o inspetor e seu escrivão serão obrigados a assistir ao peso de toda e qualquer porção de algodão que os carregadores embarcarem para fora da Capitania, dando 2 libras de tara a cada saca ordinária e às maiores libras, além de mais 1 libra por saca a título de bom peso.

3 – o escrivão da balança na presença do mesmo inspetor juiz dela, porá na cabeça de cada uma saca pesada a quantidade do seu peso, em arrobas e arráteis, a saber: as arrobas ao lado esquerdo e os arráteis ao direito, de forma que no meio fique um espaço ou claro para se lhe por o carimbo S, ficando a outra cabeça da saca livre e desembaraçada, para o carregador lhe pôr a sua marca; advertindo-se porém que em cada um dos portos de embarque desta capitania se porá debaixo do carimbo geral dela as letras ou letra inicial do porto onde se embarcarem as sacas de algodão, a saber: um J – Jaguaribe, um F – Fortaleza, um A – Acaracu, um C – Camocim.

.....

9 – do armazem da Inspeção ou da Casa da Prensa das sacas de algodão não poderá sair saca alguma depois

de inspetada para se embarcar, sem que seja com a assistência do guarda da costura, que vencerá 10 réis de emolumento de cada saca que acompanhar do armazém para a postura de embarque, e 5 réis de cada saca que se pesar na balança da Inspeção.

10 – O mesmo guarda de embarque e fiel da balança será o porteiro da Casa da Inspeção, assistindo ali todas as manhãs, enquanto durar o despacho, abrirá as portas às horas que lhe forem determinadas e ficará responsável a dar conta de toda e qualquer porção de sacas de algodão que entrarem para o armazém da Inspeção.

.....

12 – nos primeiros três dias de cada mês indefectivelmente entregará o recebedor ou tesoureiro do novo imposto, e nos dez dias consecutivos a cada quartel os outros recebedores do Aracati, Acaracu e Camocim, no cofre da Tesouraria Geral da Junta de Fazenda todo o dinheiro que houver rendido o dito novo imposto no mês ou quartel antecedente, cujo cômputo deve constar por certidão do escrivão respectivo, extraída do próprio livro da receita.

.....

14 – os trabalhadores índios que forem precisos para o peso das sacas e arrumação delas nos armazéns da Inspeção vencerão por dia em que trabalharem 160 réis de jornal, formando a folha deles o fiel porteiro e guarda da Inspeção". (333)

---

(333) *Coleção Studart*, livro 10. Essas instruções foram modificadas em agosto de 1817 por outras da mesma Junta de Fazenda e mediante as quais o imposto continuava a ser de 160 réis por arroba líquida, na conformidade do § 6 das instruções de 20 de outubro de 1799. Além do imposto o algodão que se exportasse pagaria 440 réis por arroba pelo líquido, e mais o dízimo respectivo, na conformidade da provisão do Real Erário, de 19 de novembro de 1810, "o qual será arrecadado da mão do despachante deduzidas as despesas do benefício de descaroçar, limpar e ensacar, que ficam regulados em 900 réis para cada uma arroba de algodão do dízimo, assim como também ficam regulados cada arroba em 15 réis por légua aonde se descaroçou" (Ildefonso Albano, *A Cultura Algodoeira no Ceará*, p. 24).

Deu-se pressa o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos em instalar convenientemente as Casas de Inspeção, que ele julgava "o maior benefício que se poderia fazer a este povo agrícola e traficante, que pelas fraudes que ultimamente praticava em um gênero tão útil à nação e às colônias o tinha desacreditado nos mercados estrangeiros, fugindo já os comerciantes portugueses de comprarem o algodão de Pernambuco, pela falta de limpeza e cavilação das jaças e pesos, e dando maior preço pelo do Maranhão (que antigamente era de menor valor), depois que teve dita Inspeção".

A de Fortaleza estava pronta a 30 de junho de 1802, com o dispêndio, na sua construção, de 2:436$440, e a 30 de Setembro a do Aracati, em que se gastou quantia quase igual – 2:432$480, tendo ficado superior àquela, como declara Barba Alardo de Meneses na sua conhecida *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará.* (334)

Foram bons os resultados da fiscalização, assim no tocante às coletas do tributo, como à melhora e asseio do algodão, a despeito das reiteradas manifestações desse mesmo governador contra a existência de múltiplos lugares de inspeção, e não um só, na capital, como se dava em relação às outras capitanias, a fim de "se evitarem, como argumentava, as despesas que fazem quatro inspeções e ainda mesmo os extravios e fraudes que, de tão longe, se não podem remediar com toda a nossa vigilância". (335)

Realmente, apesar da diminuição no preço do algodão brasileiro, oriunda da volta aos mercados europeus do concorrente americano, enchiam-se os navios da malvácea cearense, levando-a para as praças consumidoras: "Enquanto à cultura do algodão, dizia em abril de 1804 o governador d'Oeynhausen, ela se acha nesta capitania em plena florescência, e brevemente se poderá fazer uma

(334) *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 10, p. 46.
(335) *Idem,* vol. 29, pgs. 280 e 284.

crescida exportação para os portos desse Reino, vindo a concorrer maior número de embarcações". (335a)

A maior exportação se fazia, então, para a praça do Recife, a cujos balcões timbravam em acostar-se os negociantes do Ceará.

Com o intuito de favorecer o comércio sem intermediário com o Reino, fora expedida a ordem de 27 de abril de 1803, isentando de direitos sobre entrada e saída as mercadorias na Capitania, mas nem por isso aqueles comerciantes dos quatro portos de inspeção deixavam de ir todos os anos a Pernambuco, "praça de que são mais depressa caixeiros do que sócios", na expressão do mesmo governador João Carlos: "Longe de aproveitarem o benefício que Sua Alteza Real fez de perdoar os meios direitos de todas as fazendas e gêneros que se exportassem ou importassem pelo espaço de seis anos nos portos desta Capitania, antes querem ir comprar fazendas carregadas com os direitos inteiros de Pernambuco, e além disto com os interesses de vinte e de trinta por cento, tanto pode a cegueira, a tanto obriga a pobreza e falta de meios!" (336)

Só em 1809, já abertos os portos do Brasil aos barcos das nações amigas, por aquela tão sábia carta de 28 de janeiro de 1808, pôde o Ceará, como se viu, estabelecer contato directo com o comércio de Londres.

Acentuava-se o efeito das inspeções, porque já então o produto recebia a indispensável preferência dos comerciantes britânicos, "sobre todos os mais deste Continente, pela sua belíssima qualidade, alvura e asseio", como afirmava ao citado governador Alardo de Meneses o comandante do navio "Gavião", de propriedade da firma londrina Barroso, Martins, Dourado & Carvalho e chegado ao Ceará trazendo "escravatura, açúcar, farinha, cachaça e ou-

---

(335a) *Idem*, vol. 40, p. 169.
(336) *Idem*, p. 173.

tros gêneros de consumo", (337) A mesa coisa lhe assegurava o capitão da escuna inglesa Mayflower: "O algodão desta colônia já era reputado em Inglaterra como um dos melhores deste Continente" (338)

Em 1810, pelo porto de Fortaleza embarcavam 169.072 km; pelo do Aracati, 138.750 e pelo do Acaraú, 87.885, num total de 395.707 km. Nos anos de 1811, 1812, 1813, 1814 e 1815 o porto da capital exportava, respectivamente, 172.071 km., 152.550 km, 312.675, km., 316.705 km. e 245.895 km., dando a soma de 1.244.896 km. e uma média de 248.977 km. Em 1816, 1817, 1818 e 1819, remeteu ainda o mesmo porto, também respectivamente, 358.875 km., 181.440 km., 462.960 km. e 636.360 km, parcelas da soma de 1.639.635 km., fornecendo a' média de 409.933 km. (339)

As principais regiões produtoras eram os distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha. Nesta última o plantio havia sido iniciado e muito ampliado pelo rico proprietário Albano da Costa dos Anjos. (340)

No ano de 1821, como atrás ficou registado, a exportação da Capitania só para Lisboa igualou-se a 21.229 arrobas, ou seja, 318.445 km. Daí por diante, a competição americana se intensificou, pondo em nível mais baixo as exportações brasileiras. Em 1800, o algodão dos Estados Unidos representava 12% da sua exportação total; em 1820, 35%, em 1830, 52% e em 1850, 60%; ao passo que o do Brasil, que em 17% representava 20% das nossas remessas para o estrangeiro, somente alcançou 28% em 1805, descendo a 18% em 1819, embora a sua superioridade em

---

(337) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 29, p. 287.
(338) *Idem*, p. 288. Dita escuna trouxera de Liverpool: chitas, louças, chapéus, meias de seda e paninhos.
(339) Tomaz Pompeu, *A Cultura do Algodão* cit., p. 97.
(340) Idem, *obra cit.* p. 5, e Ildefonso Albano, *idem* p. 25.

relação ao ianque, visto como em Londres, por exemplo, em 1828, tinha aquele preço maior 31% que este. (341)

Entretanto, a partir de 1822, os negócios do algodão declinaram sensivelmente na Província, em conseqüência não só de doenças que o atacaram e, por sem dúvida, também das comoções políticas que a intranqüilizaram por muito tempo, como principalmente em vista da queda dos preços na Europa.

O presidente Marechal de Campo Pereira da Silva, na sua Fala por ocasião de se instalar o Conselho Geral da Província, em 1º de dezembro de 1829, referia-se a grande desfalque na riqueza desta, causado pela "baixa do algodão, que sendo outrora fonte primária da prosperidade do Ceará, hoje não paga de certo o trabalho do lavrador".

Colimando "fazer outra vez rendosa a cultura do algodão", pleiteou sem ser atendido a criação de uma fábrica de fiação e tecelagem: "O estabelecimento de uma ou mais fábricas poderia suavizar em parte a situação principalmente esta da fiação e tecidos, não só pela decadência do mesmo algodão na Europa, como pelo consumo do país, e mesmo de importação para esta Corte, pois sendo o pais benigno na sua produção, seria até de grande prejuízo aos direitos da Nação o seu total abandono" – expunha Pereira da Silva no ofício que a 27 de abril de 1829 mandou ao Ministro do Império. (342)

Como que se ocultam os informes estatísticos referentes ao período que se seguiu à data da nossa independência até o primeiro governo do Pe. Martiniano de Alencar, época em que, de modo especial em 1835, foi maior a safra algodoeira. "Colheita formidável" chamou-a o presidente, vendida a ótimo preço, que atingiu 12$000 por arroba, conforme carta que escrevia ao ministro da Fazenda, Castro e Silva. (343)

---

(341) Tomaz Pompeu, cit.
(342) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 10, p. 32.
(343) *Idem, vol. 22*, p. 66 e *85*.

Em 1836, a colheita não foi boa (344) e no ano seguinte entrou o Pe. Alencar a fazer compras de algodão, para enviá-lo à Inglaterra, de acordo com ordens recebidas do mesmo ministro: "Fico procurando dar execução à sua ordem para a compra de algodão, escrevia-lhe em carta de abril. Já me vou vendo gago com pedidos dos negociantes para serem os encarregados da compra, cada qual querendo ter a preferência. Letras de certo não há quem as saque para a Inglaterra, e mesmo a compra do algodão, se não for boa a safra, não se poderá fazer sem alterar o gênero. Tendo crescido o comércio, é aqui uma ciência comprar gêneros de exportação, porque a demanda é grande e a quantidade pouca, e por isso quase sempre está aqui o algodão mais caro do que em Pernambuco, e para ser comprado é necessário adiantar-se dinheiro para se receber na safra". (345)

Em junho já havia o Padre "deitado para fora do Tesouro uns 25 contos de réis para algodão". (346)

Tal sistema de financiamento iria perpetuar-se no Ceará.

Neste mencionado ano a lei n. 45 de 14 de setembro autorizava o governo a adquirir máquinas para servir de modelo, entre elas uma de descaroçar algodão, as quais ficariam expostas ao público, a fim de que pelos mesmos modelos se fizessem outras que a qualquer pessoa conviesse.

Logo a seguir, pela lei n. 48, do dia 19, ficou o Executivo autorizado a conceder, por dez anos, "privilégio exclusivo a José Maia para que só ele nesta Província possa fabricar máquinas de descaroçar algodão da sua inven-

---

(344) *Idem*, p. 88.

(345) Idem, pá. 94.

(346) *Idem*, *p.* 100. Na conformidade da provisão n. 24 do Tribunal do Tesouro Público Nacional, outras compras de algodão se fizeram no governo do presidente seguinte, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, sendo intermediário o negociante José Pio Machado, que percebia 3% das quantias empregadas nas aquisições (Oficio do Inspetor da Tesouraria ao Presidente, de 20-11-1838).

ção", que seriam examinadas no Rio de Janeiro "por três ou quatro indivíduos entendidos na matéria", ficando no entanto livre a introdução de outras quaisquer máquinas destinadas ao mesmo fim, se de invenção diferente.

Essas máquinas, inventadas por José Maia, chamavam-se "Imperiais", e parece que a sua vinda para o Ceará não se deu por força daquela autorização, porque, muito posteriormente, em 1857, outra lei de Assembléia provincial, a de n. 838, de 2 de outubro, permitia ao presidente emprestar ao dr. Frederico Augusto Pamplona a quantia de Cr$ 6.000,00 para montar na Província uma delas. Silveira de Sousa na sua mensagem de 1858 diz que foi pessoalmente vê-la trabalhar, mas não se achou suficientemente habilitado com certos esclarecimentos e garantias necessárias à efetivação do empréstimo. (347)

Em 1848, pudera o presidente Fausto Augusto de Aguiar escrever no Relatório lido à Assembléia Legislativa em 1º de julho: "O algodão cuja cultura esteve algum tempo abandonada por causa do *moio* que o perseguiu, já continua a ser lavrado com vantagem, e creio mesmo que este ano teremos muito algodão, segundo estou informado". (348)

Na verdade, a produção foi maior do que as das safras anteriores, e nunca mais deixaria o algodão de estear firmemente a economia cearense, nesta marcha evolutiva até os nossos dias:

Anos (pelo porto de Fortaleza)	**Ks.**	**Valor**
1845-6	124.757	39:981$000
1846-7	46.378	12:632$000
1847-8	249.603	73:207$300
1848-9	511.322	131:397$120
1849-50	368.207	110:316$800

(347) Relatório de 1855, p. 5.
(348) Idem, vol. 34, p. 38.

1850-1	717.293	270:596$982
1851-2	630.337	201:728$700
1852-3	991.628	340:991$150
1853-4	746.915	300:071$050
1854-5	703.303	237:875$640
1855-6	954.062	357:163$200
1856-7	904.334	369:468$000
1857-8	1.128.168	519:573$280
1858-9	1.091.375	524:658$605
1859-60	1.139.354	596:318$340
1860-1	863.479	419:810$372
1861-2	745.828	470:479$800
1862-3	646.050	659:234$960
1863-4	888.290	1.415:096$280
1864-5	1.403.261	1.415:096$280
1865-6	2.002.114	1.776:325$900
1866-7	2.380.838	2.256:927$000
1867-8	4.332.412	2.249:267$000
1868-9	4.686.300	3.684:815$000
1869-70	5.219.147	4.911:190$000
1870-1	7.253.893	4.033:040$000
1871-2	8.324.258	4.503:356$000
1872-3.	4.970.064	3.070:278$000
1873-4	4.878.044	2.608:364$000
1874-5	5.738.090	2.599:072$000
1875-6	3.505.580	1.456:223$865
1876-7	3.082.420	.1.163:313$600
1877-8	1.314.574	444.485$280
1878-9	628.948	283:214$000
1879-80	683.879	354:695$000
1880-1	.2.071.625	945:553$000
1881-2	5.270.269	2.262:849$460
1882-3	4.345.702	1.911:285$998
1883-4	4.433.771	1.830:552$200
1884-5	3.072.195	1.300:005$700

1885-6	3.159.515	1.342:360$100
1886-7 (18 meses)	9.904.256	3.441:408$180
1887-8	4.811:977	1.536:591$480
1888-9	1.670.116.	560:451$140
1889-90	2.337.714	1.075:348$440
1890-1	3.245.354	1.303:878$700
1892	2.675.443	1.388:005$420
1893	2.636.442	1.484:132$890
1894	2.417.238	1.170:657$800
1895	1.835.555	1.040:264$400
1896	1.258.269	833:341$805
1897	1.093.821	839:757$720
1898	604.411	542:000$000
1899	948.205	790:386$000
1900 (Em; todo o Estado)	2.008.330	2.616:095$000
1901	1.134.516	704:637$970
1902	4.786.750	2.890:894$300
1903	2.328,328	1.568:435$900
1904.	3.214.320	2.526:444$900
1905.	4.243.350	2.327:828$000
1906.	3.914.470	3.361:161$000
1907.	4.959.668	3.771:345$500
1908.	3.006.372	2.382:996$700
1909	3.971.200	3.209:013$600
1910.	3.043.250	3.128:019$800
1911.	6.332.660	5.203:524$500
1912.	7.045.900	7.045:907$000
1913	8.618~000	8.617:968$000
1914	8.829.200	7.445:737$000
1915	4.929.230	3.943:387$600
1917	5.409.000	
1918	9.299.335	
1922	16.005.368	
1925	10.016.640	
1926	15.026.100	

1927	10.349.460		
1928	11.601.880		
1929	20.070.400		
1930	16.107.100		
1931	11.547.665		
1932	4.089.091		
1933	11.375.522		
1934	32.000.000		
1935	25.000.000	50.000.000,00	
1936	33.000.000	59.400.000,00	
1937	32.000.000	60.800.000,00	
1938	28.037.116	50.466.808,80	
4939	27.540.000	55.080.000,00	
1940	28.000.000	70.000.000,00	
1941	21.934,397	57.119.441,20	
1942	19.047.434	69.470.762,40	
1943	27.070.545	116.403.343,50	
1944	30.000.000	165.000.000,00	

São flagrantes nesta coluna barométrica as quedas de produção nos anos de seca e nos de suas imediatas conseqüências: 1846-7, 1878-80, 1900, 1915, 1919, 1932, 1942.

O sucessor de Fausto de Aguiar, presidente Inácio Silveira da Mota, interessando-se vivamente pela lavoura do algodão, conseguiu, em 1850, do governo imperial o envio de uma máquina descaroçadora, das fabricadas por Augusto Mullet, a qual chegou a Fortaleza pelo navio "Imperador" no dia 1º de junho do ano seguinte. Exposta à curiosidade pública, foi ao depois confiada, a título de empréstimo, ao adiantado agricultor de Maranguape, Inácio Pinto de Almeida e Castro, a fim de serem verificadas as suas vantagens, comparada com as do tipo usado na Província. Mediante autorização daquele governo ficou, afinal, a máquina em poder do mesmo Inácio Pinto, obrigado tão-somente a mostrá-la aos plantadores que a desejassem ver.

Dando conta das experiências, informou ele, decorrido algum tempo, ser o descaroçador "incontestavelmente mais útil do que os engenhos de que até agora nos temos servido, visto como, apesar da pouca fortaleza das peças, que não consentem grande impulso, descaroçará metade mais que os engenhos, sem fatigar o trabalhador e saindo a lá mais limpa". (349)

Esses *engenhos*, com os quais se fazia o descaroçamento, eram um conjunto de dois cilindros de madeira de um pé ou mais de comprimento e meia polegada de diâmetro, movendo-se em sentido contrário, para *engolir* ou *moer* o algodão. Os cilindros, presos em suas extremidades a um banco de madeira, tinham cada qual uma manivela, podendo-se por meio de parafuso e cunhas aproximá-los, conforme o tamanho do caroço do algodão. Duas pessoas sentadas uma em cada lado do aparelho, movendo as manivelas em direções opostas, conseguiam descaroçar duas arrobas de algodão, que davam meia arroba de lá. A pessoa que introduzia o algodão entre os cilindros, era chamada cevadeira ou metedeira.

Sendo esse trabalho exaustivo e pouco rendoso, adaptaram o descaroçador à chamada roda de mão, feita de madeira, de seis palmos de diâmetro, colocada a cinco toezas (20 pés) de distância daquele aparelho, ao qual era ligado por meio de dois cordões da grossura de uma e meia linhas, de algodão linho, caraguatá, tucum, caroá ou couro, sendo os mais estimados os de couro de veado capoeiro. Um homem, por meio de uma manivela, impulsionava a roda de mão que por sua vez fazia o descaroçador movimentar-se, conseguindo assim duas pessoas de seis às dezoito horas descaroçar de seis a oito arrobas de algodão, que davam uma e meia a duas arrobas de lã.

Em plantações maiores adaptavam duas, quatro, seis, oito e até mais descaroçadores a uma bolandeira, puxada

---

(349) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 38, p. 180; vol. 49, p. 146.

por dois animais. Oito descaroçadores assim combinados descaroçavam diariamente 128 arrobas de algodão, que davam 31 arrobas de lã. Havia também descaroçadores movidos a água. Embora os cilindros de madeira fossem melhores por pegarem o algodão com mais facilidade, adaptaram-se depois cilindros de ferro, pelo fato de serem mais resistentes. (350)

Diferente desses mesmos engenhos, a descaroçadora cedida a Inácio Pinto apresentava, além da manivela e dos cilindros, uma escova destinada a tirar e a bater o algodão descaroçado, tendo sido enviadas instruções do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sobre o seu funcionamento, juntas ao ofício do Ministro Gonçalves Martins ao presidente Almeida Rego, datado de 22 de dezembro de 1852.

Àquela mesma época, Joaquim Marcos de Almeida Rego, governante que se seguiu a Silveira da Mota, concordando com este sobre a grande vantagem que resultaria, para a Província, de que a cultura dessa planta fosse levada ao seu maior grau de perfeição, e que por outro lado "o motivo da decadência da mesma cultura tem provindo da má qualidade das sementes e da moléstia que tem no germe, sendo certo que na Paraíba ela estava prosperando muito em razão da medida de mandar vir novas sementes dos Estados Unidas da América do Norte" - conseguiu lhe fosse

---

(350) Ildefonso Albano, *obra cit.*, p. 22. João Cordeiro, ajudado por Bóris Fréres, fundou em 1885 em Baturité e com o nome de "Fábrica Proença", um estabelecimento em que montou uma máquina de 50 serras para descoraçamento de algodão e uma prensa de enfardamento; assim como outra para a extração de óleo de algodão e outras sementes oleoginosas e fabricação de resíduo, que foi no gênero a primeira a funcionar no Ceará. Para aproveitamento desses óleos instalou uma saboaria. Antes de sua chegada a Baturité, o caroço de algodão era queimado, pois nem o gado se alimentava dele. O resíduo então extraído passou a ser dado ao gado, vendido de início a 120 rs. o quilo, preço que logo se elevou para 160 rs. *(Revista do Instituto do Ceará,* vol. 59, p. 277).

remetida uma lata de caroços de algodão herbáceo, cultivado nas imediações do Rio de Janeiro, distribuindo-os aos agricultores por intermédio de algumas municipalidades do interior. (351)

Introduzia-se, assim, no Ceará, o algodoeiro *Gossypium hirsutum.*

Então, as quantidades exportadas da Província montavam a 582:115$661, contribuindo o algodão com cerca de 60%:

Algodão	341:115$661
Café	89:645$695
Couros	70:078$400
Açúcar mascavo	18:155$575
Animais vivos	13:736$000
Outras parcelas menores	(352)

Rodolfo Téofilo deu esta pincelada de tons fortes:

"Em 1845, segundo a estatística da alfândega, a exportação foi de 124.757 kilograma. Em 1876, vinte anos depois, nota-se um progresso imenso, a exportação subiu a 4.426.491 quilogramas. Acresce que não foi aquele o ano da maior exportação; em 1871, já ha, via baixado o preço do algodão, ela subira a 7.907.941 quilogramas.

O extenso desenvolvimento do cultivo do algodão foi devido à alta deste produto nos mercados europeus, conseqüência da guerra civil dos Estados Unidos.

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si rumas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e

---

(351) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 49, p. 146; Thomaz Pompeu, *obra cit.* p. 7.

(352) *Relatório* do presidente Vilela Tavares, 1853, p. 61.

dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

Em breve, porém, começaram as economias do lavrador a enriquecer as províncias vizinhas, onde se iam prover de farinha e legumes: as sobras do ouro estrangeiro voltavam em troca de objetos de luxo, de fazendas finas.

Aqueles que assim não dissipavam seus lucros, os empregavam na edificação de casas. Próximo aos pontos mais produtores de algodão, levantaram-se arraiais, transformados logo depois em povoações. Mal aplicada economia, porque, além de ser ínfimo o rendimento da quantia despendida, a propriedade ficaria sem cotação.

A colheita de 1863 fez duplicarem-se as lavras, que no ano seguinte produziram 1.135.650 quilogramas.

Convém notar que este resultado era todo devido ao trabalho livre; o lavrador preferia pagar aos assalariados 1$280 diários, a empregar nas roças os seus poucos escravos.

Durante a safra, o comércio da capital apresentava uma animação extraordinária; ruas e praças cheias de animais que tinham transportado do interior os fardos de algodão; lojas apinhadas de comboieiros, de freteiros, de donos de mercadorias, cada qual com o seu rol de encomendas, a comprar o necessário e o supérfluo.

A notícia da grande produção do algodão em breve atraiu, de outros pontos do Brasil e da Europa, especuladores, que fundaram novas casas comerciais.

Era a idade de ouro. Em 1866 na cidade da Fortaleza foram vendidos 2.066.673 quilogramas de algodão a 26$000 os 15 quilogramas, o maior preço que atingiu.

Cada vez mais se acelerou a atividade dos lavradores ambiciosos e imprevidentes. Aos golpes do machado destruidor iam caindo diariamente as matas; devorava-as depois o incêndio; surgiam novas e numerosas lavras.

De 1867 a 1870, exportaram-se 22.765.214 quilogramas. Em 1871, restabelecida a paz nos Estados Unidos, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentam arcar com a crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906 944 quilogramas, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O ricaço de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco! Dela apenas ficaram alguns prédios no sertão". (353)

Mas, em 1881, já o presidente Leão Veloso podia afirmar: "O algodão é o produto mais importante do Ceará e pode ser considerado a base da riqueza da Província, atenta a extensão de terras que ela possui, apropriadas a esta cultura". (354)

O desaparecimento do trabalho escravo, uma série de grandes estiagens 1877-78, 1888-89, 1900, 1901, 1902, 1915, 1919, a crescente emigração para o Amazonas, a incúria e, quando não, a ineficiência da ação governamental conjuraram-se para manter sem maiores surtos a produção algodoeira até 1921.

A seca de 1915 quase aniquilou os algodoais cearenses e com a intenção de recompô-los o presidente Benjamim Barroso adquiriu em 1916 semente de algodão mocó *(Gossypium vitilolium)* seridoense do R. G. do Norte, espalhando-as pelos agricultores sertanejos. No jardim do Palácio da Luz, a título de demonstração, plantou dois pés, que floresceram e frutificaram exuberantemente.

Neste mesmo ano, o dr. Pompeu Sobrinho plantou no seu sítio *Ibaque*, em Quixadá, um pequeno campo com

(353) *História da Seca do Ceará*, Rio, 1922, p. 22.
(354) Tomaz Pompeu, *obra cit.* p. 10.

algodão mocó, tendo verificado que a semente germinou muito bem e deu visivelmente 4 tipos ou variedades, dos quais dois chamavam a atenção, um pela beleza e extensão da fibra, e o outro pelo bom rendimento, tanto em algodão bruto, como em lã. Os dois restantes tipos eram evidentemente híbridos com caracteres mistos dos primeiros.

Alguns anos depois, em 1922, ao mesmo dr. Pompeu Sobrinho foi cedida pelo Cel. Francisco Alves Linhares um de seis sacos de sementes desse algodão, por este recebidas do Seridó e distribuídas entre vários amigos. Tem-se como certo que as demais não produziram qualquer resultado, mas o dr. Pompeu, com as que lhe couberam, fez o plantio de 4 hectares nos campos da Escola Agrícola de Quixadá. A germinação foi ótima e com o auxílio da irrigação, o desenvolvimento vegetativo excessivo. A produção regular, porém, não foi capaz de despertar o interesse dos agricultores. Ao examinar as fibras, observou se tratava de tipo notável pelo rendimento, ato que o animou a fazer outra plantação, de 5 hectares, nas terras do seu sítio S. João e de 6 a 8 hectares na sua fazenda *Jardim*. Acompanhando cuidadosamente o cultivo em S. *João*, chegou a conclusão de que a cultura dessa variedade oferecia inestimáveis vantagens: a) pela rusticidade da planta; b) pelo bom rendimento do produto; c) pela ótima qualidade da fibra. Desde então, continua o dr. Pompeu a plantá-la, sempre utilizando a própria semente obtida em S. *João* ou em *Jardim*, tendo várias vezes vendido as suas sementes ao governo estadual e ao Instituto do Algodão, que as distribuem aos lavradores do Estado.

Também no mencionado ano, o presidente João Tomé de Saboia e Silva importou outras sementes, de S. Paulo, porém da variedade "hig-ball", que julgava "apropriada às condições do meio", sem contudo obter resultados que correspondessem à expectativa, dado que as sementes eram de má qualidade, excessivamente misturadas com as de

outras variedades, sendo exígua a quantidade das do verdadeiro "big-ball". (355)

Já então devastava as culturas algodoeiras a praga da lagarta rósea, que os governos federal e estadual persistiam em debelar, providenciando para que "todas as sementes e algodão não descaroçado sejam guardadas em depósitos especiais, devendo ser feito o expurgo não só das sementes destinadas ao plantio, como as destinadas a qualquer outro fim". (356)

O remédio indicado era a criação de usinas centrais de beneficiamento e prensagem do produto, e a lei n. 1598, de 9 de outubro de 1918, autorizou o Executivo a contratar a instalação delas, que se levantaram em Iguatu e Sobral pela firma contratante do industrial Trajano de Medeiros, o qual se obrigava "a beneficiar nas usinas não só o algodão que adquirir, como também o de terceiros, fazendo a classificação segundo os padrões normais dos Estados Unidos da América do Norte e aditando ao tipo do algodão o comprimento da fibra, quando este for igual ou superior a 3 cm". Forneceria gratuitamente ao governo sementes selecionadas e desinfetadas para distribuição aos agricultores e faria nas estações experimentais, que estabelecesse, o tratamento adequado das pragas e doenças do algodoeiro. (357)

Em 25 de maio de 1920, contratou o governo uma terceira usina com Teófilo Gurgel Valente, sita no bairro do antigo matadouro, hoje Farias Brito, de Fortaleza. (358)

Passo mais firme deu, no entanto, o presidente Ildefonso Albano criando o Serviço Estadual do Algodão e chamando, a 30 de junho de 1924, especialistas ingle-

---

(355-) *Mensagem* de 1917, p. 32.
(356) *Mensagem de* 1918, p. 23.
(357) Mensagem de 1919, p. 13.
(358) *Mensagem de* 1920, p. 24.

ses, um selecionador e um classificador, com o fim de operar "a completa remodelação dos velhos processos culturais e de aumentar com a máxima intensidade a nossa produção".

O contrato com o classificador Harold C. Egan, em vista da inoportunidade de sua atuação, foi rescindido amigavelmente em abril de 1925, porém o técnico de seleção, dr. B. G. C. Bolland, entrou a trabalhar com relativo proveito, ajudado mais tarde pelo agrônomo Esmerino Gomes Parente que em 1926, designado pelo governo estadual, fizera um curso de classificação na Superintendência do Serviço do Algodão do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro. (359)

Criou-se, em 1925, a Estação Experimental de Santo Antônio de Pitaguari (município de Maranguape)), distante 33 quilômetros da capital e, sem demora (1926), duas fazendas de sementes: uma no vale do Jaguaribe, em Russas, e a outra no vale do Acaraú, em Três-Lagoas, perto de Sobral. Neste último ano, a 1º de setembro, instalou o Ministério da Agricultura, no Ceará, o Serviço Oficial de Classificação Comercial, iniciando os serviços os técnicos Ulisses Gil e Tharcilio Mattioli.

De logo, em virtude do ofício n. 36, de 27 de outubro, da Diretoria da Despesa Pública à Delegacia Fiscal, ficou a Alfândega de Fortaleza autorizada a não permitir a saída do algodão a não ser acompanhado do certificado de classificação oficial, o que sobremodo favoreceu a defesa do produto e a fiscalização das rendas do Estado.

Existiam, então, 11 usinas de prensamento: as de Boris Frêres & Cia. (2), Gradvohl & Fils, Mirtil, Lima & Cia., Exportadora Cearense Ltda., J. Lopes & Cia., Salgado, Filho & Cia., Camilo & Cia., Joaquim Gonçalves & Cia. e Castelar & Cia..

---

(359) Consulte-se, da autoria do dr. Esmerino, *Exploração Algodoeira no Ceará*, Irmãos Spina, S. Paulo, 1935.

Objetivava o Serviço Estadual de Algodão:

a) seleção individual;
b) seleção massal;
c) aclimação de variedades exóticas;
d) processo de hibridação, visando ao comprimento e regularidade da fibra, bem como ao aumento da produção por indivíduo.

Os trabalhos de selecionamento individual foram iniciados na Estação de Santo Antônio, numa área de 4 ha., com sementes que, oriundas dos descaroçadores locais, apresentavam os característicos das espécies herbáceas e arbóreas, tendo sido escolhidas, pela somática botânica, 225 plantas das melhores existentes.

Os exames de campo e de laboratório, a que se procederam nessas plantas, revelaram que o algodão cearense se achava inteiramente misturado, não havendo nenhuma variedade definida e notando-se extraordinária desigualdade no comprimento e na percentagem das fibras produzidas pelas diversas plantas, variando entre 18 e 36 mm. e entre 16 e 40%.

A planta que tomou o número 105 deu origem à variedade 11.105, cujo comprimento médio da fibra era de 28-30 mm.

Essa variedade foi cultivada em larga escala tanto em Santo Antônio, como nas fazendas de Três-Lagoas e Russas, divulgando-se as suas sementes por entre os lavradores do Ceará, o que muito concorreu para o melhoramento da sua cultura algodoeira.

Antes da criação da referida variedade, o algodão herbáceo consistia numa mistura de fibras de diversos comprimentos, encontrando-se no mesmo fardo grande quantidade de algodão tão curto que se tornava inteiramente inútil a qualquer fim industrial, ao passo que o resto era constituído de fibras que rivalizavam com as melhores conhecidas.

Para os trabalhos de aclimação foram introduzidas as variedades egípcias Casuli, Peleion, Zagora, Sakel Aslimouni e 310, e as americanas Deita Type Webber, Cleveland e Lightning Express, das quais apenas o Delta apresentou qualidades que se recomendavam para a continuação dos estudos.

Posteriormente, em 1928, não satisfazia mais o H-105 ao comércio exportador, porquanto a sua fibra, apesar dos cuidados seletivos, não ultrapassava de 30 mm. e os mercados estrangeiros exigiam algodão de 32-34 mm. Esta variedade foi nessa mesma época levada para os Estados de Paraíba e Pernambuco, onde se difundiu largamente, porque substituía com vantagem o algodão Mata, daqueles Estados, de fibra de 24-26 mm. Ainda hoje se encontram grandes campos de cultura do H-105 nos aludidos Estados e nos do R. G. do Norte e Alagoas.

No citado ano de 1928 a variedade americana Delta Type Webber, que já havia sido introduzida em Santo Antônio (1925) com a fibra de 28-30 mm., passou a mostrar fibra de 32-34 mm. e percentagem média de 34%, graças aos trabalhos seletivos, merecendo a preferência dos agricultores e exportadores.

Em 1929 terminou o contrato do sr. Bolland, que regressou ao seu país, ficando a cargo do agrônomo Esmerino Parente a direção dos serviços do algodão.

Não se tendo adaptado bem o Delta na zona norte do Ceará, experimentou-se a introdução de outra variedade americana o Delfos 6.102, que também possuía fibra de 28-30 mm. Submetido aos processos de seleção, em 1932 tal variedade já fornecia fibra de 32-34 mm., sendo enviada para o campo de Três-Lagoas e hoje cobre extensas áreas de cultivo naquela zona, principalmente no município de Ipu.

Quanto ao melhoramento do Mocó, somente em 1930 pôde merecer o devido cuidado. Em 1944 ficou deliberado, numa reunião de técnicos realizada no Recife, que esse

melhoramento seria feito por meio de enxertia, processo que vem sendo executado com auspiciosos resultados na Estação de Santo Antônio.

A partir de 1933 as variedades Delta, Delfos e Mocó têm dominado as áreas culturais do Estado, continuando o Ministério da Agricultura, por intermédio da sua Seção do Fomento Agrícola, a zelar pela melhoria do algodão na referida Estação Experimental de Santo Antônio e nos campos de sementes de Três-Lagoas, Quixadá e Missão Velha, extinto que foi o de Russas.

Capítulo IX

Capítulo IX

BARBA ALARDO E INÁCIO DE SAMPAIO

Não é possível negar muito se haja beneficiado o Ceará com a ação vígil, enérgica e interessada dos seus governadores após a separação de Pernambuco, e será justo dar relevo à gestão de dois – Luís Barba Alardo de Meneses e Manuel Inácio de Sampaio.

Barba Alardo, na opinião de Brígido, foi "incontestavelmente o homem de governo de mais capacidade e iniciativa que Portugal enviou ao Ceará e melhor cogitou de seu progresso ou mais contribuiu para ele". Studart chama-o governador de vistas adiantadas e largo descortino, dá-lhe o título de "benemérito do Ceará" e resume, para comprová-lo, os acontecimentos principais do seu governo. (360)

Era fidalgo da Casa Real e tomou posse do cargo a 21 de junho de 1808, metendo braços sem demora à tarefa de comunicar o comércio cearense com o da Inglaterra, atraindo para tanto as boas disposições dos homens ricos da capital. Como ficou dito, o primeiro navio a conduzir para Londres artigos e produtos da terra foi a galera "Dois amigos", carregado, sob o seu patrocínio, por Antônio José Moreira Gomes, o dono, José Pereira de Castro, José Agrela Jardim e outros; "Esta primeira tentativa que vão fazer os pobres negociantes desta capital para aquele Reino, relatava ele a D. Fernando José, é uma prova bem evidente dos desejos que eles têm de aumentar o amortecido co-

---

(360) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 22, p. 349.

mércio desta nascente Colônia; e é o motivo também por que eu os animei a ela". (361)

Apenas chegava a carga ao grande porto britânico, e já resolvera a firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, estabelecida ali, mandar à Capitania, a fim de conhecer-lhe mais de perto as possibilidades, o sócio Lourenço da Costa Dourado que, radicando-se ao meio, lhe prestou os mais assinalados serviços. "Quando a história do comércio brasileiro merecer divulgação, reaparecerá o nome desse precursor das trocas diretas", assim se refere a ele Câmara Cascudo, anotando Koster. (362)

Oriunda dessa aproximação, em que Alardo descobria poderosas vantagens, é a vinda, em 1811; do irlandês William Wara, o fundador da primeira organização mercantil estrangeira no Ceará, a qual, com o nome popular de "Casa Inglesa", se notabilizou no comércio cearense pela sua prestança e longevidade, tendo chegado aos dias atuais, através de diversas modificações.

É igualmente do patrocínio de Alardo de Meneses a montagem, em Fortaleza, de uma fábrica de louça vidrada que, segundo as suas palavras mesmas, rivalizava com as da Baía, e bem assim o meticuloso estudo de sondagens do porto do Ceará, feitas pelo capitão de fragata Francisco Giraldes.

"Deu todo o impulso ao plantio do algodão e mandou ao governo amostras de *tucum* e *croatá,* supondo poder torná-los artigos de exportação". (363)

Foi ao tempo de sua administração que esteve em visita ao Ceará o aludido inglês Henry Koster e privou da sua estima, notando nele certa vaidade entusiástica sempre que se referia às coisas do território sob seu mando. Alardo de tal sorte se lhes afeiçoou que, tendo-as deixado já, elaborou no Rio de Janeiro um mapa cartográfico da Capitania, ofe-

---

(361) *Cit. Rev.*, vol. cit., p. 357.
(362) *Obra cit*, p. 182.
(363) João Brigido, *obra cti.*, p. 199.

recido ao Príncipe Regente (1812) e escreveu sobre a mesma curiosa "Memória" ou monografia (1814), repleta de dados úteis e necessária a quem deseje conhecê-la mais minudentemente nos inícios do século passado. (364)

O outro governador, Manuel Inácio de Sampaio, que veio a ser mais tarde o 1º Visconde da Lançada, empossou-se, substituindo Barba Alardo, a 19 de março de 1812 e manteve-se na função até 12 de janeiro de 1820.

Studart reputa-o o "administrador mais inteligente e enérgico" do Ceará colonial.

Realizou efetivamente boa soma de melhoramentos materiais e foi severo na defesa da ordem pública, o que lhe valeu, aliás injustamente, a balda de tirano. (365) Homem ilustrado, achou derivativo para os almejos de sua inteligência nas reuniões literárias que provocava no seu palácio, congregando em animados *outeiros*, fora de dúvida prelúdio dos movimentos culturais no Ceará, os poucos intelectuais do lugar. (366)

Mais intimamente muito obteve de sua atuação a capitalzinha da Colônia, que vivia a sonhar com as honras de cidade, sem olhar-se a si de tão pequena e atrasada, aquela mesma vilazinha em formato quadrangular, de quatro ruas querendo sair, sem coragem, da indefectível praça ou largo da matriz e do pelourinho, edificada em cima das areias escaldando os seus ralos 1.200 habitantes tal o giz de Koster. (367)

Nada mais que a *Fortaleza de 1810*, tão bem cronicada por Brígido, com a singularidade e o cáustico do seu estilo meio-pincel, meio-ferro-em-brasa, em páginas já antoló-

---

(364) Transcrita na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 11, pp. 36-60, *e na Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 34, p. 255.
(365) Leia-se sobre a defesa a Sampaio a *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 42, p. 106.
(366) Sobre os *outeiros* leia-se o trabalho de Dolor Barreira, na *Rev. cit.* vol. 57, p. 148.
(367) *Obra cit.* p. 164.

gicas, de que obrigadamente se socorrem os historiadores da cidade. (368)

O arquiteto Silva Paulet, trazido por Sampaio e seu mais inteligente e esforçado auxiliar, traçou-lhe o plano de reforma e crescimento, inspirado no urbanismo mais em voga então, consertando vielas tortas em ruas linheiras, cruzadas perpendicularmente, ao gosto das urbes hispano-americanas. Foram levantados novos edifícios, o mercado,. a fortaleza, que havia se prestar menos de garantia bélica frente a inimigos nunca vindos, do que de aparato militar, ribombando salvas de festim e miniaturando-se no escudo municipal à guisa de emblema heráldico da cidade.

Distinguem-se, ainda, no interregno sampaíno a criação da alfândega de Fortaleza, autorizada desde antes, por um alvará régio de junho de 1810, e a instituição do correio terrestre regular, até ali não existente, senão para a correspondência oficial, por meio de "positivos ou de pessoas de confiança, embora tivesse sido objeto de resolução real muito anterior (1805) a adoção do serviço postal no Brasil. O mesmo Koster, ao voltar a Pernambuco, teve de conduzir um desses correios: "Esse cavalheiro me dera o. saco de seda carmesim, contendo a correspondência oficial dirigida ao Príncipe Regente de Portugal e Brasil, e pediu-me fazê-lo chegar às mãos do chefe do correio de Pernambuco. Obtinha, com esse encargo, direito de requisitar os cavalos de vários comandantes durante o caminho. Era mais conveniente e de maior segurança encarregar-me dessa missão, que a fazer por um homem a pé, como era a maneira habitual do envio". (369)

Sampaio articulou meticuloso plano, que a Junta de Fazenda aprovou em sessão de 2 de abril de 1812 e passou a subvencionar. O objetivo era facilitar as comunicações das vilas da Capitania com Pernambuco, ponto de

---

(368) *Obra cit.*, p. 189-243.
(369) *Obra cit*, p. 179.

correio marítimo e, por via de Pernambuco, com as outras do Brasil e Portugal. A inauguração deu-se a 1º de maio, e completo foi o triunfo, cedo permitindo a ampliação da rede ao Maranhão e Pará: "A grande afluência que tem havido de cartas e que cresce diariamente e a manifesta utilidade que o estabelecimento tem causado a todos estes povos – são palavras de ofício de Sampaio ao Ministro de Estado dos Negócios do Brasil – me decidiu a fazer que todas as vilas desta Capitania gozasse este beneficio, estabelecendo estafeta para as vilas menos importantes e dando outras providências cuja exposição não tenho julgado importunar a V. Excia. Ultimamente porém, de acordo com o governador e capitão general da Capitania do Maranhão, tendo vencido algumas dificuldades que se opunham à continuação do estabelecimento até aquela Capitania, devo participar a V. Excia. que hoje principia a comunicação regular entre as Capitanias do Pará e Maranhão e a de Pernambuco e, por via de Pernambuco, entre as mesmas capitanias a sotavento e as do sul do Brasil, como tudo melhor constará a V. Excia. do plano geral do estado atual do estabelecimento que junto levo a presença de V. Excia". (Oficio de 16 de outubro de 1814).

Dito plano geral é admiravelmente entrosado, consta de 34 itens e tem a data de 1º de outubro. A sede da administração geral ficou em Fortaleza, "como ponto o mais central de toda esta vasta extensão", e dela era incumbido o escrivão da Junta de Fazenda do Ceará. De Pernambuco, Paraíba, R. G. do Norte, Maranhão, Parnaiba e das principais vilas do Ceará partiam e chegavam correios bimensais. O porte de carta ordinária, a de peso até quatro oitavas, era de 80 rs., dumas para outras vilas cearenses e para Parnaíba, pagando mais 40 rs. cada duas oitavas excedentes. Das vilas do Ceará para Pernambuco, Paraíba, R. G. do Norte, Maranhão e vice-versa, era de 60 rs., sendo o excedente de 80 rs. Meio-porte cobrava-se de jornais, impressos,

autos e papéis cintados. Nada pagavam as cartas de gente a agente e a correspondência de certas autoridades.

O mesmo plano, conquanto em execução, somente foi aprovado em 1820, pela provisão do Real Erário, de 18 de agosto. Nova organização sofreu o serviço em virtude de decreto de 5 de março de 1829, criada uma administração em Fortaleza, desligada da Junta de Fazenda. Outra reforma em 1874 e organização definitiva em 1909. (370)

Essas vilas do Ceará, que nenhuma cidade havia, não passavam de 17, constituindo uma só comarca, a sede da ouvidoria no Aquiraz.

O gregarismo urbano longe estava de obsedar o homem rural, fixado mais densamente na região do Jaguaribe em flagrante desequilíbrio demográfico. O recenseamento de 1808, confirmado pelo de 1813, alistara 150.000 habitantes, apenas um terço (47.099) ocupando o resto da Capitania.

A bacia jaguaribana, berço do povoamento, ainda mantinha o cetro econômico, de que é expressão mais inferente a casa de sobrado, privativa dos argentários. Havia-as muitas no Aracati e no Icó, ao passo que Fortaleza não contava nenhuma e em Sobral estava por levantar-se a segunda. Ao sul, o Crato eram palhoças, raras as casas de alvenaria. E Quixeramobim, no centro, uma quase ficção como grupo humano.

Consegue-se uma visada geral do arcabouço econômico-social da época, meditando-se a *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania*, um tanto céptica por ventura, atribuída de primeiro a Silva Paulet, mas já incontestavelmente identificada como da lavra do ouvidor Rodrigues de Carvalho. (371).

Qualquer compêndio de história econômica do Ceará só estaria integral reproduzindo-a letra a letra, para mos-

---

(370) Leia-se *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 37, p. 156.
(371) *Idem*, vol. 12, p. 5.

trar mais ao vivo a simplicidade algo oxidante das coisas e dos fatos daquele começo de século.

"A lavoura e a criação de gados é donde provém a mantença dos habitantes" é da *Descrição*. "A primeira consiste em mandioca, milho, arroz e algodão" que a despeito de muito produzidos nos invernos regulares, são encontrados raramente nos mercados, porque não saem para a exportação e nem mesmo servem a comércio interior de uns para outros povos da Capitania, por ficarem a grandes distâncias e por isso dispendiosa a condução em relação ao valor do gênero. Consomem-se pois os frutos no terreno da sua produção e se desperdiçam por se não poderem reservar sem corrução de uns para outros anos".

"A mesma farinha não é de abundância em todas as vilas. O terreno propriamente conhecido com o nome de Ceará, que compreende desde o lugar Cascavel, termo da vila do Aquiraz, até a vila de Soure, a serra da Meruoca no termo de Sobral, as vizinhanças da vila do Crato, têm abundância de farinha; nas mais vilas é escassa e suprem-se da das imediações, mal e cara. Os terrenos da vila da Fortaleza Aracati, Icó, Monte-Mor e Serra de Uruburetama, que é dividida para o termo da vila da Fortaleza e para a de Sobral, produzem algodão, mas as safras não correspondem ao trabalho e extensão de cada plantação; a prova é que se não encontram lavradores que possuam "vinte mil cruzados em bens seus, havendo apenas um no termo de Arronches, chamado Albano da Costa dos Anjos. Há lavouras de cana no terreno da vila do Crato, mas muito pouco açúcar; surtem-se os povos de Pernambuco, e as canas do país são desmanchadas em pequenas engenhocas, em rapaduras, que, com farinha, servem ao sustento do povo, que o prefere com gosto a outro alimento".

A pluralidade dos habitantes dá-se à criação dos gados prossegue a *Descrição* – e em tais fazendas não há plantações, não só por que seriam necessárias grandes

cercas para as defender dos gados, mas também por que a aridez do terreno mal as admite, à exceção das serras, que já indiquei, e de alguns lugares pantanosos, tudo o mais inculto.

O gado é a maior parte armentário, algum cavalar, cabrum e lanar e pouco cerdoso, pelo que as vilas mais populosas surtem-se de toucinho da vila de Santos, vindo de Pernambuco. Não se encontra na Capitania uma fazenda que produza anualmente 1.000 bezerros: as maiores, e muito raras, são de 400 e as há até de 30.

O único ramo de indústria é o curtimento de sola e pelica, que se trabalha em todos os sertões; servem-se dos couros das reses que matam, e de couros que vão comprar às terras do Piauí: o curtimento porém é grosseiro, feito pelos poços dos riachos.

Enumeram-se as produções mineralógicas, e discriminam-se as vilas, o perfil de cada uma riscado de vôo.

Aracati é a mais opulenta, de mais população dentro "da parte urbana, onde se acham muitos sobrados, o que é devido a ser ponto de embarque das produções de algodão e solas do seu termo, da vila de Russas ou S. Bernardo, Campo Maior (Quixeramobim), Icó e todo Jaguaribe e da Vila de Monte-Mor-o-Novo, em parte. Tem uma só freguesia, que é mais extensa do que o termo. Contém 6.033 habitantes. Tem uma casa de Câmara e cadeia, a melhor da Capitania. Mas os negócios forenses não dão para sustentar um advogado. Há dois rábulas que mal alinhavam um requerimento. Tem um mestre de letras a quem não se paga, e não tem de gramática pela mesma razão. O patrimônio da Câmara anda por uns 500$000 anuais.

Icó é o termo mais povoado e civilizado da comarca e a vila de muito comércio, em proporção das mais vilas, pela produção dos gados nas duas margens do Jaguaribe, bem que as secas têm tornado desertas muitas fazendas pela plantação de algodão. Compradores de sola aí vão dar

dos termos vizinhos, e mais seria o seu comércio se as serras não fossem tão faltas de nascentes. Contém o termo 15.887 almas, em 3 freguesias e parte de duas.

Na outra jaguaribana, S. Bernardo das Russas, os povos se mantêm da cultura do algodão, que há duas safras não produz: a de 1815 por muito inverno, e este ano por seca. Outro ramo é o da criação de gados e este é geral, e do curtimento de sola e pelicas, por ser este o termo onde se cria mais gado lanar. A proximidade da vila de Aracati faz com que a vila não tenha aumentado, desde a sua criação em 1801, sem licença de V. M.. Não tem casa de Câmara nem cadeia, nem o conselho patrimônio. Há no termo 11.300 habitantes.

Nos *taboleiros*, a vila da Capital, assento do governo, tem uma casa de Câmara arruinada, não tem cadeia. É pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada, mas, como só as imediações do termo até a serra de Uruburetama, parte do termo de Aquiraz e parte do termo da vila de Monte Mor-o-Novo se surtem da Fortaleza, o comércio é muito menos de que o do Aracati. Não há uma só casa de sobrado, e as terras são muito inferiores. O solo é de areia solta, o tijolo, cal e madeiras são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. Contém uma só freguesia, com 12.000 habitantes.

A sua parede-meia – Aquiraz – é a mais antiga, com o nome de São José de Ribamar, a cabeça da comarca. A agricultura é mandioca, milho e algum feijão, que se consome na vila da Fortaleza e na do Aracati. Produz algodão, mas em pouca quantidade. Está inteiramente arruinada e sem comércio, as casas da vila e do lugar do Aquiraz produzem de décima vinte e tantos mil réis. Não tem casa de Câmara, nem cadeia. Há pelo termo 28 engenhocas de fazer rapaduras, mas é necessário advertir que tais fábricas nada são: algumas nem um escravo têm; um taxo, dois

tambores ao tempo ou debaixo de uma palhoça é todo o trem. O termo contém uma só freguesia, com 10.511 habitantes. Seria útil mudar a cabeça da comarca para a vila da Fortaleza, (372) e a cabeça do termo para o lugar Cascavel, que é hoje mais habitado e promete aumento.

Ao norte, Sobral não possui senão um único sobrado e toda a décima predial se reduz a 130$000 por ano. Contém o termo 17.000 habitantes e nas suas duas serras, Meruoca e Uruburetama, há 88 engenhos, mas tão insignificantes que os maiores fazem no máximo 3.000 rapaduras de libra e meia. O comércio de exportação restringe-se a 70.000 meios de sola, que anualmente se navegam para Pernambuco, e o mais é gado. Não produz algodão, donde se colhe que a vila não é da importância que se lhe pretende dar.

Pior é a da Granja, que não tem casa camarária, nem o conselho vintém, ou objeto de que se faça. O comércio é muito pequeno: o de exportação é sola, que anda por 60.000 meios; duas viagens de uma sumaca fazem a condução. Há 3.910 habitantes.

Na serra da Ibiapaba, a vila Nova d'el Rei (Inhuçu) é pobríssima, tem 48 casas de taipa e arruinadas, a maior parte inacabadas, as paredes de barro, sem reboco de cal e por fora caiada com tabatinga, visto como não há cal na terra, nem barro, nem telha, e o seu transporte para ali dificultoso. Não tem artigo algum exportável, à exceção de muito pouca sola, que se leva para Sobral. O milho e mandioca produzidos não têm ponto de consumo senão o local. A vila está quase sempre desabitada, principalmente no inverno, que os moradores descem para o sertão, onde têm casas e família e vêm à serra só no verão plantar e colher. A população é de 6.736 habitantes.

---

(372) Isto se efetivou com o alvará de 27 de junho de 1816, que também criou nova comarca, a do Crato, compreendendo o território desta vila e o das vilas de S. João do Príncipe, Quixeramobim, Icó, Jardim e São Vicente das Lavras.

A vila de S. João do Príncipe (Tauá) é sozinha no sertão dos Inhamuns, a 95 léguas de Fortaleza e localizada em terreno alto que quase se não pode perceber a elevação da Serra-Grande. De 55 casas de telha vã, muito baixas e arruinadas, se compõe. Não há casa de Câmara, nem cadeia; falta patrimônio ao conselho e não existem meios de o fazer. O comércio é de gados e os sertões criam excelentemente, e é este o que tem mais cavalar. Motivos particulares criaram esta vila em 1802 sem faculdade de Vossa Majestade. Os mesmos motivos fizeram que ela fosse ereta, no lugar chamado Tauá, no extremo do termo, habitação de José Alves Feitosa, em quem recaiu o posto de capitão-mor da vila. Esta escolha tem sido talvez mais funesta aos povos do que as secas; tudo ali se move a seu arbítrio, e bastará dizer-se que tendo tido a vila 8 escrivães desde a sua criação, todos têm saído fugindo. Tem o termo 7.082 habitantes, em duas freguesias. Há cinco situações, impropriamente ditas povoações Arneirós, Cruz, Flores, Maria Pereira e outra.

Nos Cariris, Crato ao sopé e Santo Antônio do Jardim no alto da Araripe. A primeira é a mais produtiva, tem muitas engenhocas de rapaduras pela encosta e pé da serra e no plano à margem das *nascentes*, principalmente a Batateiras, que é a mais caudal. Apesar de serem os quintais da vila regados por duas levadas dágua, há muito pouca hortaliça e árvores de fruto, por desmazelo dos moradores. São contínuas as questões dágua, porque cada morador acha necessário para si uma nascente. Há 11.740 habitantes. Não tem casa de Câmara; tem uma cadeia principiada. A Câmara tem a renda anual de 400$000. A outra, Jardim, possui também engenhocas, produz frutos do país, porém não algodão, pelos muitos nevoeiros. Há um engenho que faz anualmente 10.000 rapaduras.

Das vilas de índios nem é bom falar. *Messejana* tem 1.889 habitantes em todo o termo, índios que se empre-

gam pela maior parte em servir os habitantes da vila da Fortaleza. O escrivão serve quase por favor; não tira provisão legal, porque os emolumentos não lhe dão para pagar. Tem 55 casas, 17 por acabar, sem portas, 15 em ruínas, 7 de homem branco e 17 em estado de habitação, todas insignificantes. Parece melhor extinguir a denominação de vila e unir a povoação à da Fortaleza. *Arronches* (Parangaba) compõe-se de 1.080 habitantes índios e 693 extra-naturais (não índios), o que faz o total de 1.773. Forma-se a vila de 25 casas, 13 de índios e 12 de brancos. Igualmente, deve ser unida à Fortaleza. Tal qual *Soure* (Caucaia), que só regista 1.050 habitantes, com 73 casas na vila, 44 delas sem portas, nem janelas. As outras duas, *Viçosa Real*, na Ibiapaba, e *Monte Mor-o-Novo* (Baturité), em idênticas lástimas. Ali, os homens plantam mandioca e legumes para se manterem, e nunca passaram avante por que não há pontos de consumo. Há 148 casas, das quais 123 são cobertas de palha, na maioria arruinadas. Conta 9.170 habitantes. Aqui, de começo congregação de índios trazidos de vários lugares, a agricultura é de legumes (cereais), que se vendem em pequena quantidade para Fortaleza. O algodão passa por ser o melhor da Capitania. A cana é reduzida a rapaduras que se mandam para o sertão de Quixeramobim e Canindé. Há 84 casas na vila, muitas cobertas de palha.

Capítulo IX

Capítulo IX

O PADRE ALENCAR

Aos abalos sísmicos que preludiaram a independência nacional e aos entreveros político-militares que se lhe seguiram até á Regência, foi muito sensível a economia cearense.

Chegavam ao Ceará de modo confuso as notícias, desdobradas capilarmente em comentários de boca miúda, forjando no meio provinciano um nervosismo que desinquietava as esferas da administração oficial e trazia o povo em celeuma, desviando as atenções do exame e solução dos problemas sérios e do trabalho construtivo, excitadas as paixões, sem o carreamento suavizante da calma e da ponderação.

Ainda não esquecido o insucesso republicanista de 1817, viera da capitania do Espírito Santo, para suceder ao governador Inácio de Sampaio, o capitão-de-mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, e mal se pudera agüentar por um ano e meses (de 13 de julho de 1820 a 3 de novembro de 1821), mesmo assim mastigado de atribulações, inclusive a última da sua deposição pelo grupelho da tropa de linha, comandada por Francisco Xavier Torres.

Também viveu fugazmente o governo provisório que o substituiu, sob a presidência do mesmo comandante; sem demora mudado para uma junta governativa (janeiro de 1822), eleita em obediência ao decreto geral de 29 de outubro anterior.

Por igual esta junta não se susteve, acusada de realista ou *corcunda* e derribada pela reação nacionalista ou

patriota, chefiada pelos caudilhos matutos Pereira Filgueiras e Pinto Madeira que, derrotando no Icó os partidários da causa portuguesa, constituíram ali um novo governo temporário e, acompanhados dos seus membros, rumaram a capital, para empossá-lo a 23 de janeiro de 1823 e, em seguida, eleger outro a 3 de março, o padre Francisco Pinheiro Landim como presidente, e dele fazendo parte Tristão Gonçalves, o futuro protomártir das brigas libertárias da "Confederação do Equador".

Criada pela lei de 20 de outubro desse ano as administrações provinciais, fora nomeado para dirigir a do Ceará, Pedro José da Costa Barros, mas contra a sua posse, dada pela Câmara de Fortaleza a 17 de abril do ano seguinte, insurgiram-se os membros daquele governo, já por ventura em ligação com a inconfidência pernambucana, que a 2 de julho explodiria no Recife e passou à história com a fama de uma das mais reluzentes campanhas democráticas do Brasil.

Obrigado Costa Barros a resignar e viajar para o Rio de Janeiro, ficou o Ceará servindo de teatro às lutas da sua adesão a esse movimento republicano, que o mergulharia na lágrima e no sangue, triste e cruento angario duma infelicidade maior a se exacerbar num rosário novo de misérias trazidas pela seca de 1824-25.

O espírito de sedição retirava aos campos os lavradores e vaqueiros e tudo se subvertia ao efeito duma fermentação inconseqüente, minando a riqueza e relaxando os controles morais e os da lei.

"Postos em arma os indivíduos que se entregavam às indústrias, tirados das classes úteis e indispensáveis à sociedade e distraídos dos seus misteres, era natural que a produção escasseasse e os arbítrios e abusos folgassem em um pais sujeito a um regime militar. Os habitantes do interior estavam ainda em pior condição, sofriam os abusos praticados, por malícia ou por ignorância, dos escrivães

do cível e crime, males que muitas vezes nem todos os esforços da administração nem os magistrados podiam reparar, e todos os dias apareciam novas provas desta verdade. Ordináriamente impunes, abusando das circunstâncias particulares do sertão, e do caráter em extremo timorato dos povos ainda pouco civilizados, excediam-se os esbirros extorquindo o que lhes não era devido, e nada os podia conter nos limites de suas jurisdições.

O culto da religião católica, que tanto podia contribuir para adoçar os costumes, estava, se não de todo desprezado, quase indiferente, mormente nas povoações dos índios, gente ainda inculta e, por conseqüência, sem temor a Deus. As igrejas, pela maior parte arruinadas, nelas não se celebravam mais os misteres da religião: as imagens e ornamentos de umas achavam-se recolhidos em casas velhas, com censurável indecência, e onde assim mesmo se dizia missa, os de outras tinham sido roubados ou entregues aos estragos do tempo, porque os vigários, menos conscienciosos, como não tinham réditos, abandonavam suas igrejas e alguns, mesmo antes dé tomar esse partido, ousavam estancar com suas extorsões os seus fregueses.

A instrução pública não espalhava ainda os seus benefícios por todas as classes da sociedade; e algumas cadeiras que existiam de instrução secundária eram raramente freqüentadas.

Nenhuma obra de utilidade pública tinha sido empreendida. As entradas eram as primitivamente abertas, poucas e más, parecendo que ainda se não tinha reconhecido a utilidade das comunicações". (373)

"O ano de 1824 fora escasso e o de 1825 seco; mas não tanto que não chovesse em algumas ribeiras, ainda que pouco, e levantasse algum pasto, insuficiente para manter os gados durante o ano.

---

(373) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 25, p. 320.

O que, porém, agravou os efeitos da calamidade física foi o concurso de causas morais, e depois a peste.

Desde os anos de 1821 e 1822 que certa agitação começou a abalar o espírito público por causa da revolução portuguesa, e em seguida pela independência do Brasil, em 1824 pela revolução republicana, e pela reação monárquica que se estendeu por todo ano de 1825.

O ano de 1824 legara a seu sucessor, não só a escassez do inverno, já a penúria e a desolação pela guerra civil, e morticínios.

O de 1825 começou e continuou sob a influência de tríplice calamidade: seca e fome, guerra civil e morticínio, e mais logo a peste da bexiga. Este cortejo de calamidade foi ainda agravado pelo recrutamento extenso e horrível dos braços válidos restantes da Província.

As fazendas de gado arrasaram-se, e o que escapou a seca, não escapou aos ladrões. Muitas fazendas ficaram abandonadas, imensos tractos do sertão ficaram completamente desertos.

A mortandade de povo nos centros e nos povoados, mesmo na capital, foi horrível. Todavia, nos maiores povoados as vitimas de fome foram raras, porque a alimentação veio de fora da Província, porém a aglomeração de povo imigrado do centro concorria para aumentar a mortalidade.

Estima-se em um terço da população a que morreu, quer de guerra, assassinatos, peste, fome, e que emigrou, ou foi recrutada.

Na seca de 1825 observou-se um fenômeno botânico, que não me consta se tenha repetido, ao menos com tanta abundância. O juazeiro (*zizyphus*), árvore que reverdece no rigor da seca, e que abunda nas várzeas e margens dos rios, e nunca perde a folha, destilava das folhas mel em tal quantidade que a gente pobre colhia para alimentar-se e vender.

Não consta que a pública administração tomasse durante a calamidade de 1825 o menor interesse em minorar a desgraça do povo.

O centro da Província ficou quase deserto, de todos os criadores, ou fazendeiros, que procuravam na capital, Sobral e maiores povoados, refúgio contra a fome e quadrilheiros, que em bandos armados talavam o sertão, e se apoderavam das propriedades, como em pleno comunismo.

Os infelizes, que fugiam aos ladrões e à fome, corriam em bandos aos grandes povoados e pelas estradas, campos, praças e ruas iam deixando insepultos os cadáveres dos que não podiam resistir.

A intervenção oficial, que em Sobral, capital, e provavelmente em outros grandes povoados, se exerceu, consistiu em mandarem as municipalidades cercar de estacas um campo, para fazer sepultar os cadáveres, que se encontravam nas ruas e praças.

A peste da varíola, que seguiu-se, ou acompanhou a fome no princípio do ano de 1826, acabou de aniquilar a população mendigante que correra à capital.

A falta de chuvas em 1825 não foi tão absoluta que em algumas ribeiras não fizesse pasto, e escapasse pelo menos a décima parte do gado.

O governo geral só em fins de 1826, ou já em 1827, quando o mal passava, mandou alguma farinha para o Ceará, que não se aproveitou". (374)

Nestes encalços descritivos andou João Brígido:

"O inverno de 1824 foi péssimo, o de 1825 nenhum. Foi tríplice, pois, o flagelo, que pesou sobre o Ceará – a guerra, a fome e a peste.

Em princípio, eram bandos de fanáticos, que matavam, espancavam, prendiam, ou faziam fugir os *pedreiros livres* ou patriotas; depois os malfeitores e famintos, que

(374) *Memória sobre o Clima e Secas do Ceará,* p. 20, do Senador Pompeu, Rio de Janeiro, 1877.

curavam da subsistência pela força. Um recrutamento bárbaro sobreveio, cujo resultado era a morte na viagem de mar pela varíola, ou na Cisplatina pelo ferro, pelo cansaço ou pelo frio, só por centésimos voltando à pátria os proscritos. Em cinco navios diversos, Conrado, desatendendo a todas as súplicas, remeteu 2.150 homens, recrutados no furor da fome e da peste, para a guerra da Cisplatina. Destes infelizes, morreram na viagem ao Rio de Janeiro 412, extraviaram-se 18, e entraram para os hospitais 314. As execuções e rodas de pau, as delações, processos e mil flagelos completavam o público infortúnio.

No Icó, os chefes imperialistas instituíram uma comissão de guerra e mandaram solenemente fuzilar, em novembro de 1824, no pátio da câmara municipal, a quatro patriotas, entidades aliás mui secundárias no movimento.

O governo imperial não subscreveu os compromissos tomados, em seu nome, por Lamenha, tampouco os que tomara Cochrane, mais alto personagem a seu serviço.

Fez o presidente deposto reassumir o governo em 1º de dezembro, e para logo suceder-lhe José Félix (12 de janeiro de 1825), não deixando ao primeiro senão o tempo preciso para, num triste documento, indicar as vítimas, cujas cabeças deviam cair!

José Félix devia, para expiação da sua aliança com Tristão, e para apagar a memória dela, fazer de simples referendário na ditadura militar, que se seguiu.

Em 22 de abril, dava começo ao julgamento dos republicanos uma comissão militar presidida por Conrado Jacó Niemeyer, *carvalhista* outrora em Pernambuco, o qual devendo dar arras também da sua conversão pesou horrivelmente sobre o partido vencido e constituiu-se, pelo terror, o único poder efetivo na Província.

Em meio do flagelo da seca, e quando a fome começava a lançar as suas garras sobre a população, foram passados pelas armas na Fortaleza: em 30 de abril de 1824

o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo *Mororó*, secretário da república, antigo redator do "Diário do Governo do Ceará", e o coronel João de Andrade Pessoa *Anta*, chefe liberal de Granja; em 7 de maio Francisco Miguel Pereira *Ibiapina*, chefe do serviço de fazenda da república; em 16 de maio o major de milícias Luís Inácio de Azevedo *Bolão*, preso em Santa Rosa; e em 28 de maio o tenente-coronel de milícias Feliciano José da Silva *Carapinima*, mineiro, antigo secretário de Rubim.

Muitos outros, estavam condenados à mesma pena, quando o governo imperial conveio em suspender as execuções, fazendo aceitar embargos e sujeitá-los a seu conhecimento.

Seguiram-se as comutações, que separaram para sempre da Província a muitos patriotas, e só em 20 de junho de 1826 o tribunal de sangue deu por finda a sua missão, voltando-se ao governo civil.

A província agonizava.

A seca tinha ceifado, de parceria com a varíola; os cemitérios regurgitavam e as estradas estavam semeadas de cruzes, assinalando o chão, que consumia os restos dos que sucumbiram à fome, à peste e à guerra!" (375)

Nunes Belfort, o 3º presidente do Ceará, logo chegado narrava em ofício de 8 de fevereiro de 1826 ao ministro Marquês de Barbacena: "A cidade (Fortaleza) apresenta ao homem sensível um quadro tocante e desconsolador: as ruas sempre apinhadas de um sem-número de mendigos; o Palácio do Governo, as casas dos particulares abastados constantemente cercados destes desgraçados, apresentam o triste espetáculo de miseráveis esqueletos mirrados de fome, só cobertos de pele, que são outras tantas imagens da morte: a miséria, a consternação e a pobreza pública aparecem em todas as partes da Província. O número dos que têm perecido à mingua é incalculável.

---

(375) *Obr. cit., p.* 34-36.

Os principais ramos que formam as rendas da Província e riquezas dos particulares, como o gado e o algodão, sendo quase tudo extinto pelas perturbações de 1824 e pela longa é flagelante seca, os cofres públicos se acham exaustos, sem se poder pagar a tropa e empregados da Província, os mesmos particulares e negociantes, privados aqueles de seus bens e estes dos gêneros que formavam a base do seu comércio e especulação mercantis, estão uns arruinados, outros em pobreza: a Província toda, finalmente, falta de todos os gêneros de sua exportação e necessitada de receber mantimentos de fora, tem esgotado todo o numerário que possuía; pois que só dinheiro é o que dá em troco dos necessários víveres que tem importado; apesar de que a Providência começa a favorecer-nos agora com chuvas. Contudo, extintos como ficam todos os principais ramos da riqueza da Província, muito tempo deverá passar primeiro que sua receita se torne capaz de fazer face às suas despesas e que seus arruinados habitantes possam sair do estado de pobreza e necessidades a que se acham reduzidos". (376)

O Senador Pompeu salientou noutro lugar: "Tantos flagelos caíram sucessivamente e alguns ao mesmo tempo sobre a população do Ceará, desde 1824 até 1828, que admira não ter-se ela inteiramente rarefeito, sucumbindo ao flagício dos homens e da natureza e emigrando para outras províncias".

Ao instalar-se, em sessão de 1º de dezembro de 1829, o Conselho Geral da Província, criado por decreto muito anterior, de 26 de março de 1824, não lhe sonegou na sua *Fala* inaugural o presidente Pereira da Silva este quadro impressionante: "Cuido dever levar à vossa consideração o estado deplorável em que se acham o comércio da Província, a sensível deterioração de sua agricultura, e pelo

---

(376) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 6, p. 230.

conseguinte o desfalque das rendas públicas, e a progressiva decadência individual de seus habitantes, tudo proveniente das perturbações políticas, peste e seca, que tiveram lugar nos anos pretéritos, parecendo-me um objeto digno das vossas primeiras deliberações a proposição de alguma vantagem ou privilégio qualquer a favor do arruinado comércio da Província e da sua deteriorada agricultura, e nesta mormente em benefício de dois gêneros – açúcar e aguardente, que novamente começam a prosperar e que sendo coadjuvadas alguma franqueza de direitos poderão talvez, para o futuro, suprir o desfalque, que na riqueza da Província tem causado a baixa do algodão, que sendo outrora a fonte primária da prosperidade do Ceará, hoje não paga de certo o trabalho do lavrador". (377)

Já então se podiam sentir, no Ceará, os primeiros sinais do terremoto que afloraria na política do Brasil com a abdicação de Pedro I, a 7 de abril de 1831.

A notícia, chegada a 13 de maio pelo brigue inglês "Atlas", comemorou-se em muitos municípios com o plantio das então chamadas "árvores da liberdade", cujos frutos desgraçadamente foram as novas provações a que se submeteu a gente cearense, no remoinho doutra guerra civil – a daquele intimorato coronel de milícias Pinto Madeira, agora em aliança imperialista com o padre Antônio Manuel de Sousa, por alcunha o *benze-cacete*, vigário de Jardim, ambos afinal vencidos pelas forças legais do presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti e rendidos à intervenção pacificadora do agente regencial, o brigadeiro, de nascimento francês, Pedro Labatut (outubro de 1832).

Como resíduo de tudo isso, ficaria este plexo indesejável: a inação do poder público, a dispersão das energias desorganizando o trabalho, a insegurança individual pela

---

(377) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 10, p. 32.

generalização do crime favorecido pela prepotência de ricaços ignorantes do sertão, e o abastardamento do comércio pela pletora de dinheiro falso.

Foi quando chegou para presidir ao Ceará o Senador Alencar – José Martiniano de Alencar, padre à Diogo Feijó, seu grande amigo, e miniatura dele só porque não teve aso, em arena maior, de mostrar que lhe era igual.

Fruto do vigoroso ventre da heroína da. Bárbara, o Padre Alencar aparecia, ainda subdiácono de Olinda, nas algaras dezessetistas, arrastando a sua família, no Crato, para a aceitação ao célebre manifesto do chefe pernambucano José Luís de Mendonça, o que lhes custou o cárcere e os sofrimentos.

Liberto em 1821 e eleito suplente de deputado às Cortes de Lisboa, para ali seguiu substituindo o deputado efetivo José Inácio Gomes Parente, mas ao saber da separação do Brasil foge para Londres e de lá para o Rio de Janeiro onde, já encontrando o seu diploma de representante do Ceará à Constituinte Geral de 1823, "se constitui, ao lado dos Andradas e de outros, figura de primeira grandeza".

Dissolvida a memorável Assembléia, ei-lo em contato com a República de Carvalho Pais de Andrade, com o fim de ampliá-la ao Ceará, e em holocausto à qual se sacrificariam o Padre Gonçalo Mororó e seus companheiros de fuzilamento no Campo da Pólvora, hoje Passeio Público, em Fortaleza (abril e maio de 1825).

Foragido, preso e afinal absolvido, elegeram-no deputado, em 1830, simultaneamente o Ceará e Minas Gerais, optando pela representação da terra natal, e de logo incluindo-se destemerosamente na reação que provocou a abdicação de Pedro I, garantindo a permanência do Império contra as idéias da republicanização.

Já senador, desde maio de 1832, quando sucedeu a João Carlos de Oeynhausen, marquês do Aracati, empossou-se no governo do Ceará a 6 de outubro de 1834.

Alencar foi roteirista clarividente, antecipando-se em iniciativas e providências governamentais muito fora do estalão comum, e era um valente, cujas energias másculas o ajudavam admiravelmente na efetivação dos seus projetos e resoluções. Era um forte, desses que têm confiança em si.

Lançou, como acertadamente afirma Brígido, "os fundamentos do progresso moral e material do Ceará, ensaiando com grande intuição do futuro quantos melhoramentos a Província mais tarde veio a considerar indispensáveis à sua civilização". (378)

A sua primeira grande batalha foi contra o que ele próprio chamava de "criminosos prepotentes e de séquito", destacando-se no meio deles, de princípio, o façanhudo João André Teixeira Mendes, da vila do Icó, virulento autor de muitas mortes, abertamente protegido pelo partido da oposição, mas por fim condenado a 20 anos de degredo para o Rio Negro e, depois de muitos outros, os afamados Moirões; família belicosa que se fizera o desassossego da região limítrofe entre o Ceará e o Piauí, e "cujas maldades não se podem descrever", como os qualificava Alencar.

Afinal pudera escrever na sua *Fala* de 1º de agosto de 1837: "Felizmente já se não ouvem todos os dias as formidáveis empresas de Moirões, Malambas, Tetéus, Bentevis, Mata-velhos, Faz-fomes, Zolhões, Famas, Folgazões e outros cruéis e afamados assassinos que, por suas façanhas, haviam adquirido uma celebridade e apelidos consentâneos a suas crueldades".

E em carta ao ministro Castro e Silva confessava as suas canseiras: "No entretanto, por aqui vamos gozando sossego; e só eu não o tenho, porque velo noite e dia, tomando todas as precauções para que a ordem se não perturbe em qualquer parte". (379)

---

(378) *Obra cit., p. 43.*

(379) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 22, p. 63.

Outro problema absorvente da gestão do Padre José Martiniano foi o da reconstituição da economia geral e das finanças oficiais, em desordem ambas, por influência de muitas causas, destacando-se a fragilidade das transações comerciais pela difusão de dinheiro. falsificado ou de peso inferior ao legal, que após a Independência começou a invadir algumas províncias, não tardando a atingir o Ceará. (380)

Conspurcava-se o já de si minguado metal circulante, notadamente o divisionário, que era a moeda de cobre.

Nas suas aliás pouco lidas "Memórias" o professor Manuel Ximenes Aragão conta-nos que "neste mesmo ano de 1828, principiou a girar a moeda de cobre em número nunca visto entre nós, o que deu lugar ao desaparecimento da moeda de prata, Foi com efeito um dos males mais terríveis aos povos o aparecimento desse cobre, porque ao princípio corria moeda de uma grossura ordinária, tão fina de modo que qualquer pessoa com a maior facilidade dobrava um vintém entre os dedos como se fosse feito de folha de flandre. Em muitas partes haviam fabricantes dessa moeda mesmo pelo mato, trabalhando quase de público, e tão mal feitas que muitas nem letras tinham, outras não eram inteiramente redondas: via-se pelos sertões comboios e mais comboios de dinheiro em surrões de couro cru, à maneira de comboios de sal; para comprar gados dava-se por um garrote 7 e 8$000, quando eles, de moeda boa, não custavam mais de 4$000; por uma vaca que custava 10$000 dava-se 16 e 20: só se queria era empurrar dinheiro, fosse como fosse.

---

(380) Em 1826 o governo cearense, de acordo com a *Junta* de Fazenda, fora obrigado a contrair um empréstimo público para cobrir despesas urgentes, emitindo bilhetes de crédito chamados *vales*, mas a provisão de 24 de julho do mesmo ano, d6 presidente do Tesouro Nacional, desaprovou a medida, mandando que a Junta lhe remetesse tais bilhetes à proporção que fossem sendo retirados da circulação *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. *2*, p. 66).

Além dos fabricantes acima dito, vinham navios e navios ingleses carregados de cobre pela grande vantagem que tiravam em trocar 5 e 6 patacas de seu cobre por moeda nossa de prata do valor de 960.

As autoridades tomaram imensas medidas para evitar os barulhos que haviam entre os povos por causa do cobre; por que uns queriam aceitá-lo e obrigar que os outros o fizessem embora ele não tivesse forma de dinheiro, outros o não queriam de maneira alguma, de que resultavam brigas, facadas e até algumas mortes houveram.

Uma das medidas que se tomou para evitar esses inconvenientes foi a de pesar-se o dinheiro, mandando-se que corresse a moeda de um vintém com 4 oitavas de peso e a de dois com 7 e 1/2 a 8 oitavas: rara era a pessoa que não tinha a sua balança de pesar dinheiro, e assim mesmo discordavam as opiniões mas contudo moderaram mais ou menos as desavenças dos povos, vindo a ficar restabelecido o sossego a este respeito, depois que o governo tomando o negócio em consideração, mandou recolher todo o dinheiro do cobre cunhado para recolher o que tivesse peso legal e o que não tinha, fosse cortado e inutilizado, substituindo a falta que ele fazia pelo papel-moeda, em virtude de um decreto de 1º de janeiro de 1833.

Foi então quando teve de se ver alguma prata no comércio, que se não via mais; porém com o nome e valor mudado, dando-se à moeda de 3 patacas o nome de patacão e o valor de 1120 réis, que com pouco foi a 1200, e assim crescendo até 2$000, voltando depois a 1120, sendo que essa mudança foi dez vezes melhor do que correr o imundo cobre, que tanto barulho nos trouxe, e ficaram os taxos livres do furto que quem os tinha, e não guardava bem, ficava sem eles, porque eram furtados e reduzidos a xenxém, nome que se dava à moeda, parece que por sua ruindade e ridicularia!

O ouro também havia desaparecido da circulação, e com o recolhimento do xenxém ele também entrou a che-

garem nossas mãos mas com um valor considerável qual o de 16$000 por uma moeda de 20 patacas". (381)

Antes de Alencar, expedira o vice-presidente em exercício, José de Castro e Silva, o *bando* ou edital, datado de 22 de outubro dê 1830, ordenando que por ocasião das transações ou negócios fosse pesado o dinheiro, para que os pagamentos se fizessem na razão de 4 oitavas para as moedas de 80 réis, 2 oitavas para as de 40 réis, e 1 oitava para as de 20 réis, peso oficial de referidas moedas após o ano de 1799, quer as de tipo colonial, quer as novas já fabricadas no regime do Império.

Porém com esta medida acharam-se em maior apuro as repartições, porque não era possível arranjar bastante moeda daquele tipo, guardadas pelos particulares, que se desfaziam do xenxém, vindo a tornarem-se difíceis ou quase impossíveis as pequenas transações, fato agravado pela guerra contra Pinto Madeira, quando a tropa, não podendo fazer o povo aceitar o cobre inferior recebido em pagamento dos seus soldos, entrou a dar mostras de descontentamento, ameaçando amotinar-se. (382)

Foi então necessário publicar-se outro *bando*, o de 18 de outubro de 1832, já no governo do presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, e no qual se determinava, até ulterior resolução do Legislativo Geral, corresse livremente nas repartições públicas e transações mercantis a moeda de cobre carimbada, com as armas do antigo Reino Unido, assim como a do cunho imperial, contanto que não seja da que vulgarmente se chama *xenxém* e as moedas vasadas ou fundidas, e as de quatro vinténs que não forem serrilhadas".

No caso de dúvidas sobre a aceitação de qualquer moeda – acrescentava o edital – prevaleceria o peso, em

---

(381) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 27, p. 89.
(382) Théberge, *obra ci.t*, vol. 3, p. 119.

ordem a que a moeda de 80 réis contasse 7 oitavas, a de 40 réis 3 oitavas é a de 20 réis, 1 1/2 oitavas. (383)

Mereceu esta resolução do governo cearense, a 18 de dezembro, a aprovação do governo central, modificada posteriormente pela lei n. 52, de 3 de outubro de 1833 que, declarando a falsidade da moeda de cobre visivelmente imperfeita em seu cunho, ou cujo peso fosse uma oitava a menos. do peso legal, impôs a substituição das moedas de cobre por moeda-papel, nas províncias. Os possuidores daquelas receberiam em troca desta o valor correspondente ao peso legal, com a dedução de 5% para a Fazenda Pública, sendo a moeda falsa cortada e entregue ao dono.

Seguiu-se a essa lei outra de 29 de janeiro de 1834, interpretada por instruções que obrigavam o troco do cobre, metade em cédulas e metade em *conhecimentos*, estes nos valores de 500$000 e 1:000$000. Se não bastassem as cédulas remetidas, seria feita a substituição pelos referidos conhecimentos e, na falta deles, por meio de *conhecimentos provisórios* emitidos pelas próprias províncias.

Ao Ceará chegaram as cédulas e conhecimentos em maio, apressando-se o presidente Inácio Correia de Vasconcelos em estabelecer como postos de troca, além da Tesouraria na Capital, as vilas do Aracati, Icó e Sobral, marcando improrrogavelmente o prazo até 20 de setembro para a efetuação das permutas. (384)

Não foram todavia satisfatórios no Ceará os resultados da medida, porque insuficientes as cédulas e conhecimentos enviados, sendo forçado o governo da Província a emitir avultada soma de conhecimentos provisórios, que

---

(383) *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 10, p. 272, e vol. 14, p. 279.
(384) Veja-se edital, n' "O Cearense Jacaúna", n. 240, de 24 de maio de 1834. Foram então nomeados tesoureiros do troco em Fortaleza, o Major Facundo (João Facundo de Castro Meneses), em Aracati, José Gervásio de Amorim Garcia; no Icó, Henrique Pedro de Almeida; e em Sobral, Vicente Alves da Fonseca.

não recebiam aceitação fácil e concorriam para irritar a situação, em vez de minorá-la. Desconfiado da precariedade desses títulos provisórios, os interessados exigiam o seu destroco, em meio às mais sérias reclamações, e foi nesse momento que Inácio de Vasconcelos, imitando o que se fizera no Maranhão, pôs de novo o cobre recolhido em circulação, reduzido da metade do seu valor e contramarcado com um carimbo em forma de estrela de cinco pontas, fixada em cada ponta uma das letras da palavra *Ceará.* (385)

Como conseqüência, voltaram ao comércio 96:000$000 de moedas de cobre, valendo na realidade 48:000$000, com a indiscutível vantagem, para o Erário, de se não fazerem outras despesas que não as diminutas com a carimbagem.

O novo surto do mercado do algodão, exigindo pela elevação do preço maiores numerários, principalmente em 1835, agravou a crise e, já agora Alencar no governo, não se entibiou o novo presidente e pôs mãos ao trabalho do saneamento monetário.

Pleiteou autorização para continuar o reprensamento das moedas de cobre, e antes que esclarecesse o Ministro da Fazenda que, embora permita de começo a providência pela. força das circunstâncias, somente ao Poder Legislativo caberia dar valor e tipo às moedas, não convindo, desta forma, insistir nela (Provisão de 28 de novembro de 1834,

---

(385) Aqui está a explicação da existência de grande número de moedas portadoras desse carimbo, tão disputadas pelos numismatas que, no afinco ao seu *espírito colecionador,* se empenham em discussões, aliás de interesse não substimável, sobre a legitimidade ou não de muitas de referidas peças numárias.

Há também, moedas com o carimbo da palavra Icó. As legitimas, de 20, 40 e 80 réis, começaram a ter curso – segundo informa Eusébio de Sousa – antes daquela contramarca *Ceará,* no tempo da Independência, não sendo, como alguns pensam, moedas coloniais. Parece que são produto do movimento revolucionário de Pinto Madeira, entre 1829 e 1832. (Ver os estudos de Kurt Prober e de Eusébio de Sousa na revista cearense "Numária", vol. 13, p. 9 e vol. 9, p. 30). Deste último – *Numismática Cearense,* Est. Gráfico Urânia, Fortaleza, 1933, p. 5.

só muito depois chegada ao Ceará), resolutamente mandou voltar à circulação as moedas de cobre de peso legal anteriormente recolhidas, em lugar de prensá-las.

"Esta medida – explicou a Castro e Silva – por mim tomada como filha da lei, vai produzindo bem e remediando o apuro em que havia posto o povo a deliberação de prensar-se a moeda pela falta que dela havia no mercado para troco, porque como a que ia saindo, além de pouca, era moeda forte, por valer pela metade, os exploradores a iam recolhendo e depois só a davam com grande ágio: tudo isto acabou com a execução do art. 7 da lei".

"Contudo – acrescentava – faz-se necessário que V. mande quanto antes providências a respeito, e me parece que a melhor será recolher-se a moeda prensada. Temos a maior necessidade de cédulas, principalmente pequenas". (386)

E insistia, em carta datada de 4 de janeiro: "Rogo-lhe que mande cédulas, pois começam a falsificar aqui os conhecimentos e estamos ficando em uma crise financeira terrível, porque o povo, que aliás estava recebendo bem os conhecimentos, começa a repugná-los temendo a falsificação. Tudo fica remediado vindo cédulas, para se recolherem os conhecimentos". (387)

Em abril já estavam recolhidos mais de 300 contos de cobre, e só havia 160 contos de cédulas. (388)

Por fim chegaram 100 contos de cédulas pela fragata "Imperatriz", com esta advertência do ministro: "Essa medida, que aí tomaram, da redução da moeda de cobre, havia necessariamente de ter esse resultado de afugentar a circulação dessa moeda mais forte, e pôr em aperto as transações miúdas, mas como infelizmente nós até no meio circulante queremos fazer ensaios, e muitas cousas só depois de levadas ao gadinho da experiência acreditamos

---

(386) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 22, p. 4.
(387) *Idem*, vol. 22, p. 8.
(388) *Idem*, vol. 22, p. 16.

más, o que quer que lhe faça, quando este mal afeta a toda a espécie humana?" (389)

Muito se aliviou a economia cearense com essa remessa de numerário, exatamente numa fase de reanimação comercial de que era principal agente a boa colheita e o bom preço do algodão: "O comércio, especialmente o da Capital – alegrava-se em anunciar o Padre a 3 de dezembro de 1835, talvez com alguma força de expressão – vai com um aumento que espanta: por felicidade tivemos boa safra de algodão este ano e farinha barata; e como em tempo obstei medidas ilegais sobre o cobre, vamos marchando sem vexames acerca do meio circulante, mormente depois que V. nos socorreu com os últimos 100 contos de cédulas". (390)

Em meio a tais aperturas, que ainda em 1837 permaneciam, (391) com a intenção de conjurá-las e melhorar as condições do comércio, resolvera o Padre criar um estabelecimento de crédito, empreendimento a que ninguém, senão ele, ao seu tempo, se aventuraria, e que de fato concretizou, instalando a 7 de setembro de 1835 o Banco Provincial do Ceará", daí por diante motivo especial do seu entusiasmo de homem resoluto e realizador.

---

(389) *Idem*, vol. 22, p. 106.
(390) *Idem*, vol. 22, p. 66.
(391) "... e contudo há falta extraordinária de meio circulante no Comércio, apesar de girarem igualmente mais de 70 contos de notas do Banco". *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 22, p. 100).

Capítulo XI

O BANCO PROVINCIAL

Depois do Banco do Brasil de D. João VI, o primeiro a funcionar em território brasileiro foi o Banco Provincial do Ceará.

Era de caráter emissor, de circulação e depósito com a duração estatutária de 10 anos, se antes a maioria dos acionistas não resolvesse extingui-lo, e o seu capital seria de 400 contos de réis, no máximo, dividido em ações de 100$000, transferíveis e realizáveis em moeda de prata e de ouro, em pagamentos semestrais, o primeiro de 30$000 e os outros dois de 35$000, ressalvado aos subscritores o direito de integralizá-los duma só vez.

Permitia-se a qualquer indivíduo nacional ou estrangeiro, ou companhia, subscrever até 200 ações, proibida a alteração desse limite, ainda que fossem adquiridos por compra os títulos ou apólices.

A direção do estabelecimento cabia a uma Junta eleita em assembléia geral, de seis em seis meses, e composta de três diretores e três tesoureiros, cada um dos quais servia durante dois meses consecutivos, tocando a presidência ao diretor em exercício efetivo; na sua falta ao tesoureiro e na falta deste ao diretor que anteriormente tivesse servido. Quatro membros reunidos podiam deliberar, importando o empate rejeição da matéria discutida.

Para as eleições aceitavam-se os Votos dos acionistas residentes fora da capital mas na Província, os quais os mandariam em carta fechada. Não votavam os que não

morassem nela. O número de votos era regulado pelo número de ações, assim: por uma ação até duas, um voto; por duas até dez inclusive, um voto; por quarto acima de dez e não excedendo de trinta, um voto; por seis acima de trinta e não excedendo de sessenta, um voto; por oito acima de sessenta e não excedendo de cem, um voto; por dez acima de cem e não excedendo de cento e cinqüenta, um voto, por vinte e cinco acima de cento e cinqüenta e não excedendo de duzentas, um voto.

Objetivava o Banco dar dinheiro a prêmio nunca a menos de 1/2% ao mês, nem por maior prazo que o de um ano: a) sob hipoteca de jóias de ouro e prata, pedras preciosas e moradas de casas dentro da cidade, por dois terços do seu valor em moeda de prata ou ouro, na forma da lei; b) sob fiança de qualquer acionista, até o valor de suas respectivas ações; e c) sob letras endossadas (avalizadas) por três negociantes ou quaisquer pessoas reconhecidamente abonadas.

Também podia o Banco descontar letras de câmbio pagáveis em ouro e prata na razão do valor legal.

No tocante aos depósitos, nenhum prêmio pagaria o estabelecimento aos depositantes de dinheiro, e dos que nele guardassem objetos de ouro e prata, ou jóias, receberia 1/2% sobre o valor.

As notas emitidas pelo Banco, de 5$000, 10$000, 20$000, 50$000 e 100$000, eram títulos ao portador assinados pelo presidente e tesoureiro em efetivo serviço e endossados no verso por um dos outros diretores.

Eram vedadas transações com o governo, sob pena de nulidade. (392)

A começar de 24 de abril de 1836, novos estatutos começaram a vigorar, alterando o limite do capital para 800 contos de réis, e o da subscrição dos acionistas para

(392) O teor destes estatutos se acha transcrito na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 176.

400 ações; aumentando para quatro meses o prazo de gestão de cada diretor e tesoureiro; e introduzindo outras modificações de ordem estrutural. Adotou-se uma inovação quanto as notas, permanecendo dos mesmos valores as que devessem representar a moeda de prata e outro pelo valor da lei, e devendo ser dos valores de 1$000, 2$000, 5$000, 10$000, 20$00$, 50$000 e 100$000 as que devesem representar a moeda papel. (393)

No anseio de consolidar a instituição, Alencar fizera-se o seu primeiro acionista (20 ações) e tudo empenhou para que ela vencesse a indiferença e a desconfiança do meio.

Ao ministro Castro e Silva confidenciava em carta de 20 de abril de 1836: "E agora ocorre-me dizer-lhe que estamos aqui na maior influência acerca do nosso Banco Provincial. Eu tenho encarado este estabelecimento como o mais vantajoso à Província, não só pelo aumento, que vai dar ao Comércio e Agricultura, proporcionando-lhes fundos que ora faltam, como pela conveniência política que dele resulta fazendo que aqueles que vão metendo nele os seus fundos não possam de forma alguma querer, e nem consentir rusgas. Neste sentido eu tenho influído quanto posso para o aumento deste estabelecimento, e até recolhi a ele tudo quanto me resta disponível para dar exemplo aos avarentos que se não querem despegar dos capitais que têm amontoado sem proveito algum do público". (394)

E levado pelo desejo de ver a idéia vitoriosa, sugeria-lhe: "Lembrei-me que V. aí pode fazer um grande serviço e dar-nos um forte adjutório neste objeto, fazendo que o Tutor de S. M. I, mande entrar com algumas ações no Banco por parte do seu Augusto Pupilo, assim como o nosso Regente e mesmo V. e os mais ministros. Não carecia que me mandassem muita coisa, mas tudo que viesse era aumento para

---

(393) *Estatutos Reformados para o Banco Provincial do Ceará*, 1836, Tipografia Patriota, de Acúrcio, Ceará

(394) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 22, p. 76.

o capital do Banco: contudo, não era esse aumento o bem real que daí viria e sim o crédito e força moral que tomaria o Banco, quando contasse com tais acionistas. Então, não haveria mais sertanejo que repugnasse entrar no Banco, quando S. M., o Regente e Ministros de Estado eram dele acionistas; cessariam os escrúpulos e o Banco de certo se aumentaria ao ponto de fazer a prosperidade da Província, que só lhe falta qualquer impulso no desenvolvimento de seu melhoramento material, para rivalizar com as maiores do Brasil". (395)

No mesmo tom dirigia-se ao Ministro José Inácio Borges, em ofício de 4 de junho: "Transmitindo a V. Excia. o ofício junto da Diretoria do Banco Provincial do Ceará, eu não posso deixar de rogar a V. Excia. queira acolher debaixo de sua alta proteção esse nascente estabelecimento que grandes bens já vai produzindo a esta Província. A perspicácia de V. Excia. não pode escapar quanto são interessantes em um país novo, onde sempre faltam grossos capitais para dar impulso ao Comércio e Agricultura, estabelecimento desta natureza, porém na quadra presente eles se tornam ainda de duplicado interesse, afastando os espíritos da desordem e questões políticas, para os ocupar semente do bem real do país. É isto, Exmo. Sr., o que aqui se vai observando depois da instalação do Banco: à proporção que ele tem crescido em fundos e que suas transações têm tomado um maior vulto, melhor tendência se divulga nos espíritos a favor da paz e tranqüilidade, e já hoje, apesar dos exemplos de outras Províncias, ninguém no Ceará tem ou receia uma rusga. Queira V. Excia. influir para o aumento e prosperidade deste estabelecimento promovendo assim o bem de uma Província que muito merece a especial coadjuvação do Governo Imperial pela sincera adesão que consagra aos princípios do mesmo governo e às pessoas

---

(395) *Idem*,, p. 76.

que formam hoje a Administração Suprema. E quão pouco custaria a V. Excia. elevar o Banco do Ceará a maior grandeza e prosperidade: bastaria que. mandasse entrar nele com algumas ações e que empenhasse sua influência para que fizessem o mesmo o Exmo. Tutor de S. M. I. por parte de seu Augusto Pupilo, o Exmo. Regente, e Ministros de Estado, e então a força moral e consideração que resultaria ao Banco, tendo por seus acionistas tão altas personagens, completaria de todo a sua grandeza e estabilidade" (396)

Renovava o apelo em carta de 14 de fevereiro de 1837: "Não se esqueça de falar ao Tutor para mandar assinar para o Banco Cearense algumas ações por parte do Imperador; e Feijó que lhe custava mandar assinar 5 ações de tanto dinheiro que tem? Eu insisto por isso, não é por mais aumentar o Banco, e sim pelo prestígio e crédito que lhe dariam tão conspícuos acionistas". (397)

Não no ajudariam eles, no entanto: "Oficiei a todos os membros do Ministério e ao tutor – respondeu Castro e Silva falei-lhes e ao Regente a quem mostrei a sua mesma carta, para subscreverem para o Banco, mas julgo que nada obterei e agora ainda mais por causa deste flagelo da seca que infalivelmente há de transtornar as transações e movimentos do Banco". (398)

Mas nem por isso a interessante casa de crédito deixou de progredir, alimentada pelos desvelos de Alencar, que na sua segunda *Fala,* de 1º de agosto de 1836, lhe elogiava os "felizes efeitos e para ela solicitava a melhor atenção da Assembléia Provincial, pedindo, como medida de acerto, que nas Estações Provinciais sejam recebidas as suas notas a par do papel do Governo".

---

(396) *Livro de Oficios aos Ministros do Império,* no Arquivo Público do Estado, 1833-34, fls. 28 v.
(397) *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 22, p. 91.
(398) *Idem, vol.* 22, p. 147.

Em fins de 1836 o Banco já havia posto em giro mais de 100 contos de réis, e o seu capital real era maior de 60 contos. (399)

Atendendo ao alvitre do presidente votou a Assembléia a lei nº 36, de 5 de setembro, autorizando o governo a mandar subscrever para o Banco até a quantia de cinqüenta ações por conta das rendas provinciais, cujo inspetor ficou sendo considerado acionista para fins de voto nas deliberações da assembléia geral, compreendido que, afora isto, o mesmo governo nenhuma ingerência teria nos negócios do instituto.

Por força dessa lei, as notas do Banco passaram a ser admitidas em todas as estações arrecadadoras e pagadoras da Província em paridade ao papel oficial, pagando-se com elas todas as despesas e ordenados. A sede do Banco ficou equiparada aos edifícios públicos, obrigado o governo a prestar-lhe a guarda necessária.

Com a retirada de Alencar do governo (25 de novembro de 1837), determinada pela renúncia do Regente Feijó e conseqüente queda dos liberais, ficou o Banco Provincial alvo daquilo que Paulino Nogueira chamou "a guerra terrível do espírito partidário".

Entre outros óbices, cedo deparou o instituto com uma execução, intentada pelo inspetor da Tesouraria da Província, da quantia de 12:592$000, valor de notas assinadas por Alencar, Mendes & Irmão e Gouveia & Barbosa, que se comprometiam a realizá-las em nome do Banco.

A Junta diretora deste – Joaquim José Barbosa, Manuel Caetano de Gouveia, Luís Rodrigo Samico, Martinho de Borges e José Joaquim da Silva Braga – expõe então ao novo presidente, Manuel Felizardo de Sousa e Melo que "embora de carácter particular, tem sido o Banco muito útil, tanto ao público, como às Rendas Provinciais, e mes-

---

(399) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 22, p. 84.

mo Gerais", e por essa razão pedia passasse, até maior tempo, aquelas para o Cofre da Amortização, a fim de que pudessem ser depois realizadas, sob pena de ser o Banco compelido a exigir o pagamento forçado de todos os seus deve. dores, o que "de certo será uma calamidade pública" (Representação datada de 18 de maio de 1837).

Indeferida a solicitação pelo inspetor da Tesouraria (Ofício de 28 de junho), entrou o estabelecimento em apuros e por fim em agonia, obrigado a pedir prorrogações ou às vezes a negar pagamento, pois a esperança de bons negócios e o império de certas circunstâncias o haviam levado a emitir além de seus lastros.

O mesmo presidente Sousa e Melo, no seu relatório à Assembléia em data de 1º de agosto de 1838, explica a seu modo o fracasso do Banco:

"BANCO PROVINCIAL – Organizado em 1836, como foi comunicado na *Fala* da abertura da Sessão daquele ano pelo meu antecessor, conseguiu que suas letras fossem recebidas nas Estações Provinciais como moeda, e obrigados os empregados em pagamento de seus honorários a recebê-las, e igualmente os particulares que tivessem transações com a Fazenda Provincial. Este extraordinário favor, sem que em compensação o Banco fizesse o menor sacrifício em benefício de nossas finanças, de grande proveito lhe tem sido, no mesmo passo que os Cofres e Empregados Provinciais têm sofrido consideravelmente. Estes se acham reduzidos a seis sétimos de seus ordenados pelo rebate que as notas do Banco experimentam, e a Tesouraria quando tem de efetuar compras de gêneros, e passa fundos, sujeita-se a semelhante prejuízo. As letras do Banco, pelo simples fato de não serem realizadas a vontade do portador, e de terem circulação forçada perderam a natureza de bilhetes de confiança, e se tornaram verdadeiro papel-moeda, que além dos grandes males que consigo sempre traz, tem o iminente perigo de ser multiplicado à

vontade dos Diretores, sem que o Governo possa coibir qualquer emissão, que inundando o mercado de papel desacreditado, promova diminuição dos valores entrados nos Cofres Provinciais, empeore a sorte dos empregados, ocasione oscilações nas fortunas particulares, e estabeleça contra a Província o câmbio cada vez mais desfavorável. Nada receio dos atuais Diretores; eles têm dado provas de desejarem acreditar os efeitos do Banco mas a direção se muda e seus interesses a impelem a multiplicar empréstimos para tornar mais avultado o dividendo. O Banco tem deixado de realizar suas letras, pedido prazos a alguns, e recusado pagamento a outros. Semelhante fato importa uma bancarrota, e esta idéia tem calado tanto em nossa população, que apenas na Cidade e na Vila do Aracati correm as notas, e somente entre a Tesouraria e pessoas que com ela tem transações. Urge que tomeis negócio de tanta monta em consideração, e que delibereis com o mais acertado julgardes, ou anulando a lei de 3 de setembro de 1836, ou revendo os Estatutos pelos quais se rege o Banco, e impondo condições tais que removam para sempre o mal, que atualmente sofremos, e que promete agravar-se ainda mais. A simples leitura dos citados Estatutos podia-se afoitamente prever que o Banco em pouco tempo deixaria de satisfazer seus empenhos. Com um fundo de cerca de 60:000$000 de réis emprestou 170:000$000 de réis pouco mais ou menos a sujeitos que os reduziram a capitais fixos, edificando casas, construindo fontes, ou empregando em arrematações de qué não se podia tirar resultado se não no fim de três anos. Assim emitindo o Banco quase o triplo de seus fundos, não podendo realizar soma alguma por tão longo prazo, vê-se forçado a fazer face a todas as circunstâncias que ocorressem com a quantia que ao princípio entrou para seus cofres. A grande emissão, grande em relação às forças da nossa praça, tornou inútil não pequena soma de cédulas gerais que procuravam logo sa-

ída para Pernambuco, e outras Províncias. Este escoamento elevou-se a tanto que com dificuldade se encontram cédulas para pagamento de direitos nas Estações Gerais, alguma das quais por um criminoso abuso recebia também notas do Banco. Têm de entrar para a Tesouraria Geral cerca de 60:000$000 de réis provenientes de empréstimos feitos debaixo de diversos títulos, e difícil se torna semelhante entrada, havendo muito poucas cédulas, tendo estas o ágio de catorze por cento, e devendo elevar-se a muito mais logo que a Tesouraria Geral cumpra com seu dever fazendo executar os devedores. Entre estes figura o Banco mediatamente por 12:590$000 de réis que em bilhetes seus foram encontrados". (400)

Chegaram até a tentar o seqüestro de bens do Padre Alencar, a título de responsabilidade por falta de cédulas na tesouraria do Banco, cujo fundo realizado atingiu 87:600$000 e cuja liquidação ainda rolava pelo ano de 1851, publicado no jornal "Cearense" de 18 de março um edital datado de 25 de janeiro, chamando "os possuidores de apólices e aqueles que se acharem por pagar de quaisquer dividendos, para apresentarem seus títulos legais no prefixo prazo de 90 dias, a fim de serem pagos com os fundos existentes em letras do dito Banco". (401)

Na realidade, o Banco deixou de transacionar em 30 de maio de 1839. (402)

O desaparecimento do Banco Provincial foi um rude desencantamento na história das instituições de crédito no Ceará, cuja riqueza ainda por muito tempo, longas décadas, havia de correr apenas escorada ao amparo de casas comerciais que acanhadamente supriam os seus benéficos efeitos.

---

(400) *Livro de Registro de Correspondência de* 1837 a 1839. fls. 136; ver Pedro Théberge *Esboço*, vol. 3, p. 149.
(401) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 181.
(402) Théberge, *obra* cit., p. 161.

No relatório que em 1853 leu à Assembléia Legislativa, e bem poderá constituir substancioso capítulo do romance econômico cearense, já o presidente Joaquim Vilela de Castro Tavares lembrava aos srs. deputados "a criação de um banco que, concentrando os capitais dispersos, que criando-os mesmo pelo crédito, proporcione à indústria os recursos pecuniários de que tanto carece ela, desprendendo-a dos grandes embaraços com que atualmente luta a esse respeito".

E justifica: "As instituições de crédito concentram, como sabeis, os capitais que, divididos, nada produzem, distribuem-nos por quem pode empregá-los com vantagem e os multiplicam mesmo, fazendo-os funcionar muitas vezes, ma entretanto não existe a Província uma só dessas instituições. O agricultor, ou qualquer outro indivíduo, que precisa de avanços, quando os pode obter é com grandes sacrificios, e ou deixa de obter os lucros que espera de sua empresa, por falta desses avanços, ou tem de pagar juros exorbitantes ou de sacrificar uma porção do seu capital que quase sempre é apenas ressarcida, sendo os lucros absorvidos nos gastos da produção e consumo do empresário e dos trabalhadores". (403)

Em 1858 o presidente João Silveira de Sousa muito trabalhou pela organização dum banco: "Há muito que os interesses da agricultura e do comércio da Província reclamam a criação de um estabelecimento de crédito nesta capital – expunha ele à Assembléia – e essa necessidade tem subido de ponto atualmente em razão da falta cada vez maior de capitais e conseqüentemente da alta dos seus juros. Procurei entender-me a este respeito. com alguns negociantes e capitalistas mais abastados e de conceito nesta cidade e animá-los a tratarem da incorporação de um banco em que fossem consultadas as aspirações de

---

(403) *Relatório*, Tipografia Cearense, 1853, p. 64.

ambas aquelas indústrias. Com efeito, há pouco foram organizados os estatutos de uma instituição dessas e já submetidos por intermédio desta presidência à apreciação do Governo Imperial, o qual espera-se se dignará aprová-los, ou ao menos autorizar o estabelecimento aqui de uma caixa filial do Banco do Brasil". (404)

O seu antecessor, Xavier Pais Barreto, ao depois ministro do Exterior (1864), dedilhara a mesma tecla, incluindo entre os fatores do rotinismo da agricultura "a ausência completa de um estabelecimento de crédito". E em 1864 expressava no seu relatório (1º de outubro) o presidente Lafayette Rodrigues Pereira que não era somente a rotina o único inimigo do labor campesino, e sim também, aniquilando-o, a falta de capitais: "Bem diversa das empresas industriais, a agricultura carece de empréstimos a longos prazos. A terra diligentemente solicitada paga com usura as fadigas do homem mas os seus produtos vêm demorados, os processos da natureza não dependem, como as operações mercantis, da vontade humana, e daí a necessidade de estabelecimentos de crédito especiais para a agricultura". (405)

O Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire) congregou em 1869 alguns comerciantes de Fortaleza em torno da fundação duma casa bancária, que teria o nome de "Banco Comercial", com o capital de 1.000:000$000, podendo funcionar com 500:000$000, que "foram prontamente subscritos", mas, embora requerida a permissão para o funcionamento, não chegou a empresa a efetivar-se. (406)

Quando da sua segunda administração, pois outra vez, em 1867, presidira à Província, o Senador Pedro Leão Veloso concitava à criação de um instituto bancário: "Além

---

(404) *Relatório à Assembléia*, 1858, p. 30.
(405) *Idem*, 1864.
(406) *Relatório à Assembléia*, 1869, p. 19.

de instrução, carece a agricultura de capitais, sem os quais não lhe vale dispor de bons terrenos nem de braços. Esses capitais só os poderão fornecer estabelecimentos de crédito adaptados às condições da indústria agrícola. A Província tem necessidade vital de um banco que adiante capitais e juros módicos e a amortizações lentas aos agricultores que quiserem alongar as proporções dos seus estabelecimentos e introduzir os melhoramentos aconselhados pela experiência, bem como para despesas anuais da colheita; precisa de um estabelecimento de crédito que funcione a um tempo como banco territorial e agrícola. Mas é escusado esperar que esse banco se organize com capitais da Província, que não os tem, e só os terá com o desenvolvimento da riqueza permitindo a acumulação de economias. Os capitais hão de vir de fora, e para isto só vejo um meio: a realização do projeto por demais procrastinado, da criação, por incentivo e auxílio de Estado dum banco com sucursais ou bancos regionais. A não ser a esperança, que devemos alentar, de que os poderes gerais não podem adiar a solução deste problema vital para o país, eu não duvidaria aconselhar-vos que realizássemos na Província a ideia da lei de 6 de novembro de 1875, garantindo pelo tesouro provincial o juro de 7% a emissão de letras hipotecárias por um banco que aqui se estabelecesse acomodado às circunstâncias especiais da Província". (407)

Era mesmo aventuroso inverter dinheiro em negócio destes, numa região sempre vítima dum rosário eviterno de desgraças cósmicas, ameaça constante a qualquer mais ousado empresa, desengano às promessas mais sólidas, deixando o homem afinal preso aos intuitos vontadosos, mas desencorajado para ir muito longe, trabalhando num tateamento nervoso, instável, só tangido para a frente pela sua inquebrantável tenacidade.

---

(407) *Relatório à Assembléia*, 1881.

Com uma precisão ática observava o dr. Tomaz Pompeu de Sousa Brasil em 1893, na substanciosa *Memória* que preparou destinada a figurar como contribuição do Ceará à Exposição de Chicago: "O meio circulante no Ceará é visivelmente deficiente para suas transações mercantis; mal chega para acudir às necessidades do comércio na praça de Fortaleza e nas cidades do litoral. O aluguel do dinheiro excede as proporções de uma justa remuneração; regula de 12 a 15% anualmente. Os agricultares que, por seu crédito pessoal aí, conseguem havê-lo a 15%, comprometem irremissivelmente o futuro de suas lavouras, pois fora pedir mais do que a terra pode dar, lucros superiores a 20%, deduzidos os gastos de exploração. Muitos administradores chamaram a atenção do poder legislativo para o estabelecimento de instituições de crédito real, vendo nelas o remédio para essa ordem de males. Não nos iludamos com esperanças fementidas. Tais instituições dependem de um conjunto de circunstâncias que a ação dos poderes provinciais está longe de atingir ou de modificar. O dinheiro, como qualquer outra mercadoria, oferece-se onde a procura se faz sentir experimentando alternativas de altas e baixas, conforme a sua maior ou menor abundância. Quando o capitalista encontra colocação segura e rendosa para as suas economias, não as vai dissipar ou empregar alhures para satisfazer intuitos de puro patriotismo. A agricultura é entre nós uma propriedade precária, sujeita a mil acidentes, que a podem ferir mortalmente em prazo breve. A irregularidade das estações, as molésti-as parasitárias, os agentes atmosféricos, a negligência do senhorio, o fogo, o ataque de animais etc., são outras tantas influências destruidoras que a podem arruinar de um para outro dia. Isto quanto aos riscos de destruição porque para facilidade de permuta acrescem as delongas da justiça, as adjudicações hipotecárias e as mil formalidades do fisco. Em tais circunstâncias é de fácil explicação o

retraimento dos capitais para a agricultura. Ao capitalista falta a certeza de reembolso das quantias emprestadas à lavoura e a segurança de reavê-las no caso de sobrevir algum daqueles acidentes. Assim, o dinheiro a juro módico e a longo prazo para ela não passará tão cedo de mera aspiração, sobretudo enquanto a propriedade urbana e as indústrias remunerativas solicitarem os capitais disponíveis". (408)

Só nesse mesmo ano de 1893, com estatutos aprovados a 28 de fevereiro, se criou e a 7 de março passou a funcionar o "Banco do Ceará", sociedade anônima, com a duração de 50 anos a contar de Janeiro seguinte. O capital era de 1.000 :O00$000, dividido em 10.000 ações de 100$000, podendo elevar-se ao dobro se o aumento de suas operações o exigissem, ouvida a assembléia geral dos acionistas.

As ações eram nominativas até a sua integralização e depois convertidas em títulos ao portador, e o Banco podia a) "requerer ao governo federal e com ele contratar se lhe aprouver, emissão de bilhetes ao portador, pagáveis em ouro ou moeda corrente, garantida a emissão com depósito em ouro ou em apólices da dívida pública geral; b) descontar e redescontar letras de câmbio, notas promissórias e qualquer título comercial; c) fazer empréstimos em conta corrente ou a prazo fixo sob garantia de penhor, de hipoteca ou de fiança idônea; d) subscrever, comprar ou vender por conta própria ou de terceiros, títulos da dívida pública geral, do Estado ou da Municipalidade, letras hipotecárias, ações nominais ou ao portador de sociedades anônimas mediante comissão razoável, previamente fixada, dentro e fora do país, empréstimos do governo da Nação ou de qualquer Estado ou municipalidade, ou contratar com os mesmos quaisquer obras e construções; f) dar carta de crédito, sob garantia idônea; g) adiantar dinheiro sobre

---

(408) *O Estado do Ceará na Exposição de Chicago*, Fortaleza, 1893, p. 71.

algodão, açúcar ou quaisquer outras mercadorias de deterioração não fácil, seguradas e depositadas na Alfândega, ou em qualquer trapiche alfandegado ou não; h) receber em depósito com retiradas livres ou não, e em conta corrente com ou sem juros, dinheiro de particulares, de empresas e de estabelecimentos públicos; i) tomar dinheiro a prêmio por meio de letras ou de qualquer título comercial a prazo fixo; j) fazer operações de câmbio, de conta própria ou de terceiros; k) praticar, enfim, todos os atos que o direito comercial qualifica de operações bancárias".

A primeira diretoria formara-se dos srs. João Joaquim Simões, Alfredo Salgado, Joaquim Dias da Rocha, Tomé Augusto da Mota, José Albano Filho e Manuel Gomes Barbosa.

Pagava 3% ao ano pelos depósitos de retirada livre, 4% pelos de retirada com aviso de 15 dias; 5% pelos de 30 dias. As taxas dos depósitos a prazo fixo eram: 4% de 1 a 3 meses; 5%, de 4 a 6; 6%, de 7 a 9; e 7% de mais de 10 meses. Descontos de letras, de prazo não superior a 6 meses, 9%. Juros de empréstimos garantidos, 10%. O depósito mínimo era de 10$000.

Novos estatutos foram votados em 1900, sem alterações de essência.

A má administração conduziu o Banco à falência, requerida judicialmente pelo The National City Bank of New-York e decretada a 27 de dezembro de 1916. Os maiores credores eram o Banco Ultramarino, com 450:684$405, a União Federal, com 258:207$487 e o Banco Comercial de Porto Alegre, com 104:400$640. O passivo era de 5.037:557$03S.

Naquele mesmo ano de 1893, a 26 de julho, o Banco de Pernambuco abria "caixa filial" em Fortaleza, sob a gerência de Henry Harding, sacando sobre Londres, Paris, Hamburgo, Nova York e todos os Estados brasileiros. Depois de prestar bons serviços, fechou-se a agência em 1903, arrastada pela falência da matriz do Recife.

De 1910 em diante começa para o Ceará uma fase de maior interesse pelas coisas do crédito, com a instalação, gerente Mr. F. du Bois Kirton, da filial do "London and Brazilian Bank Limited", hoje Bank of London and South America Limited, após a fusão com o London and River Plate Bank Ltd.

Anteriormente havia o Barão de Camocim (Geminiano Maia) projetado a organização dum estabelecimento bancário, a chamar-se "Banco Comercial e Agrícola", para cujo capital todos os importadores de mercadorias, nacionais ou estrangeiras, cederiam cinco réis por quilo de gênero importado, assim como o fariam os agricultores que desejassem associar-se, concorrendo com a mesma taxa por quilo de gênero remetido para Fortaleza. Uns e outros gozariam do direito de sócio remido, podendo fazer suas transações no Banco à taxa máxima de 6% ao ano. Calculava-se então em 150 milhões de quilos as mercadorias entradas por ano no porto da Capital, o que daria a arrecadação de 750:000$000 ou fosse, em dois anos, a importância de 1.500:000$000. Deduzidos desta 100.000$000 para a construção dum edifício sede da Associação Comercial e do Banco, "ficaria ainda a bonita soma de 1.400:000$000 para este fazer o seu movimento, auxiliando e facilitando a todos os associados e podendo dessa forma prestar grandes serviços ao comércio e agricultura do Estado". (409)

Gorado o intento, pois que dele resultou apenas a construção do prédio, só mais tarde se fundaria outro estabelecimento creditório genuinamente cearense, visto como não se pode considerar assim a abertura de uma agência do "Banco do Brasil" em Fortaleza (14 de agosto de 1913).

Esse primeiro Banco cearense foi a Casa Bancária Frota & Gentil, à inspiração do sr. José Gentil Alves de Carvalho, sobralense de notáveis merecimentos pelo espírito de realização que possuía, e que, iniciando uma seção

de crédito na sua casa comercial, pôde transformá-la no atual "Banco Frota Gentil S.A."

A este sucederam-se vários outros, que exploram o comércio do dinheiro, agindo todos, no entanto, ao influxo das incertezas econômicas próprias do meio e, por isso, atuando mais como negocistas preocupados com o alcance do lucro mercantil, do que como elemento de estimulação e amparo aos produtores, que ainda não se livraram das garras dos intermediários e dos financiamentos feitos pelos comerciantes exportadores e industriais consumidores.

Já foi lembrado, para solução, criar-se um Banco Central, mantido em conjugação inteligente e prática pelo governo e por particulares, e que, financiando os agentes da produção a juros baixos e diminuindo os riscos dos bancos comuns, assegurasse a colocação dos produtos contra as variações naturais e artificiais do mercado. A maior ampliação e o melhor emprego do crédito necessariamente promoveriam a renovação e a consolidação da riqueza coletiva cearense. (410)

---

(409) *Projeto e Parecer sobre a construção de um edifício* e *Criação de um Banco Comercial e Agrícola*, Tip. Cearense, 1906.
(410) Ver, sobre a origem de cada Banco, *O Ceará* de R. Girão e A. Martins Filho, cit., p. 483.

Capítulo XII

Capítulo XII

AINDA O GOVERNO DE ALENCAR

Muitos outros empreendimentos são testemunho eloqüente das qualidades de vero estadista que forravam a individualidade do Padre Alencar.

Incumbido, ao ser nomeado, de dar execução no Ceará ao Ato Adicional, que substituíra os conselhos provinciais pelas assembléias legislativas, instalou a primeira agremiação política cearense no simbólico dia 7 de abril, do ano de 1835, e ambos se mantiveram na mútua compreensão mais fecunda em prol dos interesses da Província. "Alencar a impulsionou para o bem e ela aceitou, sem restrições nem reservas, sua superior iniciativa e ascendência, como aconteceu a D. José para com o Marquês de Pombal". (411)

Na *Fala* ou mensagem que lhe então rezou, (412) a primeira das três que teve ensejo de ler aos novos deputados, o presidente deu o pano de amostra de sua pujante visão administrativa, encarando com segurança os problemas governamentais mais prementes.

Tudo estava por fazer: dominava a insegurança individual, o desmantelo da instrução pública, o abandono da religião, entregue, "guardadas algumas excepções, a homens a quem faltam os elementos necessários para desempenharem o custoso ofício de pároco". A agricultura

---

(411) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 175.

(412) O teor desta Fala está na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 156-172.

precisava de braços, não havia estradas, não havia obras públicas, e nas finanças o *deficit* era grande. Para o ano financeiro seguinte a receita ia a 16:038$229 contra a despesa de 66:677$560, uma diferença, portanto, de 50:639$331, sem ao menos poder-se recorrer ao orçamento geral, que também se mostrava deficitário.

Mas depressa os facínoras conheceram a prisão, a morte ou a fuga, e as escolas em vez de muitas e inúteis, com professores ganhando ninharia, passaram a ser em menor número e mais eficientes: "Para pôr em melhor pé a instrução pública em nossa Província, não vos lembro, Senhores, por ora a criação de muitas cadeiras; ao contrário julgo conveniente suprimirem-se algumas que, colocadas em lugares de muito pequena população, se têm tornado outras tantas sinecuras aos professores. Julgo, porém, muito conveniente que do dinheiro das cadeiras que forem suprimidas destineis uma quantia com que o governo possa gratificar a cinco professores deste nome, e que devem residir nas cinco primeiras localidades da Província, isto é, Capital, Aracati, Icó, Crato e Sobral".

Com o fim de sanar a deficiência orçamentária, em lugar de aumentar os impostos o que se devia fazer era cobrar os existentes, "cujo produto atualmente não no Tesouro, talvez pela metade do que devia. Para prova disto, Snrs., basta dizer-vos que o imposto de cinco réis da carne verde (413) tem rendido na proporção de um foi morto por dia em toda a Província, quando só na Capital se matam 6 a 8 diariamente".

De referência ao incremento da produção, aconselhava formar-se em cada município uma *Companhia* de *Trabalhadores*, em que se alistassem os indivíduos que, não tendo renda bastante para constituí-los guardas nacionais, pudessem ser assalariados pelos agricultores ao preço corrente, tirando-os assim da ociosidade.

---

(413) Este imposto foi logo suprimido pela lei n. 4, de 14 de maio, assim como o subsídio literário.

Para a construção das obras públicas, idéia originalíssima, seria criada uma dessas companhias com homens "efetivamente pagos, vestidos e aquartelados a custa da Fazenda Provincial e entregues à disposição do governo em tudo semelhante a uma companhia de guarda policial, com a única diferença de que teria no seu quartel "em vez de armas, foices, machados e todos os instrumentos de laboragem".

Era preciso habilitar o governo a abrir estradas, primeiramente para as vilas do Icó e Sobral "que facilitem a condução dos produtos destas duas importantes localidades da Província para a Capital" e então "vereis logo, Snrs. deputados, muitos navios em nosso porto a procurar os gêneros de que abundarmos e que nos deixarão os direitos das fazendas que consumirmos, não em Pernambuco como agora sucede".

E não esquecia, encarando o problema das secas, a feitura de açudes: "Nós temos já uma lei geral (414) que algum incentivo dá para a fatura dessas obras; mas foi tão diminuto o prêmio que ela ofereceu que nenhum efeito tem causado. Cumpre duplicar a quantia destinada naquela lei para o prêmio de cada braça de açude (10$000 por braça de extensão nos açudes de pedra e cal, e 5$000 nos de terra) que se fizer; e além disso convém que as câmaras por suas posturas obriguem os proprietários ricos a construírem em suas fazendas estes reservatórios".

Até as fontes artesianas foram objeto de cogitação, embora reputasse "esta empresa superior às nossas possibilidades, convindo antes esperarmos que elas apareçam em alguma outra Província do Brasil, para então com melhor conhecimento de causa nos propormos a efetuá-las em a nossa".

"Não sei se é o ardente desejo que me anima pelo melhoramento da Província – dizia ele à Assembléia – que me faz entrever que o nosso caso não é desesperador; ao

(414) Dec. de 5 de agosto de 1832.

contrário, divulgo recursos imensos: nossa Província, que fora muita gente faz dela a mais triste idéia, supondo que nem água temos para beber, (415) quanto a mim não necessita senão de um impulso para se verificar o seu melhoramento. Está em vossas mãos dá-lo; o mais fará o solo abençoado, o clima em que vivemos".

Conduzindo esta senha o Padre e a Assembléia se entenderam e completaram. Muitas iniciativas ele tomou com desassombro, na certeza de que patrioticamente ela aprovaria depois.

Na segunda *Fala* (1º de agosto de 1836.) podia escrever que o Ceará, a despeito dos terríveis exemplos de anarquia nas duas extremidades do Império, se tem constantemente conservado isento de comoções políticas, e que o espírito de seus habitantes ao menos em sua grande maioria se achava bem disposto à conservação da paz e muito inclinado aos melhoramentos reais da Província.

"Cabe-me a satisfação de dizer-vos – acrescentava ao referir-se às obras públicas – que neste ramo já não se acha a Província no estado em que vo-la descrevi na sessão passada; pouco temos, é verdade, em relação ao muito de que necessitamos, mas enfim já alguma cousa temos. Reconhecendo como a primeira necessidade a abertura das estradas em nossa Província, onde uma só légua de navegação por água não temos para o interior, eu tenho aplicado a elas todos os meus cuidados e quase todos os fundos que na lei do orçamento destinastes às obras públicas. Em conseqüência, a estrada desta cidade até a vila do Aquiraz, na extensão de sete léguas, se acha em linha reta, ou bem aproximada, com trinta e dois a quarenta palmos de largura (416), destocada e aplainada, com grandes aterrados nos lugares pantanosos e lamacentos, e com

---

(415) Erro em que ainda hoje incorre muito brasileiro ignorante.

(416) Largura determinada depois pela lei n. 46, devendo ser plantadas de um e outro lado das estradas, árvores que fizessem sombra.

duas pontes de madeira é quase ao ponto de ter três, o que tudo já dá cômoda passagem aos viandantes. De certo o rio Cocó, com as suas inundações e lamaçais, que no tempo das águas não deixava passar alguém para a cidade, hoje ainda no maior rigor do inverno dá uma passagem não só cômoda, como agradável. A estrada tão interessante para a vila do Icó tem o seu rumo tirado em linha reta, deixando-a em cinqüenta e três léguas e meia que até agora se contavam. A sua abertura está em andamento, dando-se-lhe começo da vila de Messejana para lá, por administração, e do Icó para cá por empreitada com o cidadão João Batista Vieira. Eu espero que até o fim do presente ano teremos pronta esta estrada, que de certo chamará à Capital o comércio da interessante vila do Icó. Também se acha com rumo tirado e empreitada a estrada do Aquiraz para o Cascavel, com o cidadão Antônio José Pereira e desta vila para a do Aracati com o cidadão José de Queiroz Lima. A estrada 'para as vilas do oeste também já se lhe deu começo, achando-se o seu rumo tirado até a povoação de Soure e aberta, destocada e aplainada até o Alagadiço Grande, na distância de uma légua. Estou mandando chegar madeira para a ponte do rio Ceará, nesta estrada, assim como se está fazendo uma outra ponte no rio Canaçu, na estrada para o Aquiraz. Fiz construir uma ponte de pedra e cal no regato que divide a Cidade do bairro da Prainha, tirando dali a velha ponte de madeira tão arruinada que fazia daquele lugar, aliás dentro da cidade, o mais terrível mau passo para os carros, com notável incômodo do comércio, que da Prainha, onde se acha a Alfândega, conduz todos os seus gêneros em carro, como sabeis. Reconhecendo, também, que um dos grandes males da nossa Província é a falta de águas na estação seca, eu tenho aplicado algum cuidado à fatura de açude e em conseqüência mandei fazer um na lagoa do Garrote (Parque da Independência, onde funciona a Cidade da Crian-

ça), e outro no sangrador da Lagoa de Messejana que, formando uma passagem cômoda para os viajantes, represou ao mesmo tempo tanta quantidade dágua que fez daquela lagoa um formidável lago, que impossível será secar ainda mesmo que tivéssemos dois anos de secas consecutivas. Também coadjuvei a fatura de um açude na vila do Aquiraz, que hoje tem nele uma fonte segura, e mandei fazer outra na povoação de Soure, cujos habitantes pela seca iam buscar água para beber a meia légua de distância. Tenho finalmente entre mãos a obra de um chafariz dentro da cidade e espero que se não dirá mais que a capital do Ceará não tem uma fonte pública. Releva aqui significar-vos, Snrs. os grandes. embaraços que tenho encontrado no trabalho das obras públicas por falta de braços. A Companhia de Trabalhadores, criada pela vossa lei de 24 de maio de 1835 e a que dei o regulamento respectivo, que vos será presente, de pouca utilidade tem sido, pois sendo limitado dentro de seis meses o marcado para durar o serviço de voluntários; e o pequeno de dois meses de prisão, seguindo-se à demissão na reincidência para punir a deserção, aconteceu que Os voluntários saíram do serviço apenas completaram o seu tempo, e os outros, anhelando a demissão, têm acintosamente desertado, de maneira que se acha a Companhia apenas com 20 trabalhadores, e a não serem os africanos apreendidos, dos quais apliquei trinta às obras públicas, medida já aprovada pelo Governo Central, creio que nada poderia ter feito". (417)

---

(417) A lei n. 12, de 24 de maio, autorizara o presidente a assalariar 50 trabalhadores para serem efetivamente empregados na abertura de estradas e mais obras públicas, vencendo cada um 320 réis diários e preferindo-se os que voluntariamente se engajassem, os quais perceberiam mais 40 réis de gratificação e ficariam desobrigados depois de seis meses de serviço. Não havendo voluntários, seriam chamados homens solteiros entre 18 e 36 anos de idade, excetuados os alistados na Guarda Nacional e os filhos únicos, arrimo de mãe. Esses trabalhadores eram comandados por um primeiro e segundo capatazes nomeados pelo governo.

Para tais obras a lei n. 5, de 16 de maio daquele ano, aprovara o engajamento, pelo presidente, de seis. oficiais europeus, que também trabalhariam em obras particulares, quando não houvesse as do governo. Conseguira-os por mediação de Antônio Marques da Costa, do Recife.

Lançando mais longe o disco, recebeu em setembro do ano seguinte autorização legislativa (lei n. 43, de 14 de setembro de 1836) para mandar engajar em St. Cloud, na França, 50 trabalhadores adestrados no preparo de estradas, para serem empregados nas obras públicas da Província, e, assim autorizado, encarregou da incumbência o conhecido cientista bacharel Marcos Antônio de Macedo. O engajamento seria por seis anos, vencendo cada engajado a remuneração marcada em tabela ou o que se ajustasse, descontada a décima parte para a despesa feita pelo governo com a sua passagem e a de sua família, se a tivesse. Findos os seis anos, se a administração não estivesse indenizada das despesas, ficaria o engajado na obrigação de reengajar-se, até a ultimação do débito. (418)

Muito retardados chegaram ao porto de Fortaleza, com escala pelo do Recife, 16 obreiros, uma mulher e duas meninas. Em vez de homens com a necessária aptidão para o trabalho de estradas, segundo a crítica do sucessor de Alencar, Felizardo de Sousa e Melo na sua *Fala* de 1º de agosto de 1838, vieram 4 pedreiros, 2 carpinteiros de obras grossas, 1 de carros, 1 ferreiro, 1 arquiteto, 1 serralheiro, 2 marceneiros, 2 cavouqueiros e dois canteiros. (419)

Falhara, pela. inoportunidade da chegada e má escolha dos artífices, a providência do sábio governante.

---

(418) A portaria de nomeação do dr. Macedo, as "Condições de Engajamento" e a Tabela, se acham transcritas na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 188-191.

(419) *Livro de Registro de Correspondência*, anos de 1837-39, fls. 136, no Arquivo Público do Estado. Vejam-se Senador Pompeu, *Ensaio*, vol. 2., p. 314, e João Brígido, *obr. cit.*, p. 477.

O mesmo Sousa e Melo deu-lhes destino: "Não temos na Província arsenais em que se pudessem empregar alguns destes trabalhadores e para os ofícios de outros faltam matérias primas, como pedras para os cavouqueiros e canteiros, pois que em torno da cidade não há pedreiras; nem a Província tem rendas suficientes para mandar construir pontes de cantaria nos rios, junto dos quais nem sempre há pedra apta para ser talhada. Havia já na Cidade um serralheiro que pouco ou nada tinha a fazer, e como deveria a Província montar uma tenda deste ofício com dois operários pagos a 8 e 7 francos por dia? Desprezando os princípios administrativos, seria conforme as regras da mais trivial economia constituir-se o governo provincial empreendedor de um ramo de indústria que pouco ou nenhum consumo tem. O que deixo dito dos serralheiros se aplica igualmente aos marceneiros; por isso tratei de, sem ferir a fé e crédito da Província, desfazer-me de tão inúteis artífices, e consegui que os sete últimos consentissem na rescisão do contrato com a condição única de serem transportados até o Rio de Janeiro, com o que apenas se fez a despesa correspondente ao que. eles em ócio venceriam em mês e meio. Entre os que ficaram há um inteiramente inútil: para que poderá servir no Ceará um arquiteto de edifícios? A nossa Província não abunda em capitais; a riqueza mais acumulada se acha nos sertões. Na capital o comércio é fraco e só pequenos capitalistas existem: e em tão desfavoráveis circunstâncias será conveniente gastar anualmente 960$000 pouco mais ou menos, sem que uma planta talvez se tenha a exigir? O arquiteto quer a execução do contrato, porque de sua parte está pronto a satisfazer as condições a que se sujeitou, e eu, zelando o crédito provincial, não me tenho animado a tomar medidas a semelhante respeito. Em vossa sabedoria deparareis maneira de, guardando-se o decoro que nos é devido, eliminar despesa tão desnecessária. Dos pedreiros apenas o que

vence oito francos por dia pode ser encarregado de, por si, levantar uma parede: os outros, são maus oficiais, e todos muito morosos e inferiores aos nossos. O encarregado do engajamento dos calceteiros afirma que os artífices são peritos em seus ofícios e que passarão por exames em que mostrarão aptidão: apesar desta afirmação eles aqui se têm apresentado mais do que medíocres, ou seja isto devido à. ignorância ou à falta de amor ao trabalho". (420)

Decisão de maior alcance, no entanto, havia de ser a que pleiteou Alencar na sua referida segunda *Fala:* "Permiti-me ainda, Srns., ocupar um pouco a vossa atenção lembrando-vos o que eu julgo indispensável ao melhoramento de nossa agricultura, e pelo conseguinte do comércio que, sem ela, efêmero será o seu engrandecimento. Eu devo notar-vos que a nossa importação é extremamente grande em relação à nossa exportação: isto indica falta de produção no país (Província), o que por último sempre nos trará uma bancarrota, mormente se tivermos a infelicidade de uma seca no sertão que, diminuindo nossos gados, nos prive do dinheiro que por compra deles entra na Província, e que faz diminuir a falta de peso na balança da exportação. Todo este mal parte da falta de braços que se empreguem na lavoura, o que sendo geral em todo o Brasil mais' notável se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos. Logo, parece-me que devemos aplicar toda a nossa atenção para adquirirmos Colonos, que venham povoar as nossas terras devolutas e aumentar a nossa cultura. Em reconhecendo esta necessidade não me tenho descuidado de fazer tudo ao meu alcance para introduzir na Província alguma colonização; minha correspondência a este respeito vos será apresentada, e por ela vereis que breve devemos aqui esperar alguns centos de Colonos. Mas ainda não é isto bastante.

---

(420) *Livro de Registro de Correspondência,* anos de 1837-39, fls. 136.

Convém que por vossas leis encorajeis a colonização, e eu lembro a idéia de diminuir pela metade os impostos provinciais a todo aquele agricultor que lavrar em sua fazenda com um certo número de Colonos, que a vossa sabedoria julgar conveniente. Isto que a muita gente parecerá causar um desfalque nas rendas provinciais, será pelo contrário um incentivo para que elas tenham um rápido aumento".

Na verdade, desde muito antes, de moto próprio o Padre Alencar agitava ,o tema da importação de colonos estrangeiros, tendo escrito em 28 de maio de 1835 ao comerciante de Pernambuco, Antônio José de Amorim: "Entre os melhoramentos que na qualidade de presidente desta Província, e mesmo como cidadão residente e estabelecido nela, tenho procurado promover-lhe, a colonização estrangeira me tem parecido um dos mais importantes, e por isto não tenho cessado de aplicar a ela os meus cuidados; e tenho já posto em prática algumas diligências a respeito, lembrei-me agora de dirigir-me a V. Sa. pedindo-lhe queira favorecer esta pretensão, ajustando com alguma casa de comércio dessa praça, que tenha embarcações na carreira das Ilhas, para mandar vir uma dessas embarcações carregadas de Colonos da Ilha da Madeira, ou de qualquer dos Açores, para esta Capital, asseverando a essa casa que aqui receberá prontamente a mesma embarcação toda a despesa de transporte dos ditos Colonos, ao que me obrigo como presidente da Província, que me julgo autorizado a mandar pagar por conta dos dinheiros destinados para as obras públicas as despesas necessárias à fatura das mesmas obras, e já como cidadão agricultor do país, que pretendo tomar alguns à minha conta particular, para os empregar na agricultura, e também para outros agricultores que os receberão para o mesmo fim, segundo palavra que já me têm dado". (421)

---

(421) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 183.

No início do seguinte ano, interessava no assunto o cônsul geral do Brasil em Lisboa, Mariano Carlos de Sousa Correia, confiando-lhe, em carta de 20 de janeiro, a missão de enviar para o Ceará "algumas famílias, com especialidade de agricultores e criadores, sendo todos do campo, onde sempre reina mais simplicidade de costumes". (422)

Em novos ofícios, de 5 de julho e 30 de agosto, dava àquele cônsul a certeza de serem bem acolhidos os Colonos e pagos prontamente os gastos com a viagem, mandando-lhe por último a relação das pessoas "que querem e se obrigam a recebê-los, não como escravos, sim como homens livres, em suas fazendas e partilhar com eles os lucros delas, conforme for ajustado. Outros os querem para feitores de escravos, outros há, e eu sou um deles; que pretendem dar terras aos colonos para plantarem cana, com a única condição de moerem nos seus engenhos, de meação como é costume aqui, mesmo entre a gente do país. Outros, porém, querem assalariar os colonos, pagando-lhes o preço corrente do país, que segundo disse a V. Sa. naquele meu ofício regula agora 320 réis, inclusive comida".

A Assembléia tudo aprovou, e consignou no Orçamento a verba de 6:000$000 para custear a introdução (lei n. 59, de 26, de setembro de 1836, art. 1, n. 19), e na terceira *Fala*, de 1º de agosto de 1837, escrevia o Padre esperançoso: "Inda não pôde sortir efeito a constante diligência que tenho posto em prática para introduzir colonos açoreanos em nossa Província; contudo, segundo as últimas participações do cônsul do Brasil em Lisboa, o Snr. Mariano Carlos de Sousa Correia, que muito nos tem ajudado neste negócio, devemos esperar a cada instante que entre pela nossa barra alguma porção desses colonos".

Mas somente a 15 de novembro de 1837, apenas 10 dias antes de transmitir Alencar o exercício do cargo ao vice-

---

(422) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 184.

presidente Major Facundo de Castro, aportaram a Fortaleza 120 colonos, vindos pelo brigue "Maria Carlota". (423)

O cônsul Sousa Correia entregara a João Afonso Botelho a mobilização dos colonos, por meio de *Instruções* que, impressas na Imprensa de J. M. R. e Castro, rua Formosa, n. 77, Lisboa, constituíam para eles documento contratual com que se habilitavam a bordo e reclamariam de futuro os seus direitos.

Convém transcrever na íntegra este contrato:

"PASSAGEM GRATUITA PARA O BRAZIL A BORDO DO BRIGUE "MARIA CARLOTA"

Instruçõens, que entrego ao Sr. João Affonso Botelho para, na conformidade dellas, engajar nas Ilhas dos Açores os Colonos, que lhe for possível por ordem que tenho do Exmo. Sr. José Martiniano d'Alencar, residente na Cidade da Fortaleza. Provincia do Ceará, no Império do Brazil, a saber.

I

Paga o Engajador a importancia da passagem dos Colonos, e os receberá na dita Cidade, e immediatamente passará a accomoda-los convenientemente para que elles possão promover os seus interesses.

II

O Engajador dará aos Colonos terras para plantarem canna d'assucar, com a condição de

(423) O Senador Pompeu regista esta chegada a 18 de junho (*Ensaio*, vol. 2, p. 314).

as moerem de meação no Engenho da Fazenda, a que pertencerem os ditos terrenos, cujos Proprietários lhes adiantarão os dinheiros necessário para a compra de ferramenta, comida, roupa, bois para carro, e cavallos para carga, indispensáveis na lavoura, para ao depois – irem pagando pelo producto do seu trabalho.

III

Depois dos Colonos haverem pago o que deverem, poderão estabelecer-se d'ontra qualquer forma, que quizerem, na certeza de serem protegidos, e coadjuvados pelo Engajador, que espera da parte dos Colonos toda a fidelidade. e provas de homens honrados, para assim formarem uma Povoação na sua Fazenda do Alagadiço Novo, onde já tem algumas casas, que serão dadas aos Colonos, que nellas couberem, e se farão outras novas, cooperando os' Colonos com seus serviços.

IV

Para os que forem officiaes d'officios haverá sempre que fazer na Cidade, Fazenda do Engajador, e na Villa de Mecejana: assim como tambem ha Ollarias para aquelles que forem Olleiros.

V

Os Colonos, que quizerem occupar-se em uma Fazenda em criar gado de toda a especie, terão um quarto de toda a produção; e para

isto bom será que tenhão alguma prática. Finalmente os Colonos serão tratados com todo o agasalho, e terão muitissimos meios de enriquecerem com facilidade, uma vez que se queirão dar ao trabalho. Lisboa 4 de Julho de 1837.

MARIANO CARLOS DE SOUSA CORRÊA.

N. B. – Na Fazenda do Alagadiço Novo, e sitios contiguos, para onde se convidão os Colonos, hum só homem, trabalhando pelo seu braço, não precisa que seja um grande trabalhador para plantar, e tratar de tres tarefas de cannas annualmente: cada tarefa costuma dar seis pipas d'aguardente. vindo a dar as tres tarefas dezoito pipas; estas dando nove de meação ao Engenho, ficão-lhe nove, que vendidas a 50$000, preço minimo, monta a 450$000, que ainda tendo de gastos 505000 em carretos de estrumes para as cannas, e das pipas para a Cidade, sempre lhe ficarão livres 400$000.

Em virtude do que o abaixo assinado convida a apresentarem-se-lhe as pessoas pobres desta Ilha, que queirão passar para a Provincia do Ceará a bordo do seu Brigue Maria Carlota, na certeza de serem muito bem tratados, e livres de lhe pagarem quantia alguma de passagem.

JOÃO AFFONSO BOTELHO".

Entretanto, como acontecera aos de St. Cloud, os imigrantes ilhéus, salvo exceções, parece foram mal escolhidos.

Por que o tangesse o partidarismo intolerante, ou por que na realidade não tivesse havido o rigor recomendado por Alencar na separação dos colonos, desmereceram estes a simpatia do presidente Sousa e Meio, que na sua citada *Fala* expunha aos srs. deputados: "Em novembro do ano passado aportaram às nossas praias 120 colonos das Ilhas dos Açores e foram distribuídos por diferentes cidadãos, pagando estes metade da passagem à vista, e a outra parte em prazos de seis meses e um ano. As despesas com os menores de 12 anos e gastos com os doentes foram feitas pelos Cofres Provinciais em conseqüência do art. I, $ 19, da lei de 26 de novembro de 1836. As vistas da Assembléia Provincial, decretando a quantia de 6:000$000 para Colonização, não foram preenchidas. O nosso cônsul em Lisboa naturalmente por não ter pessoa de quem lançasse mão encarregou do ajuste dos colonos ao próprio dono e comandante do navio que os transportou e sendo o primeiro interesse deste trazer o maior número possível, não teve escrúpulo algum na escolha dos indivíduos, e como em geral os vadios, vigiados pelo Polícia e criminosos, são os primeiros que se oferecem a mudar de terra para exercerem com menos riscos e mais proveito seus péssimos atos, aconteceu que não pequeno número de pessoas prejudiciais à segurança e moralidade pública fossem importadas. Segundo as informações que tenho colhido, uma grande parte dos colonos são ociosos, e não se querem prestar a nenhum ramo de indústria, e alguns têm cometido assassinatos, praticado roubos, e fugido para o interior do país. Bem poucos dos que tomaram semelhante gente deixam de ter fortes motivos de arrependimento e razões há para recear que aqueles que têm procurado o centro vão depravar os costumes das pessoas ignorantes e instruí-las nas manobras de roubo, de que felizmente poucos ou nenhuns exemplos têm até agora havido. Talvez que o condutor de tão maus hóspedes empreenda nova negocia-

ção, mas estou disposto a não coadjuvá-lo com dinheiros públicos; e dados tenho para acreditar que nenhum agricultor ou criador de gados queira correr os riscos de admitir em suas casas quem pode causar-lhes danos semelhantes aos que praticaram os primeiros colonos. Com menor quantia que a improficua e danosamente gasta com a colonização das Ilhas, poderíamos ter aproveitado muitos dos nossos braços, aliás hoje inúteis ao país. Entendeu-se mal que o Diretório dos índios se achava extinto pela Constituição, e daí resultou. a dispersão de uma grande parte da nossa população, seu rápido decrescimento e extraordinária diminuição dos produtos agrícolas. Quando as vilas de Messejana, Arronches e Soure eram habitadas por índios dirigidos por leis particulares, o agricultor, com gasto módico, encontrava trabalhadores que o ajudavam nas estações próprias, e hoje dificilmente encontra quem se preste a abrir um roçado e preparar terra para receber as sementes. Com dificuldade e excessivo preço acha o Governo Provincial operários para abrir estradas, reparar as existentes, consertar açudes, e serventes para outras obras públicas, e tudo se poderia conseguir com pequeno dispêndio se estivesse aldeada esta classe de homens. Por utilidade pública e benefício aos indígenas, mister é tomar sobre eles algumas providências".

Anteriormente (17 de julho), o vice-cônsul português Manuel Caetano de Gouveia havia representado ao mesmo presidente, pedindo proteção para os colonos.

Alencar, fiel à sua palavra, empregou alguns no serviço do seu sítio em Messejana, e outros donos rurais o fizeram, porém muitos se desavençaram com eles, chegando a processá-los e encarcerá-los. (424)

Outra vez, não por culpa do notável administrador frustraram-se os seus bons desígnios. Porém, afinal, o

---

(424) *Ofício do Corpo Consular, de* 1832-59, maço 791, no Arquivo Público do Estado.

Ceará muito ganhou, porque muitos daqueles açoreanos "fizeram fortuna e constituíram famílias, numerosas e honradas, que ainda hoje lhes honram o sangue e o nome com uma descendência abastada e conceituada, composta de estimáveis conterrâneos e dignos concidadãos".

Esculpem-se no pedestal granítico da gestão do Padre José Martiniano de Alencar um sem conto de outras iniciativas, que o consagram, sem favor, o maior dos homens de governo do Ceará, em todos os tempos.

"Tenho continuado sempre as obras públicas – está na sua última Mensagem – tanto quanto permitem nossos pequenos meios. A estrada para o Aracati já está aberta com 32 a 40 palmos de largura até além do Cascavel na distância de 13 a 14 léguas, e tem seu rumo tirado até aquela vila. A do Icó não está concluída porque os empreiteiros não cumpriram os seus fatos, e só tem tido andamento regular naquela parte que é feita por administração: espero pois que se os empreiteiros satisfizerem os seus tratos, como novamente têm prometido, ela fique concluída até março do seguinte ano. Levantaram-se mais os aterros da vargem do Cocó que inda foram em parte levados pelas cheias do passado inverno, e temos mais uma ponte de madeira com 140 de comprido no rio Canaçu, e outra de 40 na vargem adjacente com um aterrado de 120 braças com 40 palmos de largura, e de 5 a 11 de alto, o que tudo faz daquele rio e vargem, outrora intransitável pelo inverno, um passeio cômodo e agradável. Além disso consertaram-se vários maus passos na estrada para o Aquiraz, a qual o último empecilho que tem para o tempo das águas é o rio e a vargem do Pacoti... Cabe aqui dizer-vos, Snrs., que sendo uma das nossas primeiras necessidades a abertura de novas estradas para fazermos chegar à Capital os recursos e produtos de todas as partes da Província, julgo conveniente que autorizeis ao governo para convidar Companhias de nacionais ou estrangeiros para se empregarem

na abertura das estradas e faturas de pontes e aterros, concedendo-se-lhes a faculdade de exigirem um tributo de passagem, que fosse bastante para cobrir o capital e prêmios do dinheiro empregado nestas obras. Se esperarmos que todas as estradas de que necessitamos em nossa vasta Província sejam feitas com os pequenos meios de nossa receita ordinária, tarde serão feitas".

Acorçoou a construção de açudes e conseguiu do governo central um engenheiro técnico em fontes artesianas, os utensílios necessários para se abrir uma delas". Pensou na importação de camelos para fins de, aclimação ao meio, criou em Parangaba a feira dos gados grossos, e providenciou na aquisição de modelos de máquinas para o efeito da educação rural, tais como engenhos de serrar, de descaroçar algodão, de fazer manteiga, descascar café, debulhar milho, moer, espremer e peneirar mandioca, arados, cultivadores, grades de campo, etc. (lei n. 45, de 14 de setembro de 1836).

Como exemplo ou estímulo, mandou vir um engenho de ferro para moer cana, o primeiro que chegou à Província, e fê-lo assentar em seu sítio Alagadiço Novo, encarregando-se da montagem o francês Gagné. (425)

Dotou a Capital com uma iluminação de azeite e um serviço de abastecimento dágua por meio de chafarizes, e muito se esforçou pelo levantamento de um desembarcadouro, confiados o plano e orçamento ao engenheiro João Estêvão Seraine.

No domínio das finanças agiu com sabedoria, procurando a todo custo melhorá-las sem o sacrifício dos contribuintes.

Pelo Ato Adicional as Províncias tiveram uma economia orçamentária distinta das rendas e despesas gerais a cargo da Tesouraria de Fazenda, e então pela primeira vez, no Ceará, foi votado pelos representantes do povo a

---

(425) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 202.

lei de meios (lei n. 23, de 4 de junho de 1835) com a despesa de 91:962$400 e a receita de 31: 335$815, constituída dos seguintes réditos além de outros decretados na sessão legislativa e as dívidas ativas, pois o mais ficara para o governo central:

1. Décima dos prédios urbanos ..... 1:000$000
2. Dita de legados e heranças ..... 1:070$542
3. Direitos velhos e novos de oficio ..... 608$499
4. Dízimos de miunças ..... 10:000$000
5. Emolumentos da secretaria da presidência ..... 42$946
6. Ditos das visitas da saúde ..... 164$000
7. Ditos dos passaportes ..... 48$850
8. Impostos de 20% de aguardente ..... 7:000$000
9. Meia siza de escravos ladinos ..... 846$345
10. Rendimento dos próprios nacionais ..... 1 17$633
11. Ditos de amarração de anilhos 37:000
12. Terças partes dos ofícios ..... 400$000
13. Imposto de mil réis em cada rês ..... 10:000$000

Rs. ..... 31:335$815

Pela lei n. 24, do dia 15, fixara-se o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e com a 26 de setembro do ano seguinte, lei n. 58, criou-se a repartição ou órgão arrecadador e pagador – a Tesouraria Provincial, com um inspetor, um contador, um tesoureiro e outros funcionários, regulamentada e instalada respectivamente a 22 de junho e 1º de julho de 1837, e mais tarde reformada pelas leis de 15 de novembro de 1842 e de 22 de setembro de 1857.

Esclarecia Alencar à Assembléia, na segunda Fala: "Snrs., é já com mais ânimo que vos falo nessa matéria (finanças). Com os impostos que decretastes o ano passado, fizemos face ao créscimo de nossas despesas, sendo, as que já existiam decretadas, suprimidas pela Caixa Geral como ordenava o art. 33 da lei de 3 de outubro de 1834.

Para o seguinte ano financeiro nada mais receio, visto terem ficado para receita provincial o dízimo do gado grosso e o meio dízimo dos gêneros de exportação. Estes impostos montaram no ano financeiro que acabou à' quantia de 88:694$066 que, unida ao produto dos impostos que já eram provinciais, faz um total de 133 967$783; e é de esperar que todos estes impostos cresçam no seguinte ano financeiro, visto ser inegável que a nossa Província avança em todos os ramos de seu engrandecimento. Nossa despesa orçada para o seguinte ano financeiro monta a pouco mais de 100:000$, entrando mesmo o acréscimo que eu julgo indispensável, viremos pois a ter um saldo, e pelo conseguinte já se pode abolir o novo imposto que o ano passado criastes sobre o algodão, couro e sola, (426) tanto para aliviar estes gêneros de mais este ônus além daqueles com que já carregam, como para fazer cessar os boatos que se levantaram de que a Assembléia Provincial exorbitou de suas funções quando impôs nos gêneros que faziam parte da receita geral".

Deveras satisfeito, afirmava na última *Fala* que as finanças "têm chegado para as nossas despesas; contudo contraímos um empréstimo da Caixa Geral de 8:701$798, o que já foi aprovado pelo governo central. Não foi porém por não termos receita e sim por não se ter ainda várias letras provenientes das arrematações de nossos impostos; apenas estas sejam realizadas será pago aquele empréstimo. Fomos ameaçados de seca e bastante gado se perdeu no sertão no fim do ano passado e principio deste: julgou-se que grande seria o desfalque no dízimo, que sempre é o maior ramo da nossa receita, mas felizmente apenas chegou a diferença para menos da arrematação do ano passado a 5:000$000. Enfim, nossa receita orçada para o seguinte ano monta em 115:526$675 e a nossa despesa orçada a 172:515$800, aparecendo aí um *deficit;* mas não o temais, Snrs., porque a despesa nunca se verifica toda,

ao mesmo tempo que a receita vai sempre em aumento, e agora com a instalação da Tesouraria Provincial, debaixo da imediata inspeção do presidente, as rendas provinciais serão mais bem fiscalizadas e efetivamente arrecadadas. Ocorre mais que no orçamento da receita deu-se um abate de um terço nos dízimos por se supor que no ano seguinte é que se verificará o prejuízo nesse ramo de nossa receita, por terem sido garrotes que devem entrar no dízimo do seguinte ano o gado que mais morreu o ano passado".

À margem alguns poucos, o sistema geral era o de contratos anuais com particulares por meio de arrematação em hasta pública dos diversos ramos de impostos.

Capítulo XIII

(426) Lei n. 6, de 17 de maio de 1835, arts. 4 e 5.

Capítulo XIII

O CORTE ANATÔMICO DE 1850

Interessantes e quiçá fecundas hipóteses poderá suscitar para a interpretação da sociologia nordestina o corte ou seccionamento transverso, que se fizer da vida econômico-social do Ceará nos meados do centênio passado.

Recuperava-se então a valente Província da quase total destruição das suas riquezas e suas energias mais vitais, conseqüente do martírio clímico de 1845, tão doloroso que documentos coetâneos reputavam, em relação a ele, como *anos favoráveis* as calamitosas crises de 1793 e 1825. (427)

Combalira o organismo forte aos golpes das mais amargas desgraças, que o historiógrafo Pedro Théberge, testemunha presencial, realça em descrição colorida: "O inverno deste ano para o de 1846 foi tão escasso de chuvas que faltaram completamente os meios de sustento não só para a população, como ainda para tornar a fome mais horrenda a grande escassez dos dois anos precedentes.

"A população dos sertões, pois, achou-se reduzida aos maiores apuros, e obrigada a sustentar-se de vegetais agrestes e baldos de princípios nutritivos, quando não continham propriedades nocivas, levando esta situação à prática de atos horrendos e de crimes de homicídio, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionais por questões de alimento.

---

(427) *Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil*, 1846, p. 454

"Não achando os sertanejos mais o que comerem, abandonaram suas moradas, retirando-se para o Cariri e mais serras úmidas da Província. Para a capital convergiram mais de 30.000 pessoas sem recursos e reduzidas em geral a um estado de magrém espantoso. A caridade pública por si só não podia acudir às precisões de tanta gente, e o governo à espera das ordens do ministério, a quem tinha dado parte do estado da Província, demorava-se em dar as providências urgentemente reclamadas por tão críticas circunstâncias. As mulheres morrendo a fome, depois de venderem por quase nada as últimas jóias de ouro que possuíam, entraram a vender a própria honra, última jóia que lhes restava, estabelecendo homens depravados, sem consciência nem pudor em tais conjunturas, companhias de sedução para atraírem às suas infames redes esses espectros esfaimados, que andavam batendo às portas dos abastados, onde freqüentemente caíam de inanição.

"Igual espetáculo apresentava-se em muitos pontos do Cariri e do litoral, de modo que a população dos grandes povoados receou até que a necessidade impelisse os esfaimados moribundos aos últimos excessos para com ela; mas nada disto aconteceu, porque os cearenses possuem um fundo de bondade e de docilidade, que se não encontra sempre em outros lugares; e, além disto, o presidente mandou, por fim, vir farinha do Pará e Maranhão e a expôs a venda por preço medíocre, medida esta que, isolada, não podia ser suficiente para aliviar a todos os necessitados vindos de fora e que não tinham meios para comprá-la.

"O capuchinho italiano Frei Serafim veio por este tempo abrir missão na capital. Um tal fato ainda mais atraiu a população para esta, e aumentou a afluência dos retirantes, que entraram a entregar-se ao roubo, sem que o missionário os pudesse conter. Todavia, pôde aproveitar a muitos braços inativos, dando execução a um calvário em

frente à matriz, obra ao gosto italiano, que erigiu por meio de contribuições tiradas dos ricos, com as quais pagava o serviço dos pobres, ainda que por um preço insignificante.

"Nesta situação aflitiva, bem que tarde, chegou por fim, da corte ordem ao presidente para dispor dos fundos gerais, a fim de acudir aos pobres. Esta medida era urgente, e outro presidente menos timorato e mais enérgico já teria lançado mão dela, à vista do estado de apuro dos cofres provinciais, que se achavam então completamente esgotados, sendo que por uma coincidência fatal a receita orçada, para o exercício que corria, era muito inferior a quantas tinham sido orçadas até então. No sentido, pois, das ordens emanadas do governo central, o presidente lançou mão dos dinheiros gerais, mandou vir farinha de todo o litoral do Brasil, ordenou a sua distribuição pelos indigentes, e estabeleceu depósitos dela nos diversos pontos da Província. Além disso, insinuado pelo referido missionário, deu princípio a certas obras públicas, cujo serviço, sendo em parte executado pelos indigentes, foi-lhes retribuído ou com mantimentos ou com dinheiro; e como eles andavam arranchados nos matos ao redor da cidade, expostos às intempéries, mandou levantar no campo d'Amélia grandes palhoças, em que se agasalham muitas famílias de retirantes.

.....

"Como neste inverno não chovesse suficientemente para segurar o pasto, o gado vacum e cavalar morreu em grande parte e os pobres, levados pela necessidade, deram fim ao resto. Houve freguesias onde não ficou uma única rês, e as comunicações para o interior foram impossibilitadas pela falta absoluta de animais que estivessem em estado de suportar a viagem, de modo que só com uma necessidade extrema é que o governo pôde fazer transportar para o interior a farinha destinada a socorrer os indigentes. Assim mesmo, quando chegou a seu destino, já era tarde.

Coligi nesta época – prossegue Théberge – e em presença de tantos horrores formei o juízo de que uma das necessidades mais urgentes da Província é a abertura de uma estrada de rodagem, que estabeleça entre o litoral e o centro um meio de comunicação fácil; e o ponto mais conveniente para ela é o vale do Jaguaribe, que sempre oferece recursos, em razão das suas vazantes e da abundância das águas que conservam os seus poços.

"Nesta situação calamitosa, ficaram os campos juncados de ossadas e o ar, empestado pelas emanações animais em putrefação, desenvolveu na Província uma epidémia devastadora de febre tifóide, que levou à sepultura um grande número de vítimas, contribuindo para o mesmo fim a má alimentação dos necessitados, e a opressão moral que se apoderou dos proprietários do sertão, a vista dos seus animais que morreram até o último, e do estado de pobreza e penúria a que ficaram reduzidos. O comércio que se alimenta na Província, do produto do gado e dos animais cavalares, sofreu um abalo irreparável; as casas de negócio, não recebendo dos compradores o produto de suas vendas, também não puderam cumprir seus tractos e afinal quebraram. Finalmente, é impossível descrever todas as consequências de uma seca semelhante e contados certos episódios deste calamitoso flagelo, custa-se muitas vezes a dar-lhes crédito, sem ter presenciado". (428)

Legítimo *d'apes nature,* com todos os matizes impressionantes, o realismo thébergiano.

No entanto, já em 1848, o presidente Fausto de Aguiar mais consoladamente relatava aos *pares* da Assembléia provincial: "As grandes salgas de carne charqueadas que outrora existiam na província têm quase inteiramente desaparecido pela facilidade de conduzir-se o gado em pé ao mercado de Pernambuco e outras províncias vizinhas. A

(428) *Obra cit.*, Vol. 1, p. 213-217.

exportação do gado para Caiena, posto que já vá sendo avultada, ainda é tão acabrunhada que nenhuma animação daí pode provir aos criadores. A produção do café, até aqui muito acanhada, sendo ele aliás de qualidade superior ao do Rio de Janeiro, já conta com algumas lavras de importância. A cana de açúcar, que até há pouco tempo era somente aplicada para o mel e rapadura, já vai sendo cada vez mais aproveitada para o fabrico da aguardente e açúcar, que esperamos chegará dentro em pouco a substituir o açúcar importado de Pernambuco para o consumo desta Província, à vista do grande desenvolvimento dessa planta que, na comarca do Crato e em alguns pontos da Província não é mister ser replantada durante muitos anos. O algodão, cuja cultura esteve algum tempo abandonada por causa do mofo que a perseguia, já continua a ser lavrado com vantagem"

Deplorável era, sim, o estado das finanças. "As rendas são insuficientes para fazer face às despesas, donde resulta haver todos os anos um *déficit* mais ou menos avultado; e, por outro lado, sobre ela pesa uma divida enorme que se não pode esperar haja de ser amortizada pelos seus recursos ordinários". A receita de 1847 não excedia de 63:849$630, e a despesa elevara-se a 127:062$850. Para 1848, o *déficit* era de 65:767$620. A dívida fundada era de 49:966$225 (429)

Com a primeira manhã do ano de 1850 nascera o sol que iria aquecer um povo em convalescença, mas presto já para outras lutas, as lutas duras de um destino que lhe retempera dia a dia o aço da resistência de ânimo à chama violenta das vicissitudes.

Era, no entanto, um recomeço difícil como os outros recomeços, tudo ainda desarticulado, fora dos lugares.

Empobrecida, desajudada, como que a pequena gente não sabia, de pronto, encontrar-se a si naquela soltura

(429) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 34, p. 58.

dos instintos e paixões exacerbando os vícios e desfalques de sua evolução moral.

O grande trimónio brasileiro abarcava-o de cheio, como temário insuperável: carência de instrução intelectual, carência de comunicações, carência de meios de produção. Ignorância, isolamento, rotina.

Bronco e ermado nas catingas, custosamente poderia o homem fugir à ronceirice dos métodos de criar utilidades, e a existência se lhe esgotava ora nas agruras de situações torturantes dos *tempos maus*, ora na fartura esbanjada ou tão só semi-aproveitada, dos *tempos bons*.

A tragédia biológica de 45 ferira mal o Ceará, pondo em pânico as suas vilas e os campos.

Agora, era a recomposição. As populações deslocadas voltavam aos seus *habitats* e as fazendas de criar se repovoavam, lento e lento, com os gados adquiridos no Piauí. Novamente se metiam os homens nas atividades dos negócios e da vida política, pastoreando, plantando, negociando e fazendo eleições, divididos em arengas partidárias de duvidoso proveito coletivo.

O crime alçou o colo e as disputas de facção embriagavam as mentes no entusiasmo dum caricato exercício do voto.

As quadrilhas de facínoras talavam o interior protegidas pelo mandonismo dos potentados e pela fraqueza das punições. Os grupos dos *Tapiocas*, na região próxima do Icó; o *coito* da Barra do Sitiá, chefiado por Antônio Cirilo e Chico Boi, em excursões pelas estradas entre a capital e o Riacho do Sangue, todos roubavam e assassinavam.

Mourões e *Meios* nos sertões de Crateús, estes com o apoio dos Feitosas e aqueles com o dos Fernandes Vieira ou Carcarás, atacavam-se, destruíam-se sem termo. Nos caminhos da Fortaleza para Aracati já o tráfego era nenhum, porque aí dominavam os cangaceiros de Miguel-três-pernas, e no Cariri os *Serenos*, agrupados por Domingos Coxo, assaltavam em fúria desmedida. Os *San-*

tos de Jardim inquietavam aquela freguesia e a de Milagres, ao mesmo passo que os *Barrosos*, na ribeira mais litorânea do Curu, aglutinavam "um grande adjunto de malvados".

"O bacamarte – expunha Fausto de Aguiar aos deputados de 1850 – continua a ser um recurso adoptado para a reparação e vinganças de ofensas particulares, mais vezes supostas que reais e, por outro lado, o latrocínio se tem tornado o meio ordinário de subsistência abraçado pela classe dos proletários, de que abunda a Província". E apontava como causas desses desregramentos a impunidade e, concorrentemente, a ignorância e a falta de educação moral e religiosa e de hábitos laboriosos das classes baixas da sociedade". (430)

No picadeiro da politicagem ferviam as ambições dos três partidóides provincianos: liberais ou *chimangos*, conservadores ou *caranguejos*, e equilibristas ou *saquaremas* reciprocavam acusações e queixas, pelas páginas dos seus jornais – "Cearense", "Pedro II" e "Saquarema" ex "Equilíbrio", ou na tribuna da Assembléia em constante esgrima palavrosa.

Afinal, como ressalva Brígido, era melhor assim do que matarem-se a cacetadas e tiros, servindo a imprensa de "válvula para os ódios individuais, coarctando as vinganças a mão armada".

No interior o partidarismo acendia-se em rixas mais graves, que eram, aliás, a melhor diversão dos tabaréus dos vilarejos, com a cabeça enfarada das trabalhadeiras de janeiro a dezembro. Privados de aulas e ensinamentos, a maioria *ferrava* o nome, sem leituras ou derivativos mentais outros que os regalassem.

De resto, a vida que tangiam não solicitava muita espiritualidade e, por outro lado, a anemia dos cofres públicos encalhava o aumento das escolas.

---

(430) *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 34, p. 70.

Não havia realmente, então, em toda a Província, mais do que 28 cadeiras de letras primárias, freqüentadas por 1227 alunos, deles só 466 meninas em 9 aulas, porque *não deviam as moças aprender a cartear namorados*, se é que os podiam ter, na reclusão em que se mantinham.

Percentagem escolar baixa por sem dúvida, para unia população de 350 a 400 mil habitantes, a crer-se nos cálculos demográficos de Tristão de Araripe e de Villiers d'Ille Adam. Talvez, em grande parte, devido ao rigorismo da pedagogia de crueldades que o mesmo Brígido tão bem salientou: "A crueldade estava associada à ideia de ensino. Este ponto de vista começava no próprio lar, onde os pais seviciavam os filhos a chicote. Quanto o mestre na escola, como segundo pai, recorria aos processos violentos para corrigir a colecção de monstrozinhos enfileirados nos bancos, contava com a aprovação tácita e completa da família. A palmatória era o castigo usual. O número de bolos variava numa escala escandalosa, matizando enormemente as possibilidades do castigo". (431)

Ministrando inutilmente o latim a quem mal sabia soletrar o vernáculo, funcionavam 10 aulas.

Dez anos depois, computando em 600 mil os habitantes, o Senador Pompeu apurou 71.428 meninos cearenses em idade escolar. Destes, 65.428 ignoravam quaisquer leituras. (432) Esses números em 1882, seriam respectivamente 107.142 e 98.149. (433)

O ensino secundário, só o Liceu da Capital fornecia, pouco mais de 100 alunos freqüentando-o anualmente. O velho estabelecimento, hoje de tantas tradições, não tinha, na época, prestígio firmado para enfrentar o renome do Colégio das Artes de Olinda, pois nem sequer expedia

---

(431) *Obra cit.*
(432) *Ensaio, p.* 813.
(433) Rodolfo Teófilo, *História da Seca* 1877-1880, p. 60.

aos alunos titulo ou diploma que lhes servisse de credencial, ao completarem o curso.

Da mesma maneira, vivia em apertos a instrução religiosa. Os padres, percebendo côngruas diminutas, desviavam-se para misteres temporais mais rendosos, entregando-se, de alma, à política, na qual foi sempre incontida a sua interferência, ou dedicando-se aos negócios da criação de gados. (434) Decaídos, na maioria, da dignidade e correção do sacerdócio, permaneciam indiferentes aos interesses das suas paróquias, cujos templos apresentavam deplorável aspecto, já de si muito pobres, não mais do que campanários de construção pesada, sem decoração, insípidos, nus de painéis e das obras de talho tão comuns às igrejas de regiões como a Baía, Pernambuco, Minas Gerais, em que as *casas de Deus* ostentam deslumbramento e arte.

"O Ceará não conheceu a opulência da arquitectura, pintura e escultura templais que, índice dum forro econó-mico mais consistente, os artistas holandeses deixaram no Recife, o Aleijadinho consagrou em Minas Gerais, o Chagas Cabra em Salvador, e no Rio o mestre Valentim". (435)

A própria formação mental e moral dos clérigos encerrava os germes de seus erros. Em geral eram mandados aos seminários pela imposição paterna, porque ter um filho sacerdote, como hoje ter um doutor, era a grande aspiração das famílias brasileiras, e no Ceará não foram poucas as que os tiveram numerosos. No Icó, só a descendência do casal André Duarte Brandão conta a ordenação de vinte e um.

---

(434) "Não nos espanta constatarmos a existência de padres conspiradores, de padres legisladores e governadores, de padres letrados, como padres casados, chefes de família, até mesmo proprietários, chefes de bando, donos de clã, ligados ás oligarquias rurais, porque em toda a extensão da sociedade brasileira ele se infiltrou e exerceu uma ação preponderante, fecunda e alastrada" (Nelson Werneck).
(435) Vide *Cidade da Fortaleza*, de Raimundo Girão, 1945, p. 45.

Fazendo, mais das vezes, cursos aligeirados, e sem a vocação requerida pelo árduo múnus, negligenciavam os votos sagrados e tornavam-se negocistas, contruiam filhos, que educavam e legitimavam, e a sociedade acabava por aceitar as situações escusas.

Os livros dos cartórios estão cheios de escrituras e testamentos, em que os ministros de Cristo confessam a *fragilidade humana* dos seus *acasos* com barregãs teúdas e manteúdas. Filhos de padres têm sido individualidades notáveis nas letras, na administração e na política do Brasil.

George Gardner, o citado botânico inglês, que em 1838-39 viajou o Ceará, encontrou, no Crato, muita infidelidade conjugal, a ponto de estarem em mancebia o juiz de direito, o de órfãos e os principais lojistas da vila, mas adverte que "semelhante estado de imoralidade não é. de admirar, se se atender à conduta do clero". O vigário era pai de seis filhos, e outros três padres, que ali moravam, possuíam "filhos de mulheres com quem viviam publicamente, sendo mesmo uma delas casada". (436)

Somente após a inauguração do bispado cearense em 1861, instituído pela bula *Pro Animarum Salute*, de 6-6-1854, é que se redignificou o clero, graças à ação disciplinadora e patriarcal do primeiro bispo, D. Luís Antônio dos Santos, e à do segundo, D. Joaquim José Vieira.

Na esfera cultural não era menor a deficiência, salientando-se, quando muito, a ilustração meio terra-terra dos padres, bacharéis e raros médicos existentes na Província.

A imprensa, quase só na capital, não ia além do noticiarismo corriqueiro, das transcrições de trabalhos alienígenas e das loas ou recriminações partidárias.

Não se conheciam bibliotecas e livrarias em nenhum dos núcleos de população do interior e, na capi-

---

(436) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, p. 172. O Senador Pompeu consigna que 1860 nasceram 18.380 filhos legítimos e 4.486 ilegítimos, ou seja, 1 bastardo para 4,1 legais.

tal, apenas duas lojas, a de Manuel Antônio da Rocha Júnior, aberta em 1849, e a de Joaquim José de Oliveira, vendiam livros – novelas traduzidas do francês, comédias e dramalhões portugueses – cuja leitura se facultava ao comprador mediante a assinatura mensal de 2$000, deixando o assinante em depósito o preço da obra que retirava e responsabilizando-se pelo dano que ela sofresse. (437)

Em todo o caso, continuavam os filhos de famílias ricas a seguir para Olinda, para a Baía e para a corte, de onde voltavam vigários, magistrados ou esculápios.

Em 1832 haviam-se formado no Recife dois bacharéis cearenses; em 1833, um; em 1834, três; em 1835, três, em 1886, três; em 1837, seis; e de 1838 a 1850 vinte e nove, entre eles o padre e senador Tomaz Pompeu, a mais culta e projetada individualidade da Província, no seu tempo. (438)

Médicos, vieram José Lourenço de Castro e Silva, Liberato de Castro Carreira, Marcos José Teófilo e alguns mais para combater o empirismo dos ervanários e curadeiros, a mezinhança "dos signos de Salomão para a cura de ínguas, e do emplastro de esterco e de fumo para espinhela caída", e quanta crendice havia, usada por um charlatanismo de boa fé, porém inconseqüente e estúpido.

Quando a febre amarela invadiu o Ceará no ano de 1851, não mais de seis facultativos oficiavam na capital, e uns dois no interior, onde as curas e tratamentos eram realizados por boticários e *rezadores*. No Aracati e no Icó, cidades importantes, não havia qualquer discípulo de Galeno para combater a epidemia, sendo necessário enviá-los de Fortaleza.

---

(437) Raimundo Girão – *Cidade da Fortaleza*, cit. p. 33.
(438) Leia-se Abner de Vasconcelos, *O Direito e a Justiça no Ceará*, no livro *O Ceará* de Raimundo Girão e A. Martins Filho, cit., p. 345.

Tais fatores de ordem moral corriam de par com a vida material da Província.

A migração andrajosa de 1845-46 arrastara para o município da capital e zonas adjacentes muitos braços úteis, que aí se fixaram, abrindo clareiras e cultivando as terras frescas das baixadas e as serras de Maranguape, Aratanha e Baturité, cujas matas ruíram às pancadas do machado, pata dar lugar aos cafezais odorosos e ao farfalho verde das plantações canavieiras. O algodão, que fugira das estatísticas de embarque, novamente interessou aos lavradores.

Outra era econômica auspiciou-se, dessa forma, para Fortaleza, até ali superada pelas companheiras jaguaribanas Aracati e Icó.

Quadro numérico da época não lhe reconhecia 10.000 habitantes, (439) e o seu parque urbano compreendia não mais de 1418 prédios, dos quais apenas 571 de tijolo e telha, enxadrezados por algumas ruas de areia frouxa, batido às noites de escuro pela luz melosa de uns poucos lampiões de azeite de peixe (440) e, nas noites de lua, pelo prateado de luares romanescos.

De função quase exclusivamente político-administrativa, sentia a cidade o tédio de uma vida social bocejante, quebrada aqui e ali pela grazinada dos politiquinhos em disputa do poder. A halofilia de suas dunas não pudera unir-se, para a geografia humana, à higrofilia viçosa das serranias próximas, e o seu comércio sem trepidações só amanhecia em rebuliço nos dias de chegada de navios do

---

(439) Eram 8896 habitantes, dos quais 89 empregados públicos, 21 oficiais militares, 8 sacerdotes, 46 negociantes, 86 taberneiros, 6 médicos, 2 boticários, 3 impressores, 276 artistas diversos.

(440) A iluminação particular em toda a Província era a candeia de sebo ou vela de carnaúba. Na capital, a pública era dada por lampiões pendurados ás esquinas, alimentados a azeite de peixe, contratada pelo português Vitoriano Borges, a razão de 80$000 anuais cada foco; pagos pelo tesouro provincial.

Norte ou do Sul, trazendo as mercadorias e artigos do *último gosto*, os jornais com as novidades da corte e do mundo, e a correspondência do governo com as nomeações de amigos e demissões de adversários.

A sua pequena sociedade esmerava-se num mundanismo de modesta distinção, comparecendo às récitas prosaicas dum teatrinho improvisado – Teatro Taliense – e, na ausência de clubes, dançando nas salas familiares mais abastadas, como as dos Eustáquio Vieira, dos Caetano de Gouveia, dos Mendes Guimarães, dos Smith Vasconcelos, do Comendador Machado.

De raro em raro os salões assoalhados do palácio do governo recebiam convivas em bailes mais suntuosos, a que não faltava a pirotécnica festiva de fogos do ar, rodas e balões coloridos. Divertia-se o povo, também, vez por outra, com os desfiles da tropa de linha, oficiais e praças mostrando garbo e fardas engomadas.

E, nas missas domingueiras da igrejinha do Rosário, servindo de matriz, primavam todos no ostentar elegância, gurgurões e sedas em fru-fru, indo e voltando a pé, por falta de seges e até dos afamados palanquins ou *cadeirinhas*, que ai nunca chegaram.

De alguns anos para trás intensificara-se a mania das viagens dos comerciantes ao Recife, onde se abasteciam do indispensável ao sortimento de suas lojas. A *viagenzinha* ou *peregrinação anual* tornou-se uma obsessão, que a imprensa criticava como pruridos de novos-ricos, e combatia veementemente como prejudicial aos interesses gerais, pela alta dos preços que trazia a compra dos efeitos europeus na praça intermediária de Pernambuco, em vez de feitas diretamente da Europa, em condições melhores. O exemplo eram os estabelecimentos de Singlehurts & Cia., de Corlett & Cia., de José Smith de Vasconcelos, de Pacheco Mendes, de Rocha Júnior e

Outros, que negociavam dessa forma, podendo vender mais barato. (441)

Vendiam-se, então, em Fortaleza, assim como nas cidades e vilas mais adiantadas: chitas de cores fixas a 160, 200 e 240 rs. o o côvado; cassa de cores a 640 rs. a vara; sarja espanhola a 2$800 o côvado; cetim de Macau a 2$400 o côvado; mantas de cetim a 7$000; chale de superior qualidade a 9$000; lenço de seda a 1$600; lenços com franjas e lenços de garça, a 1$500; corte de vestido de garça de seda ou de cambraia com lindas barras a 3$000; cassa francesa de cor fixa a 640 a vara; mantinhas de seda para senhora a 960 rs.; luvas de seda a 1$000 o par; pano fino preto a 5$00 o côvado; pano fino azul a 3$000 o côvado; caxemira preta superior a 2$400 o côvado; coletes para homem de l$000 a 4$000; caxemira de algodão a 640 o côvado; brim de cores a 500 rs. e 600 rs. o côvado; paletó e alpaca a 6$000; riscado azul americano a 210 rs. o côvado; chapéu fino a 7$000; bretanha fina a 3$200 a peça; riscado de linho a 440 rs. o côvado; lenço de chita a 200 rs.; chales de chita a 1$000. (442)

Anunciavam os jornais produtos finos de mesa, sardinhas, vinho de Lisboa, do Porto e da Madeira, champanhe, licores, cerveja branca e preta, azeitonas, chá, bolachinhas americanas, manteiga inglesa.

O alqueire do arroz em casca e do milho custava 1$700; o açúcar branco 100 réis a libra. Café moído, 120

---

(441) Este Smith de Vasconcelos, posteriormente Barão de Vasconcelos, mantinha em suas casas comerciais o que havia de mais em moda no tocante a tecidos superiores, artigos de armarinho, objetos de luxo, porcelanas, cristais, tapetes, tudo importado diretamente e, por isso, vendido a preços cômodos, o que levou a ser chamado popularmente o *Zé Barateiro. Foi* ele quem, em 1852, instalou, na cidade, maquinismos para o preparo de biscoitos finos e fabrico de pão tipo Provença, que o povo passou a denominar *pão de máquina.* Veja-se *Revista do Instituto do Ceará,* vol., 49, p. 114.
(442) *O Cearense* n. 568, de 27 de setembro de 1850, p. 6.

rs. A arroba de fumo *mapinguim* (Baependi) não ia além de 8$500, e uma caixa de 100 charutos, conforme a qualidade ou marca, variava de 900 rs. e 3$000. Sabão nacional a 125 rs. a libra. Vinho PRR, tipo popular, que se bebia no interior como hoje se toma a cerveja, 200 rs. a garrafa. Esta era saboreada a 320 rs.

Para orientar tais preços figurava o câmbio da praça de Pernambuco, em 26 de junho de 1850, como exemplo:

Sobre Londres	26 3/4
Paris	346
Lisboa	105%

Moedas de ouro:	**compra**	**venda**
Onça espanhola	29$000	29$500
Moedas de 6$400 velhas	16$500	16$70O
Moedas de 6$400 novas	16$100	16$200
Moedas de 4$000	9$l00	9$200

Moedas de prata:		
Patacões brasileiros	1$980	2$000
Pesos colombianos	1$980	2$000
Ditos mexicanos	1$820	15840

Os descontos de letras eram feitos a juros de $1^{1/2}$ por cento ao mês.

Outra orientação, para deduzir-se o *standard* da vida de então, eram os ordenados: em Fortaleza, o secretário da Câmara Municipal ganhava 500$000 anualmente; o porteiro 200$000, o contínuo 120$000, o fiscal 365$000; o médico (cirurgião) 400$000. No Aracati, o secretário ganhava 332$000, o porteiro 100$000, o fiscal 160$000. (443)

---

(443) Senador Pompeu, *Memória estatística*, 1858, p. 47.

Um trabalhador percebia o salário máximo de 1$000 e por este preço podia adquirir uma garrafa de champanhe. Hoje, com o salário de 12$000, terá de trabalhar dez dias para adquiri-la.

Custava um boi erado de 12$000 a 15$000 e um garrote de 6$000 a 8$000. Em 1858, tendo aumentado os preços quase o duplo, o boi era vendido a 25$000 e o garrote a 12$000. Da mesma maneira o preço do cavalo, que de 30$000 a 40$000 passou para 60$000 a 80$000.

Rivalizavam com a Fortaleza, social e comercialmente, as duas outras únicas cidades da Província – Aracati e Icó, ambas agraciadas com a categoria desde 1842.

Requintava-se ali, como até certo ponto nas vilas de Sobral, Crato, Quixeramobim e Granja, uma aristocracia meio casca-grossa, a aflorar na mediocridade da gente matuta.

O isolamento de Fortaleza não pudera mandar para lá qualquer influência, e tudo que era civilização e progresso vinha do Recife, em intercâmbio crescente.

Aracati ainda zelava as tradições opulentas das charqueadas, agora reduzida mais a entreposto das trocas de Pernambuco com o Icó em florescimento.

Gardner a conheceu no pequeno fausto que iria declinar. Viu-a constituída principalmente de uma comprida e ampla rua, as casas em geral de dois pavimentos, no meio delas quatro belas igrejas. Cinco mil habitantes, "na maioria pobríssimos", todos ajudando a abarrotar navios com algodão e coirama, e a esvaziá-los, no retorno, de quanta mercadoria traziam: panos, armarinhos, ferragens, secos e molhados. Sinal da fase áurea fora o azulejo de vários tons cobrindo as fachadas dos prédios, e a cantaria portuguesa nos pórticos e soleiras dos sobradões da Rua do Comércio.

Exponenciavam, então, a mercância aracatiense, entre muitos outros, os irmãos Antônio e Domingos Alves

Ribeiro e o cunhado Domingos Pacheco, este o mais rico negociante dali e o mais notável membro da sociedade local. No comércio em que andavam associados os três, era ele quem estudava os negócios e os resolvia. Levou a bom termo realizações ousadas, com tino e prudência, auferindo para sua casa comercial resultados espantosos e elevando, longe de sua terra, os créditos da praça do Aracati, que nunca os houvera tão respeitados. Era, realmente, incontestável a influência dos Pachecos e Alves Ribeiro naquela cidade e em toda a Província, enorme o seu crédito na praça do Recife e em praças estrangeiras". (444)

Barba Alardo já elogiara os comerciantes de Aracati como os mais ricos, os mais polidos e educados do Ceará.

"A vila, com a elevação a cidade, escreveu Antônio Bezerra, atingiu o auge de sua grandeza. Por esse tempo as casas abastadas mantinham em geral um luxo desconhecido na Província, superior ao da capital, e não raro era verem-se atravessar as ruas lindas carruagens conduzindo famílias ricamente vestidas de seda ou veludo com adornos de preço. Os menos favorecidos da fortuna faziam-se transportar em palanquins ou, como vulgarmente se diz na Baía, cadeirinhas cobertas de damasco azul bordado e galões, que eram carregados aos ombros de escravos limpos e bem trajados. As famílias faziam o serviço de suas festas íntimas com um exagero de grandeza surpreendente e tudo se inventava para que o regozijo fosse completo. O comércio com a praça de Pernambuco era ativíssimo e, por vezes no ano, os negociantes de Aracati

---

(444) Muito abastados, entrelaçados por alianças conjugais, viajados alguns, inteligentes, como essa facilidade, tão nortista, de tudo apreender instantaneamente, ao menor esforço e com a polidez e urbanidade adquiridas, por intuição, em centros mais adiantados entraram lentamente, num melancólico período de declínio com a morte dos três chefes em 1851, vítimas da febre amarela. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 49, p. 124.

faziam seus passeios àquela praça, principalmente por divertimento. Continuou mais ou menos em progresso a mimosa cidade apesar da supressão, em 1851, da sua Alfândega até que com a construção da Estrada de Ferro de Baturité em 1872, e principalmente com a estrada de rodagem de Crato a Mossoró, para onde iam os gêneros de quase toda a ribeira do Jaguaribe e vinham mercadorias sem pagamento de direitos às repartições do Aracati, foi pouco a pouco diminuindo a sua importância e paralisando o seu comércio.(445)

Efetivamente, a gana das tributações a arruinou. O Barão de Studart estudou o fato com acerto. (446)

Também demorou Gardner no Icó, para ele uma das mais importantes cidades do interior do Ceará, com 6.000 habitantes formigando pela Rua Grande: "As casas são construidas de tijolo e telha e, com excepção de meia dúzia, são todas de um povimento e caiadas de branco... A rua principal é larga e contém algumas lojas bem sortidas; a cidade ostenta quatro belas igrejas, uma boa cadeia e um mercado". (447)

Em 1850 crescera a sobradaria, e tanto se adiantou a cidade, que ficou sendo conhecida como "a princesa do sertão".

Nos andares térreos dos sobrados estabeleciam os comerciantes as suas lojas e nos altos colocavam a família, que imitava os costumes e as maneiras de Pernambuco. De lá é que se recebiam as modas, as boas bebidas, a civilidade e as idéias. O teatro local, levantado à custa de ações populares e de acordo com o risco do Dr. Pedro Théberge, sob certos aspectos é uma miniatura do Santa Isabel da Veneza Brasileira.

---

(445) Antônio Bezerra, In: *Almanaque do Ceará* de 1902, p. 150.
(446) *Notas para a História do Ceará*, p. 350. "A morte do Aracati nasceu dos pesados impostos de que a exportação e a importação foram sobrecarregadas sem piedade e que afugentaram pouco a pouco de lá o comércio honesto e inteligente, transferindo-o para outros portos e maxime para o de Mossoró, seu vizinho".
(447) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, p. 154.

Caravanas de comerciantes formavam-se, em demorados preparativos e, festivamente *impostas*, procuravam a capital maurícia, conduzindo em cavalhadas numerosas, pela estrada de Campina Grande, os gêneros da produção local e trazendo-as pejadas de mercadorias de importação. Outros preferiam voltar embarcados, acompanhando os bri-
gues e escunas cheios de sortimentos até o porto do Aracati e daí até o Icó em carros de bois ou no lombo dos eqüinos.

O cientista britânico fez o começo da sua viagem num deles – a escuna Maria Luisa "excessivamente carregada, estando o convés, a câmara, bem como o porão repletos de mercadorias".

Nela viajavam igualmente os carregadores – irmãos Pinto, que o obsequiaram de todo jeito e lhe foram companheiros de jornada através das planícies largas do Jaguaribe.

Eram esses Pinto os irmãos José, Vitorino e Joaquim Pinto Nogueira, portugueses moradores em Olinda que, atraídos pelos interesses comerciais, se abalcanaram no Icó e se abastaram.

O seu estabelecimento foi a melhor loja de fazendas e armarinhos, ferragens e louças que já se conheceu nos sertões do Ceará. (448)

Incontáveis. foram os que assim fizeram, alcançaram grandes patrimônios, destacada ação na política provincial e constituíram geração ilustrada.

Pernambucana ou portuguesa via Pernambuco é a origem da maioria das famílias icoenses: os Duarte Brandão, os Pinto Nogueira, os Cavalcanti, os Frutuoso Dias, os Teixeira Pequeno, os Tomaz de Aquino. Ordinariamente os doutores e padres icoenses daquela época não conheciam Fortaleza senão depois de formados. Saídos para Olinda, para Baía ou para o Rio, o caminho de ida e 'volta era a estrada de Campina Grande ou os barcos do Aracati.

---

(448) *Revista do Instituto do Ceará.*, vol. 49, p. 127.

O ponto de junção daquela estrada para os sertões cearenses e piauienses com a do Crato a Aracati garantira a prosperidade do Icó. Origem semelhante foi a de Sobral, outro empório de distribuição civilizadora, sede de um anexionismo comercial dos de maior amplitude no norte do Brasil.

Granja, Quixeramobim e Crato completavam esses agrupamentos anexionistas, de modo que na metade do século passado eram bem distintos os grupos de interpermutas econômicas.

Fortaleza polarizava Aquiraz, Cascavel, Maranguape, Canindé e as serras de Baturité e Aratanha. Aracati atraía os núcleos démicos do baixo Jaguaribe, e Icó dominava o Cariri, os sertões dos Inhamuns e os do sul do Piauí. Para Sobral convergiam os negócios do vale do Acaraú e os sertões de Santa Quitéria e Crateús. Tributários de Quixeramobim eram os sertões da Mombaça, e em torno de Granja gravitavam os lugarejos da Serra Grande e a hinterlândia norte-piauiense.

O grande fundamento da economia e, portanto, o grande agente de fixação do homem ao solo cearense ainda não deixara de ser a pecuária, sustentada pelos capins *panasco* e *mimoso* cobrindo as gibas dos altos e serrotes e as planuras dos tabuleiros, naquela mesma ansiedade de todos os tempos, entre as esperanças da *babugem* e as apreensões, quantas vezes cruciantes, das *retiradas* e dos cortes de mandacaru e rama de catingueira. Um terço dos réditos provinciais, era o dízimo dos gados grossos que fornecia, apesar das grandes falhas da arrecadação. (449)

---

(449) A arrecadação da receita pela tesouraria provincial, em 1850, atingiu a soma de 124:495$000. Para constitui-la, os dízimos de gado grossos entraram com 42:492$000, os dízimos de miúdos com 13:792$000, a imposição sobre rês abatida para consumo com 23:129$000. A outra verba de receita mais possante foi a do imposto de 5% sobre gêneros exportados para fora do império – 15:412$000, incluídas nelas as taxas sobre couros e peles. (*Ensaio Estatístico*, do Senador Pompeu, p. 595).

Esmorecera a cultura do algodão e a nova trinca do café, cera de carnaúba e cana de açúcar mal dava passos de ensaios promissores.

O ambiente do campo não mudara, o gado bovino servindo para tudo, dando ao homem o preço, a carne, o leite, o couro e o transporte. Vendido nas feiras ou aos *marchantes* nas próprias fazendas, o dinheiro do negócio trocava-se por vestuário, instrumento de lavoura, sal (450) e coisa pouca mais. Abatido nas matalotagens, era o alimento básico e apetecido e também dinheiro, permutado o couro por moedas.

Nas ordenhas do curral, era o leite do almoço, a coalhada da ceia, o resto transformado em queijo ou manteiga de garrafa. Como transporte, puxava os pesados carros de madeira, ou suportava nos costados os couros dos outros, mortos pelas doenças ou pela faca dos magarefes.

"Vi pela primeira vez – notara Gardner – uma tropa de bois com cargas às costas.; eram cerca de uma dúzia, todos animais grandes e bem nutridos e desciam para Aracati conduzindo couros secos. Cenas semelhantes foram depois freqüentes".(451)

Ajudavam a cavalhada, uns e outra agüentando o peso dos *costais*, à espera do muar, que só veio depois. (452).

---

(450) Embora tão indispensável, era o sal artigo de raridade no interior do Brasil. "Condimento muito escasso e caro no sertão" como reparou Gardner. "Quando mais tarde, viajei através de desabitadas províncias centrais, escreveu ele, invariavelmente pediam-me duas coisas: pólvora e sal; não é raro entre aquela pobre gente passar o ano inteiro sem provar sal e conservam a carne secando simplesmente ao sol, cortadas em toras delgadas. Tive sempre de carregar comigo provisão de sal, que as mais das vezes me custava 3 shillings a libra, ao passo que o preço de um boi gordo não excedia de dez shillings".

(451) *Revista do Instituto do Ceará),* vol. 26, p. 157.

(452) "A raça muar, que de pouco tempo começou a introduzir-se na Província, é na maior parte pequena, descendente, como o é, de jumentos portugueses; mas já se tem introduzido quantidade de

O cavalo (453) e o boi eram os veículos heróicos, distribuindo os produtos.

Até então não chegara o burrídeo, nem o jumento com o estoicismo da sua resignação, o *jegue* merecedor de estátuas pelos serviços que presta, desambicioso e sofredor, a fim de não deixar que o nordestino sofra mais do que tem sofrido. (454)

Mas, nem por servir tanto, o armento merecia conveniente zelo, solto nos campos, sujeito aos males e ao roubo, sem defesas de espécie alguma. O providencialismo da criação continuaria longe, fiados os criadores na rustici-

---

andalusos, que vão melhorando em tamanho esta raça híbrida". – consignou o Senador Pompeu, no seu citado *Ensaio Estatístico*, p. 382. Nos inventários judiciais, até 1850, não figuravam muares e asininos, senão muito raramente. Como se sabe, em mais duma vez, ao tempo da Colônia, proibira a metrópole a introdução dos mulos obrigando-se mesmo, em alvarás, o sacrifício dos que fossem introduzidos após a publicação de ditos alvarás. A pena era a de multa correspondente á metade do valor do animal, paga pelo infrator ao denunciante, incorrendo em igual pena todos aqueles que "de tais cavalgaduras se servirem ou *em* transportes, ou em cavalaria, ou em carruagem" (Lemos Brito, *Pontos de Partida para a História econômica do Brasil*, Rio, p. 380).

(453) "A raça cavalar no Ceará tem degenerado quanto ao tamanho e figura, mas nossos cavalos são superiores aos do sul, por quanto, não só carregam de 10 a 12 arrobas, como fazem longas viagens de 80 a 100 léguas sem muda". (Rodolfo Teófilo, *obra cit.*, p. 34).

(454) O presidente Padre Alencar pensou na aclimação de camelos no Ceará, como viatura. Porém só em 1859 foi, de fato, tentada a vinda de dromedários, adquiridos pelo governo imperial em Argel, por iniciativa do Barão de Capanema. Os animais desembarcaram no porto de Fortaleza do navio *Splendide*, em número de 14 entre machos e fêmeas Reproduziram-se com vantagem, chegando a 20, mas a incompetência dos trabalhadores permitiu que cedo alguns morressem, sendo o restante vendido em hasta pública, e fracassando assim, a tentativa. Leia-se a respeito Gustavo Barroso, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 41, p. 69; Prof. Inácio Barroso, *idem*, vol. 48, p. 237, e o trabalho anônimo na citada *Revista* vol. 50, p. 234.

dade do animal, na magnanimidade' da natureza e nos *milagres* das *rezas e curas*. (455)

Supletivando o boi, fornecendo a carne e a pele, espalhavam-se, adesos aos currais, os rebanhos de carneiros e cabras, numerosos e nédios.

O mesmo Gardner ilustrou: "...tendo pouco antes encontrado um rebanho de várias centenas de carneiros, o maior número desses animais que juntos vi em qualquer parte do país"'. (456)

O naturalista Silva Feijó escreveu uma "memória econômica" sobre o gado lanígero do Ceará, que é valioso repositório de estudos: "ali (no Ceará) prosperam prodigiosamente infinitas espécies de vegetais e todas as sortes de animais, com particularidade o cavalar e o vacum, sendo ambos tão vigorosos e valentes, assim como é saborosíssima a carne de gado, não sendo menos participante deste natural benefício o gado lanígero e o cabrum por cujo motivo se encontram por toda aquela Capitania

---

(455) "A sucessão indefinida de boas e más condições do meio – a estação das chuvas proporcionando ótimas condições e o estio péssimas, de modo a anular as vantagens do primeiro caso ante as desvantagens do segundo – conduziu, no correr dos tempos, o gado Nordeste e a uma certa especialização. É sensível a diferenciação em relação ao gado de outras zonas onde o contraste das estações se não verifica embora o valor das pastagens seja inferior. Provém dessa diferenciação ser o gado do Nordeste relativamente pequeno, porém de conformação mais ou menos regular cabeça curta, chifres ordinariamente bem proporcionados, recurvados para cima, medianamente grossos, pescoço curto e munido de barbala, linha dorsal mais ou menos regular, cauda de inserção mediana na maioria dos casos, pernas longas e finas, coxas e nádegas descarnadas, cores muito variadas, todos os tons do branco ao preto. As aptidões desse gado, formado á *lei da natureza*, ora excessivamente propícia, ora excessivamente inclemente e adversa, são: produção de carne, com um rendimento que varia de 45 a 50%, tendo os animais adultos, em boas carnes, peso vivo de 350 a 500 quilogramas. A carne é excelente... (*Agricultura e Pecuária no Ceará*, In: *Ceará no Centenário da Independência*, organizado pelo dr. Th. Pompeu de Sousa Brasil, 1926, 2º vol., p. 360).

(456) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, p. 154.

rebanhos mais ou menos extensos destas sortes de gados que, pertencentes aos habitantes daqueles sertões, são bravios, quase entregues aos cuidados da Providência, não lhes sendo úteis senão para suprirem com as suas carnes uma pequena parte do sustento de suas famílias, a fim de pouparem o consumo do gado vacum, cuja produção e aumento só empregam os cuidados e diligências".

"Todo o fazendeiro ou criador – acrescenta – ali possui junto a sua herdade pequenos rebanhos promiscuamente de cabras e ovelhas de que, como disse, jamais tiram outro proveito que o da carne e do leite, porém este somente o das cabras. Estes rebanhos pastam livremente pelas vargens e margens dos rios, ribeiros e alagoas, sem que o seu proprietário tenha outro cuidado como o de lhes dar o tal qual pastor pela manhã, que deve faze-los conduzir ao pasto e à bebida e ir buscá-los pela tarde para o curral (o que muitas vezes não sucede assim) onde ficam até o dia seguinte, que sendo ordenhados tornam com eles a sair para o campo". (457)

---

(457) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 28, p. 369. Feijó nesta "memória" aprecia a raça e tipo de lanígero do Ceará é preconiza o melhor tratamento dos rebanhos para o aumento e aperfeiçoamento da lã, considerada excelente na Inglaterra. Gardner observou, no entanto, adiantado processo de adaptação do carneiro cearense ás condições dó clima, operando nele natural transformação, especialmente quanto ao pelo, já quase desaparecido para tornar liso o couro, como o das vacas, fato que igualmente se dava com as cabras, que "perdem os longos cabelos que lhes são próprios nos climas frios, o que demonstra como a economia dos animais se pode adaptar á mudança de circunstancias". *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, p. 154).

O professor Octávio Domingues, mais recentemente, estudou este espontâneo processo adaptativo do ovino do Nordeste, com a perda da lã em benefício da sobrevivência da espécie. De modo particular refere-se ao "carneiro de Morada Nova", denominação que atribuiu ao tipo deslanado, por ter sido ali por ele examinado "em número impressionante" pela primeira vez, em junho de 1927, na fazenda "Floresta" de Antônio Eduardo Girão. Posteriormente, observou-os em Quixeramobim e Sobral. (A *Pecuária Cearense e seu melhoramento*, 1941, Rio. p. 117).

Um aviso do governo imperial, de 23 de fevereiro de 1825, mandara promover o incentivo da criação lanígera no Ceará e no Rio Grande do Norte.

Fora deste pastoreio de *técnica do acaso* e da cultura sem técnica do algodão, o mais se limitava à economia de consumo de uma agricultura elementar, dum trabalho miúdo de manufaturas domésticas e duma industriazinha em primitividade, extraindo goma elástica de maniçoba e cera de carnaúba, e transformando o caldo da cana em rapadura e as batatas de mandioca em farinha de pau.

Exceto nas serras frescas, no Cariri e nalgum vale úmido, prevalecia a *lavoura de inverno*, preparada nos meses de chuva para abastecer as necessidades das fazendas e sítios e mandar às feiras alguma sobra.

Ainda não cortara as terras cearenses a aiveca do primeiro instrumento aratório, fazendo-se tudo pelo maneio milenar do machado, da foice e da enxada. De menos rudimentar só se conheciam o *engenho* de moer cana, na mor parte de madeira, o *rodete* de descaroçar algodão, a *bolandeira* das farinhadas e o *ventilador* de despolpar café. Nem a universal máquina de costura aportara no Ceará.

As estradas, ruins, não permitiam comunicações favoráveis e rápidas e só nalgumas rodavam os carros de bois, garantia da condução pesada. A inexistência de pontes e os atoleiros obrigavam a que eles só trafegassem nos meses de verão, conduzindo, no seu intercâmbio de estio, as suas noventa ou cem arrobas de carga.

Do Aracati a Icó e do Acaraú a Sobral restringia-se o seu movimento, em vaivém incessante. Na estrada jaguaribana mais de mil desses veículos deixavam os seus sulcos, carregando frete à base de 40 rs. a arroba, por légua.(458) Na do Acaraú, não menos de 900.

---

(458) O carro de bois compõe-se de duas partes principais: s mesa e o conjunto das rodas. A *mesa*, geralmente retangular, medindo comumente 6x14 palmos, constitui-se de tábuas ao comprido, presas

"Do interior desciam carros de bois repletos de algodão e de couros, ao passo que outros, bem como tropas de animais, subiam da costa carregados de gêneros da Europa e sal", mencionou Gardner. (459)

Nos demais caminhos, tortos e maus, eram os cavalares e os bovinos que faziam os carregamentos, levando e trazendo. As *viagens no espaço* igualavam-se com as *via-*

---

pôr baixo, umas ás outras, por traves denominadas *cadeias*. Uma destas tem o nome especial de *arreia*. As tábuas laterais da mesa, mais fortes, são as *chedas*, onde horizontalmente se embutem as cadeias e verticalmente se colocam os *frueiros*, hastes de madeira que amparam a carga. A mesa é superposta a uma grande trave, ordinariamente de 26 palmos de comprido, que avança além do lastro 12 palmos: é o *cabeçalho*, em cuja ponta há um orifício em que se engata uma cunha ou *chavelha*, suporte do relho ou cabo *(tiradeira)* com que se liga ao mesmo cabeçalho o primeiro *cambão*. No cabeçalho e em cada *cambão* se ajusta uma junta de bois, presos entre si pela canga *e* pelas correias que se enfiam nos chifres internos. A junta atrelada ao cabeçalho chama-se *junta de pé de carro* e tem por função especial equilibrar o veículo, na 'marcha. A imediata é a *junta do cambão*, a que faz mais força na tração. As outras, que variam em número conforme o peso a carregar, não tem designação específica, a não ser a da frente, que se denomina *junta da guia*. O conjunto das rodas é composto do *eixo* e das *rodas*. O eixo é móvel, acunhado ás rodas. e todo o conjunto gira quando o carro em marcha. A madeira do eixo é oitavada, mas se arredonda cilindricamente na parte em que recebe as chedas da mesa, que aí monta segurada por duas hastes de pau: os *cocões*. Estas partes cilíndricas são conhecidas por *impugueiras*, sobre as quais se ajustam duas pequenas almofadas que são os *calços*. As pontas do eixo se engastam nas rodas atravessando-as e presas pelo lado de fora por um contra-pino ou *clavilha*. Cada roda é a resultante das diversas peças: os *sachos*, em forma de arco cuja corda se une a uma prancha denominada *peça;* as peças se unem a uma prancha central mais sólida ou *meião*. No centro do meião é que se embute a cabeça do eixo. Sacho, peça e melão, de cada lado da roda, são emechados entre si, por duas *cadeias*. As cadeias que juntam o sacho com a peça têm o nome de *arreiotes* e são em número de quatro. As madeiras mais usadas na construção de carros de bois são a aroeira, o pau d'arco, a carnaúba, o angico. Os carros dos tempos atuais tem a circunferência das rodas protegida por uma cinta de ferro, o que os antigos não possuíam.

(459) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, p. 153.

gens no tempo, em pachorrentas caminhadas de seis quilômetros a hora.

A vida meio abrutada do mato era, no entanto, de abastança, de auto-suficiência, ajustado o homem às rudezas do ambiente e ao desconforto das casas de fazenda.

A casa da fazenda é como que uma casa-esquema, cuja planta não varia muito. É uma *casa grande* diferente, mas como a dos engenhos ricos, índice dum tipo de civilização, a civilização cabocla dos currais do Nordeste. É um espécime arquitetural peculiar ao meio físico, construído com os materiais, as conveniências e as possibilidades do meio físico, refletindo a maneira imperativa da ambientação antropogeográfica do homem do Nordeste do juazeiro, da carnaúba e da oiticica, do Nordeste da *terra dura* de que fala Gilberto Freire, o *outro Nordeste* pastoril, inconfundível com o Nordeste vaidoso da *terra gorda*, do massapê, que "há quatro séculos puxa para dentro de si as patas dos bois, as rodas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses". (460)

Imposição da mesologia, é de tijolo e de telha, ampla e simples, esparramada nas elevações vistosas, dominadora e vigilante, com o *pátio* limpo na frente, onde os bezerros escaramuçam e os touros brigam, e onde, vez por outra, se improvisam as vaquejadas festeiras, ou as *derrubadas* intrépidas, motivo de emoções ingênuas duma assistência brejeiramente feliz. Não tem soalho, não tem forro, não tem venezianas nem vidraças, as paredes pintadas a cal, se não de todo *em preto*, desrevestidas de reboco, por dentro e por fora. Casa térrea, sem escadas, sem varandas, só às vezes uma janela no alto do oitão ventilando o sótão, que é um bricabraque de tudo quanto há.

---

(460) *Nordeste*, p. 23.

O alpendre, de colunas de alvenaria ou testeios de aroeira, é-lhe o traço marcante, transição entre a claridade intensa de fora e a penumbra abafada das camarinhas. Depósito dos arreios e dos ferros de lavrar, dos caixões enormes de cumaru para guardar farinha ou rapaduras e, sobretudo, ante-sala da hospitalidade proverbial, acolhendo itinerantes ricos e plebeus, amigos ou desconhecidos: "todas as casas desta parte do país, não situadas em cidades, têm à frente uma ampla varanda ou copiar, sob o qual geralmente o viajante pede permissão para passar a noite, havendo ganchos fixados para armar redes" (Gardner).

É nos alpendres ou nas *latadas* humildes, de palha ou ramos, que os donos da casa, confiantes e crédulos, escutam as narrações do hóspede e lhe devolvem em troca atenções e obséquios. A chegada de forasteiros, "veículos das notícias" e objeto de curiosidade, é para eles "espécie de válvula de desabafo, pretexto a ligeiros relaxamentos no austero ramerrão doméstico". (461)

Na região dos carnaubais, a carnaúba é a casa toda: paredes, vigamento, a coberta, as portas, o curral, o cercado. (462)

De pedras nenhuma havia, salvo uma ou outra perdida nas serras.

Respeitado pelos serviçais, que o chamam de *meu amo*, e pelos filhos, que somente se atrevem a rapar pela primeira vez a barba pedindo-lhe o consentimento, o dono da fazenda centraliza fortemente, pelas ordens ou pela ação, o governo da colmeia econômica que é a fazenda ou o sítio.

O poder público lembra-se dele tão só para a coleta dos dízimos e das sisas e, de quando em quando, nas elei-

---

(461) Luís Amaral, *História Geral da Agricultura Brasileira*, Brasiliana, vol. 1, p. 37.

(462) É a carnaúba "uma grande utilidade neste País, por que della se fabricão a mayor parte das casas e seus madeiramentos e se fazem os sercados dos quintaes e curraes das fazendas de gado", escreveu Azevedo Montauri em 1783 *(Revista do Instituto do Ceará*, vol. 5, p. 71).

ções, os chefes políticos lhe dirigem cartas pleiteando votos. E, por isso, as coisas coletivas lhe são algo estranhas, metido egoisticamente no trabalho de todo o santo dia, de sol a sol, que lhe é o único relógio, dir-se-ia melhor de estrela a estrela, como sugere Luis Amaral. (463)

Vaqueiros, agregados e alguns escravos, (464) homens, mulheres e meninos, ele, a esposa e a filharada, todos se entarefam na divisão dos misteres, sem salários em dinheiro, nem férias, nem justiça trabalhista, no *campeio* do gado, na *arrumação* do curral, no tracto dos cavalos, no labor roceiro, nas providências dos recados e no *fervet opus* azafamado da cozinha, uns trazendo água, outros trazendo lenha, para o preparo das comidas e o enformamento do queijo nos cinchos de madeira.

Dos fogões, cujas achas não se apagam nunca, é que saíam as refeições abundantes, o almoço até ás 9 horas e o jantar às 3 da tarde, constituídos de carne fresca, de gado ou ovelha, gorda, sadia, com pirão de farinha da ter-

---

(463) *Obra. cit.*, p. 29.

(464) Em 1850 o braço escravo havia diminuído muito, com a venda de negros para outras províncias, com a morte de grande parte e as fugas de outros, tudo em conseqüência da seca de 45. "Grande parte da escravatura da província foi vendida para remir as necessidades de seus possuidores, sendo exportados para outras províncias do império, o que deu causa a definhar ainda mais a pouca agricultura adotada." (Theberge obra cit. vol. cit., p. 217). Os jornais do tempo se acham repletos de avisos ao público anunciando tais fugas e fornecendo os sinais de identificação dos foragidos. Explica-se dessa forma, o elevado preço das *peças*, notadamente os moços e fortes, "figuras bonitas" e os conhecedores de ofício ou arte, que eram vendidos até pôr 1:000$000. Foi preciso a decretação de pesado imposto para coibir a saída de cativos do território da província. Em 1851, o imposto foi de 5$000 por escravo; em 1852, passou a 20$000 até 12 anos de idade, e 30$000 dessa idade para cima. Em 1833, eleva-se para 30$000 e 60$000, respectivamente; em 1854, a 60$000, sem distinção de idade, e de 1855 até 1860, para 100$000, quando baixou para 400$000.O Senador Pompeu calcula que de 1845 a 1862 se exportaram mais de 5.000 escravos, não contados os que escapavam á ação do fisco, em grande número. *(Ensaio Estatístico*, p. 619).

ra, carne seca assada ao espeto e os pratos de mungunzá de milho para misturar com leite, servindo de sobremesa – na qual não apareciam frutas, nem salada, nem doces – a *rapadura com queijo, a* coisa melhor do mundo, tudo levado aos dentes a colher ou a mão, que raro eram os talheres complicados e incômodos. (465)

Também não faltavam o peixe e a caça: carne de veados, tatus e queixadas, e a dos patos e marrecas deliciosos das lagoas, sem esquecer as *avoantes* ou pombas de arribação, tão saborosas.

Às bocas de noite, a coalhada com rapadura e farinha, ou novamente a carne, como fecho às Ave-Maria da *terço,* que o chefe ou a dona da casa *tirava* austeramente.

Nas festas da família, aniversários, batizados, casamentos ou chegadas de pessoas ausentes, a culinária se movimentava, ao atropelo de mil pequenos arranjos, condimentando iguarias mais finas e cozinhando doces e sequilhos, e então eram servidos profusamente os almoços gordurosos e emparturrantes, e, a todo instante, em ban-

---

(465) "Ao cearense nos períodos normais de fartura os meses de janeiro a abril bastam para lhe proporcionar os meios de subsistência durante o ano inteiro. Nesses meses, que se qualificam de inverno, ele vive de leite, queijo e coalhada com farinha; com isso desenvolve uma actividade e uma ostentação de força admiráveis, passa o dia inteiro, ás vezes durante semanas, a *correr* gado; cousa que exige muita habilidade, destreza e sangue frio, pois naquela terra tem ele de andar a cavalo com as rédeas curtas em uma mão e segurando-se com ela na crina, a outra mão é para eventualidades. Assim montado, vestido com a sua roupa de couro, chapéu de aba larga levantada na frente, para ver os galhos, por baixo dos quais tem de passar, por entre espinheiros, onde passa o boi a toda disparada, não precisando o cavaleiro governar o cavalo, mas governar-se a si, ora atirando-se para um, ora para outro lado, prolongando-se com o flanco do animal, segurando-se com o pé na anca deste, afim de não roçar com a perna em um tronco de árvore, ou de esbarrar em algum galho horizontal, que só a isto tem de olhar. Quanto ao boi, este fica ao cuidado do cavalo. Voltando á noite ao luar, o vaqueiro toma a sua refeição, constando principalmente de coalhada, que é excelente, com farinha e feijão". (Barão de Capanema, *A Seca do Norte,* 1901, Rio, p. 4).

dejas caras e pratinhos enfeitados, os pés-de-moleque acastanhados, os grudes de goma fresca e coco ralado, as roscas de goma ou fofas, as tapioquinhas de polvilho de mandioca ou de milho, as broinhas de ovos, os bolinhos de goma de quantos formatos, os filhoses, as cocadas de rapadura, as mãe-bentas de farinha do reino e leite, as línguas-de-mulata, os pães-de-ló, os alfenins branquinhos, de açúcar, em forma de palminhas, cachorrinhos, patinhos e cachimbinhos, as fatias douradas ou paridas, molhadas ao leite e cobertas de açúcar com canela, os bolos de milho, o doce de leite, de coco, de ovos (ambrósia), as *espécies* de gergelim ou de castanha de caju, e, se o tempo era de inverno, o milho verde cozido ou assado, a pamonha amortalhada em palha de milho, as pipocas, o anguzô, os crespos torrados na manteiga de garrafa e a canjiquinha deliciosa, fina, amarelinha, polvilhada de canela, que a gente devora sem querer.

Alimentação, como se vê, rica de nutrição, forte e farta. O Senador Pompeu dá as percentagens *per capita*, que provocam inveja: 96 libras anuais de carne de gado, 32 de carne de miúdos, ou seja, 128 libras por ano para cada habitante. Acrescidos a caça e o peixe, a média sobe para 180 libras, quando na Inglaterra o consumo individual era de 162 libras.

150.000 reses e 550.000 cabras, ovelhas e porcos morriam anualmente para o consumo de 500.000 moradores (1860). Isto sem levar em conta o valor alimentício do leite, da rapadura e da farinha. (466)

Era assim que eles respiravam, os nossos avós de 1850, sem problemas inquisitoriais e ambições alucinantes, satisfeitos com a Natureza e esta com eles, a despeito de ingratidões mútuas, que ambos se perdoavam.

Homem e paisagem efetivamente se harmonizavam. Não havia desnível.

---

(466) *Obra cit.*, p. 395.

Capítulo XIV

Não havia de modificar-se facilmente o regime econômico do Ceará, esteado no consumo interno do que era possível extrair do gado, da mandioca, da cana, do milho e do feijão, e na exportação da fibra algodoeira, dos couros e peles, do café, do açúcar, dos produtos da carnaúba, da borracha pobre da maniçoba, e de outras utilidades de menor valia.

O baixo padrão de vida não se alterara, contente o povo na existência simplória dos que não forcejam muito por um bem-estar material mais digno: era a mesma produção agropastoril fanica, a mesma industriazinha artesanal, ainda muito distanciada daquela maquinofatura que zoava pelo mundo, começando.

Mas, depois de 1850, já terminado o arcabouçamento político-jurídico do país, coroado com o Ato Adicional e a Lei de Interpretação, já vencidas as perturbações provinceiras ao vigor persuasivo de Caxias e já extinto o tráfico dos negros africanos à pressão dos canhões ingleses que, afinal – disse Euclides – eram "uma intimativa austera da civilização", (467) entraram em indisfarçável transformação os elementos da economia nacional.

Expandem-se então, como destaca o sociólogo Caio Prado Júnior, as forças produtivas brasileiras, dilatando-se o seu horizonte, e remodela-se a vida material do Bra-

---

(467) *A Margem da História*, Porto, 1909, p. 324.

sil, num progresso apenas meio interrompido ou atenuado durante o conflito com o Paraguai, porém com um ritmo ascensional rápido e seguro. O decênio que se segue ao término da guerra, 1870-80, marcará um dos momentos de maior prosperidade nacional, prova da capacidade de recuperação de um organismo econômico em pleno crescimento. Sucedem-se os empreendimentos industriais, comerciais e agrícolas, e repontam as concentrações de capitais de certo vulto. O dinheiro que se imobilizara na compra de escravos passa a constituir bancos, empresas e companhias, levando a antiga Colônia a modernizar-se, procurando sintonizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo. (468)

O Ceará, que desde 1852 fora considerado Província de segunda classe (469) e por trinta anos respiraria sem interrupção o ar cheiroso dos invernos, tinha que receber os influxos das novas forças reconstrutivas, a despeito de já se terem perdido, através da mais prejudicial das descontinuidades administrativas, aquelas afoitas coordenadas que, para a estrutura do seu progresso, lançara, lustros antes, o Padre Alencar.

Varões ilustres, muitos dos quais chegaram a projetar-se no grande palco da política do Império, estiveram – na sua curul, tais como Felizardo de Sousa e Melo, Ministro da Agricultura; Brigadeiro José. Joaquim Coelho, Barão da Vitória; Inácio Silveira da Mota, Barão de Vila Franca; Francisco Xavier Pais Barreto, Ministro do Estrangeiro; Manuel Antônio Duarte de Azevedo, Ministro da Justiça e da Marinha; o Conselheiro Lafayette Pereira, o geógrafo Homem de Melo, o ministro Leão Veloso, o filólogo Heráclito Graça, o Barão de Sobral, etc..

Nenhum deles, todavia, trabalhou obra de vulto, peados pelas conveniências partidárias, pela ligeireza dos

---

(468) *História Econômica do Brasil*, 1945, p. 203 e segs.
(469) Decreto n. 1035, de 18 de agosto.

períodos governamentais e pela impotência das finanças ante a sisudez dos problemas que se lhes depararam.

Em 1858, com a chegada, a 11 de dezembro, do vapor *São Luís* a Fortaleza, inicia-se nova linha de navegação para os portos cearenses, até então servido por um único navio o "Iguaçu", da Companhia Pernambucana. Era o produto do contrato celebrado pelo Marquês de Olinda com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, aprovado pelo Decreto imperial de 26 de junho (ampliado posteriormente por ato de 3 de outubro de 1860). De modo considerável se alargaria o comércio das exportações e importações, exatamente numa fase de enorme penúria alimentícia, que afetava aliás todo o Império, dada a deficiência da respectiva produção e, como conseqüência, o encarecimento dos preços, atribuída a causa à falta cada vez mais acentuada do braço trabalhador, diminuído pela repressão definitiva do tráfico negreiro, pelas doenças e pelo deslocamento de muitos para as lavouras da cana e do café. (470)

É do referido ano de 58 a maior cogitação em torno da idéia da criação de empresas de transportes de mercadoria e passageiros entre Fortaleza e Baturité e entre Aracati, Icó e Crato, a última de iniciativa do médico Pedro Théberge, com a denominação de "Sociedade União Cearense", que não chegou entretanto a incorporar-se.

"Fundada semelhante sociedade – falava o presidente Silveira de Sousa – outra igual se deverá estabelecer desta capital para a vila de Baturité, e pode-se afiançar que muitos de seus comerciantes estão somente à espera que aquela se realize com feliz sucesso; para inverterem nesta os seus capitais demasiadamente tímidos e cautelosos. Desde já, porém, e enquanto isto se não põe em práti-

---

(470) Veja-se *Relatório do Presidente Silveira de Sonusa à Assembléia*, 1858, p. 11.

ca, não seria fora de propósito que se organizasse alguma sociedade, embora em ponto menor, para efetuar-se, em carros mais maneiros e expeditos do que os atuais, o transporte da grande produção do café, açúcar, algodão e outros gêneros daquela vila. Essa sociedade poderia empregar outros meios de condução, além dos carros, e, tendo estabelecimentos de mudas regularmente mantidos, se avantajaria pelos seus recursos a todos os que se empregam hoje neste mister; seria a única procurada pelos negociantes que comerciam entre as duas praças, e daí tiraria inúmeros lucros. A regularidade de suas viagens animaria a produção, pela certeza de que todos os produtos viriam facilmente ao mercado; o comércio estenderia proporcionalmente as suas relações, redundando tudo em vantagem daquela sociedade. E se os seus capitais fossem suficientes para comprarem ali gêneros por sua própria conta e exportá-los para os mercados estrangeiros, os seus interesses seriam então muito superiores. Para montar-se uma empresa dessa ordem não são necessários recursos extraordinários e a brilhante perspectiva que ela oferece é um estímulo bastante poderoso para que alguns dos capitalistas e fazendeiros da Província devam tentar". (471)

Anteriormente, em 1857, o governo imperial concedeu a José Bernardo Teixeira permissão para explorar minerais no interior do Ceará (472) e a Thomas Dixon Lowden privilégio, por 50 anos, para construir uma estrada de ferro ligando a barra do Camocim às vilas de Granja e Ipu. (473)

Pensava-se na iluminação pública da capital, entrando o governo, já autorizado por disposição legislativa (Lei nº 923, de 5-12-59), entendimentos, que fracassam, com alguns concorrentes, entre eles a firma F. Southwort, de Niterói, mas o melhoramento só em 1867 se efetuaria, con-

---

(471) *Relatório cit.*, p. 22.
(472) *Datas e Factos*, cit., vol. 2., p. 159.
(473) *Idem*, p. 159.

tratado com Joaquim da Cunha Freire e Thomas Rich Brant, o primeiro uma forma de Mauá da Província, com a cabeça a remexer constantemente procurando objetivar projetos renovadores e úteis. Outro sintoma da nova era fora o calçamento das ruas de Fortaleza, principiado em 57 e continuado eficazmente em 58 pelos calceteiros lisboetas mandados trazer por aquele governante – Silveira de Sousa.

Datam de 1861 (17 de abril) o contrato com Augusto Dias Martins para levantar um trapiche no porto do Aracati e outro, com José Francisco Matos, para a montagem duma fazenda-modelo em Quixeramobim (6 de setembro).

Instala-se a 26 de fevereiro de 65 a Escola de Aprendizes Marinheiros, o que já havia acontecido alguns meses antes com o Seminário episcopal (10 de dezembro de 64).

Mas as sanefas do progresso abrir-se-iam mais amplamente com as estradas diretas dos navios a vapor da companhia inglesa Booth Line, de Liverpool, a começar de 1866 e, três anos mais tarde, com as da Red Cross, também britânica, as quais acabam fundindo-se, para fazer de modo quase exclusivo os carregamentos entre o Ceará e os cais europeus e norte-americanos particularmente Liverpool, Hamburgo, Havre, Barcelona, Lisboa e Nova York. (474)

Afirma-se, com acerto, que este ano de 66 marca a data da autonomia comercial cearense e o começo da influência de comerciantes ingleses na praça de Fortaleza, em que até então preponderavam os portugueses. Indiscutível é, outrossim, que a navegação direta assegurou a hegemonia da capital sobre Aracati e Icó, reduzidas, gradativamente, as transações destas com o Recife. Em 1867 já as exportações pelo porto fortalezense somavam

---

(474) O primeiro paquete da Booth & Cia. a chegar a Fortaleza foi o *Augustine*, (5-11-66), e o primeiro da Red Cross, o *Paraense* (12-7-69), que naufragou a 8 de abril de 70.

3.934:6001$00, contra 619:201$000 pelo Aracati e 156:444$000 pelo Acaraú.

Garantiria a preeminência o carreamento das riquezas serranas da Aratanha, Maranguape, Acarape, de princípio pela condução rodoviária e, logo mais, pela das locomotivas, comendo a alma dos trilhos de ferro.

Entrava pelos olhos a necessidade de apresilhar à capital o centro sertanejo da Província e a fertilidade do Cariri, com a apanha, no caminho, dos produtos daquelas serras ubertosas. Desde o Padre Alencar que os governos só pensavam nisso. A *estrada de Baturité* é capítulo obrigatório das *Falas* dos presidentes.

Encetada em 1854, para substituir o caminho de pé posto existente, muito nela se trabalhou, mas ainda em 68 o engenheiro provincial declarava a sua inexistência, ou melhor a sua imprestabilidade às exigências da tração por veículos.

"A estrada de Baturité – dizia – com justa razão tem ocupado a atenção e há de continuar a ser objeto das mais sérias investigações da parte dos poderes públicos. A fertilidade da serra de Baturité, a importância do café que ali se desenvolve e aumenta numa escala progressiva, uma extensa cordilheira de serras dando importância a uma larga e extensa zona de terrenos atravessados pela estrada – Pacatuba, Guaiúba, Acarape e outras – todos de uma espantosa uberdade, são estes os títulos que recomendam a estrada de Baturité e lhe dão uma máxima importância. A circunstância de poder ser essa estrada mais tarde prolongada em demanda das regiões meridionais da Província e aproximar dos centros de exportação as imensas riquezas naturais do vale do Cariri, é mais uma razão poderosa que concorre para dar à estrada de Baturité um dos melhoramentos que a Província reclama para o seu engrandecimento e prosperidade".

E aduziu: "A maior importância do melhoramento que deriva de uma via férrea para *Baturité*, em minha opinião,

liga-se ao futuro dessa linha. Baturité e os municípios adjacentes, tão importantes pela cultura do café, não é somente sob o ponto de vista do comércio e da indústria que convém ser ligados a capital, mas especialmente sob o ponto de vista social e político. A linha que se dirigir a Baturité há de ser necessariamente uma seção do traço de maior extensão que se encaminhar ao Crato, e esta por sua vez há de aspirar entroncar-se numa grande linha que fizer parte do sistema geral, quando realizar-se o grande pensamento de ligar o Rio de Janeiro as províncias do Império". (475)

Esse engenheiro mesmo, que era o dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e demorou no Recife comissionado para observar a organização duma estrada de ferro, associou-se a John James Foster e ambos contrataram com o presidente Leão Veloso (14 de abril de 1868) a incorporação duma empresa para construir a primeira seção da estrada (Fortaleza-Pacatuba, com ramal até Maranguape), pelo sistema *tram-road*, a vapor, mediante a garantia dos juros de 5% do capital invertido, e outros favores, sem, no entanto, conseguirem a meta, pois que a lei que aprovou o contrato não recebeu a sanção presidencial do governante sucessor, coisa muito comum na incorrigível arritmia que tão lastimavelmente caracterizou até os nossos dias a administração brasileira.

Somente em julho de 1870 é que devido aos trabalhos do advogado João Brígido veio a ser assinado entre a Província e a "Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité" contrato para a execução de obra pública tão desejada. A resolução legislativa nº 1.332, de 11 de outubro, aprovou esse contrato, cujas responsabilidades se encabeçavam nas pessoas dos diretores da Companhia: Padre Tomaz Pompeu de Sousa Brasil (o Senador Pompeu), o

---

(475) *Relatório de* 1868 cit. p. 10 e anexo, p. 3.

dr. Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), os comerciantes Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba e Henrique Brochlehurst, sócio da R. Singlehurst & Cia., e o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, antigo concessionário.

Não seria com a presteza esperada que as praias do oceano verde se punham em colóquio com a verdura caririense, visto como, sem capitais bastantes, a Companhia viveu sempre a enfrentar obstáculos, sendo preciso que uma lei provincial (9 de setembro de 1871) assegurasse o pagamento dos juros de 6% sobre o capital de 800 contos de réis requeridos para os serviços de primeira seção da linha (até Pacatuba), resolução que se modificou depois, com outra de 21 de dezembro, elevando ditos juros para 7% sobre o capital aumentado para 2.600 contos.

Ainda assim não se aprumou a empresa, vindo socorrê-la agora o governo imperial, com o Decreto n. 5606, de 25-4-74, afiançando os juros por 30 anos e favorecendo-a com uma ajuda de 1.400 contos, a fim de se totalizarem 4.000, calculados para a terminação de toda a linha, até Baturité.

O trecho Fortaleza-Parangaba inaugurou-se a 14 de setembro de 75 e o de Pacatuba a 6 de janeiro seguinte. A Baturité não chegariam os trilhos senão a 2 de fevereiro de 82, depois de acelerados os trabalhos em 77, aproveitando-se os flagelados da seca.

Porque não pudesse a Companhia levar avante sozinha as suas penas, teve afinal o governo de encampá-la, aceitando a sugestão do Ministro Cansansão de Sinimbu, (476) que fora encarregado de estudar os melhores meios de atenuar os sofrimentos da gente nordestina ao tempo da

---

(476) Sinimbu ouvira a opinião do dr. João Ernesto Viriato de Medeiros, engenheiro cearense, que lembrou a construção de três estradas de ferro, com estaca zero em Camocim, Fortaleza e Aracati, todas convergidas para o Cariri, em leque (*Revista do Instituto do Ceará*, vol. 34, p. 334).

seca de 1877. "Resgatar a parte construída da via férrea de Baturité e continuar com a possível celeridade o que resta fazer – resumia a sugestão – ao mesmo tempo que levar a efeito outra ferrovia que, seguindo do porto de Camocim, passa pela cidade de Granja e, contornando a serra da Meruoca, termina em Sobral, donde mais tarde se prolongará, acompanhando a Serra Geral, em direção ao Piauí".

Efetivamente, o Decreto Imperial n. 6916, de 1-6-78, oficializou a encampação, permutando-se as ações da Companhia por apólices da dívida pública interna e transferindo-se para o governo a estrada, seus ramais, suas obras, dependências e materiais de toda a espécie, bens imóveis e móveis, dívidas ativas, concessões, direitos e favores a ela outorgados pela Província. (477)

Quanto à estrada Camocim-Sobral, foi baixado o Decreto n. 6940, de 19 de junho, considerando-a de caráter geral para o serviço do Estado e autorizando os respectivos estudos e construção. Caducara, visto não terem organizado a companhia no prazo legal, o privilégio concedido a Manuel Alves Linhares e Cícero Pontes, em 1872, para construírem uma via dessa natureza que, saindo do porto do Camocim ou do Acaraú, alcançasse o Ipu. A portaria de 25 de maio de 78 declarou a caducidade.

A 15 de janeiro de 81 foi entregue ao movimento o lanço de trilhos Camocim-Granja e, dois anos depois, 31 de dezembro de 82, inaugurada a estação de Sobral.

Na década 1870-80 como que a capacidade realizadora toma nova impulsão, num síndroma denunciativo de vitalidade e florescimento.

No campo intelectual exsurgem movimentos de positivas energias criadoras, principalmente o daqueles moços que se agigantaram daí por diante no domínio das letras e agiam aos impulsos dó pensamento livre, reunidos numa

---

(477) Leia-se *Origem da Rede de Viação Férrea Cearense*, de Otávio Memória, 1923, Fortaleza.

associação sem tipo nem forma, chamada burlescamente de *Academia Francesa*, e aquartelados no jornal maçônico *Fraternidade*, barricada de trepidação das suas inteligências possantes, moças, desamarradas de preconceitos, apenas influenciadas por esse virulento instinto de reação, de novidade, que em todos os tempos abre brechas no classicismo conservantista, para que surjam outras atitudes mentais, outras concepções, outros caminhos. Eram Rocha Lima, Tomaz Pompeu, Capistrano, Araripe Júnior, João Lopes e quantos mais que, certos de estarem empenhados nas desavenças filosóficas da célebre Questão Religiosa, na verdade o que faziam era fincar galhardamente o primeiro e sugestivo marco do intelectualismo cearense.

Fundam-se sociedades de toda sorte, circulam novos jornais e revistas, abrem-se colégios, o comércio progride, reforça-se a justiça com o funcionamento do seu Tribunal da Relação (3 de fevereiro de 74), possibilitando melhor os recursos judiciais até então enviados para a Relação de Pernambuco. Tudo quer desroupar-se dos velhos processos, menos a politicalha que é a mesma coisa, o partido *de cima* aniquilando o *de baixo*, a oposição, feita de homens *independentes*, dizendo-se vitimas da opressão do poder, mas, uma vez no poder, por qualquer reviravolta partidária, usando idênticos métodos e, a título de reparar injustiças, demitindo os aquinhoados de ontem e colocando nos cargos os *correligionários decididos*.

Não haveria nisto, aliás, uma singularidade local que o mal era intrinsecamente brasileiro, e nos sertões a matutada satélite engolfava-se nas futilidades eleitorais, não raro degeneradas em crimes impunidos. O princípio da autoridade era um eufemismo: os ocupantes dos lugares da administração, nus de espírito público, aproveitavam-nos para proteger os interesses estreitos da facção dominante, e os outros contra eles investiam iracundos, até que um dia se invertessem os papéis.

Nesse jogo de xadrez as pedras eram aquelas "influências" (um dos *we-group* de Kimball Young) tão bem retratadas por um dos presidentes da Província, o dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, ao recitar em 1868 à Assembléia uma das *Falas* mais sábias de quantas lhe haviam sido lidas até ali e só comparável àqueloutra, cheia de lógica expositiva e informes valiosos, que muito antes ela ouvira, em 1853, lida pelo dr. Joaquim Vilela de Castro Tavares.

"As distinções sociais – escreve-se na citada Fala – os bens de fortuna, a própria superioridade intelectual, tudo fortificado pelas relações de parentela e afilhadagem, criam o que se chama – uma *influência*, isto é, um homem de posição mais forte, cercado de um certo grupo que lhe é dependente. O interesse político explora essas circunstâncias. Cada partido arma com os cargos públicos as influências que lhe são simpáticas e estas servem-se daqueles para fortificar e ampliar os próprios recursos. Mas as outras influências, privadas dos meios oficiais, reagem contra seus êmulos, suscitam-lhes todas as dificuldades, buscam com empenho a desvalorização deles. Eis aberta a rivalidade. Se entre os contendores surge um interesse especial, uma pendência, às vezes por alguns palmos de terra, ou então se aproxima a eleição, trava-se a luta em proporções temerosas. Está claro que a autoridade há de abusar da cargo para repelir e vencer o contrário, e que se há de envidar tudo para mostrar que aquele nada vale. De meios não há escolha. Enquanto um prende, designa, recruta, processa, o outro insulta, concita à turbulência, arma-se e resiste. Muitas vezes a lei é conculcada e o sangue corre. O resultado é tanto o desprestígio da autoridade, como a impunidade do crime (478)

Enquanto isso, no terreno das realizações materiais não era menor a emulação construtiva. Tenta-se obter a substituição do braço escravo, já em declínio franco, pelo

(478) *Relatório de 1868*, p. 7. Leia-se Artur Ramos, *Introdução à Psicologia Social*, Rio, 1936, cap. XVI.

braço livre, recorrendo-se à colonização estrangeira; tenta-se o levantamento de empresas de diversa ordem e a renovação da agricultura; tenta-se o esquemamento dos produtos econômicos na síntese dos mostruários de uma exposição; tenta-se muita coisa de que ao fim só restam as boas intenções.

"A vinda sucessiva de alguns portugueses para esta Província como emigrantes, escreve-se no Relatório de 1870, parece ser o prelúdio de uma corrente de emigração que para aqui procura se estabelecer, devido a iniciativa particular. Este acontecimento, no momento em que a nação mostra-se empenhada em resolver o difícil problema do elemento servil, não pode deixar de influir poderosamente para a sua solução em relação à Província, onde o trabalho livre é quase uma questão resolvida. Será um dos mais importantes serviços, que se poderá prestar ao Ceará, fazer bem conhecidos no estrangeiro os seus recursos naturais, animando-se por todos os modos possíveis essa emigração".

Até agosto haviam entrado na Província 327 colonos açoreanos, em navios consignados a José Joaquim Carneiro, a Joaquim da Cunha Freire & Irmão, a Singleburst & Cia. e a Francisco Luís Correia. A 14 de setembro, pela escuna "Dias", chega a Fortaleza outra turma de 35. A 27, pela "Maria Carolina", 23, e a 6 de novembro mais uma, de 66, no patacho "Georgense". Mais 25 pela barca "Amizade", aportado a 9 de maio de 71. Todos da ilha de São Miguel.

As tentações da legenda "mais estradas de ferro" levaram Antônio da Cruz Guimarães, José Joaquim Corneiro e outros a contratar, em 15 de abril de 72, a construção duma ferrovia entre Fortaleza e Soure (hoje Caucaia), com ramal a S. Gonçalo (hoje Anacetaba), igualmente o fazendo o engenheiro Jerônimo Luís Ribeiro, a 22 de agosto, com a pretensão de unir, por outra dessas estradas, o porto do Mundaú à povoação de Itapipoca (Lei n. 1520, de

2.1-72) – Desse mesmo ano, como ficou referido, data o privilégio a Cícero Pontes e Manuel Alves Linhares para a linha Acaraú-Ipu.

Cândido Franklin do Amaral e outros consócios empreendem, sem resultado, a instalação de fábricas de tecidos (Lei n. 1473, de 22-11-72). Entretanto, a indústria têxtil só em 1883 havia de contar com sua primeira fábrica, a primeira, aliás, do norte do Brasil montada com maquinismos ingleses pelos irmãos Tomaz e Antônio Pompeu de Sousa Brasil e o cunhado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, em Fortaleza, e produzindo anualmente 1.900.000 metros de fazenda de algodão e 150.000 ks. de fio para redes. Outra, em Fortaleza, denominada "Ceará Industrial", fundou-se em 1889, pela firma Holanda, Gurjão & Cia., com o capital de rs. 400:000$000 e adjudicada em junho de 1901 ao Banco do Ceará, que a transferiu depois a Alfredo Ferreira & Irmão (produção – 800 – 000 metros por ano e 10.000 ks. de fio).

A terceira seria trazida para Sobral (1894) por Ernesto & Ribeiro (capital de 600:000$000 e produção anual de 9,00.000 metros de fazenda de algodão' e 20.000 ks de fio), assim como a que veio depois iria para Aracati, graças a coragem de Antônio Gurgel da Costa Nogueira, Antônio de Sá Leitão, João Adolfo Gurgel do Amaral e Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, incorporando, com o capital de 300:000$000, a Companhia Popular Aracatiense (1895), que em 1900 passou a propriedade da empresa à firma M. L. Barbosa & Cia., constituída do dr. José Leite Barbosa, do Mons. Francisco Leite Barbosa e do capitalista Miguel Leite Barbosa.

Gorara a tentativa de João Cordeiro e João da Rocha Moreira para montar organizações semelhantes, a coberto dó privilégio de 20 anos, que haviam conseguido pela Lei n. 1876, de 11-11-79.

Não cessariam os arrojos.

Alfredo de Arena e alguns mais planejam a colocação de trilhos urbanos em Aracati, para o que arranjam um privilégio de 40 anos (16-8-72), aprovado pela Lei n. 1488, de 16 de dezembro, e neste mesmo ano os comendadores Alfredo Garcia e Coelho da Fonseca se articulam com a administração provincial numa empresa de carris para a capital, nos termos da lei n. 1631, de 5 de setembro do ano anterior, o que de fato realizam, porém muito ao diante fundando a 3 de fevereiro de 77 a Companhia Ferro Carril de Fortaleza e inaugurado o tráfego a 25 de abril de 80, já adquiridas em terceira mão as concessões dadas em julho de 71 a Estêvão José de Almeida e mais três sócios. (479)

É de 1873 (19 de agosto) o contrato com Antônio Gonçalves da Justa Araújo para a utopia de uma linha de navegação fluvial a vapor no Jaguaribe, do Fortim a Passagem de Pedras, e bem assim o outro, com o mesmo engenheiro (4 de novembro), para o transporte de mercadorias e pessoas no alto da serra de Baturité.

O atilamento de Joaquim da Cunha Freire incita a Assembléia Legislativa a dar-lhe exclusividade para explorar chumbo e outros metais (16 de julho) e, passados meses, a mesma coisa fazem João Franklin de Oliveira Lima e Adam Benaion em relação a uma fábrica de vulcanização de goma elástica, borracha e leite de gameleira.

Data de 1877 (1º de março) o Decreto n. 6493, do governo geral, aprovando os estatutos do "Banco Comercial e Hipotecário do Ceará", de inspiração do senador Castro Carreira, e que não atingiu a concretização em virtude da seca e da morte dos principais organizadores Senador Pompeu, Visconde do Cauipe e Pedro Nava. De 79 é a abertura da Caixa Econômica no Ceará, como antes, a 17 de fevereiro de 78, fora a do telégrafo, comunicando Fortaleza a Aracati e Mossoró, linha que se estende e alcança o Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1881.

---

(479) *Datas e Factos*, vol. 2, p. 274.

No aludido decênio também foi acontecimento de alta significação econômica o vitrinamento dos produtos cearenses a figurarem na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1875). Apesar da pobreza do seu resultado, nascida da premência do tempo do seu preparo, da indiferença dos possíveis expositores e das câmaras municipais encarregadas do aliciamento do material, e do rigorismo das chuvas dificultando os transportes, pôde ser apresentada grande variedade de efeitos naturais e manufaturados, tudo resumido em interessante Relatório-catálogo elaborado pela comissão diretora e fonte de boas informações aos que estudam os fatos da economia cearense. (481) Dez anos para trás se fizera no palácio governamental a exposição preliminar dos produtos destinados à Exposição de Paris. A comissão organizadora foi constituída dos drs. Manuel Fernandes Vieira, Gonçalo de Almeida Souto, Joaquim Antônio Alves Ribeiro, engenheiro Adolfo Herbster e João Antônio Machado. Acompanhou os mostruários até o Rio o dr. José Júlio de Albuquerque Barros, posteriormente Barão de Sobral.

Também em 1875 se ensaia a exportação de laranjas para a Inglaterra, enviando-se de Maranguape, nesse ano, 1.312 caixas. Em 1882 às remessas subiam a 11.802 caixas, mas infelizmente este comércio não prosperou. (481)

---

(480) *Exposição Nacional. Relatório e Catálogo da Província do Ceará*, 1875, Tip. Imparcial. Fortaleza. Na realidade os primeiros produtos naturais e industriais do Ceará a figurar numa exposição foram os que o dr. Manuel Ferreira Lagos colheu quando de sua excursão na terra cearense como membro da "Comissão Cientifica", e apresentou ao público do Rio de Janeiro em setembro de 1861 nos salões do Museu Nacional. No ano seguinte, em dezembro, houve uma exposição de artefatos nas salas da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, lembrada por José Smith de Vasconcelos e parece que o primeiro certame dessa natureza em províncias do Brasil (*Revista do Instituto do Ceará*, vol. 24, p. 100).

(481) Veja-se *História da Seca 1877-1880*, de Rodolfo Teófilo, cit., p. 29.

Capítulo XV

Capítulo XX

O Açúcar

Quando Gilberto Freire escreveu que "a doçura das terras do massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas do sertão", quis fazer o elogio da nobreza dos engenhos de Pernambuco, da "civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos". (482)

A generalização da afirmativa exagera demasiado a *secura* da terra das catingas, onde não há somente "areia ragendo debaixo dos pés", ou "paisagens duras doendo nos olhos", ou "bois e cavalos angulosos", ou "sombras leves como umas almas do outro mundo, com medo de sol".

Este *Nordeste dos mandacarus*, tão incompreendido dos brasileiros, ao contrário também possui encantos de panoramas, terras gordas de massapê, serras virentes iguais à de Petrópolis, férteis, humosas, de clima suíço. Também possui "terra pegajenta e melada", acomodatícia, em que teria sido possível, *modus in rebus*, aquele "avanço civilizador da cana", se as condições originais o alentassem, como propiciaram o de lá, favorecido de muita vantagem.

Os brejos do Cariri e as montanhas da Ibiapaba, de Baturité, de Maranguape, da Aratanha, da Meruoca, teriam recebido e alimentado nobreza parecida com aquela

---

(482) *Nordeste, p.* 24.

pernambucana, se esta não se tivesse privilegiado na cultura dos canaviais.

E é preciso não esquecer que os engenhos de Pernambuco nunca deixaram de rodar, só porque nas suas almanjarras se encangavam os bois idos do *Nordeste duro*, só porque as cargas de cana caíam nas moendas, transportadas pelos cavalos idos do *Nordeste duro*, só porque as carnes enxundiosas das vacas do *Nordeste duro* proteinavam a gente da bagaceira, dando-lhe vigor.

Ficou, por isso, o engenho do Nordeste das areias um engenho pobre, fabricando rapadura e não consentindo que o dono morasse em casas grandes de sobrado.

As primeiras canas cearenses vieram com Soares Moreno, porém nada se sabe acerca da sua cultura. Os *diários* dos holandeses que viveram no Ceará não falam dela, como falam do gado que Martim deixou.

A mãe dos canaviais crioulos do Brasil é a Ilha da Madeira, e para o Ceará elas vieram com os colonizadores que os tiveram de plantar longe, no interior, porque a orla marítima não era tão convinhável ao plantio. A distância sem transporte reduziu, aqui, a cultivação canavieira a uma indústria *sui generis*, que se tornou essencial para o sustento vegetativo das populações.

Produto de consumo direto, e não produto comerciável. Alimento como a carne e a farinha, e não simples composição para as sobremesas e para as compotas.

Em 1783, o capitão-mor Coutinho Montauri, remetendo para Lisboa diversos produtos naturais e outros da pequena indústria cearense, juntou um caixote de açúcar fabricado a primeira vez, aos seus influxos, nos subúrbios da vilazinha da Fortaleza, cujo "distrito todo e a maior parte da Capitania he abundanhssimo nas mesmas canas de que só se servião (os naturais) para fazer rapaduras, que são como huns pacus de hum assucar muito mascavado e

da mais ínfima qualidade, *mais para incitar o nojo que de servir para o paladar*".

Outro caixote continha "assucar feito nos Cariris Novos desta Capitania, aonde se fabrica suficientemente este gênero por ser o continente próprio para a cultura das mesmas canas, porém he o extremo da mesma Capitania pelo sertão a dentro, na distancia de cento e cincoenta legoas de mar". (483)

Talvez se pudesse chamar de *Nordeste da rapadura* o Nordeste duro de Gilberto Freire, porque foi e ainda é a rapadura, mais que a carne dos novilhos, a comida forte e generalizada do homem desta parte do Brasil.

A rapadura tornou-se, na expressão de Capistrano, uma das alegrias do sertanejo, e longe de "incitar mais o nojo que servir para o paladar", é saboreada gostosamente a todo instante por alguns milhões de brasileiros.

"As canas do país (Ceará) são desmanchadas, em pequenos engenhos, em rapaduras que, com farinha, servem ao sustento do povo, que o prefere com gosto a outro alimento". (484)

Gardner deixou-lhe a descrição e o elogio:... "adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que lhes vem da zona acima do Icó. A rapadura é feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura, e é duríssima. Por muito tempo fui obrigado a usá-la como sucedâneo do açúcar. Embora não a apreciasse muito no princípio, acabei por achá-la tão boa, que a preferi ao açúcar, como toda a gente desta zona, a quem vi muita vez fazer sua refeição; só de rapadura com farinha". (485)

Ficaram afamadas até hoje as rapaduras do Cariri, dos *tabuleiros* do Ceará e da Serra-Grande, que se expor-

---

(483) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 5, p. 72. *Notas para a história do Ceará*, do Barão de Studart, cit., p. 408.
(484) Memória, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 12, p. 8.
(485) *Obra cit., p.* 134.

tam em grandes quantidades, por terra, para os Estados vizinhos do Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e até para a Bahia.

Por volta de 1860 havia no Cariri mais de 300 engenhos, na maioria de madeira. No Crato, 130, sendo 8 de ferro. Em 21 dos 34 municípios, a estatística do Senador Pompeu anotou 1.200 deles, maiores e menores. Havia-os até puxados a braços, dos quais nos dá notícia o prof. Ximenes de Aragão nas suas *Memórias*: "Este engenho, em lugar de almanjarras, tinha de cada lado dois paus encruzetados verticalmente atravessando as pontas das moendas, que eram duas e achavam-se na altura mais ou menos de 12 palmos, para dar lugar a que as cruzetas passem sem tocar no chão. Cinco pessoas tangiam-no, empurrando com o ombro nas pontas dos tais paus encruzetados, cada um de sua vez, isto é, empurrava o pau que lhe tocava, passava para diante, para dar lugar ao companheiro que o seguia, alcançar também o que lhe tocava e para alcançar igualmente o pau de diante, quando fosse pondo em atitude de ser por ele pegado. Isto, de modo que o engenho não parava e nem tampouco eles paravam caminhando em roda dele, até o tempo que fosse preciso moer. O engenho nem por isso dava menos garapa do que os puxados a boi". (486)

Nessa época a produção de rapadura, açúcar e melaço (mel) não era menor de 500 mil arrobas. Do açúcar se mandavam para fora da Província 210 mil e se consumiam 40 mil. Não se exportavam mais do que 40 mil arrobas de rapaduras, das 350 mil que somavam a produção. O consumo interno *per capita* era, anualmente, de 25 libras dos três produtos, valendo 1$650.

O presidente Almeida Rego, em 1852, dizia-se "persuadido de que a produção progride, atentos os lucros

---

(486) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 27, p. 143.

que vai colhendo o lavrador e disto tenho quase certeza quando vejo o afã com que são procurados os engenhos de ferro até agora tão raros na Província". (487) O primeiro deste fora aquele montado pelo padre Alencar no seu sítio Alagadiço Novo, em Messejana.

As altas do preço do algodão de 62 em diante concorreram para o desânimo da fabricação do açúcar e quando, em 75, se organizou o mostruário com que o Ceará se apresentaria à Exposição Nacional, nada mais a comissão encarregada do Catálogo pôde adiantar senão que a indústria ia em atraso e decadência progressiva, já estando Pernambuco novamente a abastecer deste gênero o Ceará. Para a Inglaterra, onde era beneficiada, se enviava alguma quantidade de açúcar mascavo ou *de gamela*, pago a preço mísero.

A mesma comissão sugeria: "Aos altos poderes do Estado compete a aplicação dos meios, em ordem a tirar esta indústria do completo abatimento em que se acha, nesta Província. A criação de um estabelecimento bancário, rural e hipotecário, em que o agricultor pudesse obter os meios pecuniários de que precisa anualmente para as suas culturas e indústria a um prêmio razoável, seria uma medida salvadora. Ela de há muito é encarecida e reclamada. Também uma medida de muito alcance é a separação do trabalho da fabricação do açúcar, do da cultura da cana. Sob a iniciativa de um distinto cidadão, filho do Ceará, e não obstante a profissão de médico, todo entregue aos labores da lavoura e indústria açucareira o dr. Joaquim Bento de Sousa Andrade – aventa-se atualmente nesta Província a idéia da fundação de um engenho central, no fértil e rico distrito agrícola de Messejana. Será de suma vantagem a realização de uma tal idéia".(488)

---

(487) *Relatório de 1852.*

(488) *Relatório e Catálogo da Província do Ceará na Exposição Nacional,* 1875, Fortaleza, p. 23.

Somente em 1929 veio a ser movimentada a primeira e hoje única usina de açúcar cearense, no vale do Acarape, com máquinas Squier, americanas. Fracassou a tentativa da instalação de outra no município do Crato, de iniciativa do industrial paraibano Virgílio Maracajá.

A seca de 77-79 desmantelara a agricultura açucareira no Ceará, que ainda logrou reanimar-se consideravelmente até a seca seguinte de 88. O máximo de produção foi no período de 81-88, com a média ânua de 1.901.440 ks. As maiores remessas deram-se em 83-84, com 3.175.153 ks. A menor, em 84-85, atingiu 1.010.292 ks. (489)

O Café

A introdução do café no Ceará processou-se vinte anos depois que Melo Palheta o trouxe de Caiena para o Pará.

Mas não proveio deste o café cearense, e sim dum exemplar de moca que, numa de suas viagens à Europa o pernambucano de nascimento, José de Xerez Fuma Uchoa, adquiriu do Jardim das Plantas de Paris, graças ao intermédio interessado do Duque de Choiseul, ministro de Luís XV.

Havia conseguido duas mudas, porém uma de logo morreu no caminho, e a outra ele plantou, em 1747, no sítio "Santa Ursula", na serra de Meruoca, onde residia. Foi o mesmo Fuma Uchoa, capitão-mor de Sobral, quem, igualmente introduziu em terras cearenses a parreira e a tamareira.

Certo, no entanto, é que a cultura da disputada rubiácea se limitou a amanhos acanhados em quintais e pequenas quadras de terreno, para uso particular exclusivo. (490)

---

(489) Consulte-se *O Ceará no Centenário da Independência*, cit., vol. 2., págs. 190-207.

(490) Barão de *Studart,, Ligeiras Notas sobre o Café no Estado do Ceará*, na Revista do Instituto do Ceará, vol. 42, p. 91.

Na já referida coleção de objetos e artigos que em 1793 Montauri remeteu à Corte, com o fim de mostrar ao rei o valor da Capitania, se incluem unidades ou amostras de minérios, plantas, artefatos manuais, salitre, amianto, pedras, arroz, madeiras, algodão, tabaco, açúcar, resinas, chá da Ibiapaba, pimenta longa, etc., havendo até alusão a trigo plantado no Acaraú. Nenhuma é feita, entretanto, ao café; prova de que ele não se vulgarizara.

Da Meruoca, por ventura, transplantou-se à Serra-Grande.

Informa o Senador Pompeu que as primeiras sementes de café chegaram à serra do Araripe via Pernambuco, em 1822. Dali se mandaram algumas ao capitão Antônio Pereira de Queirós, em Baturité, que as semeou em redor da casa do sítio "Mungaipe".

Desses cafeeiros Domingos da Costa e Silva colheu sementes e as levou para a serra da Aratanha, no Sítio "Serrinha", do qual o irmão João da Costa e Silva, em 1826, mudou poucos pés para a sua propriedade "Imboaçu", fazendo em 1829 a primeira colheita. Deve-se, assim, à família Albano e, de modo especial, a um dos seus membros, José Antônio da Costa e Silva, pai do poeta Juvenal Galeno, o desenvolvimento do cultivo do café naquela serra.

Concorrentemente, em 1824, Filipe Castelo Branco trazia mudas ou sementes do Pará e as fixava no sítio "Bagaço", mais tarde denominado "Correntes", em Guaramiranga. Segundo o Barão de Studart eram da variedade Bourbon. (491)

Seja como for, só após 1846 entra o café para as listas de exportação, cingindo-se o seu consumo até então ao território da Província. Da safra de 46-47 escoaram-se pelo porto de Fortaleza 9.795 ks., no valor de 2:404$800. Logo em 1848-49 eram remetidos 413.625 ks., valendo

---

(491) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 42, p. 95.

17:317$000. Dada a superior qualidade, melhor que o do Rio de Janeiro, incrementou-se o seu comércio. Escreveu o dr. Nicolau Moreira, autor de *Breves considerações sobre a história e cultura do cafeeiro*, 1873, p. 90, que em 1845, e em anos subseqüentes, carregamentos de café do Ceará chegados ao mercado de Antuérpia patentearam todos os caracteres das melhores sortes de café Bourbon, Java, Ceilão, etc., e neste momento as circulares das praças comerciais européias são unânimes em elogiar o café cearense, de cor chumbada, que substitui o Laguaíra escuro na atualidade, cotando-se aquele por preços elevados, visto reunir todas as qualidades deste".

Superou, em valor, as exportações do algodão entre os anos de 1860-61 a 1864-65 e no de 1877-78. De 1890 em diante os dois gêneros conservaram mais ou menos o mesmo volume, até que o venceu novamente o ouro branco em 1899-98. (492)

A serra de Maranguape, por algum tempo foi o principal produtor. (493)

O presidente Silveira da Mota deu cuidados ao progresso do cafeeiro, encomendando máquinas de despolpar e ventiladores para cessão gratuita aos plantadores. Predominaram, apesar disso, os *rodeiros*, "pesada roda de madeira, fixa a um eixo horizontal, apoiada a um suporte vertical em torno do qual, por uma cava circular de alvenaria, a roda se desloca. Uma cruzeta de madeira pesada, apoiada em quatro ângulos da sala, serve de apoio a este sistema. Os rodeiros são movidos por animais que em 12 horas de trabalho beneficiam 50 arrobas de café. (494)

---

(492) Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, *Relatório da Associação Comercial do Ceará*, 1899, p. 13.
(493) "Podeis facilmente avaliar quanto ganharia a Província se, em vez de limitar-se a plantação do caféà serra de Maranguape, se entendesse à de Baturité, Serra Grande, etc.". (Relatório do presidente Almeida Rego).
(494) *O Ceará no Centenário da Independência*, cit., vol. 2. p. 73.

Posteriormente, entraram em função as máquinas "Amarai", "Arens" e "Elgenberg", movidas a vapor, a roda dágua ou a eletricidade.

Os incentivos de Silveira da Mota proporcionaram satisfatórios efeitos, pois cedo cobraram alento as culturas, vestindo as faldas da serra de Baturité que se transformou até hoje no mais forte centro de produção. Dos atuais 16 milhões de cafeeiros cearenses, 7.500.000 estão na mesma serra: Pacoti, 6.635.000 pés; Baturité, 769.100. Os outros municípios mais produtores são os da Ibiapaba: Ibiapina, 2.624.000; São Benedito, 1.851.410; Tianguá, 1.139.020; Ubajara, 978.435; Viçosa, 574.700; Inhuçú, 360.850; Ipu, 65.700. A produção do Cariri ficou reduzida a 487.000 pés em Missão Velha; 150.000 em Brejo Santo; 48.000 no Crato; 15.000 em Caririaçu, e pouco mais.

Da serra de Maranguape quase desapareceu (60.200 pés), substituído pela exploração mais rendosa da laranja, da banana e outras frutas. Na Meruoca, do cafeeiro de Fuma Uchoa somente existem 389.850 descendentes. E na Uruburetama não vão além de 60.000.

No Ceará não é possível falar numa aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto merece destaque a *pequena nobreza* dos cafezais baturiteenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente. Os Linhares, os Caracas, os Holandas, os Ferreira Lima, os Queirós, os Sampaios, os Dutras, dos quais hão saído homens ilustres, são os representantes mais em alto daquela fidalguia serrana. Os Dutras descendem do pernambucano Manuel Dutra de Sousa, proprietário do sítio "Álvaro", que passou ao filho coronel Alfredo Dutra, estudioso das especialidades agrícolas e introdutor, por intermédio da Casa Boris Frères, de Fortaleza, de novas espécies de café, inclusive da Libéria, e bem assim da utilização do bucare *(Erythrina glauca Willd)*, como árvore apropriada ao ensombramento dos cafezais.

A demonstração abaixo, organizada pelo Barão de Studart, dá bem o índice da influência do café na vida econômica cearense:

1846-47	9.795	2.404$000
1848-9	113.625	17.317$680
1849-50	23.306	3.17$000
1860-61	1.293.300	506 091$000
1862-63	2.810.940	1 .678.054$000
1863-64	1.605.651	670.261$620
1881-82	3.937.980	1.253.148$440
1882-83	2.694.316	639. 108$008
1883-84	2.710.955	919.172$453
1891	2.599.751	1 .479.026$150
1895	2.106.549	2.600.756$800
1899	16.964	15.275$150
1905	2.877	3.020$500

Desde o último lustro do século passado, quase toda a produção cafeeira é consumida internamente, salvo alguma exportação da Serra Grande para o Piauí, por via terrestre.

A Cera de Carnaúba

Naquela mesma coleção de coisas do Ceará preparada por Montauri, também estava inclusa "hua bengala feita de pau carnaúba de que he abundante este paiz, bengala feita na mesma terra por um curioso, a primeira que se fabricou aqui, mandando-a eu fazer para ver se esse pau seria bom para isso, como eu supunha e verifiquei pela obra".

Deu o mesmo capitão-mor talvez a primeira descrição oficial da carnaubeira: "Este pau carnaúba, ainda que

não he madeira consistente e que não pode dar taboas de mayor grossura da que vai na amostra n. 16 e de mayor largura do que a de meyo palmo e comprimento á proporção da árvore que he grande e da figura do coqueiro, he contudo hua grande utilidade neste Paiz, porque delle se fabricão a mayor parte das casas e seus madeiramentos e se fazem os sercados dos quintais e dos currais das fazendas de gado. Deste mesmo pau he que se extrahe goma ou farinha de que acima se faíla. Dá huas fructas a semelhança das nossas azeitonas grandes, que pendem em caxos, como de uvas, que são de um grande recurso para os pobres, que dellas se sustentão no tempo das secas, que he o de mayor flageilo deste sertão".

Como nota especiosa, aduz o governador: "Dizem que do mesmo pau costumam extrair hua espécie de cera, porém ainda não vi *e o tenho por apocripho*". (495)

Embora não o acreditasse, era pois certo que àquele tempo já havia notícia da cera da carnaúba, objeto agora de vasta literatura e inúmeras aplicações técnicas.

Pouco depois (1796) o botânico brasileiro Arruda Câmara anunciou a existência do produto, o que fez mais por julgá-lo "objeto curioso de química", e em novembro de 1808, numa informação ao governador de Pernambuco, confirmou o anúncio "remetido a um dos editores do Palácio Português, onde foi publicado", esclarecendo que até então não se encontrava tão persuadido, como agora, da grande serventia da cera no "uso civil".

"O produto da cera se extrai das folhas novas – explica o naturalista: cortadas estas e secas, desapega-se da sua superfície em abundância um pó alvo que, posto ao lume, se derrete em cera branca, com o mesmo cheiro e todas as outras propriedades da cera com a diferença, porém, de ser mais dura e quebradiça; mas este defeito cor-

---

(495) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 5, p. 71.

rige-se misturando-a com duas partes de cera branca do comércio; nesta proporção se formam velas perfeitas e que dão boa luz; mas deve o cerieiro alisá-las com mais presteza do que as de cera ordinária. Eu tenho excitado a muitos habitantes do sertão a traficarem com este objeto, e em algumas partes já se tem extraído quantidade que vendem a 60 réis cada libra; depois de se ter extraído a cera das folhas, servem estas para se tecer chapéus e esteiras, que se aformoseiam tingindo as palhas de diversas cores... Não posso por ora informar da quantidade de cera que se pode extrair de cada folha, o que pode render cada planta, porque sobre isso não fiz experiência, assim como se poderá servir para alguma espécie de verniz, dissolvendo-a no espirito de vinho, o que brevemente farei". (496)

Arruda Câmara faleceu no ano seguinte (1810) e não concluiu as suas investigações sobre a carnaúba, a que deu o nome científico de *Corypha cerilera.*

Por justiça, devera chamar-se a famosa árvore *Arrudaria cerifera,* como propôs o dr. Marcos de Macedo, autor da excelente monografia *Notice sur le Palmier Carnauba,* editada em Paris (1857). Ficou, ao contrário, classificada como *Copernicia Cerifera,* denominação de Martius, oferecida em 1819.

Nessa mencionada *Notice* o dr. Macedo revela que no começo do século passado Manuel Antônio de Macedo descobriu no Ceará a cera de carnaúba e, conquanto ensinasse o modo de obtê-la, ninguém disto de inicio se ocupou. Supõe ser a descoberta anterior a 1810, porque somente neste ano e em face da descrição de Arruda Câmara passou a cera a ser conhecida e a produzir impressão de novidade, despertando o interesse das autoridades brasileiras. O Conde das Galvêas enviou nessa ocasião a Lloyd Grandville, na Inglaterra, certa quantidade de cera e sobre

---

(496) Apud. *O Ceará no Centenário da Independência* cit. *vol.* 2., p. 247.

esta William Thomas Brand leu, em 9 de maio de 1811, à Sociedade Real de Londres circunstanciada "memória", *pour voir si ce produit peut être substitué â la cire des abejiles et devenir une branche de commerce entre le Brésil et l'Angleterre*".

Tal "memória", entre o mais, esforça-se por distinguir a cera brasileira doutra semelhante, a do *ceroxylon anticola* descrita por Humboldt, e referé que este, ao andar no Brasil, soube por um sr. Correia da existência da carnaúba, palmeira assim conhecida pelos índios, e produtora de cera. (497)

O pioneiro da grande riqueza dos modernos dias, citado Manuel Antônio de Macedo, do Ceará viajou ao Piauí, ensinando o processo de extração. Era rio-grandense-do-norte e primeiramente residiu no município de Russas. Morava por fim na povoação, hoje cidade de Boa Viagem e, já velho e pobre, dele se lembrou o governo imperial, concedendo-lhe uma pensão de 6 mil francos, segundo afirma o dr. Marcos de Macedo. (498)

O dr. Hugo Vitor, historiógrafo cearense, deu publicidade aos vários ofícios trocados entre o Ministro dos Negócios do Império e a presidência do Ceará, todos tendentes a descobrir, como efetivamente se fez, o paradeiro de Macedo. (499)

Gardner, na sua falada viagem, atravessou os densos carnaubais do Jaguaribe e, minucioso como era, certamente descreveria a carnaubeira. Fê-lo de maneira concisa e clara e termina dizendo que "se extrai dela uma espécie de cera tirada das folhas novas, que se cobrem de um pólen glauco, de fácil extração, acoitando-se *(batendo-se)* as folhas cortadas. Cada uma destas produz cerca de cinqüenta grãos de um pó alvacento que, recolhido a quan-

---

(497) *Notice*, p. 17.
(498) *Idem* p. 24.
(499) *Jornal O Povo*", ed. de 26-8-44.

tidade desejada, é posto num pote e fundido ao lume". "Há alguns anos, adianta, remeteram para Lisboa grande porção desta cera; ali porém não souberam como utilizá-la. Os brasileiros costumam usá-la para falsificar a cera comum". (500)

Ferdinand Dinis, igualmente, descreveu a carnaúba. (501)

Universalizado, o préstimo da cera, notadamente no fabrico de velas de todos os tipos, aumentou dia a dia, tornando-se hodiernamente a principal riqueza do Ceará.

Em 1837 o mesmo dr. Marcos de Macedo, que freqüentava a Sorbonne, deu para estudos meio quilo dela ao preparador de química Barruel, o qual apenas se limitou a assegurar que se prestaria ao enceramento de soalhos. No entanto, logo mais uma companhia parisiense se propunha a montar no Ceará uma fábrica de velas de cera vegetal, pois se havia descoberto o modo de alvejá-la devidamente. A empresa não alcançou objetivação e, assim, continuou a exportação de velas e da própria cera a fazer-se como dantes, em cabotagem, para os portos brasileiros.

Os tratados de química já então se ocupavam com minúcias do valioso produto. (502)

No governo de Almeida Rego, em 1851, foi votada a primeira lei de proteção à carnaubeira, proibindo-se o seu corte para a extração da palha, fosse para esteiras ou outro fim, "devendo as pessoas que se empregarem neste ramo de indústria cortar a palha sem derribar a árvore, sob pena de pagar quatro mil reis para as despesas da Câmara por cada carnaúba que derribar, ou quinze dias de prisão. (503)

A exportação da cera de carnaúba, que se faz principalmente pelo Aracati para Pernambuco – dizia decorridos alguns anos (1858) o presidente Silveira de Sousa é um

---

(500) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, p. 149.
(501) *Obra cit.*, p. 131.
(502) Notice, cit., p. 22.
(503) Lei n. 543, de 20 de outubro de 1851.

dos ramos de nossa indústria agrícola que muito converia proteger-se e aperfeiçoar-se, pois que se os processos de sua extração e aproveitamento melhorassem, far-se-ia um comércio muito mais extenso deste gênero e a Província tiraria daí renda avultadíssima. Os carnaubais são imensos e abundantíssimos em toda a ribeira do Jaguaribe, em toda a extensa zona de território entre Aracati e o Icó e ainda em muitos outros pontos da Província, e a animação a alguma empresa que tentasse formar aí um estabelecimento regular e em ponto grande para o cultivo e utilização dessa árvore tão prestimosa em todos os sentidos seria uma medida digna de louvores.

No ano 1856-57 embarcaram-se pelo porto do Aracati 538 – 568 ks. de cera, e pelo de Fortaleza 26.112. No ano seguinte, 562.160 e 31.808, respectivamente. Através das fronteiras as saídas são enormes, e grande o consumo interno.

Pelos cálculos do Senador Pompeu, em 1862, época cm que muito cresceu a extração da cera, a exportação dos dois citados portos subiu a 720.000 ks., e o consumo local a 560. 000 ks., no total de 1.280.000 ks. Em 63 foi a um milhão o conjunto das remessas e a outro tanto; aproximadamente, os gastos na Província. Jogando com esses algarismos e com o número de folhas de carnaúba anualmente transformadas em cera (96 folhas, dando 1k – 807 por árvore) o dr. Macedo computou em 1.106.799 as carnaubeiras cortadas no Ceará naquele ano. (504)

Tornou-se a Arrudaria cerífera, chamada por Dinis uma das *árvores da vida*, a árvore símbolo do Nordeste, espécie de árvore sagrada, árvore-tudo, integralmente proveitosa – a raiz, o caule, as folhas, o fruto.

"Ce merveilleux palmier est veritablement l'arbre universel par excelence. L'homme peut avec ce végétal seul

---

(504) *Notice*, p. 29.

construire sa demeure, la meubler e l'éclaiter. Ii y trouve de quoi se nourrir, se yêtir et se guérir. On en extrait même du sucre et de l'alcool. De plus, ou eu obtient une bonne alimeutation pour les troupeaux et les animaux de basse-cour. Nuíle autre plante n'a reçu de la nature nu aussi grande nombre de proprietés utiles que la carnauba, qui es au rêgne végétal ce que le fer est au rêgne mineral". (505)

A cera de carnaúba é um lipídio ternário ou mais especificamente um cerídio vegetal, como a da licuri e a da candelília, e, segundo a maioria das opiniões, produzido pela árvore como proteção à influência exterior, no caso o ressecamento. Os seus principais componentes são o éter melissico do ácido cerótico, álcool melíssico e ácido cerótico, respectivamente livres. (506) Inúmeras as suas utilizações técnico-científicas, tais como na fabricação de vernizes e graxas, no preparo de couros, nos encerados, lubrificantes, emplastros, ungüentos, fósforos, sabonetes, isolantes, nos cilindros e discos de fonógrafos, no enceramento e lustração da madeira, na pintura de automóveis e mil outras coisas, sendo insubstituível em muitos casos e daí a sua cada vez maior valorização. (507)

A produção da cera dó Nordeste é de mais de 10 milhões de quilos, dos quais o Ceará forneceu:

---

(505) *Notice*, p. 43.

(506) Consulte-se *Contribuição ao estudo da Cera de Carnaúba*, Juarez Furtado, Fortaleza, 1945.

(507) É vantajosa a leitura da monografia *A Carnaubeira*, Imprensa Oficial de João Pessoa, 1940, de Pimentel Gomes e da bibliografia ai contida. Também a da que escreveu Humberto de Andrade, no livro *O Ceará*, de R. Girão e Martins Filho, cit., p. 54, e Th. Pompeu de Sousa Brasil em *O Ceará no Centenário da Independ ência*, cit. vol. 2, p. 245.

O Dec. Federal n.º 7.444, de 25-6-941 regulamenta a classificação e fiscalização da cera para efeito da exportação, visando à padronização recomendada pelo Dec. n. 5739, de 29-5-940.

Ano	Ks.	Valor comercial
1936	4.241.126	38.331.844,00
1937	3.435.997	39.725.922,00
1938	3.710.947	44.771.364,00
1939	4.289.622	64.610.419,00
1940	3.289.439	71.461,140,00
1941	5.296.942	142.021.215,00

Passou a ser de 1939, a primeira coluna do edifício econômico do Ceará, vencendo galhardamente o algodão.

Da palha da carnaúba faz-se um mundo de coisas: chapéus, bolsas, esteiras, surrões, cordas, redes de dormir e outras obras trançadas. A indústria cearense da palha da carnaúba é muito generalizada, destacando os chapéus tipo Chile, de fabricação esmerada, imitando perfeitamente os legítimos Panamás. Entre 200 e 300 mil chapéus são vendidos pelo Ceará, para diversos pontos do Brasil, anualmente.

É assunto cediço a descrição das propriedades industriais e até medicinais da carnaúba. Muito apreciados são os moinhos de vento (cata-ventos) feitos todos da madeira da carnaúba, exceto as engrenagens, tão comuns e úteis no baixo Jaguaribe, transformados os aluviões secos em ricos pomares à sua custa. (508)

A Maniçoba

Pode-se dizer episódica a interferência da borracha como fator econômico no Ceará. Não se extraia da *Hevea brasiliensis*, senão doutra eufobiácea mais modesta – a maniçoba ou *Manihot gloziovii* e, em tímida escala, da ainda mais pobre apocinácea – a mangabeira, *Hancornia speciosa*, esta quase adstrita à região do Araripe e à norte-praieira do Mundaú.

---

(508) Consulte-se A. J. Sampaio, *Fitogeografia do Brasil*, Brasiliana, vol. 35, p. 120.

Espalhadas nativamente nos aclives das serras de Maranguape, Pacatuba, Baturité, Jubaja, Juá, Machado e Uruburetama é certas zonas de terrenos do sertão, especialmente os de Assaré e Aracatiaçu, as matas de maniçoba só entraram em função econômica após 1845, fornecendo o látex para as procuras comerciais, que o cotavam como tipo próprio, com o nome de *Ceará scrap*. (509)

Datam, com efeito, daquele ano os primeiros registos exportáveis, ainda muito mesquinhos, não mais de alguns mil quilos anualmente, porém na safra de 1854-55 a curva ascende vertiginosamente para 239.325 ks., provocada pela exageração dos preços da borracha, já em pleno êxito o processo de vulcanizá-la, achado por Goodyer, na América do Norte, e Hancock, na Inglaterra e, portanto, ampliada as aplicações do produto na indústria mundial.

Homem esclarecido, o presidente Correia de Vasconcelos na sua mensagem à Assembléia aconselhou, em 1847, a criação de prêmios aos plantadores de maniçoba, "incentivo poderoso, conforme as suas palavras, por termos, pela sua sombra nossas terras abrigadas dos ardores do sol e, pelo seu produto, mais um gênero de exportação e riqueza provincial".

A gana do lucro, infelizmente, determinou a quase *debacle* da nascente mercância, cujo volume de remessas caiu violentamente no ano posterior (1855-56) para 57.780 ks., "em conseqüência não só da imperfeição do processo de sua extração e preparo, mas também porque a fraude dos especuladores a fez depreciar ainda mais nos mercados estrangeiros", como acentua outro presidente, o dr. Silveira de Sousa.

Sem mais sensíveis reações conservou-se a exploração mercantil da preciosa goma, até que a começar de 1870

---

(509) "O leite extraído da maniçoba é alvo, pouco fluido, coagula ao ar, na árvore, escurecendo até tomar a cor do tabaco. O leite de que se fabrica a borracha da mangabeira extrai-se da árvore deste nome, é alvo, muito fluido e coagula dificilmente e só com adicionamento de matérias extranhas". *(Catálogo da exposição de Chicago*, cit., p. 4).

se abre outra fase de grandes ofertas e excepcional valorização, que somente depois de 1878 arrefeceu por força dos efeitos da seca com o desaparecimento de extensos maniçobais. Cerca de 250.000 ks. foi a média anual de produção nesse período.

Novo soerguimento nota-se a partir de 1886-87, quando o total exportado foi de 300.000 ks., com variações para mais ou para menos até 1912, início da depressão que levou á morte o comércio da borracha brasileira, voltado agora o mundo consumidor para os seringais selecionados do Ceilão e da Malásia. As maiores vendas cearenses deram-se em 1898, com 1.001.856 ks. Em 1912 não passou de 666.659 ks. A média ânua pelo porto de Fortaleza, no decênio 1901-10, foi de 480 toneladas; o que na verdade representa muito pouco em confronto com a exportação global do país, orçada na mesma década em 34.500 tonels.

De nada valeram as providências, já fora de tempo, dos poderes públicos para salvar a hévea nacional da degringolada iminente. De sua parte o governo cearense tentou meter escoras à queda da sua seringueirazinha, diminuindo impostos que a oneravam, com o intuito de fechar a evasão pelas fronteiras com os Estados lindeiros e cogitando doutras medidas, porém o mal tinha raízes mais fundas e tudo seria em vão.

Caio Prado Júnior considera o drama da borracha brasileira assunto mais de novela romanesca do que de história econômica.

No Ceará talvez nem uma coisa nem outra. Apenas se dirá que no doloroso drama o grande protagonista e o grande sacrificado foi o cearense; (510)

---

(510) Sobre a indústria da borracha no Ceará convém ler a *Monografia* organizada por Antônio Fiúza Pequeno e publicada por ocasião da Exposição Nacional da Borracha de 1913; *A Maniçoba*, monografia do Dr. Th. Pompeu de Sousa Brasil; *O Ceará no Centenário da Independência*, cit., vol. 2, p. 237-244.

Capítulo XVI

Confidential

O COLAPSO DE 1877

Modelara-se em definitivo a fácies econômica, do Ceará, com o centro de gravidade num ruralismo pastoril de todo empírico e numa cotonicultura não menos sem técnica, ajudados ambos por alguns produtos vegetais alimentando um comércio animado mas sem vôos, a capital já senhora de si atraindo-o cada vez mais, para o seu consumo e para as exportações, e, pelo interior, com a penetração lenta das estradas de ferro, algumas aglomerações humanas se formando e outras tomando alento civilizador, para se constituírem depois mais fortes empórios de distribuição, nucleando zonas de influência comercial, política, social e espiritual.

Aracati e Icó agora despidas do esplendor de ontem, Sobral, Crato, Baturité, Granja, Quixeramobim eram os focos de maior movimentação, porém entre si quase estanques, de tão separados uns dos outros. As alpercatas dos peões levando as cartas, o pescoço dos bois puxando as cangas e o dorso dos cavalos e burros suportando as cargas, resumiam a transportação, dando sono às coisas, fazendo a vida vagarosa.

Vale a pena ler como Fiúza Pequeno descreve a maneira de se efetuarem as negociações da hinterlândia com a Fortaleza.

"Tarefa complicada. O homem, chefe ou capataz do comboio apresentava-se ao intermediário, suarento e coberto de lama ou pó, tostado de canícula, exibindo as *credenciais:* do fundo do chapéu de couro sacava uma carta

cujo envoltório mudara de cor, tantas eram as manchas de humidade e de sebo.

Ali, desdobradas as pontas do papel, presas por uma obreia encarnada, encontravam-se as ordens de entregas das cargas do sr. Fulano ou sr. Beltrano. Começa desde logo a labuta. Uns dão milho aos animais; outros passam sebo nas peias. Aqueles tratam a seu modo as *pisaduras* dos burros; aqueles outros comem rapadura com farinha, atirando porções bem calculadas à boca, com uma tal precisão de impulso e rapidez que nem um grão vai fora do alvo; e, mais adiante, está um grupo já de *fome matada*, preparando seu cigarro de palha de milho, enquanto outro vai sendo preparado para ali mesmo matar o desejo.

A mesma hora já voltam os carros carregados de sacas de lã, na preguiça pacientíssima dos bois, resignados e sonolentos, tristes como o cântico dos carreiros.

Os carreiros, de chapéu de couro e guarda-peito, munidos de compridas varas de ferrão, animam com os cânticos rústicos e plangentes a boiada cabisbaixa, ativando-a freqüentemente com a ponta rija e aguçada do ferrão; e lá se vão as toscas massas sobre rodas feitas de quatro enormes pedaços de madeira, de grande diâmetro e enorme peso, rangindo sobre os eixos fixos de aroeira, com um ruído especial e tão forte que se ouvia à larguíssima distância.

De Aracati rumo ao Icó, e de Acaraú rumo a Sobral, os caminhos eram sulcados pelos carros de boi, deixando vestígios inapagáveis e tão profundos que, caindo as chuvas, eram outras tantas sarjetas por onde as águas se escoavam.

Sobral e Icó eram, ao norte e ao sul, os pontos atingíveis pelos carros de bois.

Na estação pluviosa cresciam estas dificuldades pela dos rios, lamaçais extensos, carência de pontes, deterioração de certos gêneros, etc. Nas crises climatéricas, ou

verões prolongados, a falta dágua e de pastagens reduzia essas comunicações a um mínimo quase paralisado.

Vir do Crato, de Lavras, do Icó ou de Sobral à capital, era empreitada séria, e demandava sério e demorado preparo de semanas. Desde a engorda da burralhada fortificada a milho, a horas certas, em mochilas de pano encorpado, suspensas da cabeça do animal, que ali dentro engastava o focinho; aparelhamentos de cangalhas; ensebamento de relhos e peias, e preparo da *borracha*, nome que se dá a um saco de couro curtido, com gargalo de madeira, em que se conduz facilmente água potável, que nela se torna fresquíssima.

O uso de pesadas *liteiras*, semelhantes às que Koster descreve nas suas viagens ao Nordeste, em 1808, era o complemento das viagens com senhoras e crianças. Quando estas se podiam acomodar em *caçuás*, cestos que ainda hoje conduzem frutas de Pacatuba e demais serras marginais pela estrada de ferro, para Fortaleza, operava-se a condução mais facilmente.

A freguesia vinha pagar a compra do ano anterior e fazer nova provisão. A dívida era paga menos em dinheiro (o que em gênero e o credor, que era ao mesmo tempo comprador de gêneros os recebia assim, tanto do que lhe trazia seis couros de bode e duas quartas de farinha, como dos mais abastados, que se acompanhavam de apreciáveis carregamentos de algodão.

Tiravam sua letrinha (que raros assinavam) e entregavam a nota do que necessitavam, à qual ajuntavam outras encomendas, trazidas de memória.

Madapolão e algodãozinho, às varas; chitas, cassas, cambraias e oxfords, a côvados. Nas notas pediam-se provisões suficientes de linha de novelo e em carrinhos ou corritéis, de mistura com cravo da índia, pimenta do Reino, alfazema, nós moscada, cigarros amarelos, fósforos, machados, rosários, medalhas milagrosas de São Bento

(delegado contra as cobras), bentos do Carmo, óleo de rícino, jalapa, pentes de arregaço, cachimbo de raiz, tudo em quantidade calculada para as necessidades de um ano e de acordo com a grandeza numérica da família.

Aquele homem, que nunca viu o mar, passava ano sobre ano no seu retiro, entregue à labuta da criação e da pequena lavoura e, assim com os demais, deixava correr a existência dentro dos mais estreitos limites da aspiração humana.

Como podia ele aspirar a mais, se o mundo se lhe afigurava limitado àquele raio dele só conhecido?

E assim, consumiam-se semanas sobre semanas, para o que hoje se faz em meia dúzia de horas, em automóveis e estradas de ferro.

O comércio, antes das estradas de ferro e dos telégrafos, seguia norma em harmonia com os transportes. O negociante das cidades do interior tinha o que se chamava sua *freguesia arregimentada*, como ele próprio era arregimentado ao patrão da praça.

Parte do ano, ou melhor, durante a estação invernosa, nenhum movimento se operava: e as lojas, que nem todas se abriam regularmente nessa fase, eram antes pontos de palestra, de jogo de gamão e rodas políticas, cujos assuntos se comentavam com a tardança imposta pelos recursos dos transportes. As correspondências e jornais, veículos únicos das novidades, andavam dias e dias pelas estradas a fora, até aos seus destinos, onde chegavam com atrasos enormes; ainda assim, eram lidas, ou melhor, devoradas, e as notícias tinham um sabor de novidade tão perfeito como se fossem da véspera.

Durante o inverno, o negociante ia para a fazenda, com o duplo fim de vigiar, em ocasião oportuna, a sua pecuária e gozar com sua família o refazimento das forças que o ar sadio e o leite rico forneciam à farta. Chegada, porém, a época da safra estavam todos a postos.

Vinham para Fortaleza os fregueses *arregimentados* que se entregavam de corpo e alma aos seus patrões. Tinham casa, onde não podemos dizer que se hospedavam, mas arranchavam-se. Comiam no escuro e malcheiroso Hotel do Comércio, mais conhecido por Hotel do Pinto, à custa dos patrões, mediante cartões que se lhes entregava como ração, dando-lhes direito a um almoço ou a um jantar. Os mais civilizados recebiam, algumas vezes, a insigne honra de se sentarem à mesa dos Boris, dos Seixas e dos Albanos; do que conservavam, aliás, a mais grata e ufanosa memória.

Compravam fiado a prazo de 12 meses e vendiam; por assim dizer, nas mesmas condições.

Pouco a pouco, porém, tudo se foi modificando. As casas importadoras, crescendo o número, entraram em concorrência e iniciaram a emancipação do negociante matuto. Alguns anos depois de proclamada a República, já não era privilégio o algodão "Papel Amarelo" da Casa Inglesa; a sana francesa da Casa Mota Vieira; o riscado americano deste, ou o brim carioca daquele, por que o que não vinha com o rótulo A, vinha com o rótulo B. E, desde então, o progresso se foi tornando visível, com os seus prejuízos, é verdade, mas com as vantagens das grandes expansões em todos os ramos, inclusive o da exportação que, manietado por tantos anos à rotina especulativa dos iniciados, veio finalmente receber o influxo da inteligência brasileira, cearense, e é hoje um poder considerável na balança da nossa econômica". (511)

Mas, para contracâmbio daquela ventura de três decênios chuvosos, de novo arremetia o destino telúrico na cegueira dos seus desígnios, preparando na forja da maldição outras aflições para a gente cearense. Outra "insur-

(511) Trabalho publicado na *Revista Comercial* da Associação Comercial do Ceará, número comemorativo do Centenário da Independência, 1922.

reição da natureza contra o homem", como conceituou Euclides, de repente se escancararia, em gana molockeana, como nunca o fizera, tragando tudo. O *problema do Nordeste*, de tão sério, ganharia o âmbito das discussões nacionais, deixando de ser apenas regional, para desafiar a capacidade de são sociológica e prática dos governos e dos homem públicos, desnorteando-os ao ponto de afirmações as mais errôneas e sugestões as mais levianas, de que jamais se absolverão.

A seca de 1877-79 fez descer ao índice mais rasteiro a curva ascensional da riqueza cearense, assim como a das províncias limítrofes. As forças infernais se confiem para uma devastação sem termos, obrigando o despovoamento da terra pelo homem, pela fauna, também pela própria flora que se oculta numa hibernação paradoxal da secura, a seiva retraída para o imo, como último reduto da defesa orgânica, a galhada nua, sem fruto, sem flor, sem folha, que o vento sacudiu e o sol calcinou: "Até as aves arribaram. Não era raro ver-se nos arrabaldes da capital bandos de papagaios, jandaias e pombas d'asa branca que, forçados pelo instinto da conservação, tinham deixado os sertões em procura das praias". (512)

A capital intumescia duma população adventícia enfarrapada e esquálida, afluída incessantemente de todos os cantos da Província e das vizinhas. A 7 de julho, por via marítima, chegam-lhe de Mossoró 168 retirantes. Pelas fronteiras, dir-se-ia uma invasão militar, tanta gente entrando dos sertões de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte.

Cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo duma raça em penúria. Em dezembro já estavam aí, a mais, 85.000 pessoas, que em março de 78 eram 100.000 e

---

(512) Rodolfo Teófilo.

em Setembro 114.000. A sua população normal pelo censo de 72, orçava em 21.000. Agora podia ser de 25.000.

Aracati, cidade de 5.000 habitantes, estava comportando mais de 60.000.

O estado emocional dos dirigentes da administração e do povo não tinha medida. De tal modo, que não se pudera encontrar uma diretriz lógica para destrinçar a confusa equação, e no desespero socorreu-se à solução menos certa, à menos digna, à menos humana, qual fosse o expatriamento dos flagelados para regiões longínquas.

Contra ela insurgia-se o presidente José Júlio de Albuquerque Barros, que expressamente dizia: "Se eu seguisse a opinião daqueles que consideram a província do Ceará ingrata à vida animal e vegetal, talvez me pronunciasse pela emigração; mas o desenvolvimento de sua população, a multiplicidade de seus produtos, o crescimento de suas rendas protestam contra esse juízo. Penso pelo contrário, que ele tem muitos elementos de riqueza, e só precisa de indústria para aproveitá-los e conservá-los, não sendo a falta de chuvas em alguns anos obstáculo invencível, desde que são mais freqüentes os invernos copiosos, e o terreno se presta à formação de grandes e inesgotáveis depósitos dágua. Também pelo lado econômico não se recomendava a emigração: onde quer que o destino levasse 400.000 indigentes de ambos os sexos e de todas as idades, pela mor parte enfermos, ou inválidos, eles pereceriam à fome, ou pesariam por muito tempo sobre o Estado".

Porém acabaram por oficializá-la, e os bojos dos navios emprenharam a mais não poder com as nefandas cargas, embarcadas aos muxicões, em promiscuidade, sem

---

(513) "Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova á mais remota fazenda de S. Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo ou tudo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos

qualquer assistência governamental (513) e levadas ao ignorado hostil, para aquelas florestas avernais do Amazonas que as estrangularia noventa em cem, mas pouparia dez a fim de o desbravarem, machadinhando a seringueira e paliçando barracões, futuras cidades, futuras civilizações, e, mais que isto, esticando o Brasil de milhares de quilômetros quadrados a troco de tiros de rifle, mais tarde selados pelos tratados diplomáticos.

A 20 de junho foram os primeiros, no vapor *Augustine* e, no dia imediato, 21 pelo *Ceará*. Em agosto já tinham seguido 547 e, findo o ano, para além de 4.000, sem contar 1.500 desviados para o sul do país. O escoamento não parou e em março de 78 a soma era de 16.164. Neste ano, só pelo porto de Fortaleza e até 11 de junho, o número tocou a 22.437. Quando terminou, haviam deixado o Ceará 54.875 dos seus filhos.

A deliberação oficial de despachar emigrantes teria, no entanto, um conteúdo mais profundo que não o simples aliviamento de uma situação opressa. Deu corpo à corrente emigratória que se esboçara em 45, pondo o nordestino na posição de bandeirante de nova espécie, em conquistas que estruturam uma epopéia e fornecem assunto a destacado capítulo da sociologia brasileira.

O centrifugismo emigratório, tipicamente *de expulsão*, cedo se transformou numa emigrância *de atração*, dominado o cearense pelas ilusões do ouro amazônico. "Já não era a a seca que os expatriava, era a ambição de riqueza que os fazia sair em busca do El-Dourado; era a inveja de alguns que voltavam ostentando dinheiro no trajo e nas jóias que traziam expostas que os fazia embarcar" – expressa-se Rodolfo Teófilo que enriqueceu a literatura nacio-

---

contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, os transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente... E vê-se completamente só na faina dolorosa". (Euclides da Cunha, *À Margem da Historia*, cit., p. 69).

nal com os mais belos capítulos realistas; romanceando a fome e criando em Zé Simão o "paroarismo" invejado. (514).

O pioneiro, ao menos o de quem. se há melhor notícia, foi o uruburetamense João Gabriel de Carvalho e Melo, o Comendador João Gabriel como veio a ser conhecido, que em 1857 explorou o rio Puruz, indo localizar-se e ficar rico no *Tauariá*, baluarte dos seus vastos negócios. (515) Rodrigues Labre, no Maranhão, arruma em derredor do seu barracão a futura cidade de Lábria, tal como João Damasceno Girão, cearense de Morada Nova, fundaria a cidade de Antimari, depois Floriano Peixoto, de que foi o primeiro prefeito. (516) Rio Branco, a capital acreana, é expansão demográfica do barracão *Empresa*, doutro cearense, Neutel Maia.

É longa a relação dos desbravadores: Antônio Geraldo da Silva, José de Matos, Francisco Inácio Pinto, Antônio Mariano Pereira de Santana, Alexandre de Oliveira Lima que é o afamado Bano da Boca do Acre, João de Pontes Nogueira, Francisco Fernandes, Francisco Xavier de Freitas, Jerônimo Correia Padre, Anselmo Melgaço...

A emigração cearense foi a grande determinante da exploração da borracha, que marcou o apogeu do Amazonas e do Pará, e o da aquisição do Acre, em lutas memoráveis que a história nacional imediatamente consagrou.

Informa o prof. Joaquim Alves que desde 1869 até o fim do século emigraram do Ceará 300.902 pessoas, sendo 255.526 para a Amazônia e 45.376 para o sul. Do total regressaram 113.633, permanecendo fora do Estado 187.219 e, portanto, correspondendo o coeficiente de fixação a 62%. Entre 1901 e 1943 saíram 308.422, dos quais 293.031 para o norte e 15.391 para o sul. O regresso al-

---

(514) *A Seca de 1919*, Imprensa Inglesa, Rio, 1922, p. 26.
(515) Leia-se *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 46, p. 25 e vol. 53, p. 199.
(516) *Esboço de uma Genealogia*, de Raimundo Girão, 1937, p. 38.

cançou, até 1933, a cifra de 270.677, o que baixou o índice de fixação para 12%. A remigração maior deu-se em 1910, com o colapso da borracha. Somadas as parcelas de emigrantes saídos de 1877 a 1943, sobem a 609.324 os que abandonaram a terra natal, deles tendo voltado 384.360. O índice de fixação do homem do Ceará na Amazônia é, pois, de 37%. (517)

Estão aí notas para interpretar-se a falada inconstância nomádica do cearense, que efetivamente já caracteriza um fenômeno digno de estudo – o *cearensismo.*

Paralelo ao desfalque oriundo do deslocamento emigratório, outro fator de redução trabalhava o aniquilamento, refletido impressionantemente nos obituários. O de Fortaleza, que em 86 fora de 811, cresceu alucinantemente para 57.780 em 78. Em toda a Província, no mesmo ano, morreram 119.999. A varíola chegou a infestar 80.000 indivíduos e dela, num único dia (10 de dezembro de 78) entraram para os cemitérios da cidade 1.004 vítimas. "A capital apresentava aspecto triste e desolador. Nos passeios, nas igrejas, via-se a população coberta de luto; nos abarracamentos encontravam-se os tristes despojos da calamidade. Inúmeros infelizes deformados pela peste, muitos cobertos de úlceras atônicas; quase todos com os rostos afeiados pelas cicatrizes das bexigas". (518)

Dentro do pandemônio, a trabalheira era ingente – a do governo, a do povo, a do comércio, a da Igreja. No ano de 78, ápice da comoção, 360 navios carregados de alimentos os despejaram no Ceará. Mais 158 do que no ano anterior e número apenas pouco maior do que os aportados em 79, que foram 325.

Improvisaram-se serviços públicos para aproveitamento dos braços dos indigentes, e dessa forma se cons-

---

(517) Notas para uma introdução à história das secas, in *O Ceará*, de Raimundo Girão e A. Martins Filho, cit., p. 342.
(518) Rodolfo Teófilo, *obra cit.*, p. 246.

truíram as estradas de ferro, 73 açudes, 64 igrejas, 50 cemitérios, 48 cadeias, 19 pontes, 14 mercados, 7 quartéis, 3 asilos, calçamentos, rodagens, aterros... As despesas oficiais de salvação, entre abril de 77 e novembro de 79 orçaram em 27.622 contos de réis. Os totais montaram a 39.693:713$.

Palavras não podem traduzir à exata a dolorosa paixão do cearense, e espanta que ele haja sobrevivido ao violento colapso.

A negrura de fatos tão pungidores nunca se apagará das mentes enquanto existirem, para a memoração, os relevos desta pagina do relatório do referido presidente José Júlio de Albuquerque Barros:

"Ao assumir a administração, achei a Província nas mais tristes e aflitivas circunstâncias.

Nesta capital muitos milhares de indigentes viviam aglomerados nas ruas e praças, em vários edifícios públicos ou casas alugadas pelo governo, por já não caberem nos abarracamentos do subúrbio. Todos imploravam o pão, o vestido, um abrigo, ou passagem para fora da Província.

A população faminta, semi nua, desvairada, precipitava-se do centro para o litoral, como uma torrente, alastrando de cadáveres as estradas, porque chegara a todos os pontos a notícia de que por falta de transporte somente se distribuiriam socorros nas cidades próximas ao mar.

A aglomeração desenvolvera a peste, e a mortalidade era enorme. Conforme o arrolamento, que achei incompleto e mandei concluir, havia então, só na capital, 80.000 mil retirantes, e todos os dias entravam muitas centenas no estado mais lastimoso. O palácio da Presidência era sitiado desde 5 horas da manhã por milhares deles, que se revezavam no decurso do dia, à medida que os primeiros chegados se distribuíam pelas comissões de socorros. Trazia a pele colada aos ossos a maior parte dos que não vinham deformados pela anasarca ou por edemas; homens,

mulheres e crianças quase em completa nudez, macilentos e inanidos; muitas das pobres mães com os filhos pendentes do colo e já moribundos.

As condições das localidades do interior ainda eram mais dolorosas. Estavam quase aniquiladas as duas indústrias de que subsiste a Província, a lavoura e a criação de gados: o resto da lavoura era devorado pelos famintos; o resto dos gados, 20 a 30 por cento que a seca poupara, continuava sujeito aos azares das retiradas para fora da Província, para o litoral, e algumas das serras. Os gêneros alimentícios tinham subido a um preço superior às possibilidades dos próprios abastados: em muitos lugares um quilograma de carne 1$000 a 1$500, um litro de farinha 1$000. Não havia cereais e por quase toda a parte a água só se obtinha a grande profundidade do solo e quase sempre salobra e impura. O pensamento e o preparativo da emigração, como último recurso para a salvação da vida, preocupavam todas as classes da sociedade. Estava morto o comércio. Os serviços públicos tendiam à completa desorganização: as câmaras municipais, o júri, as diversas juntas administrativas não podiam funcionar por falta de número; os professores abandonavam as suas cadeiras, alguns párocos a freguesia. A força começava a desertar.

Nas classes desfavorecidas dos meios da fortuna, que constituem a máxima parte da população; reproduziam-se todas as misérias e infortúnios de que rezam as crônicas das grandes secas de 1722-23, 1777-78, 1790-93, 1824-25 e 1845.

Depois de alimentar-se de raízes silvestres (especialmente da mucuná), de algumas espécies de cactos (xiquexique, mandacaru), e bromélias (coroatá, macambira), do palmito da carnaúba e de outras palmeiras, das amêndoas e entrecasca de cocos, o faminto passara a comer carnes mais repugnantes, como a de cães, a dos abutres e corvos, e as dos reptis. Se bem que raros, davam-se

casos de antropofagia, e por cúmulo do horror ainda houve, não sei se diga um perverso, se um infeliz, que procurou no município de Lavras vender, ou trocar por farinha, um resto de carne humana de que se alimentava. Alguns cadáveres foram encontrados que conservavam nos membros semidevorados os sinais do extremo desespero das vítimas da fome".

Após considerações sobre a fome que na Inglaterra, na França e na Índia acabou com populações inteiras no mesmo século 19, prossegue o presidente:

"A calamidade que pesa sobre o Ceará é do número daquelas que iludem todos os cálculos da previsão humana, e muitas vezes tem produzido males irreparáveis, antes que se manifeste claramente. É que a par da *seca normal*, regular, benéfica, vem inopinadamente a *seca extraordinária*, cujo princípio e termo é igualmente difícil determinar, dependendo de causas meteorológicas incertas e variáveis, podendo uma chuva de mais ou de menos originar uma ou outra, interromper ou prolongar o seu curso. Os danos produzidos pela seca regular, que se espera de julho a dezembro, podem com razão ser imputados à imprevidência dos habitantes, e noutra parte os lancei a conta do defeituoso sistema de criação e do atraso da agricultura. Mas nas atuais condições da Província não está nas forças do homem impedir que as grandes secas, acompanhadas sempre de mortíferas pestes, produzam os maiores estragos e sofrimentos".

Tomando palavras do seu antecessor que, ante a impossibilidade de remeter socorros aos diversos pontos, aconselhara o povo a procurar abrigo na capital ou noutros lugares onde pudesse mais facilmente ser auxiliado, continua o dr. José Júlio:

"Com efeito, desde dezembro de 1877 tornaram-se excessivamente difíceis os transportes, e alguns, que se conseguiam para diversas localidades do interior, custa-

vam e triplo e o quádruplo do preço dos gêneros alimentícios. Em vários lugares empregavam-se os homens em puxar a 20 e 30 léguas de distância os carros que transportavam os gêneros destinados aos socorros públicos. A máxima parte das obras, em que se ocupavam os retirantes, foram suspensas: a fome começou a dizimar a população e as estradas encheram-se de retirantes que demandavam o litoral. Para fazerem a viagem, vendiam por preço ínfimo a última jóia da mulher e da filha; e alguns que ainda traziam animais, não tendo meios de sustentá-los, os entregavam ao primeiro comprador por qualquer quantia. Homens que há pouco possuíam fazendas de gado e de lavoura, ocupavam postos elevados na guarda nacional, e os primeiros cargos municipais, vinham pedir um lugar no alojamento dos indigentes ou uma passagem para fora da Província". (519)

Na verdade, da vassourada da destruição só restaram os detritos.

Perdera o Ceará um terço da população pela fuga e pela morte. A sua riqueza pastoril, que antes da seca se calculara em 24.000 contos de reis, não valia agora mais de 200 contos. A agricultura desaparecera completamente.

Exauriu-se a terra. O homem extenuou-se. Foi um *nada-houve*, como no jogo de dados.

---

(519) *Relatório á Assembléia*, 1879, págs. 39-55.

Capítulo XVII

DE 1880 A 1920

Nos quarenta anos que se desenvolveram após o aniquilamento de 77-79, outras datas, a modo de marcos sinistros, assinalam outras tantas desordens telúricas, retingindo com as cores enfumados da infelicidade a trajetória econômica do Ceará – 1888, 1900, 1915, 1919 – espécie de caixilhos enquadrando a sucessão dos acontecimentos sociais e políticos.

Antechegara aquele desditoso triênio já quando em todo o Brasil vencia terreno a luta contra a escravatura, bafejada pelas simpatias do Trono e só precisando transpor a resistência conservadora, por interesseira, dos lavradores do café e da cana de açúcar

A lei de 4 de setembro de 50 dera força e execução ao decreto inoperante de 1831, suprimindo definitivamente a ação dos contrabandistas, que somente no lapso de 1842-50 haviam introduzido escravos na média alarmante de 35.000 por ano. E por que a emancipação teria de ser por etapas, em 71 (28 de setembro), com o Visconde do Rio Branco, se vota a lei do *ventre livre*, a cujos efeitos, passadas duas gerações, teria cabo a feia instituição. Desde 1840 até então as alforrias e a morte tinham sido responsáveis pela diminuição dos cativos de dois milhões para um milhão e setecentos mil (520).

---

(520) A abolição, em 1863, era veementemente reclamada por Perdigão Malheiros no Instituto dos Advogados, no Rio de janeiro. De 1866 é o decreto imperial (n. 3725, de 6 de novembro) que obrigava à liberdade de escravos em condições de servir ao Exército e, sendo casados, as suas mulheres.

A força da afinidade agrupava políticos, jornalistas, intelectuais, oradores, a que os militares não eram indiferentes, e todos acabaram fazendo o resto.

A remissão dos sexagenários pela lei Cotegipe-Saraiva foi mais um passo, e a 13 de maio de 88 a nação recebeu das mãos da Princesa Izabel a dádiva apetecida, embora os sobrecenhos dos prejudicados e descontentes.

No Ceará, que nunca foi uma negrícia, os desejos emancipadores coincidiam com a maneira mesma de serem tratados os cativos: "É preciso deixar bem acentuado que muito embora a crudelíssima disciplina da família antiga, que penetrava até as escolas, o escravo do Ceará não era o mesmo mártir da lavoura do sul. Não conhecia eito e a senzala dos latifúndios; fazia tão-somente de doméstico, em contato imediato com o seu senhor. Os homens ajudavam no campo, e as mulheres, debaixo do mesmo teto, faziam o *menage* e à conta delas estava a cozinha, cargo de confiança, entendendo com preparo do pão, da qual depende a vida ou pode vir a morte" – escreveu João Brígido. (521)

As horas acerbas com que a meteorologia marca o tempo na terra cabocla do Nordeste sertanejo não só uma vez nivelaram ainda mais o escravo e o amo, solidarizando-os intimamente. A dor unia-os e, passado o sofrimento, não sabiam avaliar qual se ajudara mais. Brígido refere os não poucos lances dessa solidariedade por ocasião das secas, escravas pedindo às senhoras que as vendessem para que não morressem de fome os moços-senhores, e depoimenta que antes da fala do Trono de 1869, antes da *lei áurea*, já eram numerosas, nos partidos políticos do Ceará, as chamadas *alas libertadoras*.

A loja maçônica "Fraternidade Cearense", onde estava alistada a nobreza e a opulência de Fortaleza, alforriava

---

(521) *Homens e Factos*, cit., p. 308.

a bom preço, nas suas festas, levas inteiras de cativos, e nas famílias de maçons os grandes regozijos eram registados com as cartas de liberdade. (522). Sucessivas eram as subscrições populares para o mesmo fim, e de sua parte o governo deu o ponto alto instituindo um fundo especial de 15 contos de réis por ano, para a manumissão de cem escravos que fossem nascendo e levados à pia batismal, de preferência do sexo feminino (Lei n.º 1254 de 28 de dezembro de 1868).

Escoados dois lustros de gestos generosos em pró da gente servil, entra-se em ação mais decisiva com a fundação, em 28 de setembro de 79, da sociedade "Perseverança e Porvir", de que pouco mais de ano nasce outra – a "Sociedade Cearense Libertadora" (8 de agosto de 80), anotando no momento da sua instituição 225 sócios e com finalidades mais radicais e processos mais atrevidos, senão violentos, nos quais se destacam, em santa fúria, Antônio Martins, José e Isaac Amaral, Antônio Bezerra, Alvares Afonso, Frederico Borges, José de Marrocos, João Cordeiro, Manuel Abano Filho, e quantos que, nas colunas do jornal *Libertador* ou furtando negros, cumpriam à risca o patético juramento feito, certo dia, a mão posta, não nos Evangelhos, mas no cabo do punhal de João Cordeiro, fincado à mesa coberta de pano preto, no centro da "Sala de Aço", todos prometendo "matar ou ser morto em bem da abolição".

Os estatutos da estranha associação são a mais revolucionaria das sínteses: "Art. 1^0 – Um por todos, todos por um. Parág. Único – A sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance". Tomaram os sócios nomes de guerra e convencionaram linguagem secreta. Não mataram, nem morreram na espaventosa e refulgente campanha, porém realizaram, na mais desenvolta obstinação,

---

(522) *Idem.*

àquilo a que se propuseram. "De todas as sociedades abolicionistas do Império, nenhuma fizera tanto em províncias mais ricas".

A seu turno, os jangadeiros guardam-se em parede contra os despachos da torpe mercadoria e ajeitam para as homenagens da história e do bronze o seu chefe – o Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento: "'No porto de Fortaleza não se embarcam mais escravos" e o repto dos praieiros, no dia 30 de agosto, à tropa do chefe de polícia Torquato Viana que insistia por mandar para bordo do vapor "Espírito Santo", ancorado à distância, duas negras que, afinal, na confusão, dum relance são subtraídas à posse da autoridade. (523)

Outra entidade filia-se à cruzada redentora – o "Centro Abolicionista 25 de Dezembro", começando a 19 deste mês de 1882, entre júbilos, nos salões do Reform Club de Fortaleza, e visando a procedimentos mais conformes à lei, sem perturbações de ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade". A instalação solene efetuou-se a 4 de fevereiro seguinte e dirigia-o elenco do maior porte social, no seio dele Júlio César da Fonseca, João Lopes Ferreira Filho, Meton de Alencar, Guilherme Studart, Joakim Catunda.

Já então, com as alvíssaras do Ano-Bom, declarando isentos de sujeição os seus restantes 116 escravos, prefulgia na ingente demanda a vila do Acarape, por isso mesmo denominada Redenção, e sem demora, pondo em rubores a capital, imitam-na os municípios de Pacatuba e S. Francisco (2 de fevereiro), Baturité e Icó (25 de março), Tauá (25 de abril), Maranguape e Messejana (20 de maio), Aquiraz (23 de maio) e, ao fim, o de Fortaleza, a 24 de maio, numa memorável sessão que a palheta de José Irineu

---

(523) Consulte-se Antônio Bezerra, *O Ceará e os Cearenses*, Fortaleza, 1906, p. 43.

de Sousa instantaneou em tela magnífica, hoje existente no Museu do Estado. (523a) Ainda nesse ano a emulação gloriosa fere os municípios de Soure (3 de junho), Pedra Branca (8 de julho), Pereiro (27 de setembro), Viçosa (29 de setembro), Canindé (4 de outubro), Ibiapina (11 de outubro), Várzea Alegre (22 de outubro), Pentecostes (9 de dezembro), São Mateus (27 de dezembro). Trairi, Jaguaribe e Brejo Santo (31 de dezembro).

A 25 de março de 84 vem o fecho do movimento, com a extinção total, os cearenses recitando aos ouvidos surpresos dos seus compatrícios o hino da redenção, cântico de luz e esplendor na pesada escuridão negreira. O Brasil cantava-lhe, em recíproca, o hino do reconhecimento e da justiça na letra daquele discurso do presidente Sátiro Dias, resumindo a "cruzada olímpica, primeiro de poucos. bravos, depois de muitos, depois de todos, luta que não descreverei, porque foste vós que a preparastes, porque foste vós que a travastes, e sois vós que a venceis hoje, gloriosamente

A alforria geral tirou da condição jurídica de *coisa* para fazê-los sujeitos de direitos muitos milhares de indivíduos. "O efeito moral da existência de uma província livre, resgatada e desde então fechada para a escravidão – escreveu Joaquim Nabuco – foi imenso; o efeito político, imediato".

A população livre da Província, nos registos do censo nacional de Agosto de 72 era de 689.773 habitantes e a escrava, de 31.913. Portanto, 4,4%. Chegaram esses números a ser em 1819, respectivamente 145.731, 55.430 e 27,4%. (524) Em 1867, época doutro recenseamento geral, 530 – 000, 30 – 000 e 5,4%, redução que vai à conta de possível exagero no cômputo dos escravizados, e de seu desgaste pela morte e pelas vendas para o sul do país,

---

(523a) Sobre o quadro histórico veja-se *Revista do Instituto do Ceará.* vol.. 49, p. 7.

notadamente na seca de 45, e já impossível a sua renovação após 1850, ante a proibição do tráfico africano.

Esses fatores de desgaste excitaram-se no triênio 1877- 1879. Em 78, unicamente pelo porto de Fortaleza, 2909 *peças* foram mandadas para fora, aliciadas por agenciadores sem alma, mascates italianos dantes vendedores de miudezas no sertão. Em 77 tinham sido remetidos 1728; em 76 – 768; em 75 – 894; em 74 – 710; em 73 – 505; em 72- 291. Em 1879 foram-se 1925.(525)

Tem-se afirmado que a 25 de março de 84 havia no Ceará cerca de 30.000 cativos. O Relatório do presidente Leão Veloso (1881) dá como existindo 31.516 e Guilherme de Sousa Pinto os estima em 31.754, numa população de 762.736 habitantes.

Mas, se verídica a contagem demográfica de 72, ou sejam 31.913, e levando-se em consideração não só aquele elevado número exportado para as lavouras do café (8.002 em sete anos só pelo porto de Fortaleza), como os desaparecidos por outras causas durante a seca, e também o fato de não ter sido possível a substituição, em face da lei do ventre livre, torna-se claro que não era tão denso o plantel servil cearense naquele dia. Na realidade, talvez não excedesse de 20.000, vale dizer: menos de 3% da estimativa global do Brasil, rodando àquela época em torno de 720.000. Mais precisamente, seriam uns 16 mil, dando-se como se deve dar, crédito à afirmativa do dr. Sátiro Dias, em trabalho publicado em 1911, sob o título *A libertação* no *Ceará* (p. 16).

Não poderia ter, como efetivamente não teve repercussões mais sérias a emancipação escravagista, já pela reduzida percentagem dos escravos, já pelo modo mesmo da sua utilização, mais da criadagem e dos serviços casei-

---

(524) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 43, p. 187.
(525) Rodolfo Teófilo, *obra cit.*, p. 140.

ros, do que sustentáculo ou condição visceral das indústrias pastoril e agrária. O braço livre, aqui, havia muito tempo lineava a fisionomia econômica da Província. Como lá foi dito, a criação de gado no Ceará foi a indústria do homem livre. "Sem a estabulação que concentra os cuidados do criador em locais restritos, ao pé da casa de morada, a criação foi feita em campos extensos, sob a direção de vaqueiros, que os percorriam em todos os sentidos com a máxima liberdade de locomoção. O escravo era impróprio para tal serviço, que lhe permitiria fácil fuga".

Bem mais a afetaria, talvez, a outra conjuntura climica dos *três oito* que se avizinhava, para a repetição de cenas cruciantes e danos materiais incalculáveis. Conquanto não o tenha sacrificado tanto como a anterior, a seca de 1888 tirou ao Ceará perto de 60.000 de seus filhos, incluídos 30.000 emigrados, afora o cortejo, sempre o mesmo, da fome, das doenças, da morte da pecuária e das lavouras.

Num ambiente assim de generalizado desajustamento é que lhe sobreveio a República, sem, como a abolição, produzir maiores emoções, eis que a grande maioria nem sequer estava ao jeito de compreender a metamorfose do velho Império no novo regime, do qual apenas se davam conta alguns moços ardorosos reunidos em clubes de âmbito muito pequeno. A transição, com efeito, provocada por um telegrama chegado do Rio de Janeiro a 16 de novembro, deu-se timidamente, com a, para muitos, decepcionante substituição do governador, o militar coronel Morais Jardim, por outro militar, o tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, comandante do batalhão do Exército e cuja presença alguns populares, dirigidos pelo aventureiro espanhol Seraphym Grau y Ferrer, alcunhado Catalão, foram solicitar, para assumir as responsabilidades da administração civil.

Semi-ignorantes da forma de governo em estreia, pois até chegaram a constituir um *ministério,* com pastas de Marinha e Relações Exteriores, os novos dirigentes do ago-

ra Estado do Ceará enfiaram-se na iconoclastia própria desses momentos, alterando tudo que pudesse lembrar a dinastia derrubada, arrebentando símbolos, rasgando retratos, mudando o nome das ruas, demitindo funcionários, proibindo o ensino religioso nas escolas, revogando leis.

Todavia, tantas modificações não iam além da casca, extremamente superficiais, limitando-se, no campo da política, os partidos a trocarem de rótulo, exatamente como os seus jornais e, no terreno das concretizações materiais, nada de substancial se planejando afim de trazer os necessários corretivos aos avelhados métodos econômicos em ritmo cansado, de passo de carga, e às atividades administrativas cada vez mais engolfadas num papelismo atordoantemente ineficaz e servindo de preferência às intenções duma politicagem insofrida e esterilizante.

Em 1901 o presidente Pedro Borges expunha na sua Mensagem à Assembléia, repisando as palavras dos seus antecessores, que não seriam diferentes das usadas pelos subseqüentes:

"Não obstante a maior extensão que tem adquirido, no que concerne à cultura do solo e aumento da produção, a agricultura não atingiu ainda o desenvolvimento, nem o grau de prosperidade que podia aspirar na medida dos vastos recursos e fertilidade do solo do Estado. No estudo deste importante ramo de indústria agrícola, do qual se têm ocupado quase todos os administradores, e que há sido objeto de solícito exame por parte de inteligências superiores, que honram a nossa terra natal, não há dissentimento sobre as causas que têm contribuído para sua marcha lenta e tardia. Seja por aferro ao sistema, sela por deficiência de recursos para melhorá-lo com a aquisição de aparelhos mais aperfeiçoados que o engenho humano produz de ano a ano, o processo adotado em geral na agricultura consiste na reprodução do sistema indígena e na prática rotineira e secular que, com os seus ins-

trumentos rudimentares e imperfeitos, só tem servido para devastar as matas e destocar o solo, a fim de receber a semente, no seu estado natural... Trabalhada de contínuo por fatores dissolventes, desiludida das promessas de um futuro próspero, vendo fugirem os braços na corrente emigratória determinada pelas secas sem capitais a prazo longo e juro módico, vítima dos empréstimos ruinosos e da desvalorização das colheitas, da depreciação e baixa do valor dos produtos – a agricultura desencorajada sente empecer-se-lhe o desenvolvimento, minarem-se-lhe as forças, definhar-se-lhe o vigor. Para mudar a face de urna situação que nada tem de lisonjeira e auspiciosa, faz-se mister que, nos seus diversos ramos, a indústria adote novos processos, abolindo completamente a rotina com sistema de cultura, introduzindo aparelhos modernos que, aperfeiçoando os produtos, poupem o esforço humano e supram a escassez de braços; que ao agricultor se ministre o ensino agrícola, tomando o Estado o empenho de instituir uma escola modelo ou prática, quando, mais desafogado, lho permitirem seus recursos; que se lhe proporcionem capuais a prazos longos e a juro módico para desenvolver e aumentar suas forças; que os meios de transportes para seus produtos não sejam obstados pelo exagero das tarifas e fretes, quer por via terrestre ou marítima. Medida de largo alcance é também a construção de açudes, grandes e pequenos, espalhados por toda a parte, e que, neutralizando os efeitos das crises climatológicas, se prestem a irrigação, fertilizando os terrenos". (526)

A mesma coisa poder-se-á dizer da indústria armental, presa aos mais antigos e irracionais usos, sem qualquer preocupação de melhorar as raças introduzidas ao tempo da Colônia e ora em mestiçagem degenerativa, que alguns fazendeiros têm procurado atenuar com a introdução de

(526) *Mensagem de 1901*, Tip. Econômica, Fortaleza, p. 53.

tipos europeus e do rio da Prata, mas sem nenhuma orientação técnica, antes atabalhoadamente, misturando-se devons, garoneses, herefords, ayrshires, schwitz, flamengos e zebus: "A escolha da raça que se tem pretendido aclimar no Ceará ou importado para cruzamento não há obedecido a nenhum critério bem definido. Quase todos quantos se têm dado a esta empresa, ou não dispõem dos recursos essenciais, como boas forragens durante todo o ano, boa bebida, bons cômodos e abrigos, ou não compreendem que o êxito da sua tentativa depende antes de tudo desses cuidados capitais. Já podíamos sob este ponto de vista estar muito mais adiantados se não fora a falta de instrução profissional... A maior parte dos criadores que adquirem um reprodutor estrangeiro, cuja procedência é muitas vezes suspeitíssima, lançam-no ao campo das catingas, solto ou em grandes recintos onde não podem lobrigá-lo ao menos uma vez por mês. Em promiscuidade com touros crioulos, concorrem com vantagens na padreação do rebanho, o animal recém-chegado fica numa situação de inferioridade evidente. Já vimos num mesmo curral, que mais de cem vacas um touro Holstein, um reprodutor cruzado Devon-crioulo e vários touros da terra! Conhecemos um rico criador do sul do Estado que mantém nos campos magníficos de suas fazendas. reprodutores Schwitz, Polled Angus, Red Polled e Devons. Nestas condições o insucesso dos planos do criador desavisado é fatal e dentro de pouco tempo ele tira muito naturalmente a conclusão de que o gado estrangeiro não presta". (527)

Parece que nada seria melhor para retratar as causas do retardamento agropecuário do Ceará, até quase os dias atuais, do que estas apreciações do dr. Tomaz Pompeu de Sousa Brasil:

---

(527) Pompeu Sobrinho, Agricultura e Pecuária no Ceará, in: *O Ceará no Centenário da Independência*, de Th. Pompeu de Sousa Brasil, vol. 2, p. 365.

"O estabelecimento de uma lavoura ou de uma fazenda de criar é, geralmente, feito entre nós sem os necessários elementos monetários indispensáveis a qualquer indústria. Admira como o capital evita o campo, e como os lavradores podem lutar e vencer.

O indivíduo que adquire terras aqui e manda plantá-las, gasta apenas o necessário ou o mínimo possível com as suas culturas. Não procura adquirir máquinas, não deseja experimentar processos novos.

Se por ventura tem necessidade de montar um descaroçador ou um engenho, ou espera os lucros de suas colheitas ou vende-as antecipadamente; Se se trata de exploração pecuária, adquirida a terra com ou sem gado, aí se introduzem algumas vacas ou éguas que se soltam ou vão procriar à lei da natureza.

Não se calculam as necessidades e não se prevêem as carências para a determinação de um capital inicial. Não se procuram os métodos mais econômicos, porém os mais baratos. Não se encara a direção técnica, porém a menos custosa.

E, entretanto, há extensões enormes abandonadas ou barbaramente exploradas, pertencentes a homens de fortuna e até de cultura.

Para quem não tem o hábito de nossas coisas agrícolas, estranha saber o nome de proprietários de muitas de nossas fazendas. As exceções são raríssimas.

Há alguns que em tempos idos empregaram certo capital em agricultura e não tiraram resultados, senão prejuízos. Mas a direção estava entregue aos nossos próprios sertanejos.

Tal é uma das principais causas do atraso de nossa agricultura.

A segunda em ordem de importância (se é que pode ficar subordinada) é a falta de instrução profissional agrícola.

Os mais elementares preceitos de agro e zootecnia são inteiramente desconhecidos de nossos agricultores.

Quando mesmo sabem ler correntemente não se lhes encontra em casa um único folheto sobre assuntos agrícolas, se é que possuem livros.

Quando por ventura mandam os filhos estudar é com intuito de afastá-los, tão cedo quanto possível, da vida rural. Contra isso já escrevemos com sobejas razões: "É ainda o pai agricultor que, com verdadeiros sacrifícios de parcas economias, manda o seu filho para uma escola de medicina, de direito, de odontologia ou farmácia. Ele ignora que existam estabelecimentos onde sejam ministrados ensinamentos para explorar o solo. E se o sabe, por certo que a tal se opõe, porque os considera um luxo das cidades; o caboclo mais boçal das cercanias *abre roçados* e *planta tudo*".

Assim a rotina impera, as práticas racionais, progressistas, são desconhecidas. A lavoura mecânica, a adaptação da cultura do solo, a rotação, a melhoria das espécies, a higiene dos campos, o beneficiamento dos produtos, a alimentação racional dos rebanhos, tudo fica subordinado à ilustração negativa de tais agricultores.

Felizmente estamos de há poucos anos para cá servidos pela "Escola de Agronomia do Ceará", de iniciativa particular. (528)

O espírito de associação está muito afastado de nossos camponeses, de maneira que não possuem cooperativas, sindicatos, sociedades agrícolas, nem se reúnem em congressos. As poucas tentativas feitas neste sentido não deram resultados práticos. A fraca iniciativa particular muito concorre para o lastimável estado a que se acham reduzidas a nossa lavoura e criação, pois que toda reforma ou melhoramento deve ser feito segundo se entende nos cam-

---

(528) O dr. Th. Pompeu escreveu isto em 1922. A Escola de Agronomia, criada por iniciativa particular a 30 de março e instalada a 1º de maio de 1918, foi encampada pelo governo estadual em 1935 e reconhecida pelo governo federal em 1942.

pos, pelo governo, espécie de entidade providencial, carregada de deveres.

Outro fator importante é a falta de crédito agrícola.

As caixas Raiffeisen, os bancos protetores, as organizações financeiras agrícolas, são totalmente desconhecidas entre nós. Se algumas corporações têm, por, vezes, surgido. sob o pretexto de favorecer a lavoura e a criação, usufruindo benefícios oficiais, é certo que desde logo são desvirtuados os seus fins, por se volverem para o comércio.

O crédito do agricultor é praticamente nulo. Pode possuir léguas e léguas de terras e não conseguirá levantar empréstimo algum com a garantia de suas propriedades.

Os bancos e casas bancárias não fazem adiantamento sob penhor de animais ou de safras pendentes. O único recurso de que o lavrador pode tirar o preciso para as suas necessidades de urgência é o produto de pronta venda que entregará ao comprador, embora a sua cotação lhe deixe prejuízo.

Ao contrário, porém, o comerciante, mesmo de fraco giro, tem crédito muito mais amplo e muito mais fácil. Na pior das hipóteses ser-lhe-ão feitas vendas de mercadorias a prazos mais ou menos longos. Para o agricultor o máximo de crédito consiste na venda antecipada das colheitas, por um preço mínimo. Se causa imprevista vem perturbar ou destruir a safra, é fácil de compreender a angustiosa situação a que fica reduzido o devedor.

Por fim, como fator importante do nosso atraso rural, surge apavorante o fenômeno climatérico, periódico, da escassez ou falta de chuva". (529)

Pode-se afirmar que até 1920 este quadro não sofreu alteração sensível, tudo progredindo em marcha tarda mas constante e polarizando-se os negócios a mais e mais na capital, onde se consolidavam casas importadoras e expor-

---

(529) *Obra* cit., vol. 2, p. 53.

tadoras de maior importância, como Singlehurst, Bois Frêres, Gradvohl & Fus, Levy Freres, Albano & Irmão, Frota & Gentil, Tomé Mota, Machado Coelho, J. Bruno & Cia.

Era pronunciada, agora, a influência de comerciantes franceses, não somente na mercância em grosso, como na dos artigos da moda e armarinhos. Os figurinos parisienses esplendem nos salões de sociedades elegantes de alta expressão, como o "Clube Cearense", que reunia a goma do mundanismo, e o "Clube Iracema", saído daquele numa como que repulsão aos exageros dum aristocracismo vaidoso. Assim em Fortaleza, como em muitas cidades do interior, realça-se uma gente encartolada e de luvas, que sabe portar-se na rua em cavalheirismo impecável, e em casa se requinta num luxo refinado, imitando o europeu.

Ainda eram frescas as notícias tristes de 88 e já o Ceará comparecia com destaque à Exposição Internacional de Chicago, mostrando, ao lado dos *ensembles* de vários Estados, na Exposição Preparatória do Rio de Janeiro, as suas curiosidades e produtos, que despertam entusiasmo aos visitantes. A leitura do respectivo Catálogo, publicado pela comissão organizadora presidida pelo sr. Isaie Boris, convence da vitalidade reconstrutiva do cearense. A monografia "O Estado do Ceará na Exposição de Chicago", da autoria do dr. Tomaz Pompeu, anexa ao mesmo Catálogo, é contribuição valiosa ao melhor conhecimento da geografia física e humana do Ceará. (530)

Prova ainda mais evidente dessa força de renovação era a eclosão fecunda que se operava no campo da inteligência, com a fundação de agremiações culturais de irradiação fulgurante – o "Instituto do Ceará" em 87 e até hoje realizando sem desfalecimento o mais belo trabalho de paciência e investigações honestas nos domínios da história e da antropologia cearense; a "Padaria Espiritu-

---

(530) *Tipografia Econômica*, Fortaleza, 1891.

al", em 92, por ventura o movimento moço mais enérgico e vivaz em todo o Brasil, ao seu tempo; o "Centro Literário", em 94, resultante de dissidência entre os agrupados desta, e não menos brilhante; a "Academia Cearense", em 94, congregando escol mais amadurecido das letras provincianas – todos confirmando a legitimidade dos seus valores através de revistas e jornais que honram a cultura do país.

Mas seria certo que o século legaria ao novo o Ceará em desventura. À seca parcial de 98, separada apenas por um ano de copioso inverno, seguiu-se a de 1900, à maneira de uma despedida trágica. Novos clamores, novos sofrimentos, novamente a incompreensão dos governos, querendo resolver o problema com o despovoamento da terra. Quarenta mil somaram-se à emigração que não cessava. Estanques as fontes da produção, o povo passou a comer o que se importava. Somente de farinha, feijão, milho e arroz foram trazidos 15.871:384$000. Pelo porto de Fortaleza 12.103:376$300; pelo de Camocim, 2.598:319$300; pelo do Aracati, 1.169:688$800.

É inútil descrever a desgraça, que as cenas eram as mesmas, cruéis, humilhantes, as populações nuas, famintas, em retirada procurando o litoral e as serras, mal salvando-se da morte à custa de raízes bravas e, já por fim, saciando-se nos *pombais* que surgiam aqui e ali como envio providencial.

"Era precisamente esse o estado de penúria a que a seca havia reduzido a população do Ceará, mormente a sertaneja – conta-nos em página eloqüente Rodolfo Teófilo – quando apareceram em diversos pontos do Estado os *pombais*.

Com que alvoroço e contentamento foram eles recebidos.

Se em outros tempos a sua aparição era motivo dê alegria, quanto mais hoje que vinha de algum modo remilos de grandes necessidades.

Assim, logo que apareceu o pombal, a população dos arredores deslocou-se em demanda dele. As casas fechavam-se e seguia a família inteira em busca das *avoantes.* Acostumados a migrações repetidas e penosas como nas secas, na ignorância do ponto do destino e da extensão da jornada, não lhes custou entrouxar a rede e a pouca roupa, proverem-se de sal e de farinha, da viola ou da harmônica e porem-se a caminho.

A notícia do aparecimento do pombal espalhou-se com uma rapidez incrível. Numa área de cinqüenta léguas não ficou gente nas moradas. Das serras próximas, como Baturité e Machado, os jornaleiros abandonavam o serviço dos amos e desciam atrás do pombal. Não era só o prurido de aventuras, inato no espírito cearense, que os atraía aos sítios invadidos pelas *avoantes*, mas a crença de que aquele estranho acontecimento era um favor de Deus que, se desprezado, irritaria a Divindade, assim, provocaria a sua cólera.

Em breve inúmeras caravanas chegaram ao almejado sítio. Mais de mil criaturas de todas as idades, homens, mulheres, crianças, moças e velhos se arranchavam e se preparavam para a matança das pombas. Não se imagina o espetáculo que se passava naquele pedaço de mata! Milhões de aves cobriam o solo em uma extensão de algumas dezenas de quilômetros. O ar vibrava num burburinho surdo, mas contínuo. As rolas, em gemebundo arrulho, caminhavam de chão a fora e por onde passavam ia ficando o solo coberto de ovos. O pombal havia atraído matadores de todas as castas. Em toda a zona por ele ocupada improvisavam-se ranchos de onde se via o fumo se espiralando enovelar-se pelas ramas da floresta. Animais carnívoros de todas as espécies tomavam parte naquele abundante repasto. Não eram os carnívoros daquelas paragens, mas um sem-número de fora, que o cheiro de sangue havia atraído. Diversas castas de répteis ajudavam a monstruosa chacina. Gatos do mato, raposas, cassacos

matavam, mas matavam de modo incrível! A sua sede de sangue era insaciável, tanto que, depois de fartos, depois de cheios, continuavam o morticínio porque o instinto deles era matar.

Os cassacos não comiam as aves, apenas lhes bebiam o sangue. Iam degolando sempre, embora o estômago; de repleto, não pudesse receber mais uma gota do precioso liquido. As cobras, os tejuaçus, os sapos, as tejubinas se incorporavam aos carniceiros e iam se fartando de ovos, que engoliam inteiros. As grandes serpentes, mais ariscas, se escondiam nos buracos, porém, de quando em vez punham a cabeça de fora, enquanto agarravam uma rola e sumiam-se de novo de toca a dentro.

No ar a matança não era menos bárbara. Centos de gaviões se peneiravam de asas abertas e quando desciam à terra, rápidos como flechas disparadas, era para espetar e levar a avoante, que morria imediatamente em suas garras. A carnificina que os animais faziam era grande, mas, comparada à do homem era nada. Este servia-se do ardil para matar e destruía cem vezes mais. Aqueles ermos e esquisitos lugares cada vez mais se animavam. A febre da matança aumentava com a chegada de mais caçadores. Duas vezes por dia, pela manhã e à tarde, nas bebidas das pombas, é que o morticínio era maior. Nas fontes em que as rolas costumavam beber os caçadores se emboscavam e, completamente disfarçados, matavam enquanto tinham força no braço.

O ardil era muito simples. A fonte era cercada por uma paliçada de ramos, à exceção de um espaço de dois metros de largura. Nesta entrada faziam um plano inclinado pênsil de dois metros de comprimento, que começava à beira e ao nível dágua, por duas forquilhas e um travessão e termina na altura de um metro do mesmo, por esteios. Estivavam depois a rampa de varas, que cobriam com uma grossa camada de terra. O espaço compreendido entre o

solo e a rampa era cercado também de ramos, de modo que o caçador não pudesse ser visto pelo lado de fora. Nesta furna, a que chamam *fofo*, à hora da bebida das rolas, metia-se o homem e esperava que as *avoantes* viessem ter à água.

Nuvens de pombas escureciam o ar e, baixando à terra, cobriam inteiramente o sítio em que estava a fonte. Para chegar à aguada só havia um caminho – a rampa. Assim, um bando inteiriço e compacto de aves enchia literalmente a ponte e descia à bebida. Chegando à extremidade do plano metiam o bico n'água, mas o caçador, que aí tinha emersas as mãos, ia agarrando as aves pelo bico, submergindo-as e puxando-as para dentro do *fojo*. Essa manobra era feita sem bulha e com tal presteza que eram bem poucas as avoantes que conseguiam beber e escapar da armadilha. No fim de duas horas mais ou menos o caçador estava exausto, porém havia morto de duas a três mil aves. A caçada era conduzida ao rancho e aí entregue às mulheres, que se encarregavam do seu preparo.

Bem simples era este serviço, que consistia em depenar as rolas, tirar-lhes as vísceras e cabeça e depois salgar o corpo.

As primeiras aves concertadas eram destinadas à refeição e eram postas ao fogo em panela de barro, a cozinhar sem outro tempero que não o sal. Em breve o cozinhado cobria-se de uma espessa camada de gordura amarela, saturando o ambiente de um apetitoso e convidativo cheiro.

Pronta a refeição, interrompiam o trabalho e a família, sentada em círculo na relva, comia com invejável apetite as saborosas rolas, com pirão de farinha de mandioca.

Finda a comida, levantavam-se e com a maior unção cruzavam as mãos sobre o peito e de olhos erguidos para o céu recitavam em voz alta uma curta oração de graças ao Todo-Poderoso, por lhes haver concedido alimento naquele dia.

Findo este pequeno e tocante ato de devoção, as mulheres e crianças voltavam ao trabalho. Os homens tocavam a viola ou a harmônica e deitados nas redes enchiam os ares, a essa hora velados pelas tristezas do crepúsculo vespertino, com os mais saudosos acordes e as coplas da lira popular.

O serão durava até muito tarde. Preparadas as *avoantes*, que eram lançadas nas salgadeiras, grandes cuias, iam agora a secar. Para isso amarravam pelas extremidades grossos e compridos cipós, a boa altura do solo, nos troncos das árvores, e nessa corda tesa iam suspendendo as avoantes, jungidas duas a duas pelos pés. Pela manhã a labuta recomeçava com a matança das pombas – a mesma faina de destruição.

Agora a vida ali tomava nova feição. Chegavam os *pombeiros*, que deviam desenvolver um animado comércio. Todos os dias entravam comboios destes negociantes carregados de mercadorias, especialmente fumo, aguardente e fazendas, que traziam para vender às gentes do pombal em troca de avoantes.

Em breve aqueles ermos animavam-se e a vida daquela população de aventureiros tornou-se cada vez mais alegre e feliz.

O dinheiro teve curso. Os poucos contos de réis que ali circulavam foram suficientes para pôr em grande movimento aquela esquisita praça. Um milheiro de *avoantes* secas compravam por dez mil réis. Diariamente entravam e saíam *pombeiros* que vinham mercar ali. Era admirável o número de cargas que saíam com avoantes.

Para avaliar a assombrosa quantidade das pombas basta dizer que uma rola seca pesa de quarenta a sessenta gramas, podendo um cavalo carregar de duas mil a duas mil e quinhentas. Dezenas de cargas saíam todos os dias, destinadas a diversas cidades do sertão e sobretudo a Fortaleza. A fartura de *avoantes* chegava, portanto, graças aos

pombeiros, ao mercado da capital e era um refrigério para a pobreza". (531)

A mudança de século não mexeu na plástica da economia cearense, já meio amoldada à indiferença oficial, instalado agora no governo o acomodado nepotismo administrativo gerado pela *política dos governadores* de Campos Sales, que pretendeu eternizar em muitos Estados as afamadas e tão combatidas *oligarquias*, que mais tarde o Hermismo derribou, uma a uma, pretextando *libertações*.

A do Ceará ruiu em 1912 (24 de janeiro) desalicerçada facilmente por uma revolta popular na Capital e substituída por um presidente militar que o mesmo caudilhismo de Pinheiro Machado prestes apeou, fomentando uma sedição pouco limpa, com a utilização armada dos romeiros do Padre Cícero Batista do Juazeiro, onde se instaurara, para justificativa do golpe, uma dualidade de Assembléia Legislativa (12 de dezembro de 1913) e do Poder Executivo (15 de dezembro).

É quando ocorre a seca de 1915, deparando-se com as conseqüências desarticulantes das algaras dos sediciosos, praticadas desde o Cariri a Fortaleza, onde, agravando o desmantelo, imperava a falcatrua das *solidarísticas*, sedizentes sociedades mutuárias, de origem insensata que, semelhante a novo *ensilhamento*, despertou a loucura coletiva do jogo, na obsessão do ganho fácil ante promessas ilusórias dos exploradores.

Igualmente, já eram sensíveis os primeiros silvos da Grande Guerra, estagnando as exportações e insuflando a majoração do preço dos produtos de consumo interno.

Valeu a crise de 1915, ao Ceará, outras 40.000 expulsões humanas e o sacrifício de mais de um milhão de

---

(531) *Secas do Ceará (Segunda metade do Século XIX)*, Imprensa Inglesa, Rio, 1922, p. 214.

reses vacum. Rodolfo Teófilo eleva esta cifra para milhão e meio. O presidente João Tomé, na sua Mensagem de 1917 compara o prejuízo em perto de um milhão.

O Barão de Studart aceita estes algarismos: 30.000 cearenses mortos, 42.000 emigrados, importação de cereais no valor de 14.443 contos de réis e a perda de 680.000 bovinos, 4.441.000 caprinos e ovinos, 211.000 cavalares, 112.000 asininos e muares e 243.000 sumos, tudo no valor total de 95.000 contos.

Pelo porto de Fortaleza saíram 509.406 couros. As peles de cabra somaram 2.983.585 e as de carneiro 701.892. (532)

As estimativas de 1912 haviam acusado o número de 1.161.900 bovinos e 421.230 eqüinos. Em 1915 devia ser mais de um milhão e meio aquele gado. O cavalar passava de quinhentos mil. Havia rebanhos demais para a força dos recursos alimentícios se sobreviesse uma seca.

---

(532) Leia-se *A Seca de* 1915, de Rodolfo Teófilo, Imprensa Inglesa, 1922.

Capítulo XVIII

INDEX OF TABLES

O CICLO DO AUTOMÓVEL

A seca é um dos impertinentes lugares-comuns da história do Ceará, porém a bem dizer o maior elogio do cearense. De vez em vez ela os abate, mas um e outro rebrotam no vicejo frescuroso das coisas que renascem. Estua então a terra em reflorir maravilhoso de germinação e perfume, e o homem levanta-se e se reapruma, na atitude vigorosa dos que reagem. Ambos se ressaúdam e lisonjeiam na alegria da vida nova que se descerra e, já refeitos, continuam a liça dos afanos, esperançosos de novos triunfos.

De logo saíram da destruição de 1915, regozijando a abastança, que tocaria ao desperdício. A safra de 1916 melhorara consideravelmente e as de 17 e 18 excederam aos cálculos normais. O algodão novamente derramou da cornucópia dos seus capulhos o dinheiro para os bolsos dos caboclos, vendido ao preço delirante de 60$000 e mais a arroba de pluma: "De suas festas foi abolido o aluá, a aguardente desapareceu e foi substituída pela cerveja de que, além de beber, faziam uso para, à guisa d'água, borrifarem o terreiros do samba, apagando a poeira". (533)

Graças à energia de que deu provas o lavrador cearense, consignava o presidente João Tomé na sua mensagem de 1917 – espero que será abundante, pelo menos regular, a safra de cereais, computando a do arroz como a maior que o Ceará até hoje tenha produzido. A

---

(533) Rodolfo Teófilo, A *Seca de 1919*, Imprensa Inglesa, Rio, 1922.

colheita do algodão que, no ano passado, já tinha concorrido eficazmente para melhorar as condições econômicas do Estado, promete ser, este ano, a nossa principal fonte de riqueza. Apesar das condições pouco favoráveis do inverno (por excessivo) e do aparecimento da "lagarta rosada" em muitas plantações, a safra não deixará de ser avultada, em vista da extensão extraordinária que tomou o plantio dessa malvácea. Os preços do produto se mantêm altamente remunerados, de modo que podemos nutrir fundadas esperanças de que os nossos compatrícios haurirão nessa fonte as compensações que lhes são devidas pelos enormes prejuízos já suportados. Quanto à pecuária, cujos espécimes foram reduzidos de mais de dois terços na grande calamidade de 1915, vai ressurgindo com o vigor costumado, subseqüente a cada uma das catástrofes dessa natureza. A elevada proporção entre a cifra da natalidade e o número de indivíduos, deixa esperar, em breve prazo, a completa restauração desse ramo da riqueza pública. (534)

Na apertura dos seus recursos fiscais procurava o governo incentivar a reorganização econômica com medidas bem intencionadas.

Propiciara, no ano anterior, a realização do Primeiro Congresso Agrícola do Ceará, inaugurado a 7 de setembro em Quixadá, no qual "a assistência às sessões foi sempre numerosa; discutiram-se teses elevadas e votaram-se conclusões práticas; todos os municípios ali mandaram seus representantes e expuseram produtos da terra e da indústria local, e, finalmente, criadores adiantados concorreram eficazmente para o êxito do certame, enviando belos produtos do cruzamento do gado crioulo com as raças importadas". (535)

---

(534) p. 13.
(535) *idem*, p. 31.

Instituíra, no mesmo ano de 1916, por ato de 22 de novembro o Serviço Agrícola do Estado, dividido este em quatro inspetorias regionais: Fortaleza, Sobral, Crato e Aracati e tratou de adquirir reprodutores vacum de raça fina, para os fins de seleção, ao mesmo passo que instituiu prêmios aos fazendeiros que apresentassem melhores tipos cruzados.

Instalou primeiro o Posto Zootécnico, inaugurado em 24 de março de 1918, pondo assim em execução a lei de 11 de agosto de 1914, que o criara. Ficou anexo à "Escola Prática de Agricultura de Quixadá", prestando ambos daí por diante assinalados benefícios à criação e à lavoura daquela região e concorrendo para o aproveitamento mais técnico da irrigação do açude Cedro. Realizou-se nesse referido ano a primeira Exposição Regional agropecuária é Industrial, na cidade de Sobral, inaugurada a 28 de setembro e fechada a 3 de outubro.

Expressava-se algo embevecido o mesmo presidente na Mensagem de 1918: "A situação geral do Estado é, na atualidade, muito mais animadora do que há um ano. Liberto das crises sócio-políticas que, por quase um lustro, o conturbaram, o Ceará está ativamente entregue ao trabalho da restauração das próprias forças combalidas pela calamidade da seca derradeira. Sem os excessos do ano passado, o inverno a cujo declínio chegamos, foi regular e de ordem a bem servir aos interesses da agricultura e da pecuária. Os benefícios da safra de algodão têm sido relevantes, apesar das devastações da lagarta rosada. A valorização desse produto canalizou para os sertões o numerário preciso, senão à abastança, pelo menos ao estado de desafogo e compensação em que se encontram os trabalhadores rurais. Por outro lado, o preço vantajoso a que atingiu o gado e o refazimento progressivo da população bovina, recenseada ao tempo da seca de 1915, estimulam os nossos patrícios ao desenvolvimento da indústria pastoril. A

comparação dos algarismos referentes ao valor oficial da nossa exportação durante os últimos anos fornece uma prova impressionante da melhoria da nossa situação econômica. O valor oficial da exportação no Ceará em 1912, ano de grande prosperidade, elevou-se a 20.544:824$549; em 1916, atingiu a 23.598:513$328; em 1917, a 25.617:541$195; e somente no primeiro semestre do corrente ano, já excede de 25.000:000$000. É lícito, portanto, esperar que o valor total da exportação, durante o ano de 1918, excederá de 50 mil contos de reis, e que nos estarão assegurados dias de prosperidade se a angustiosa crise de transportes, decorrente da guerra, não vier tolher nosso surto econômico". (536)

E na mensagem seguinte acrescentava: "O ano de 1918 assinalou-se por uma intensidade de trabalho agrícola sem precedência no Estado. Os altos preços a que atingiram todos os produtos da lavoura foram incontestavelmente o principal fator dessa actividade, que teria trazido para o Estado uma situação econômica invejável, se causas diversas não tivessem impedido o aproveitamento completo da produção. Além da praga da lagarta rosada, que reduziu de mais de 50% a colheita do algodão, a crise de transportes prejudicou imenso a nossa economia. Grande massa de produtos perdeu a oportunidade de ser vendida a preços vantajosos e milhares de sacos de cereais se deterioraram minados pelo gorgulho. Ainda assim, o valor oficial da nossa exportação em 1918 subiu a 42.807:865$230, contra 25.655:267$405 que fora em 1917. Se atendermos a que, no corrente ano, não tivemos produção agrícola e, apesar disto, a renda de exportação continua firme, provindo quase toda da produção do ano passado, poderemos fazer idéia exata de qual seria a capacidade produtiva de nosso Estado se a irregularidade das

---

(536) P. 16.

estações não viesse periodicamente destruir a organização do trabalho". (437)

A receita do erário estadual que em 1912 se elevava a 4.241:225$848, e em 1916 descera a 4.146:474$987, passou para 5.017:543$087 em 1917 e para 7.520:975$074 em 1918, ano em que havia sido estimada apenas em 4.822:094$679. Já limpo o Atlântico dos navios e submarinos alemães, fora possível escoar para as nações aliadas os efeitos exportáveis, na base do câmbio a 15, valendo o dólar 3$170 e a libra 16$000.

Noutra das suas emboscadas, entretanto, a tirania estival preou o Nordeste. Seria a mesma urdidura de tormentos, o mesmo realejar lâmure de protestos contra a incúria governamental, a repetição das mesmas promessas da alta administração do país.

Sobreveio a seca de 1919, de todas, talvez, a mais inesperada, mas, por felicidade, a presidência do Brasil caíra nas mãos do nordestino dr. Epitácio Pessoa, que entendeu de levar a sério a "questão das secas", até ali pondo em vergonha a República.

O Império, em situação muito mais desfavorável, já havia compreendido a gravidade do grande problema, desde 1877, quando mandou ao Ceará a célebre "comissão de engenheiros" (cato de 7 de dezembro), encarregada de estudar os meios de abastecê-lo dágua pela irrigação, e chegada a Fortaleza a 13 de janeiro de 78, composta dos drs. Júlio Pinkas, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Ernesto Lassance Cunha, Henrique Flogare, Adolfo Schwarz e Leopoldo Schrimer. Impossibilitados de correr o interior, ativaram as investigações sobre o melhoramento do porto da capital, sobre os modos de evitar as enchentes do Jaguaribe e da probabilidade de para este canalizar o São Francisco, sobre as facilidades do abastecimento de

(537) *Mensagem de* 1919, p. 34.

Fortaleza com águas dos mananciais de Maranguape, e sobre outros projetos julgados interessantes, inclusive o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité. Ao ser extinta em 22 de junho, pudera a comissão "deixar, em farto relatório, o governo geral esclarecido da seriedade com que devia ser encarada a questão das secas, assim erigidas à altura dum magno e complexo problema nacional. Não importa que se possam citar documentos oficiais outros, anteriores a este relatório, tratando do mesmo assunto, relativamente ao Ceará. Esse é que foi o primeiro escrito ante a crua evidência dos fatos por quem estava com a responsabilidade de os remediar".

Ainda ao tempo do Império outra comissão estudou o Ceará, chefiada pelo engenheiro J. J. Revy, em 1881, e que, talando a Província, efetuou grande cópia de levantamentos para a localização de grandes barragens, como as de Itacolomi, Boqueirão das Lavras e Cedro (Quixadá), esta iniciada em 1884 e só concluída, aliás obra de ufania da técnica brasileira, em 1906.

No entanto, só em 1900 foi votado o primeiro crédito financeiro de maior vulto para socorrer as vítimas das. secas, de caráter aleatório, pois destinado "ao que as circunstâncias ditassem, com preferência a obras de utilidade pública, em que sejam empregados indigentes", prova da inteira dessintonia da administração e do congresso com os fatos do Nordeste. E não admira dizer que de tal crédito, que era de 10.000 contos de réis, tão unicamente foram gastos no Ceará 812 contos, parte aplicada no embarque de retirantes para o extremo Norte, e apenas 522 contos investidos nos serviços de prosseguimento do açude de Cedro e da construção dos denominados Acaraú-Mirim, Jordão, Panta e Papara, obras suspensas, sem demora, em 1901.

É no governo Rodrigues Alves que, pela primeira vez figura na lei orçamentária pequena verba às "obras contra

as secas", e em 1904 o ministro Lauro Muller dá existência à "Comissão de Açudes e Irrigações", com sede no Ceará e chefiada pelo Dr. Piquet Carneiro, à "Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas", entregue ao engenheiro Sampaio Correia, e à "Comissão de Perfuração de Poços", a cargo do Dr. Pereira Reis, as duas últimas com sede no Rio Grande do Norte. Em 1906 fundiram-se todas na entidade que tomou o nome de "Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas", dirigida pelo engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

Os hiatos administrativos e a mania das reformas superficiais mataram a Superintendência, repondo a "Comissão de Açudes e Irrigação" e, logo mais, graças ao ministro Francisco Sá, criando-se a "Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas" (Dec. n. 7619, 21 de outubro de 1909), sob a direção do dr. Arrojado Lisboa.

Vêm daí as atividades mais norteadas, se bem que não muito fecundas, do poder público, perseguindo a localização devida do problema, com a efetivação de exames mais coordenados e trabalho menos casual, a despeito da oscilação das verbas dos orçamentos e do cunho pessoal que cada dirigente entendia dar ao assunto, este de si, pelas suas dimensões é austeridade, exigindo a máxima unidade de orientação e de esforços. Filhas do invencível prazer reformista são as reorganizações de 1911 (Dec. n. 9.256, de 28 de dezembro); de 1915 (Dec. n. 11.474, de 3 de fevereiro); de 1616 (Dec. n. 12.330, de 27 de dezembro); e de 1919 (Dec. n. 13.687, de 9 de julho).

Em 1915, ainda que existente, não foi a Inspetoria utilizada pelo governo federal para as providências que resolveu dar, depois de posto em xeque pelo presidente estadual Benjamim Barroso, em socorro do Ceará, preferindo. sem razão justa, instituir uma "Comissão de Obras Nova Contra as Secas" (Portaria n. 215, de 3 de setembro), para movimento da qual se abriram créditos extraordiná-

rios no total de 12.350 contos de réis, e se nomeou, como chefe, o dr. Aarão Reis.

Em 1919, entretanto, na gestão interina do vice-presidente Delfim Moreira, e sendo ministro o dr. Afrânio de Melo Franco, voltou a Inspetoria a predominar.

Foi quando Epitácio Pessoa aparelhou esta repartição dos grandes elementos próprios a uma elaboração majestosa, a fim de pôr em prática o seu plano de salvação do Nordeste semi-árido. Pelo Dec. n. 3.965, de 25 de dezembro, destinou-se às obras respectivas a importância de 200.000 contos de réis (letra a do art. 2.) e tornou-se obrigatória a reserva de 2% da renda geral da União em Caixa Especial para o mesmo fim (letra *b* do citado artigo). (538)

Nos três anos de gestão do eminente paraibano mais de 300.000 contos de réis se despenderam no intuito de alcançar o patriótico objetivo, e fincou-se, inextirpável, o marco divisor da reparação de uma injustiça de que tem sido imperdoavelmente culpada a indiferença nacional.

◆ ◆ ◆

Deve ser apreciado como um novo ciclo na evolução econômico-social do Nordeste, o início dos serviços federais contra o mal das secas, ordenados pelo presidente Epitácio.

Pode-se censurar a desconexão entre o volume dos dinheiros gastos e os efeitos obtidos, o que iria à conta do espírito de peculato e da gana dos proventos ilícitos em empresas desta sorte, mas é irrecusável que horizontes diferentes se descortinaram ao homem e às coisas, gerando modificações essenciais.

---

(538) Consulte-se "As Obras contra as Secas no Império e no primeiro Período Republicano; de Naylon Bastos Vila-Lobo, in *Boletim da I. F. O. C. S.*, vol. 7, n. 2, p. 92.

Da praia às catingas mais ínvias, ocupando os rochegos derramaram-se, quais bandeirantes de nova laia, os funcionários oficiais, conduzindo, sem o perceberem, o progresso, que iam deixando pregado ao chão com as piquetas marcadoras das suas visadas geodésicas nos trânsitos de Guerley e nos níveis de Wild.

Andaram por todos os lugares, pelas grotas e pelas rechãs, os chefes, os engenheiros, os turmeiros, os operários, demarcando, medindo, cavando, aterrando, numa agrimensura inquieta e incessante, ao sol e à chuva ou pela noite, para que dos levantamentos surgissem as estradas, os açudes, os poços, as irrigações, vale dizer a própria alma da terra de sumida e, também, quantas!, novas aldeias, futuras cidades, outra civilização, limpando os olhos dos tabaréus, que não enxergavam o mundo moderno que rolava, sem eles verem, nas rodas dos automóveis, cujos velocímetros, dagora ao diante, e não mais o passo das alimárias, seriam o estalão das suas deliberações e dos seus negócios.

Os serviços da Inspetoria de Secas – escrevemos alhures – feitos atabalhoadamente, mal começando uns, ficando em metade outros e só muito poucos chegando ao fim, injetaram no sertão bisonho a porção de sangue novo necessário ao aceleramento do sistema circulatório da fisiologia meio esclerosada do Nordeste.

O automóvel e o *cassaco* mostraram ao matuto coisas desconhecidas, idéias novas, desejos novos, vontade nova, e o transfiguraram.

O comércio passou do costado das burralhadas para a boleia dos caminhões, mais lépido, mais fácil e, por isso mesmo, mais intenso, mais extenso.

Os jagunços e os mandões criminosos assustaram-se com o barulho dos motores de explosão e retraíram-se e desapareceram.

As moças das casas de fazenda, que só ouviam o mugido dos bovídeos e a cantarola dos vaqueiros, viram os *moços de fora* – engenheiros e feitores de obras, que as tiraram de lá, como boas esposas, para as febricitações das cidades.

Os *coronéis* do mato leram os jornais e ficaram sabendo aquilo que ignoravam.

Uma concepção diferente da vida transformou velhos hábitos, velhas usanças e destruiu preconceitos.

O Nordeste reviveu, forjou-se para a luta moderna e o Ceará foi a tenda em que se caldeou a nova têmpera. Com a facilidade dos transportes e das comunicações os produtos se valorizaram e outros vieram integrar o parque de sua exportação. Os açudes verdejaram várzeas incultivadas, deram estabilidade maior aos currais e alimentaram melhor os engenhos e as fábricas de beneficiamento.

Os três fatores da produção entenderam-se mais de perto e se harmonizaram mais concordantemente: a natureza mais corrigida insinuou-se a um trabalho mais orientado, com os auxílios dum capital mais presto e mais vantajoso. (539)

O sacrifício de 1919 fora também profundo. O recenseamento de 1920 encontrou no Ceará apenas 580.028 vacuns, 393.560 ovinos, 531.000 caprinos, 123.000 eqüinos e 117.793 asininos.

As exportações, que representam o melhor índice da prosperidade interna, declinaram de mais de dez mil contos de réis, de 42.807:865$000, em 1918, para 32.400:987$ e descendo no ano seguinte de 1920, como conseqüência direta da. desarticulação geral, para 24.787$350$527, tudo valor oficial.

---

(539) "Panorama Econômico do Ceará", in *O Ceará*, de R. Girão e A. Martins Filho, cit., p. 131.

O ano de 1921, ainda residual, viu-as subir para 28.369:684$720 e mais não o fizeram obstadas pela força incontida das enchentes inundando os campos e invadindo as cidades, como Aracati, Jaguaruana e Morada Nova, podendo chegar às portas da primeira o vapor "Monte-Moreno" (29 de março), coisa que havia cinqüenta anos não acontecera.

A ascensão duplicou em 22, com 51.803:107$796 e guindou-se em 23 para 87.794:634$791.

Queda brusca em 24 para 54.227:788$974, arrastadas as colheitas pelas águas transbordantes dos rios em pletora, só comparáveis às de 1917. Reação em 25 para 61.861:620$093 e mais, em 26, para 65.568:933$339, apesar da baixa dos preços pela alta das taxas cambiais (o câmbio de 8 descera para 6) e das devastações e pânico decorrentes da passagem dos revoltosos, a chamada "Coluna Prestes", pelo interior do Estado. Nesse último ano, a crise determinou 73 falências comerciais, número que baixou para 51 em 1927, graças à ação moralizante do Centro dos Importadores de Fortaleza.

O declínio do preço do algodão em pluma, máximo formador das exportações, e estas 50% sustentáculo das rendas estaduais, interferiu na arrecadação da receita: 1923 – 15.589:$704 (a maior até então); 1924 – 12.558:668$884; 1925 – 12.423:187$525; 1926 – 10.847:613$874.

Para confronto, estão estes números do imposto de importação: 1923 – 7.915:377$611; 1924 – 4.770:569$747; 1925 – 4.965:878$570; 1926 -3.874 :419$738. Neste último ano, já previstas as causas do decesso, havia sido orçado em 4.970:000$000.

Ajudara a descida a negligência na fiscalização do imposto de consumo, outra viga orçamentária, reduzindo-o constantemente: 1923 – 1 – 017:276$695; 1924 813:656$980; 1925 – 839:972$990; 1926 – 754:081 $500.

O grande esteio do orçamento ainda é o algodão: 1923 a renda da exportação, inclusive o adicional respectivo foi de 8.706:759$584 (55,84% da receita total, representando as demais rubricas 44,16%) e para este cômputo a pluma concorre com 6.290:191$947, ou seja, 79,46%.

Em 1925, atenta aquela diferença de preço e não obstante terem sido exportados 11.616.757 ks., a renda restringiu-se a 2.890:363$693 (52,20%).

Segundo estatística levantada por Isaac Amaral, na safra 1926-27 os valores exportados do Ceará totalizaram 94.810:964$080, tendo o algodão em pluma entrado com 43.434:935$400 (valor oficial médio de 2$400 o k.) o caroço de algodão com 2.343:650$500, o resíduo do algodão com 176:474$00, o óleo de algodão com 248:169$600; a línter com 108:000$00, o fio de algodão com 672:350$000, as redes de algodão com 4.226:280$000, e tecidos de algodão com 250:00.0$000. Total: 51.459:859$300.

Depois, vem a cera de carnaúba 19.313:1.90$000, as peles – 9.222:500$000 (2.030.000 peças), os couros brutos – 5.056:332$000, afora os couros preparados – 907.505$000 e sola – 268:735$000, o café 2.400:000$000, as rapaduras – 1.300:000$000, a mamona – 889:440$000. (540)

Observa-se que a mamona ou carrapateira *(Ricinus cominunis)*, que sempre tivera o seu uso limitado a rícino para purgante, ao alimento de "candeias de azeite" e à lubrificação de engenhos de ferro e bolandeiras, e era até considerada como praga dos roçados, insinua-se já sensivelmente nas listas de remessas para o exterior. Aparecera timidamente nas estatísticas de 1919 com a cifra ridícula de 34.750ks. valendo 10.245$000, para tornar-se mais tarde opulenta contribuição à riqueza cearense, notadamente após 1925, quando as partidas somam 1.597.117ks, no valor de 675:510$500. Em 1930 sobem a

---

(540) *Relatório do Centro dos Importadores de Fortaleza. 1926-27*, p. 123.

7.990.606 ks., no valor de 3.788:063$000. Quase reduzida a nada em 1932, não foi entretanto desprezada, pois a sua exportação, em 1936, só pelo porto de Fortaleza, somou 20.335.923ks., em dinheiro, valor comercial, 16.751:180$000. Em 37 saíram 20.444.81~ks. (17.216:650$000); em 38.21.672.462ks. (16.066:741$00), em 39 – 22.132.356 (20.135.479,00), em 40.20.979.734 (17.177:774$000); em 41-35.796.631 (31.822:243$000).

Outras fontes vieram igualmente alentar o conjunto econômico do Ceará: a oiticica, os minérios e, mais recentemente, o caju.

A oiticica, ao lado da carnaúba, é a segunda árvore sagrada do Nordeste, nativa, espontânea no sertão e certas partes do litoral, agrupando-se ao correr das margens dos rios. Cantada em prosa e verso pela sombra farta e amiga que oferece, eleita para *rancho* dos comboieiros e morada dos que se vêem sem teto, era, contudo, pelo trabalho custoso da derrubada, óbice ao aproveitamento das terras, por assim dizer desvalorizadas com a sua presença. (541)

Mal utilizado o lenho no feitio de *gamelas* e colheres de pau, da sua baga se espremia o óleo, com que, sem outras aplicações, se fabricava o sabão sertanejo, inconsistente e grosseiro, cheirando insuportavelmente, mas o único daquelas brenhas.

Arruda Câmara deu à oiticica o nome de *Pleragina umbrossissima* e Martius classificou-a entre as Moquileias.

Valeu, porém, a classificação de Benthan – *Licania rigida,* das Rosáceas. Tamanha veio a ser a sua importância na vida do Ceará, que tomou a denominação de Licânia uma das suas cidades, a antiga Santana do Acaraú, em cuja região há extensos oiticicais.

O conselheiro Freire Alemão, que andou no Ceará (1859) como um dos componentes e chefe da conhecida

---

(541) A lei n. 2774, de 20 de novembro de 1929, proibiu o corte de oiticicas e autorizou o censo das existentes no território cearense.

"Comissão Científica", acompanhado; entre outros, de Guilherme Capanema, Ferreira Lagos, Raja Gabaglia e o poeta Gonçalves Dias, num dos seus afamados relatórios refere-se de modo peculiar à oiticica e ao seu fruto que se não pode usar devido ao sabor e ao cheiro, podendo ser que a química o consiga purificar".

Convencido da prestabilidade do óleo para fins industriais, o Barão de Ibiapaba, em 1876, pôs em funcionamento uma fábrica para extrai-lo e empregá-lo no preparo do sabão. Tal fábrica compunha-se dum esmagador de sementes, de duas prensas verticais e um motor a vapor, mas o resultado foi negativo, eis que o óleo obtido "coalhava como queijo". A fim de colher melhor êxito, enviou o Barão à Europa o seu empregado Jacques Grafe, que ali demorou meses e, ao voltar, nada adiantou, com enormes prejuízos para a empresa. (542)

Muito depois, no Rio Grande do Norte, em 1914, outra fábrica foi tentada, pela Companhia Fabril e Navegação, igualmente sem bom sucesso, por se não ter conseguido neutralizar o mau odor do suco oleaginoso.

Mas em 1929, no mês de agosto, em troca de quantas aflições financeiras e desenganos, a obstinação dos comerciantes cearenses Carlito Narbal Pamplona e Franklin Monteiro Gondim, sócios da firma C. N. Pamplona & Cia., venceu terreno tão crespado de dificuldades, e instalou em Fortaleza uma pequena usina de prensamento de óleo, vinda da Alemanha, para onde, ao mesmo tempo que para os Estados Unidos, haviam despachado amostras do produto, destinadas a pesquisas. Objetivavam fazê-lo sucedâneo do óleo de linhaça nas pinturas, substituindo por um nacional e barato esse óleo estrangeiro, de aquisição muito cara.

---

(542) Ver "Observações para a cultura da oiticica", de José Guimarães Duque e Paulo de Brito Guerra, no *Boletim da I.F.O.C. S.*, vol. 11, n. 1, p. 3.

Posteriormente são palavras de um prospecto informativo da empresa Brasil Oiticica S.A. – a Condoroil Tintas S. A., Rio de Janeiro, no intuito de nacionalizar, no que fosse possível, as matérias primas utilizadas naquela importante indústria de tintas e vernizes, encontrou este produto até então sem aplicação alguma. Continuando o seu programa de investigar todas as possibilidades das matérias primas brasileiras, com utilidade na indústria de tintas, estudaram os químicos da Condoroil Tintas S.A. as qualidades e aplicações do óleo de oiticica; (543) em conexão com estas pesquisas, a Condoroil Tintas S.A., com enormes despesas, convidou o dr. Henry Gardner, diretor da Seção Científica da National Paint Vernish and Lacquer Association, dos Estados Unidos, autoridade de reputação mundial no fabrico de tintas e vernizes, para fazer um estágio no Brasil em 1934, a fim de cooperar nos estudos do óleo de oiticica. Este cientista, depois de sua chegada ao Brasil para este fim, confirmou que o óleo podia ser usado na indústria de tintas e vernizes, como substituto ou auxiliar do óleo de China ou óleo Tung. Após esse laudo pericial, imediatamente a Condoroil Tintas S.A. iniciou as necessárias investigações sobre a comercialização do produto e, tendo esses estudos apresentado um resultado positivo, foi finalmente fundada, em fins de 1934, a Brasil Oiticica S.A., sob a presidência do sr. M. E. Marvin, A qual encampou a fábrica de C. N. Pamplona & Cia., que foi, sem demora, remodelada e ampliada.

Com visão larga, o governo do dr. Getúlio Vargas, de par com a ajuda dos governos dos Estados produtores da

---

(543) Os químicos holandeses Van Loon e Kappelmlier estudaram a composição do óleo de oiticica, chegando a resultados divergentes e, orientado pelas suas análises, também o fez Antenor Machado, técnico do Instituto de Química Agrícola do Ministério da Agricultura, escrevendo o trabalho – *Óleo de Oiticica,* ed. do Serviço de Informações do mesmo Ministério, Rio.

oiticica e a fim de facilitar o desenvolvimento da indústria de óleos vegetais, deu o seu apoio moral e material à firma fundadora da indústria e, subseqüentemente, também às que surgirão posteriormente. Mais tarde, com o desenvolvimento de indústria, a fábrica foi transferida para novas, grandes e ultramodernas instalações, onde se acha, sob a denominação de "Fábrica Oitivila", em Fortaleza. O desenvolvimento posterior e sempre crescente, levou a Brasil Oiticica S. A. a construir em todos os centros de produção de oiticica armazéns para o recebimento do produto e, em 1936-1937, a construir instalações também modernissimas em Pombal, no Estado da Paraíba, e em Mossoró no Rio Grande do Norte, destinada à extração de óleo de oiticica. Foi assim que nasceu uma indústria de relevante importância para a economia brasileira. A riqueza que a oiticica trouxe para o Brasil tem aumentado ano após ano. Em 1938 a exportação do óleo de oiticica chegou a umas 5.000 toneladas, no valor de Cr$ 12.000.000,000, aumentando em 1939 para 8.500 toneladas que, ao preço médio de Cr$ 5,00 por quilo chegou a Cr$ 40.000.000,00. Em 1940 o óleo de oiticica exportado chegou a 8.000 toneladas, num valor comercial superior a Cr$ 47.000.000,00, tendo no Ceará, depois da cera de carnaúba, o produto de maior importância para a economia estadual. O ano de 1941 marcou um novo recorde, alcançando a exportação total a cifra de 18.000 tons., no valor aproximado de Cr$ 100.000.000,00, ocupando o primeiro lugar nas exportações do Estado do Ceará. O óleo de oiticica, portanto, do nada chegou a assumir um papel preponderante, representando agora, pelo seu valor, 2% das exportações nacionais, estando em décimo lugar na lista das matérias primas exportadas em todo Brasil. As variações quantitativas se devem às inconstâncias das safras de oiticica, enquanto que o preço sempre crescente é o reflexo da maior aceitação, no mercado internacional, dos óleos vegetais. A 2ª

Guerra Mundial, irrompida em 1939, contribuiu decisivamente para o aumento dos preços em face da maior procura do óleo para tintas e vernizes de fins bélicos, o que auspiciosamente vinha significar o desenvolvimento da indústria. Isso se pode explicar melhor tendo com vista o preço pago pelas sementes nas diversas épocas. Quando a Brasil Oiticica S. A. fundou a indústria, o preço por quilo da semente variava entre Cr$ 0,80 e 0,15, posto nas fábricas respectivas indústrias, chegando-se, porém, a pagar-se em 1941, até Cr$ 1,70 por quilo. Não houve é claro, na economia nordestina, produto que haja assinalado um avanço tão pronunciado e que tenha vencido tantos obstáculos – e esses foram tremendos – pela iniciativa particular de uma empresa. De 1935 até esta data a Brasil Oiticica S. A. conseguiu exportar a maior parte da produção do Nordeste, alcançando percentagens de 50 e até 80% sobre o total embarcado". (544)

Conta-se por um milhão o número de árvores de oiticica ao Ceará. No município de Icó a fazenda Boa Vista tem arrolados 10.000 pés. A produção, por árvore e por safra, varia entre 7 e 1.700 ks. de sementes e é muito oscilante. É excepcional a colheita de mais de 500 ks. por pé. Em condições normais é abaixo de 100ks. (545)

Pelo porto de Fortaleza exportaram-se para o exterior, na quase totalidade para os Estados Unidos, em 1936 – 2.165 – 794 ks., no valor comercial aproximado de Cr$ 10.659.596,00. Em 1937 – 1.810 – 517 ks., no valor comercial aproximado de Cr$ 10.659.596,00. Em 1937 - 1.810.517 ks. e Cr$ 10.671.672,00; em 1939 -7.898.507,00 ks. e Cr$ 39.856.467,00, passando a mamona e só vencida pelo algodão e pela cera de carnaúba. Em 1940, um pouco menos em peso – 6.943.094 ks., porém a maior em valor –

---

(544) *O Ceará*, de R. Girão e A. Martins Filho, cit., p. 333.

(545) "A Produção da Oiticica", em *O Povo*, de Fortaleza. ed. de 30-4-946, da autoria do dr. A. Cunha Baima.

Cr$ 48.713.800,00. No ano seguinte, um *record* 15.704.743 ks. e Cr$ 94.444.458,00, sobrepujando agora a pluma e colocando-se definitivamente em segundo lugar.

Aos Estados brasileiros o Ceará remeteu: 1937 – 202.922 ks., em moeda Cr$ 878.059,00; 1938 – 381.181 ks. e Cr$ 1.530.953,00; 1939 – 209.941 ks e Cr$ 1.407.132,00; 1940 – 221.212 ks e Cr$ 1.595.428,00; 1941 – 297.055 ks. e Cr$ 2.251.212,00.

Há no Ceará as seguintes usinas de extração: Brasil Oiticica S.A., Fortaleza, capacidade de 50.000 ks. de óleo em 24 horas; Companhia e Industrial Norte Brasileira, Fortaleza, capacidade 12.000 ks.; S.A. Industrial de Óleos do Nordeste, 25.000 ks.; Companhia Industrial de Algodão e Óleos (Cidao), S. Quitéria, Sobral e Iguatu; Cortez & O'Grady, em Fortaleza e Cedro; J. Chaves e Irmão, Limoeiro do Norte.

Semelhantemente ao que está acontecendo com a carnaúba, já é grande o interesse pelo aumento dos oiticicais por meio de plantio sistemático e técnico, sendo relevantíssimos a este respeito os trabalhos meticulosos da Comissão de Serviços Complementares da Inspetoria Federal de Obra Contra as Secas, sob a chefia do dr. José Guimarães Duque. (546)

Quanto aos minérios, é constante o incremento da sua exploração. A par dos velhos representantes nas estatísticas – o gesso e o sal – por último nelas se incluíram outros produtos extrativos de grande procura para a indústria contemporânea, destacando-se o rutilo, o berilo, a tantalita e a columbita.

Sustenta Paulo Albuquerque, pertinaz investigador das riquezas do subsolo do Ceará, que este guarda "todas as possibilidades mineralógicas já evidenciadas no Estado de Minas Gerais, muito embora só agora comecem a ser conhecidas. Os andares arqueanos e cristalofilianos, os

---

(546) Ler o cit. Vol. 11, n. 1, do *Boletim da I.F.O.C.S.*

que em seu seio guardam a grande maioria dos minérios úteis à metalúrgica, formam a maior soma da estrutura geológica do Estado". (547)

Há um novo surto de mineração que chama os homens de negócio, abertas as melhores perspectivas a um comércio de maiores proporções e compensações, dada a necessidade mundial dos preciosos elementos, tão correntes na região nordestina e até há pouco apenas suspeitados.

Outra fagueira esperança, já nos albores duma objetivação proveitosa e altamente promissora, é o caju, a *uva cearense*, como o têm chamado.

O cajueiro *(Anacardium occidentale)* bem poderá ser visto como outra árvore sagrada do Ceará, espalhada ao longo do litoral e nalgumas serras.

Cientificamente o fruto é a castanha, um aquênio reniforme, mas comumente tem-se como tal o pedúnculo polposo e suculento cheio de glicídios, ácido galatânico e ascórbio, uma e outro admiráveis no que podem produzir, ou no em que podem transformar-se.

"O caju é a substância comestível mais rica de vitamina C, tão indispensável à vida, muito mais vitaminoso mesmo que a laranja e o limão. Para 100 gramas de suco obtêm-se daquela vitamina, em miligramas: caju amarelo 210,43; caju vermelho -168,83; laranja-lima -55,48; mamão – 50,80; laranja comum 47,57. É pois, cerca de cinco vezes mais rico de vitamina C do que a laranja e muito mais barato".

Quem escreveu sobre as propriedades benéficas do caju propôs: "Caju, portanto, no café, pela manhã, no almoço, no jantar, no *tira-gosto*, aos domingos, debaixo dos cajueiros, para mostrar que temos bastante compreensão para entender as intenções da natureza ao colocar, no semi-

---

(547) "Riquezas minerais do Ceará", no *Observador Econômico e Financeiro*, n. 120, Janeiro de 1946, p. 69.

árido Ceará, o cajueiro maravilhoso, fábrica de vitamina que, de tempos em tempos, dá às populações um alimento riquíssimo, para compensar a escassez de vitaminas do resto do ano. Os nossos clubes de dança deveriam dar a *festa do caju*, como prova de gratidão dos cearenses à Natureza que lhes deu o fruto mais vitaminoso do mundo-inteiro ". (548)

A primeira industrialização do caju fizeram-na os nossos avós aborígines, fabricando vinho (cauim) e recolhendo as castanhas para o sustento no inverno, como refere Soares Moreno na sua tão invocada *Relação do Ceará*. Lery descreveu o caju (acaiú), "que tem a forma e o tamanho de um ovo de galinha. Quando madura, a fruta se torna mais amarela do que o marmelo e não só tem bom gosto mais ainda dá excelente caldo acidulado, agradável ao paladar". (549)

Era pela floração do cajueiro que eles contavam os anos.

Velho negócio e modesto, o vinho do caju com álcool nunca deixou de andar pelas prateleiras das mercearias e tascas, para as bebericações dos viciados, só mais de novo acreditada a cajuina, menos proletária, mais da sala, e hoje objeto de procura no sul do país e néctar deliciado em toda. as festividades e reuniões. Convertido em doces é também delícia das mesas e começa a exportar-se com inteira aceitação.

Mas a castanha é que o reputa no estrangeiro: pela amêndoa que encerra e pelo óleo que fornece. A primeira tem uma série de aplicações alimentares, em farinhas e coNfeitamentos. O óleo pode ser tirado da amêndoa e nela existe na proporção de 36 a 40%, sendo comestível, ou da casca ou pericárpio e é o que os americanos e ingleses chamam *cardou*, de largo emprego na constituição de ma-

---

(548) Aluisio Pinheiro, transcrição em *O Ceará;* cit. p. 121.
(549) *Obra cit.*, p. 159.

térias plásticas e isoladores do calor e – da eletricidade, na preparação de forros dos freios de automóveis, na de vernizes e isolantes de toda espécie, nas indústrias elétricas, nos cabos submarinos e nos motores de pequenas dimensões, na impermeáveis para papel e seda, na de cilindros de máquinas de escrever, misturado à borracha, na de inseticidas e outras muitas, que se vão descobrindo. (550)

O óleo da casca é tóxico, ao passo que o da amêndoa é inocente e mesmo tônico, de indiscutíveis propriedades farmacêuticas. O dr. Juarez Furtado, químico cearense, tem feito demoradas análises desse óleo, julgado eficiente na cura da lepra. Sustenta que, embora não preventivo, ele corrige as metaplasias, tendo influência sObre os fenómenos de óxido-reduções tissulares e sangüíneas, com tendências a restabelecer o equilíbrio. Em colaboração com o dr. Odorico de Morais Filho, diretor da "Colônia de Leprosos Antônio Justa", de Maracanaú, fez experimentações em vários doentes, revelando-se em todos "aumento de força, mais disposição para o trabalho, maior resistência no esforço físico, acentuada e benéfica influência sobre os olhos", e até a volta da sensibilidade. (551)

A Brasil Oiticica S. A. mantém modernissima aparelhagem para beneficiamento da castanha do caju, com a capacidade para tirar 2.000 ks. de amêndoas por dia.

◆ ◆ ◆

Quando se deu a Revolução de 1930, a sinopse económico-financeira do Ceará era satisfatória. O orçamento da receita, de Cr$ 6.273.477 em 1920, cresceu em 1929 para Cr$ 16.084.633,50, a maior quantia jamais até ali arreca-

---

(550) Convém a leitura do artigo Indústria do Caju, de A. Cunha Baima, n'O *Povo*.

(551) *Do Óleo do Caju*, Fortaleza, 1946, 56 páginas.

dada, ultrapassando mesmo a de 1923, que fora excepcional (Cr$ 15.589.993,70), Se a pauta média do algodão em pluma se tivesse conservado igual à deste último ano – 4$589 (a de 1929 foi de 2$318), os réditos teriam subido para Cr$ 19.853.438,60. As exportações naquele ano subseqüente a uma seca foram de Cr$ 24.787.350,00, valor oficial, ao passo que agora somavam Cr$ 66.162.722,00. Em 1927 e 1928 deram, respectivamente – Cr$ 56.040.593,50 e Cr$ 61.732.192,70. O orçamento da Capital, de Cr$ 373.113,70 avançou para Cr$ 1.182.668,00.

No repasto do erário público ainda eram os tributos sobre a produção o grande prato. Daqueles Cr$ 16.084.633,00 provinham deles Cr$ 6.769.364,50. As iguarias mais fortes eram o algodão, a cera de carnaúba, as peles e os couros, o milho e a mamona. Para a exportação total de Cr$ 66.162.772,00 o algodão concorreu com Cr$ 35.659.450,00 a cera com Cr$ 7.985.969,85, as peles de cabra com Cr$ 4.761.404,31, as de carneiro com Cr$ 1.914.973,14, e os couros com Cr$ 2.751.816,00. O milho contribuiu com Cr$ 2.706.011,35 e a mamona com Cr$ 1.960.382,00. A oiticica apenas começava, com a parcelazinha de 51.980 ks. de sementes, no valor de Cr$ 10.421,70.

A população pastoril aumentara, já de todo retonificada, para 830.690 bovinos, 390.732 sumos, 691.490 ovinos, 822.539 caprinos, 186.271 cavalares e 164.771 asininos e muares.

Mas não melhoravam o sistema do trabalho e o da produção. Produzia-se mais, porém não melhor, e as necessidades da expansão comercial foram determinando o desequilíbrio em favor de um *urbanismo da capital*, que a incapacidade dos poderes públicos não soube corrigir.

O ruralismo perdia a cada momento para esse afluxo ao centro litorâneo, onde se achava o governo com os empregos públicos, os bancos com o crédito, o alto co-

mércio com os estoques variados, os estabelecimentos de ensino com a possibilidade de fazer doutores, o cinema e as praias de banho com as distrações, os quartéis de tropa com a obrigação do Serviço militar e as fábricas com operários protegidos.

A estrada de ferro alcançara a região caririense e as rodovias-tronco faziam a ligação de Fortaleza a Sobral, fulcro da zona norte, e esforçavam-se por chegar ao vale do baixo Jaguaribe. A serra de Baturité, por outra boa rodagem, derramava para Fortaleza os seus produtos agrícolas. Maranguape, quase subúrbio da Capital, veio fazer nesta a maioria das compras.

Concomitantemente, agrava-se a imprestabilidade dos portos de Camocim e Aracati, tomadas as entradas pela areia e, assim dificultada a sua utilização, o recurso era o transporte para a metrópole do Mucuripe.

A bacharelice das administrações públicas vislumbrava a gravidade dos problemas mas, balda de sentido prático e técnico, não sabia armá-los bem e muito menos resolvê-los. Na ausência de um plano diretor, o imediatismo é que as guiava, caindo uma a uma, todas epicuristas, no mesmo circulo vicioso de majorar as tributações sem preocupar-se com o desenvolvimento da produção, feita ainda quase toda pelos processos absoletos.

No governo do dr. Justiniano de Serpa, de mais objetivo regista-se a reforma da instrução primária, e no do vice-presidente Ildefonso Albano, que terminou o quadriênio, certo movimento de renovação mais de caráter urbano entretanto, na Capital. Em todo caso, dá-se começo à defesa científica do algodão, com experimentações para a adoção de tipos aconselháveis, sem contudo procurar-se ensinar a cultura racional da malvácea aos plantadores.

O governo seguinte, do desembargador Moreira da Rocha também ficou na Praça do Ferreira, realizando as obras de água e esgotos e continuando as experiências da

seleção algodoeira. O do dr. Matos Peixoto, que o advento revolucionário interrompeu em meio, da mesma maneira nada pode efetuar no sertão, embora houvesse criado a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Lei n. 2.722, de 4 de outubro de 1929), órgão em verdade inópio de resultados, pois nem chegou a aparelhar-se.

Aquela Revolução, filha da intranqüilidade causada pela crise mundial, a que não podia o Brasil esquivar-se, e do azedume que a politicagem inoculou no mal preparado espírito cívico nacional havia-se instalado sem programa, corneteando mil promessas e, no Ceará, passada a primeira fase dos rancores contra o regime derrubado, foi logo entestando outra tempestade clímica, a seca de 32, que levou o governo federal a mais prontas medidas de salvação do Nordeste através o desvelo incomum, bastante para consolidá-los na gratidão do povo, do ministro José Américo de Almeida e do interventor Roberto Carneiro de Mendonça.

Emergiram daí novas atividades da Inspetoria de Secas, cuja sede sem demora se transferiu para Fortaleza onde logicamente deveria estar. Datam desse tempo as construções de grandes açudes e um plano mais amplo de estradas: o Lima Campos, o Joaquim Távora e o Ema – no sistema do Jaguaribe, o Forquilha e o Jaibara, no do Acaraú e o General Sampaio e o Choró, fora desses sistemas, são no Ceará os testes da capacidade realizadora da Inspetoria, na referida fase. As rodovias *Transnordestina, Fortaleza-Teresina e Central do Piauí* são grossas artérias por onde a circulação da riqueza já se faz mais folgadamente.

A obra oficial em si quase não adiantou todavia, porque a água daqueles açudes não se converteu nos benefícios da irrigação, com o fim de fixar melhor o homem rural e aumentar e garantir a produção agrícola.

Continuou a evasão do homem do campo, seduzido, como mariposas, pelas ilusões urbanas e vítima participe do grande erro comum; num país como o Brasil, em que

92% dos produtos exportáveis vêm da lavoura, não têm destinado os governos nem 1% dos seus dinheiros anuais ao fomento da produção!

No Ceará, como na maioria dos Estados, esse fomento até hoje não tem passado dos planejamentos burocráticos e na realidade há sido descoroçoante. Esmeram-se os expertos agronômicos em "demonstrações", comprazem-se nos teorismos científicos, mas põem de lado o mais fundamental, que é a receptividade do trabalhador rústico aos seus ensinamentos.

Desenvolvem os departamentos administrativos de modo unilateral esse fomento, subestimado um dos termos da equação – o operário; e a conseqüência é que "a maior parte dos campos de cooperação federais e estaduais dão resultados só aparentes e momentâneos: retiradas as máquinas e o auxílio do governo, não fica nenhum hábito melhorado de trabalho, não fica uma aprendizagem capaz de manter e de melhorar a produção, volta o império da enxada e da rotina".

Enquanto desconhecia as belezas da Capital e não viajava cômoda e rapidamente nos automóveis, o sertanejo ligava-se ao campo, criando e plantando. O governo que lhe proporcionou o transporte e o passeio, descuidou-se de instruí-lo como produzir em conformidade à nova percepção que ele teria das coisas e, assim, não soube preservá-lo contra o desejo de abandonar o próprio *habitat*.

De fato, insistiu erroneamente na alfabetização dos meninos do mato em escolazinhas de ensino só na pele, subjetivo e desleixado, em vez de ministrar-lhes preparação ajustada ao ritmo das novas condições existenciais, concorrendo assim para que eles desprezassem por novos o velho amor à terra.

O preparo técnico-prático do operário do campo – são considerações de abalizado sociólogo do Nordeste, o dr. José Guimarães Duque – impõe-se-nos com todas as honras de grande problema. Sem prepararmos o homem, mo-

tor direto da produção, é impossível um adiantamento concreto. O ensino concreto, vivo e ativo não é fácil de ser assimilado pelo homem sem cultura. Não somos partidários da alfabetização do homem rural, porque ela o envenena; somos pela alfabetização técnica. A escola do sertão está desgraçando a nossa gente. Quem quiser ter a certeza desta afirmativa que venha observá-la sem ser nos dias de visitas oficiais. Não há necessidade de encher a cabeça dos alunos com nomes de países, rios, montanhas, ciências físicas, línguas, civilização, etc., como observei em colégios do sertão. O homem sertanejo deve saber trabalhar com eficiência, ler, escrever e contar, e está acabado. Queremos elevar o povo por meio de um ensino artificial complicado, cheio de coisas bonitas e deixando-o paupérrimo e miserável. É dar verniz em madeira podre. É preciso ensinar ao povo coisas simples, práticas que produzam, que dêem dinheiro e, só então, é que devem vir outros melhoramentos. Primeiro a boca e o abrigo, depois a ilustração. O ensino antigo de muito latim, história da literatura e poesias clássicas, falar bonito em público, o decorar Virgílio, Camões, etc., deixou profunda impregnação na imaginação exaltada dos nossos homens e o ensino atual, no sertão, ainda não se libertou desta influência, porque os professores, alunos de outrora, ainda estão cheios destas belezas espirituais. Com o correr dos tempos, evidenciou-se a ignorância absoluta, a incapacidade de produção e pobreza generalizada da maioria. Então, formaram-se as cruzadas e as bandeiras que saíram a campo para pregar aos quatro ventos a alfabetização total e em massa do nosso povo, como se o analfabetismo fosse o único e grande mal. Opomos o mais formal desmentido à tese – "abrir escolas é fechar cadeias". Abrir escolas, como as que aí estão, é condenar o povo a morrer de fome declamando versos e palavras bonitas, é criar uma geração de infelizes e incapazes, de endividados e oradores das próprias desgraças.

Abrir escolas como estas é abrir falência. Nós temos muitos exemplos da nossa forma de ensino no sertão. Conhecemos diversas cidades no sertão que possuem colégios, alguns quase centenários, que instruíram legiões de rapazes hoje médicos, advogados, padres, etc.; entretanto a vida do povo nestas cidades e fora delas não melhorou: as cidades não têm esgoto, nem água encanada, as suas casas são cópias malfeitas contra-indicadas para este clima, as dejeções da população e do lixo da parte alta da cidade caem dentro dos açudes que são fonte d'água e do tifo, as livrarias vendem revistas de cinema, semanários ilustrados, romances, gramáticas lingüísticas e nenhum livro técnico prático, as fazendas e as populações, fora da cidade são miseravelmente pobres e primitivas.

Enfim, estes colégios formaram cidades, podem ter instruído, mas não educaram o povo. Eles fizeram meia dúzia de literatos e poetas, porém não adicionaram práticas úteis à vida no sentido regional, higiênico e econômico. As últimas estatísticas oficiais que conhecemos dão para o ano de 1932, em todas as escolas superiores, civis especializadas, a formatura de 3.592 pessoas, das quais somente 120 ou 3% se diplomaram em agricultura. Da "Chácaras e Quintais", de dezembro de 1937, extraímos: "de 1923 até 1935 o Brasil formou: 3.200 bacharéis, 4.692 médicos, 1.727 dentistas, 2.561 farmacêuticos, 9 agrimensores, 17 em ciências agronômicas, e em ciências naturais, 6 topógrafos, 28 técnicos agrícolas, 1 silvicultor, 4 horticultures e pomilcutores, 1 enotécnico e 31 capatazes rurais, além de 14.336 comerciários".(552)

De nossa parte, despretensiosamente, já apreciamos o assunto particularizando-o ao Ceará e entrosando-o num conjunto de sugestões apresentadas à Segunda Reunião de Economia Rural, realizada em Fortaleza, janeiro de 1942:

---

(552) *Boleti da I.F.O.C.S.*, vol. 11, n. 2, p. 153. Do mesmo autor, *O Homem e a Produção*, João Pessoa, 1941.

"A estabilidade do trabalhador e do operário rural, objeto do n. II, item *a*, do programa elaborado para a presente Reunião Regional de Economia, é o pressuposto ou fundamento de toda a ação que tiver de ser desenvolvida em benefício da acertada solução do problema do homem do campo no Nordeste brasileiro.

Poder-se-ia resumir que esse problema consiste em apreciar quais os motivos do deslocamento ou êxodo do camponês e, conseqüentemente, em determinar os modos ou meios de fixá-lo no sertão.

Tal deslocamento se apresenta mais alarmante nas zonas mais sujeitas às *secas*, e têm como causas principais:

a) as próprias dificuldades ou estado de carência decorrentes das insuficiências chuvosas, o que, como é claro, traz para o homem a necessidade de procurar, noutros pontos do seu Estado, ou fora dele, melhores elementos de vida. Verificada a crise climática, as populações emigram e se grande parte volta, depois, aos seus lares, outra parte não retorna;

b) a mobilização de famílias pobres, feita por agenciadores, a fim de serem levadas, a títulos de colonos, para outras unidades nacionais – Amazonas, Pará e São Paulo, notadamente. Esta mobilização tem sido feita, infelizmente, sem as necessárias garantias econômicas para os emigrantes e, às vezes, o abuso é tamanho que provoca medidas proibitivas da parte dos poderes públicos;

c) o relativo desamparo governamental em que vive o homem agrário nordestino, a quem tem sido negada, de modo geral, a proteção da saúde, do trabalho e até da própria vida;

d) o regime de propriedade das terras, na sua maioria ou quase totalidade possuídas em comum, o que origina constantes divergências entre os condôminos e, em virtude disso, o mau aproveitamento agrícola dos sítios ou fazendas;

e) o serviço militar obrigatório, que chama para a caserna os moços sertanejos, os quais, findo o tempo de serviço, raramente volvem às atividades;

f) a precariedade e, o que é pior, a errada orientação do ensino ministrado à juventude do interior. Este ensino, que não sai dos rudimentos, é feito em escolas poucas em número e mal aparelhadas em material e professores, e tem caráter meramente teórico, com a mais completa ausência de ensinamentos sobre as coisas rurais, sobre a organização do trabalho rural e sobre o amor que o homem deve ter ao seu ambiente. No justo desejo de dar aos filhos educação ginasial, superior ou técnica, as famílias sertanejas naturalmente procuram as capitais, onde sabem existirem os melhores estabelecimentos educacionais.

A enumeração dessas causas, a que se aliam muitas outras de menor porte, bem mostra que a solução do problema em foco se movimenta dentro duma séria complexidade e não há de ser encontrada com o exame simplesmente ligeiro das coisas e dos fatos.

Sem descer a divagações doutrinárias, como recomendam as instruções para a ordem dos trabalhos desta Reunião Regional, é possível apontar, com o fim de neutralizar aquelas causas da instabilidade do sertanejo, os seguintes remédios:

a) os trabalhos ou obras contra as secas devem ser intensificados de modo a favorecer ao sertão o grande fator de riqueza de que carece – a *água*. A açudagem, sobre cuja utilidade não há duas opiniões, constitui o meio mais seguro de anular os efeitos das perturbações climatéricas, e o governo muito já tem realizado em favor dos açudes. Os resultados finais destes, entretanto, ainda permanecem sobremodo fracos, porque, inexplicavelmente, até hoje, não têm sido completados os sistemas de irrigação de cada açude, especialmente os dos grandes açudes. Repete-se a

todo instante que armazenar água sem canalizá-la para os fins da agricultura é um contra-senso;

b) a remessa de famílias sertanejas para outras regiões do país somente se explica pelas condições de insegurança econômica em que se momentaneamente se encontram. As populações do Nordeste ainda não são bastante densas para que se descubra aqui a questão do espaço vital que as levasse a emigrar. A sua fixação será uma conseqüência lógica da confiança na estabilidade econômica. Se lhes derem essa confiança não se deslocarão, porque acima de tudo o homem do sertão ama a sua gleba;

c) ninguém ignora que o sertanejo não sabe higiene, não sabe organização racional do trabalho, unicamente porque nunca lhe ensinaram. O homem urbano conhece estas noções essenciais à vida moderna porque nasceu aprendendo-as e se educou aprendendo-as. Todos os fatores administrativos têm sido, desde os começos da vida nacional, para os habitantes das capitais e grandes cidades do litoral. Ao homem agrário tem-se feito a injustiça de negarem-se-lhe os mais comezinhos amparos. É um desajustado. Por isso, a sua existência reduz-se a um mínimo de necessidades e a sua casa de moradia reflete esse mínimo. As suas formas de trabalho são as que a sua intuição e as condições do meio autorizam. São primaciais, rudes, pouco produtivas. A vida sertaneja é um afanoso labor, um ingente esforço, que une, numa aproximação familial, o patrão e o trabalhador, ambos nivelados no seu proletarismo.

As futuras leis trabalhistas que visarem à proteção do homem do interior devem ser moldadas por esse *espírito diferente* do trabalhador no sertão;

d) estamos em que nenhum resultado favorável se obterá para a reconstrução da economia rural no Nordeste se continuar o atual regime de propriedade das terras. Quase todas são antigos latifúndios, oriundos de datas de

sesmarias, que se foram fragmentando por sucessões hereditárias, sem que, todavia, se demarcassem e dividissem convenientemente. As comunhões patrimoniais são perene fonte de rixas, que não permitem o aproveitamento pacífico e eficiente das propriedades. Constituem um desestímulo, um empecilho à sua exploração, prejudicando fundamente a economia sertaneja. Condôminos poderosos e ambiciosos esbulham os mais pobres e fracos, e contendem, às vezes a vida inteira, com outros também potentados e gananciosos, deixando assim de utilizar o objeto das contendas.

Reputamos, pois, basilar para a reforma da economia geral do interior a demarcação e a divisão das terras particulares. Os poderes públicos estão no dever de fomentá-las e, se necessário, obrigá-las para o que se torna indispensável uma legislação especial, com algumas alterações no capítulo do código do processo atinente a esse ponto;

e) todos temos observado que, em regra, os conscritos vindos do interior acabam por ser, como vulgarmente se diz, dedos tirados à mão.

No Nordeste os batalhões militares estão localizados unicamente nas capitais e é para aí que os jovens sertanejos convergem, intimados pelo dever patriótico. Depois, findo o tempo de caserna, não se preocupa o governo em fazê-los voltar ao sertão e, por isso, se deixam ficar na cidade, à procura dum emprego mais cômodo a que, munido da sua caderneta de reservista, se julgam com direito. Dessa maneira, inúmeros braços vigorosos perde, anualmente, a nossa economia rural.

Se fossem criados batalhões ou corpos de preparo militar nas cidades do interior, onde esses jovens se quitassem com a obrigação cívica da defesa da pátria, muito se concorreria para neutralizar uma das causas dos êxodos urbanos;

f) o êxodo da gente do *hinterland* para os centros urbanos é, indiscutivelmente, resultante, em grande parte da insuficiência e da má orientação do ensino que lhe vem sendo proporcionado.

Estados, como o Ceará por exemplo, gastam mais de 20% das suas rendas anuais com a instrução pública, porém esta, no interior, não passa de escola primária, em cujas aulas não se ministram quaisquer lições de ruralidade. Domina, com exclusividade, nessas escolas, o teorismo das primeiras letras.

Nas capitais, ao contrário, se encontram os ginásios, as academias, os estabelecimentos de ensino técnico, e é por essa razão que para as capitais rumam aqueles que, possuidores de mais recursos materiais, almejam instruir os filhos.

Não será fácil aos governos, é preciso reconhecer, mudar essa situação: qualquer ação neste sentido acarretaria grandes dispêndios e contrariaria interesses dos institutos já existentes.

Mas, ou se procede assim, ou o mal persistirá, alimentando deslocamentos ainda maiores.

Ousaríamos propor, em primeiro lugar, a criação de liceus, escolas normais e especialmente profissionais em cidades mais importantes do interior, que seriam sedes de zonas de ensino e, concomitantemente, a limitação progressiva das matrículas nos estabelecimentos das capitais. Em segundo lugar, também gradativamente, seriam as atuais escolas primárias adaptadas ao *espírito rural* do ensino, para o que, aos poucos, seria treinado e renovado o corpo de professores.

Dessa forma, a reorganização far-se-ia acorde com as possibilidades financeiras dos governos.

Também seria aconselhável que se unificasse o ensino, digamos nas mãos dos Estados, ficando a União e os Municípios obrigados a entregar-lhes, com essa aplicação específica, as suas respectivas quotas. Os detalhes dessa radical modificação constituiriam objeto de legislação pró-

pria, adequada às condições geofísicas e sociais da região nordestina.

Para nós não é um tabu a uniformidade de legislação num país imenso e de aspecto tão diverso, como o Brasil. Se são diferentes as condições existenciais das diversas regiões, diferenemente devem ser tratadas na maneira de preparar-se-lhes a felicidade e o progresso. Legislar para a Amazônia igualmente como se legisla para São Paulo será lógico e razoável?

A lei deve ser a exata expressão duma necessidade sociopolítica e, conseguintemente, para ser certa deve refletir fielmente essa expressão, contendo dispositivos coerentes com a sua finalidade realista. Daí por que sustentamos a necessidade duma legislação apropriada à solução dos problemas nordestinos.

Em síntese, de tudo isso será possível concluir:

1 – As condições sociais da vida do homem rural, no Nordeste, são típicas, por que típica a sua mesologia.

2 – Os característicos essenciais dessas mesmas condições se definem ou concretizam numa situação de desamparo e desajuda do homem agrário, em contraste com os favores de que sempre se regalou o homem urbano.

3 – Essa disparidade não será modificada por meio de medidas de caráter simplesmente técnico ou administrativo, por mais bem intencionadas que sejam se, ao invés, não for a solução do complicado problema submetida ao rigoroso estudo da realidade socioeconômica.

4 – Portanto, para se oferecer ao homem do campo a sua aliás já retardada felicidade econômica, não se pode e não se deve restringir a solução a providências superficiais, e sim encarar o caso na sua verdadeira e seríssima feição sociológica, iniciando-se uma obra de renovação, primeiramente de teor político, a fim de facilitar e possibilitar a reconstrução econômica. Somente depois de afastadas as causas do mal, acima apontadas, é que se conseguirão os resultados satisfatórios?

Tais fatores explicam porque a economia cearense hoje assenta tortamente na exploração de riquezas mais dependentes do mercado externo e para as quais é menor o esforço do homem: a carnaúba, a oiticica, os couros e peles, o sal, os minérios, as fibras têxteis, verdadeiras dádivas celestiais, como quase o são o malvácea algodoeira e a mamona, de tão pouco exigentes em suas culturas. *Economia do maná*, dissemos certa vez. Mais *economia da Providência* do que *economia da previdência.* (553)

Os contribuintes substanciais do abastamento alimentar do Estado – a farinha de mandioca, o feijão, o arroz, a carne de gado, o açúcar, a banha, a batata, o café, as cebolas, os doces, fumo, manteiga, formam parcelas gordas no rol das importações, quando bem os poderíamos produzir fartamente e transformá-los industrialmente, em ponto de atender ao consumo próprio e mesmo exportar apreciáveis excessos.

No qüinqüênio de 1937-41 esses produtos vindos doutros Estados representam, valor comercial: (554)

	1937 Cr$	1938 Cr$	1939 Cr$	1940 Cr$	1941 Cr$
Açúcar	3.552.168	9.431.982	6.038.359	8.29.276	9.676.296
Arroz	5.238.960	7.132.503	6.835.892	6.454.042	7.272.306
Banha	1.842.000	1.568.832	1.386.284	1.140.795	1.950.205
Café	5.099.390	5.389.792	3.170.790	3.040.560	4.015.830
Batata	378.246	183.5222	181.344	141.736	142.107
Cebola	310.062	376.320	417.503	373.845	267.418
Charque	6.155.444	3.507.903	3.600.105	2.095.396	3.752.976
Farinha	3.203.070	2.180.224	1.110.980	187.066	1.184.534
Feijão	3.176.613	3.166.094	556.985	624.813	2.438.960
Fumo cd.	4.852.330	2.472.020	4.370.655	3.600.528	4.606.669
Fumo fha.	4.100.436	1.225.649	1.180.273	1.38.941	1.447.425
Manteiga	2.946.422	2.269.974	2.807.978	2.681.069	3.426.115
Doces	1.720.338	1.353.798	1.207.268	1.125.166	1.697.169

(553) Revista *Valor*, de Fortaleza, n. 26, maio de 1944.
(554) Os números estatísticos referentes aos anos de 1937 a 1941 foram colhidos no cuidadoso serviço da Federação de Associações de Comércio e Indústrias no Ceará, a cargo do sr. Gabriel Fiúza Pequeno.

Ainda será de incluir nesse quadro a importação de couros preparados (1937 – Cr$ 1.289.604,00 – 1938 – Cr$ 3.089.504,00; 1939 – Cr$ 2.687.533,00; 1940 – Cr$ 3.346.450,00; 1941 – Cr$ 3.864.220,00), as peles de cabra (1937 – Cr$ 1.529.788,00; 1938 – Cr$ 732,208,00; 1939 – Cr$ 1.066.740,00; 1940 – Cr$ 1.143.062,00 – Cr$ 1.270.800,00) e as peles de carneiro, cujo beneficiamento poderia constituir indústria do sertão, suprindo as solicitações do consumo interno. Casa de ferreiro...

Autorizando a produção dessas mercadorias que nos custam tão caro, sempre estiveram ao alcance das iniciativas administrativas não apenas um *bom solo*, mas também um elemento humano apto, se em aproveitado, a fornecer compensadora *mão de obra*, possibilitando-se com ambos a mecanização da lavoura para, de extensiva ou errante, transformar-se em intensiva ou fixa, inerente a uma *economia sólida e estável.*

Embora se lhes não deva fantasiar a qualidade, são as terras cearenses em grande parte férteis e trabalháveis: "O Ceará possui 'tipos de solo' capazes de produzir economicamente um elevado número de produtos tropicais. E, em especial, é fato insusceptível de dúvida que entre esses tipos de solo muitos existem perfeitamente apropriados aos produtos agrícolas que importamos, em vez de fazermos justamente o inverso, que exportando-os em larga escala. Especialmente o arroz, o fumo, os doces, a farinha de mandioca e o feijão, devem ser produtos nossos e de grande exportação no Ceará". (555)

Os vales frescos e as serras convidam a um agrarismo estilizado e de maior expressão e, por outro lado, não se há de negar que o nosso trabalhador rural, em boas condições de resistência orgânica, pode fornecer o máximo de rendimento compatível com a natureza do meio físico.

---

(555) Ver o interessante trabalho do dr. José Oriano Menescal Neto, no *Boletim do Rotary Club de Fortaleza*, ns. 11, 12 e 13, de 1940.

Obstinado na velha "cultura cabocla", ele vem produzindo, falhamente, com péssimos aproveitamento do trabalho, mas sempre que se pratica a racionalização dos métodos, a sua produtividade nivela-se à de qualquer outro bom trabalhador.

Faltaria, então, para integrar a fórmula: a irrigação das terras secas agricultáveis, que representam grande área (correção à natureza), a defesa sanitária e educacional das populações (correção ao trabalho) e ao crédito financeiro (correção ao capital).

Lastimavelmente não se procurou combinar em posologia certa os três remédios para a terapêutica urgente de ajustar, em correlação mais íntima, o progresso material do *ciclo do automóvel* às múltiplas questões de sociologia que para o sertanejo dele derivaram.

Não havia, pois, de mostrar outra fisionomia esse afrouxamento do ruralismo tradicional, gerando a fraqueza endocrínica do organismo econômico cearense e, por força, a correspondente necessidade de restabelecê-lo, para as funções sadias e perfeitas.